



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE - PPGCIAMB**

SÚSIE FERNANDES SANTOS SILVA

**O PARAÍSO TROPICAL ENTRE OURO, PEDRAS E PALMEIRAS: PERCEPÇÕES
AMBIENTAIS DOS BARRAQUEIROS DAS PRAIAS ARTIFICIAIS NO LAGO DA
USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO**

**PALMAS/TO
ABRIL DE 2024**

SÚSIE FERNANDES SANTOS SILVA

**O PARAÍSO TROPICAL ENTRE OURO, PEDRAS E PALMEIRAS: PERCEPÇÕES
AMBIENTAIS DOS BARRAQUEIROS DAS PRAIAS ARTIFICIAIS NO LAGO DA
USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente. Foi avaliada para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Orientadora: Dra Marina Haizenreder Ertzogue

Palmas/TO,
Abril de 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- S586p Silva, Súsie Fernandes Santos.
O PARAÍSO TROPICAL ENTRE OURO, PEDRAS E PALMEIRAS: PERCEPÇÕES AMBIENTAIS DOS BARRAQUEIROS DAS PRAIAS ARTIFICIAIS NO LAGO DA USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO. / Súsie Fernandes Santos Silva. – Palmas, TO, 2024.
226 f.
- Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Ciências do Ambiente, 2024.
Orientadora : Marina Haizenreder Ertzogue
1. Lago de hidrelétrica. 2. Turismo. 3. Associativismo. 4. Barraqueiros. I. Título

CDD 628

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

SÚSIE FERNANDES SANTOS SILVA

O PARAÍSO TROPICAL ENTRE OURO, PEDRAS E PALMEIRAS: PERCEPÇÕES AMBIENTAIS DOS BARRAQUEIROS DAS PRAIAS ARTIFICIAIS NO LAGO DE USINA HIDRELÉTRICA ESTREITO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do ambiente. Foi avaliada para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e aprovada em sua forma final pelo orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 29/04/2024

Banca Examinadora:

Orientadora: Dra. Marina Haizenreder Ertzogue (PPGCIAMB, UFT)

Examinadora Interna: Dra. Elineide Eugênio Marques (PPGCIAMB, UFT)

Examinador Interno: Dr. Lucas Barbosa e Souza (PPGG, UFT)

Examinador Externo: Dr. Marivaldo Cavalcante da Silva (PPGCULT, UFNT)

Examinador Externo: Dr. Francisco Neto Pereira Pinto (ITPAC, PPGLITT/UFNT)

Examinadora Suplente Interna: Dra. Ana Daisy Araújo Zagallo (UFT)

Examinadora Suplente Externa: Dra. Andressa Ferreira Ramalho Leite (UFNT)

Palmas/TO, 2024

INQUIETAÇÕES E AGRADECIMENTOS

Durante os dois anos do doutorado me questioneei e refleti muito sobre continuar ou abandonar a pesquisa e o curso. Quase que diariamente analisei a minha trajetória de formação e a possibilidade de progressão funcional ou aprovação em um concurso para professor universitário. Isso se deu porque, observando os editais, é clara a exigência de um perfil profissional que siga uma linearidade: graduação, mestrado e doutorado na mesma área de formação.

Fico imensamente triste em perceber que a interdisciplinaridade está presente nas seleções de alunos dos programas de pós-graduação, mas passa distante dos editais de seleção de servidores das universidades. Diante disso, torna-se necessário impugnar editais para ter direito à inscrição com certificado interdisciplinar, embora os temas das avaliações didáticas permaneçam inalterados. Assim sendo, as possibilidades de aprovação e ingresso no mercado de trabalho, como servidor concursado, são reduzidas.

Mas então por que cursar o doutorado? Por autorrealização! Uma das necessidades secundárias da Pirâmide de Maslow, na qual pude provar que a menina que foi alfabetizada pela mãe, estudou até os doze anos numa sala multisseriada da zona rural, pode chegar ao título de doutora. Outra prova da realização pessoal foi ter pesquisado algo completamente distinto do trabalho que exerço como concursada da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins (SEDUC/TO), motivo pelo qual não consegui licença para estudo, mas a minha pesquisa foi movida pela curiosidade de conhecer e pelo desejo de divulgar fatos sobre as praias artificiais.

Apesar dessas reflexões amparadas em leituras de editais, prossegui e aqui cheguei, ao dia de defender a tese. E não cheguei sozinha! Na minha trajetória houve auxílios diversos. Por isso agradeço:

Primeiramente, agradeço a Deus pela dádiva da vida e pelas possibilidades de prosseguir em busca de novos desafios;

Agradeço aos meus pais que, em muitos momentos não puderam contar com a minha presença e auxílio, seja em momentos de festividades ou de doença, bem como aos meus irmãos, sobrinhos, cunhados e sogros;

Agradeço ao meu núcleo familiar mais restrito: o esposo Dr. Rubens Martins, que me acompanhou em muitas viagens de campo, fazendo o papel de motorista e suporte técnico nas gravações de áudios, bem como nos diálogos sobre a escrita da tese; aos meus filhos Renato e Suzana, por compreenderem a necessidade de minhas ausências e auxiliarem em alguns

aspectos da tese: Rento, naquilo que se referia à informática, conversão de imagens; Suzana nas traduções dos textos e resumos.

Agradeço de forma muito especial à minha orientadora, Prof.^a Dra. Marina Haizenreder Ertzogue, pela orientação neste trabalho, pelas reuniões no *Google Meet*, pelo compartilhamento de textos no *Google Classroom*, indicações de leituras, sugestões de textos.

Agradeço aos colegas orientados pela Dra. Marina Haizenreder Ertzogue, participantes do mesmo grupo no *WhatsApp*, mestrandos e doutorandos: Andrea Siqueira, Juliana Castilho, Cidicley Biavatti, Alana Cristina Moreira Santana, Sônia Cristina Dantas de Brito, Diógenes Bolwerk, Rodrigo, Larissa Paiva, Weberth Araújo!

Agradeço às minhas colegas da turma ingressante no ano de 2020, a turma das 10 mulheres comprometidas com a ciência e a pesquisa. Singularmente, elas foram importantes nas discussões e debates durante o período em que cursamos as disciplinas, na socialização de informações e questionamentos no grupo de *WhatsApp* “Doutorandas 2020”: Daniela Fernandes, Fábila, Heloisa, Juliana, Luana Quadros, Onésima e Rebeca.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, UFT pela concessão do auxílio campo, o qual foi de fundamental importância para custear parte das minhas idas a campo.

Agradecimentos Especiais:

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente.

Aos professores que participaram das bancas, desde a aprovação do projeto até a defesa da tese: Dr. José Marcelo Martins Medeiros; Dr. Lucas Barbosa e Souza; Dra. Ana Daisy Araújo Zagallo; Dr. Marivaldo Cavalcante da Silva; Dra. Elineide Eugênio Marques; Dra. Andressa Ferreira Ramalho Leite; e Dr. Francisco Neto Pereira Pinto.

Ao senhor Sávio Gomes Espírito Santo, Secretário de Meio Ambiente, Turismo e Recursos Hídricos do município de Filadélfia/TO;

Ao senhor Wilson Félix Fragoso, barraqueiro na praia, morador do município de Filadélfia/TO e conhecedor de informações sobre a construção da praia artificial;

Ao senhor Manoel de Oliveira Plínio (Paraná), morador e um dos primeiros prefeitos do município de Palmeirante/TO, por relatar fatos sobre o início das temporadas de praia na cidade;

A todos que contribuíram com informações sobre como chegar às pessoas que foram relevantes no fornecimento de dados para esta pesquisa.

Agradecimentos Institucionais:

Ao Programa PPGDIRE/UFT por me permitir cursar a disciplina Análise Qualitativa, durante a qual tive aprofundamento teórico sobre Análise de Conteúdo e Análise de Discurso;

Ao Programa PPGHIsam/UFT pela oportunidade de cursar a disciplina História das Populações Amazônicas;

À Associação dos Barraqueiros da Praia de Barra do Ouro/TO;

À Associação dos Barraqueiros da Praia de Babaçulândia/TO;

À Associação dos Barraqueiros da Praia de Darcinópolis/TO;

À Associação dos Barraqueiros da Praia de Filadélfia/TO;

À Associação dos Barraqueiros da Praia de Palmeirante/TO;

À Associação dos Barraqueiros da Praia de Palmeiras do Tocantins/TO.

RESUMO

Esta pesquisa corresponde a uma investigação sobre os modos de percepção ambiental dos barraqueiros proprietários de estabelecimentos localizados nas praias artificiais da margem tocantinense do lago da Usina Hidrelétrica Estreito. As praias artificiais foram construídas pelo grupo empreendedor da hidrelétrica, Consórcio Energia Estreito (CESTE) e entregues, a título de medida compensatória, a sete municípios impactados, sendo seis no estado do Tocantins e um no estado do Maranhão; no entanto, a praia localizada no estado do Maranhão não faz parte desta pesquisa. O objetivo geral desta pesquisa buscou analisar a percepção ambiental dos barraqueiros nas práticas de utilização e preservação das praias artificiais localizadas nos municípios de: Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Palmeirante e Palmeiras do Tocantins. Para tanto, foi necessário, a partir dos relatos dos entrevistados, conhecer o desenvolvimento das atividades nas praias naturais, bem como a constituição e gestão das associações de barraqueiros em relação aos impactos causados pela formação do lago da UHE, as estruturas e condições de funcionamento das praias artificiais e os agravamentos causados pelas medidas restritivas impostas pelas gestões municipais para minimizar a disseminação da pandemia Covid-19. Na revisão da literatura, foram utilizadas produções científicas que abordam as temáticas em estudo nesta pesquisa: meio ambiente, turismo, cultura ribeirinha dos barraqueiros, associativismo, conceito de impactado/atingido hídrico, governança municipal, dentre outros. Além disso, foram observadas também as características das praias antes da formação do lago (praias naturais), os indicadores do turismo pós-barragem, bem como os impactos da pandemia Covid-19 nas temporadas de praia dos anos de 2020 e 2021. Para a busca de informações preliminares, foram realizadas visitas de observação na temporada de praia do ano de 2021. No primeiro momento, as visitas concentraram-se na verificação da estrutura física de cada uma delas, bem como na obtenção de contatos com os barraqueiros. No segundo momento, foi realizada a coleta de dados utilizando a entrevista semiestruturada e/ou em profundidade com a participação dos presidentes das associações de barraqueiros que atuam nas praias. Para as análises, foram utilizados documentos e informações obtidas em sites oficiais e acadêmicos, uso da revisão sistemática no levantamento das produções acadêmicas que abordam a mesma temática e a Análise de Conteúdo. Os resultados relacionados à parte estrutural, mostraram: que cada praia é gerida de maneira individual; que os municípios não têm intercooperação na condução da administração dessas praias; que todas as associações de barraqueiros são constituídas legalmente e possuem Estatuto Social e Regimento Interno. De modo geral, a pesquisa constatou que apenas os barraqueiros de duas delas afirmaram possuir o Termo de Cessão de Uso das Barracas. No entanto, em todas as praias há participação da gestão municipal na logística de estruturação para a temporada de praia.

Palavras-chave: Norte do Brasil, lago de hidrelétrica, praia artificial, governança, barraqueiros.

ABSTRACT

This research represents an investigation into the environmental perception of beach merchants who own establishments located on the artificial beaches on the Tocantins shore of the Estreito Hydroelectric Plant's lake. The artificial beaches were built by the hydroelectric power plant's entrepreneurial group, Consórcio Energia Estreito (CESTE) and delivered, as a compensatory measure, to seven impacted municipalities, six in the state of Tocantins and one in the state of Maranhão; however, the beach located in the state of Maranhão is not part of this research. The general objective of this research sought to analyze the environmental perception of shack owners in the practices of use and preservation of artificial beaches located in the municipalities of: Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Palmeirante and Palmeiras do Tocantins. To this end, it was necessary, based on the interviewees' reports, to know the development of activities on natural beaches, as well as the constitution and management of shack owners' associations in relation to the impacts caused by the formation of the HPP lake, the structures and operating conditions of artificial beaches and the worsening caused by the restrictive measures imposed by municipal administrations to minimize the spread of the Covid-19 pandemic. In the literature review, scientific productions were used that address the themes under study in this research: environment, tourism, riverside culture of beach merchants, associations, concept of water impacted/affected, municipal governance, among others. In addition, the characteristics of the beaches before the formation of the lake (natural beaches), post-dam tourism indicators, as well as the impacts of the Covid-19 pandemic on the beach seasons of 2020 and 2021 were also observed. In search of preliminary information, observation visits were carried out during the 2021 beach season. Initially, the visits focused on checking the physical structure of each beach, as well as obtaining contacts with the stallholders. In the second moment, the data collection was carried out using semi-structured and/or in-depth interviews with the participation of the presidents of the stallholder associations that operate on the beaches. For the analyses, documents and informations obtained from official and academic websites were used, the use of systematic review in the survey of academic productions that address the same theme and Content Analysis. The results related to the structural part showed: that each beach is managed individually; that the municipalities do not have intercooperation in managing these beaches; that all beach merchant associations are legally constituted and have Bylaws and Internal Regulations. In general, the research found that only the stall holders of two of them stated that they had the Term of Assignment of Use of the Shacks. However, on all beaches there is municipal management participation in the structuring logistics for the beach season.

Keywords: North of Brazil, hydroelectric lake, artificial beach, governance, beach merchants.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Municípios impactados pela formação do lago da UHE Estreito.....	16
Figura 2 - Compensação Financeira paga aos municípios impactados	26
Figura 3 - Fases da pesquisa de campo.....	31
Figura 4 - Ciclo da governança pública.....	63
Figura 5 - Mapa esquemático ilustrativo das barragens em operação, licenciadas e planejadas na bacia do Tocantins-Araguaia – 2009	66
Figura 6 - Localização da usina hidrelétrica Estreito	71
Figura 7 - Praia da Cigana, Estreito/MA	72
Figura 8 - Estatuto da Associação dos Barraqueiros de Babaçulândia/TO	84
Figura 9 - Estatuto da Associação dos Barraqueiros da Praia de Barra do Ouro	88
Figura 10 - Estatuto Social da Associação dos Barraqueiros de Palmeiras do Tocantins.....	100
Figura 11 - Objetivos da associação dos barraqueiros de Palmeiras do Tocantins	101
Figura 12 - Praia do Coco, Babaçulândia/TO.....	103
Figura 13 - Praia artificial de Barra do Ouro/TO, em 2011	107
Figura 14 - Divulgação das atrações musicais na praia do Ouro, temporada 2023.....	116
Figura 15 - Praia do Coqueiro, Filadélfia/TO	127
Figura 16 - Divulgação de atrações musicais na Praia de Filadélfia em 2022	135
Figura 17 - Praia das Palmeiras, Palmeirante/TO.....	136
Figura 18 - Praia do Pedral, em Palmeiras do Tocantins/TO	145
Figura 19 - Folder de divulgação temporada 2023 Praia do Pedral	154

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Praia natural na margem do rio Tocantins no município de Carolina/MA	18
Fotografia 2 - Pesquisadora preparando o alimento na barraca da participante da pesquisa ...	36
Fotografia 3 - Orla de Babaçulândia/TO durante a pandemia.....	50
Fotografia 4 - Estrutura física da Praia do Ouro, em Barra do Ouro/TO	51
Fotografia 5 - Estrutura Física da Praia das Palmeiras, em Palmeirante/TO	52
Fotografia 6 - Estrutura Física da Praia do Coqueiro, em Filadélfia/TO	53
Fotografia 7 - Percurso de barco entre as Praias das Palmeiras e Paraíso Tropical	55
Fotografia 8 - Utilização de embarcações para travessia do rio Tocantins – Babaçulândia	69
Fotografia 9 - Ancoradouro das embarcações em Babaçulândia/TO durante a formação do lago da UHE Estreito.....	78
Fotografia 10 - Praia do Coco – Estrutura natural em 2009	85
Fotografia 11 - Praia natural em Palmeirante/TO 1993	95
Fotografia 12 - Estrutura física da praia natural, em Palmeirante/TO.....	96
Fotografia 13 - Praia do Coco, Babaçulândia/TO – temporada do ano 2021.....	103
Fotografia 14 - Praia do Coco, Babaçulândia/TO – temporada do ano 2022.....	104
Fotografia 15 - Praia do Ouro, Barra do Ouro/TO	108
Fotografia 16 - Informações sobre a reforma da Praia do Ouro	113
Fotografia 17 - Barracas reformadas na Praia do Ouro temporada 2022	114
Fotografia 18 - Revitalização da Praia do Ouro na temporada de praia de 2022	115

Fotografia 19 - Praia Paraíso Tropical, em Darcinópolis/TO.....	117
Fotografia 20 - Palco da praia Paraíso Tropical com caixas de som.....	120
Fotografia 21 - Estrutura física da praia Paraíso Tropical em Darcinópolis/TO.....	121
Fotografia 22 - Descarte de lixo na Praia Paraíso Tropical, em Darcinópolis/TO.....	122
Fotografia 23 - Placa de inauguração da praia artificial de Filadélfia/TO	128
Fotografia 24 - Orla do lago em Filadélfia/TO.....	129
Fotografia 25 - Entrada da Praia do Coqueiro, em Filadélfia/TO	130
Fotografia 26 - Palco da praia do Coqueiro em Filadélfia/TO temporada 2021	134
Fotografia 27 - Palco da praia do Coqueiro em Filadélfia/TO temporada 2022	134
Fotografia 28 - Barraca na Praia das Palmeiras, em Palmeirante/TO	138
Fotografia 29 - Lateral da barraca que funciona o ano todo.....	139
Fotografia 30 - Placa de advertência sobre a existência de arraiaias	140
Fotografia 31 - Praia artificial de Palmeirante - área de camping.....	143
Fotografia 32 - Depósito de areia na praia de Palmeirante/TO	143
Fotografia 33 - Depósito de areia na praia de Palmeirante/TO	144
Fotografia 34 - Alterações na estrutura física de barracas na praia de Palmeiras do TO	147
Fotografia 35 - Praia de Palmeiras do Tocantins durante a pandemia	149
Fotografia 36 - Entrada da praia do Pedral na temporada de 2022	151
Fotografia 37 - Palco e camarim na praia do Pedral temporada 2022.....	152
Fotografia 38 - Praia do Pedral – temporada 2022.....	152

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa da área da pesquisa.....	43
Mapa 2 – Regiões Turísticas do estado do Tocantins	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aspectos socioeconômicos e demográficos dos municípios tocantinenses com praia artificial no lago UHE Estreito	46
Quadro 2 - Codificação dos participantes da pesquisa.....	48
Quadro 3 - Estrutura física e geolocalização das praias artificiais tocantinenses no lago da UHE Estreito, em 2021.....	58
Quadro 4 - Alguns conceitos de Governança Pública ao longo de duas décadas	59
Quadro 5 - Conceitos de paisagem ao longo de décadas.....	76
Quadro 6 - Regiões turísticas do estado do Tocantins.....	157
Quadro 7 - Modificações das praias naturais para as praias artificiais conforme relatos dos barraqueiros	160
Quadro 8 - Síntese comparativa sobre as Associações de Barraqueiros das praias artificiais localizadas no lago da UHE Estreito	168
Quadro 9 - Categorização das informações sobre medidas restritivas à Covid-19 nos municípios da pesquisa (2020 e 2021)	172

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABP – Associação dos Barraqueiros da Praia de Palmeiras

ABBT - Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins

ABPB – Associação dos Barraqueiros da Praia de Babaçulândia

APP – Área de Preservação Permanente

ASSBBO – Associação dos Barraqueiros de Barra do Ouro/TO

BRK Ambiental – Brookfield (Concessionária de água)

CEP – Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos

CESTE – Consórcio Energia Estreito

CELTINS – Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins

CFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos

COVID-19 – Pandemia Coronavírus

CVM - Comissão de Valores Mobiliários

EIA/RIMA – Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos ao Meio Ambiente

ELETRONORTE – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A

GESPÚBLICA – Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização

GO – Goiás (estado)

GPS – Sistema de Posicionamento Global

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MA – Maranhão (estado)

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MONAF – Monumento das Árvores Fossilizadas

NATURATINS – Instituto Natureza do Tocantins

OMS – Organização Mundial de Saúde

PBA - Plano Básico Ambiental

PDRAE - Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado

PPGCIAMB – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente

PPGCULT – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território

PPGHISPAM - Programa de Pós-Graduação em História das Populações Amazônicas

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEDUC/TO – Secretaria de Educação do Estado do Tocantins

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TCU - Tribunal de Contas da União

TO – Tocantins (estado)

TSP – Turismo de Sol e Praia

UFT – Universidade Federal do Tocantins

UC – Unidade de Conservação

UHE – Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1 Aproximação da pesquisadora com a temática	17
1.2 Problemática e objetivos da pesquisa.....	21
1.3 Justificativa.....	24
1.4 Objetivos	27
1.4.1 Objetivo geral	27
1.4.2 Objetivos específicos	28
2. OS CAMINHOS DA PESQUISA	30
2.1 Delineamentos do tema da pesquisa	30
2.1.1 Tipo da pesquisa e abordagem	37
2.2 A área do estudo.....	42
2.3 Os participantes da pesquisa: codificação e perfil socioeconômico.....	47
2.4 Visitas de reconhecimento do campo	49
3. GOVERNANÇA MUNICIPAL E O TURISMO NO PERÍODO DA COVID-19	59
3.1 Governança.....	59
3.1.1 Governança Pública Municipal	63
3.1.2 Interferência dos gestores municipais na construção das praias artificiais	64
3.2 Hidrelétricas no rio Tocantins e os atingidos pela construção da UHE Estreito	65
3.3 O turismo de Sol e Praia antes da formação do lago da UHE Estreito	73
3.4 O vocábulo Paisagem, a evolução do seu conceito ao longo de quatro décadas e as modificações observadas nas praias	76
4. ENTRE OURO, PEDRAS E PALMEIRAS: MEMÓRIA AMBIENTAL DOS BARRAQUEIROS	81
4.1 Memórias ambientais sobre as praias naturais: documentos e relatos.....	82
4.1.1 Babaçulândia	84
4.1.2 Barra do Ouro	87
4.1.3 Darcinópolis	90
4.1.4 Filadélfia	91
4.1.5 Palmeirante	93
4.1.6 Palmeiras do Tocantins	98
4.2 UHE Estreito e a estrutura das praias artificiais.....	102
4.2.1 Babaçulândia	102
4.2.2 Barra do Ouro	106

4.2.3 Darcinópolis	117
4.2.4 Filadélfia	126
4.2.5 Palmeirante	136
4.2.6 Palmeiras do Tocantins	145
5. DO RIO AO LAGO: TURISMO, BARRAQUEIROS E GOVERNANÇA	156
5.1. A turística Região Vale dos Grandes Rios.....	158
5.2 O associativismo dos barraqueiros: percalços e perspectivas	163
5.3 Governança, restrições durante a pandemia e a preservação da saúde pública...	170
5.4 A Covid-19 e os impactos no turismo das praias no lago da UHE Estreito.....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	183
APÊNDICE	194
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	194
Apêndice B – Questões norteadoras para entrevista com presidentes das associações	196
Apêndice C – Questões norteadoras para entrevista com os barraqueiros	198
Apêndice D - Decretos Babaçulândia – AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS.....	200
Apêndice E - Decretos Barra do Ouro - AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS.....	203
Apêndice F - Decretos Darcinópolis – AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS	205
Apêndice G - Decretos Filadélfia – AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS.....	208
Apêndice H - Decretos Palmeirante/TO – AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS.....	210
Apêndice I - Decretos Palmeiras do Tocantins – AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS.....	211
ANEXOS	213
Anexo A – Parecer Consubstanciado CEP	213
Anexo B – Contrato de Comodato Praia do Pedral – Palmeiras do Tocantins.....	217
Anexo C – Lei nº 266 - Termo de cessão de uso das barracas da praia de Barra do Ouro.	220
Anexo D – Decreto de nomeação do Presidente da Assoc. dos Barraqueiros de Filadélfia/TO.....	222

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada O Paraíso Tropical entre Ouro, Pedras e Palmeiras: percepções ambientais dos barraqueiros das praias artificiais do lago da usina hidrelétrica Estreito, sintetiza, no título, os nomes das seis praias componentes do recorte da pesquisa, todas localizadas no estado do Tocantins e à montante¹ da hidrelétrica. O termo “barraqueiros” representa os proprietários de estabelecimentos comerciais localizados nas praias, voltados especialmente à comercialização de alimentos e bebidas.

O termo “paraíso tropical” é alusivo à praia do município de Darcinópolis. A palavra “ouro” está relacionada ao nome da praia do município de Barra do Ouro. O substantivo “pedras” é utilizado em substituição a pedral, nome da praia da cidade de Palmeira/TO. A palavra “palmeiras”, no plural, é a junção dos nomes das praias de Babaçulândia, Filadélfia e Palmeirante (Praia do Coco, Praia do Coqueiro e Praia das Palmeiras), respectivamente. Dessa forma, elas estão relacionadas à palmeira do babaçu (*Attalea speciosa*).

Para a maioria das comunidades impactadas, a construção de uma hidrelétrica representa a perda de postos de trabalho e de renda por meio da exploração dos recursos naturais como: pesca, extrativismo, transporte, praias/turismo e comércio. A construção da hidrelétrica Estreito transformou não só a paisagem, mas o modo de vida local, ou seja, as utilizações do rio da forma como os ribeirinhos o conheciam, desapareceu.

Outra modificação é relacionada à forma de utilização das praias, pois, até então, havia a presença daquele usuário que buscava por praias naturais que propiciassem o contato com a natureza. Quando as praias e ilhas foram submersas pela barragem, surgiu o excursionista, um frequentador que não movimentou a economia local como outrora (Ertzogue; Zagallo, 2018).

Compreendi, a partir dos relatos dos entrevistados, que não houve alteração no tipo de frequentador da praia, mas sim, mudanças no tempo de permanência. Situação expressa no fato de que, antes da formação do lago, as praias sazonais eram estruturadas para a temporada, sendo comum os visitantes permanecerem ali por dias; já nas praias artificiais, mesmo sendo utilizadas com mais frequência na temporada de férias escolares, é comum a presença dos visitantes nos finais de semana ou apenas um por dia. A permanência dos acampantes é menor, se comparada ao antes da formação do lago.

A partir da formação do lago da UHE Estreito foram inundadas parte de dez municípios tocantinenses e dois maranhenses. Dos doze municípios impactados, sete (sendo seis

¹ Nesta pesquisa, este termo se refere àquilo que está localizado acima da hidrelétrica.

localizados no estado do Tocantins e um localizado no estado do Maranhão) receberam a construção de uma praia artificial a título de medida compensatória. Porém, o município maranhense, Estreito, está excluído desta pesquisa, devido o foco ser as praias localizadas no estado do Tocantins. A Figura 1 apresenta os doze municípios impactados pela formação do lago da UHE.

Figura 1 - Municípios impactados pela formação do lago da UHE Estreito



Fonte: <https://www.engie.com.br/uploads/2018/11/Apresentac%CC%A7a%CC%83o-UHE- Estreito.pdf>.
Acesso em: 06 nov. 2023.

Como forma de compensar os municípios impactados pela perda das praias naturais, o Consórcio Energia Estreito (CESTE)² entregou praias artificiais aos municípios de: Babaçulândia/TO, Barra do Ouro/TO, Darcinópolis/TO, Estreito/MA, Filadélfia/TO, Palmeirante/TO e Palmeiras do Tocantins/TO. As instalações das praias são compostas por: palco para apresentações artísticas, quiosques, blocos de sanitários, posto de saúde, posto para bombeiros, espaço para administração e espaço para a prática de atividades físicas. Em Babaçulândia foram construídas na praia: uma quadra poliesportiva e estacionamento cascalhado, sendo que posteriormente a gestão municipal providenciou o calçamento com tijolos de cimento.

Nos municípios de Babaçulândia e Filadélfia foram construídas, além da praia, uma orla. Na cidade de Babaçulândia a orla está localizada no perímetro urbano e quando foi entregue, conforme (CESTE, 2017), tinha: calçada, canteiros gramados, equipamentos de ginástica, *playground*, estacionamento, *péres* de madeira e sanitários. Durante a pesquisa de campo, observou-se que alguns dos itens descritos anteriormente, já estavam danificados e precisando de manutenção, porém essas manutenções ficam às expensas do poder público local.

Diante do exposto, é necessário questionar se esses bens públicos, componentes das medidas compensatórias entregues à comunidade local, estão sendo utilizados para a continuidade das atividades turísticas. Convém, também, identificar se todos os envolvidos no turismo antes da formação do lago estão desenvolvendo atividades análogas às que desenvolveram no passado, bem como observar quais são os aspectos saudosos da praia antes da barragem e aqueles observados atualmente. Outro ponto que merece questionamento é compreender o porquê de as barracas das praias terem sido construídas em modelo padrão, ou seja, não foram consideradas as especificidades da paisagem de cada localidade.

1.1 Aproximação da pesquisadora com a temática

Dentre os municípios tocantinenses impactados pela construção da UHE e que receberam praia artificial, conheço há mais de 30 anos, a cidade de Babaçulândia (TO), pois desde a minha adolescência frequentei a Praia do Coco. A localidade era o ponto turístico mais próximo, cerca de 60 km, e acessível financeiramente para mim, enquanto moradora da periferia da cidade de Araguaína/TO. Participei, nas temporadas de praia, de excursão saindo da cidade

² O Grupo empreendedor da usina hidrelétrica de Estreito era formado pelas empresas: Companhia Vale do Rio Doce, Alcoa Alumínio S.A, Billiton Metais S.A. e Camargo Corrêa Energia Ltda.

de Araguaína para a praia de Babaçulândia: a saída acontecia por volta das seis horas da manhã e o retorno era no final da tarde, após as 17 horas.

A partir de 2008 acompanhei algumas das modificações ocorridas nas margens do rio Tocantins, no município de Babaçulândia, devido viajar na embarcação do meu sogro, que era barqueiro e tinha uma chácara localizada na margem maranhense do rio, a cerca de 15 km à jusante da sede do município.

Resgatando minhas memórias afetivas, recordo-me de ser testemunha ocular de muitas mudanças ocorridas na paisagem das margens do rio Tocantins próximo à cidade de Babaçulândia, porém não tinha a perspectiva de pesquisadora, observei meramente como curiosa passiva. Já no período de 2008 até 2011 registrei, em fotografias aleatórias, algumas das modificações ocorridas na paisagem. Apesar das imagens não serem de excelente resolução, mostram a paisagem às margens do rio, com as modificações provenientes da supressão da vegetação e das modificações de rio para lago.

Anualmente, durante as férias escolares do mês de julho, um grupo de amigos viajava para passar alguns dias numa propriedade rural, às margens do rio Tocantins. O percurso da cidade até a chácara durava um tempo aproximado de duas horas. Na Fotografia 1 observa-se, a partir da ribanceira, a praia de areia alva, a água do rio, a embarcação que era utilizada pelos familiares e a vegetação ribeirinha. Na outra margem do rio verifica-se a vegetação formada pelos babaçuais e as serras.

Fotografia 1 - Praia natural na margem do rio Tocantins no município de Carolina/MA



Fonte: arquivo pessoal Súsie Fernandes, 2009.

A Fotografia 1, mostra uma paisagem do rio Tocantins, limite entre os municípios de Babaçulândia/TO e Carolina/MA, proximidade que possibilitava aos moradores de Babaçulândia terem propriedades rurais no município de Carolina e mais que isso, a utilização dos bancos de areia. A praia do Coco era utilizada pelo município de Babaçulândia antes da formação do lago, porém estava localizada na margem maranhense do rio Tocantins. Por isso, havia a necessidade da utilização de embarcações para fazer o transporte de toda a estrutura física, insumos para a comercialização e o transporte de pessoas.

No período do deslocamento dos moradores das áreas impactadas, anos de 2008 a 2010, observei as embarcações chegarem ao Porto das Mangueiras³, transportando mudanças dos ribeirinhos e dos moradores da Ilha de São José⁴. Os impactados transportavam a mobília da casa, os animais domésticos de pequeno porte e os animais de estimação. Lembro-me de uma dessas mudanças... observei o pilão (usado para beneficiar o arroz); o garajau de galinhas, o qual fora construído com “braços” de buriti, e fora transportado sobre a parte superior da barca⁵.

No ano de 2012, fiz a minha primeira visita de campo, como pesquisadora dos impactos das UHE Estreito aos ribeirinhos. Fui a Babaçulândia/TO entrevistar o presidente da Associação dos Barqueiros e obtive informações sobre a dinâmica de funcionamento daquela associação. Dessa forma, desenvolvi uma atividade da disciplina de Estudo de Caso em Gestão de Cooperativas, pois era graduanda em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Araguaína, (minha segunda graduação). A primeira graduação é licenciatura em Letras Português e Inglês; e a terceira é em Gestão de Turismo.

Na visita tive o primeiro contato com relatos sobre a realidade enfrentada pelos barqueiros impactados pela construção da UHE Estreito. A Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins (ABBT), foi constituída em 20 de abril de 2001 por um grupo de 32 homens donos de barcos, os quais tinham como objetivo a organização dos trabalhos e evitar que pessoas não associadas realizassem o transporte de passageiros durante as temporadas de praias (ABBT, 2001).

As respostas aos questionamentos propostos no roteiro de entrevista aplicado em 2012 foram decisivas para o aumento da curiosidade sobre a situação vivida por aqueles barqueiros impactados. Os relatos do presidente da associação descreveram fatos sobre os impactos causados, pela construção da hidrelétrica Estreito, às atividades de transportar turistas para a

³ Porto de parada das embarcações maiores. No local era possível fazer o transbordo da mudança que estava na embarcação para o caminhão.

⁴ Ilha localizada no município de Babaçulândia. A qual foi totalmente inundada pelo lago da UHE Estreito.

⁵ Nome utilizado para as embarcações maiores que canoas, nas quais se podia transportar maior carga.

praia, além do transporte de ribeirinhos e de alimentos. Os relatos contemplaram informações sobre a extinção das áreas de vazantes; os baixos valores das indenizações recebidas pelas atividades desenvolvidas; a mobilização dos associados em busca de benefícios coletivos e a organização do projeto para o recebimento das medidas compensatórias para a associação: o galpão sede da associação e o barco catamarã.

No ano de 2015 participei do processo seletivo do Mestrado em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Araguaína, com um projeto para investigar o processo de reterritorialização dos barqueiros associados impactados pela construção da UHE. Fui aprovada e desenvolvi a pesquisa, durante a qual tive a oportunidade de ler todas as atas da associação dos barqueiros, desde a constituição até os dias da pesquisa. Na ocasião, tive a oportunidade de participar, na condição de ouvinte, de algumas assembleias gerais daquela associação, além de visitar e entrevistar todos os 15 associados.

Durante as entrevistas individuais dialogamos sobre a situação em que estavam vivendo e tive a oportunidade de fotografar as moradias e seu entorno. As questões do roteiro de entrevistas abordaram aspectos relacionados à identificação e memórias do local de moradia antes do impacto; produção e rendimentos financeiros na temporada de praia; desenvolvimento do processo de desapropriação e indenizações; medidas compensatórias coletivas aos associados; e fonte de renda pós-barragem.

Logo após a defesa da dissertação voltei à associação, num dia de Assembleia Geral, e fiz a devolutiva sobre os resultados da minha pesquisa aos barqueiros associados e alguns de seus familiares presentes naquele momento. Tenho a certeza de que a minha pesquisa com aquele grupo de impactados não foi suficiente para mostrar toda a magnitude dos impactos causados pela construção da UHE Estreito, mas pode ser ampliada em diversos aspectos. Um deles está relacionado à continuidade das atividades turísticas nas praias artificiais localizadas no entorno do lago.

No ano de 2019 participei do processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente (PPGCIAMB) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Palmas/TO, e obtive a segunda colocação na classificação final. Iniciei o curso em março de 2020, porém na primeira semana de aulas houve o aumento dos casos da pandemia Covid-19, e as aulas foram ministradas no formato remoto.

A pesquisa de campo, de forma geral, sofreu impactos da Covid-19, pois houve a suspensão das temporadas de praias por dois anos consecutivos, bem como restrições a todas

as atividades relacionadas ao turismo, como: transportes e quaisquer tipos de aglomerações, tanto em espaços públicos quanto em privados.

1.2 Problemática e objetivos da pesquisa

Com a construção da barragem e a formação do lago, as condições logísticas de funcionamento das praias naturais foram modificadas. Os postos de trabalho de complementação de rendas, que eram mantidos a partir da prestação de serviço aos visitantes das praias: transporte, venda de alimentação, hospedagem, transporte de mercadorias para abastecer o comércio na praia, trabalhadores informais (ambulantes) que vendiam alimentos (salgados, refrigerantes, cerveja, ovos de codorna, etc.) e acessórios (chapéus, óculos, protetor solar, dentre outros) enfrentaram problemas.

As atividades comerciais existentes antes da formação do lago, do ponto de vista econômico, social e cultural, foram prejudicadas, pois o turismo nas praias, além de ser fonte de renda e gerar trabalho a boa parte da população dos municípios impactados, é meio de socialização, de pertencimento e lazer. Dessa forma, os proprietários de hotéis e vendedores ambulantes, bem como pessoas que dependiam de realizar pequenos trabalhos aos visitantes da praia, como por exemplo, o transporte de bagagens do local de parada do ônibus/van e dos estacionamento até a embarcação que fazia a travessia para as praias foram impactados.

As interferências do lago nos equipamentos turísticos dos municípios com maior fluxo nas praias naturais - Babaçulândia e Filadélfia - foram previstas no EIA/RIMA do empreendedor desde a elaboração do cadastro urbano realizado durante o levantamento das edificações na área a ser alagada. “Em Babaçulândia foram impactados: 1 pequeno hotel, 4 mercearias, 5 bares, 1 açougue, 1 sorveteria, 1 campo de futebol. [...] Em Filadélfia foram: 2 restaurantes, 1 bar e 1 hotel” (IBAMA, 2001, p. 148, 153).

O consórcio construtor da UHE, definiu através do Plano Básico Ambiental (PBA), alguns programas ambientais, sendo um deles, direcionado a Recomposição das Áreas de Lazer e Turismo, o qual visou compensar a perda das praias naturais por meio da implantação de praias artificiais nas margens do reservatório. Para tanto, foram selecionados locais com potencial paisagístico e turístico para a criação de novas áreas de lazer, sendo necessário sua adequação funcional, paisagística e geotécnica⁶, além de articulações com comerciantes e

⁶Estuda o comportamento do solo e das rochas em decorrência das ações do homem.

visitantes das áreas de lazer utilizadas antes da formação do lago, a fim de atender anseios de melhoria das condições existentes (CESTE, 2021a).

As praias artificiais foram entregues, pelo construtor da UHE, aos municípios. Porém, apenas pelas condições estruturais não têm capacidade de atrair turistas no mesmo volume que tinha na época das praias naturais, pois as praias artificiais não agradam quem conhecia as praias naturais. Portanto, é oportuno investigar e discutir quais têm sido as estratégias, realizadas pelo poder público e pelos empreendedores que exercem negócios relacionados ao turismo, a fim de prover a manutenção das atividades e atrair mais visitantes para as praias.

Desde a formação do lago da UHE e construção das praias artificiais, houve diminuição na quantidade de dias de permanência dos visitantes nas praias. Isso ocorreu em razão da mudança do tipo de frequentador; antes turistas⁷, agora excursionistas⁸, os quais não movimentavam a economia local como outrora. Esse fato provocou um reflexo na redução na quantidade de turistas que passavam a maior parte da temporada na praia, gerando emprego e renda à localidade. No lugar destes aumentaram os visitantes de pouca permanência, com chegada e retorno no mesmo dia. Por isso, inverteu-se o ciclo de turismo para excursionismo (Ertzogue; Zagallo, 2018).

A alteração do tipo de frequentador das praias apresentada por Ertzogue e Zagallo (2018) está atrelada à perda de algumas características naturais que favoreciam a permanência por tempo mais demorado, tais como: acampar, pescar, realizar passeios em canoas, armar barracas sob as árvores às margens do rio. Estas características foram alteradas a partir da construção das praias artificiais na área urbana. Como exemplo, as praias de Babaçulândia, Barra do Ouro, Filadélfia e Palmeirante deixaram de ser atrativos favoráveis para acampar. Dessa forma, quem mora mais próximo à localidade da praia prefere passar apenas o dia.

A realização de atividades relacionadas ao turismo, nos municípios impactados pela formação do lago, existiu desde muito tempo, pois, apesar de haver pouca formação técnico-específica para o desenvolvimento das atividades, existia a formação prática, a qual estava relacionada ao aprendizado empírico, que consistia na valorização da biodiversidade e conservação do meio ambiente que compunha a praia e seu entorno. Os moradores atendiam às necessidades essenciais dos visitantes das praias, tais como: transporte para as praias, utilizando

⁷ É o visitante que se desloca voluntariamente por período de tempo igual ou superior a 24 horas para local diferente da sua residência e do seu local de trabalho (Falcão, 2019).

⁸ É toda pessoa que se desloca individualmente ou em grupo para local diferente de sua residência permanente, por período inferior a 24 horas, sem pernoitar (Falcão, 2019).

embarcações; mão de obra na construção de barracões para temporadas; fornecimento de hospedagem e alimentação.

Tendo como foco a alteração do cenário de atuação dos barraqueiros - de praia natural para praia artificial - esta pesquisa partiu do seguinte questionamento: como os barraqueiros das praias artificiais, no lago da UHE Estreito, percebem o ambiente no qual desenvolvem as atividades comerciais durante as temporadas de praia?

Diante do exposto, esta pesquisa buscou compreender de que forma os barraqueiros das praias artificiais, localizadas às margens do lago da UHE Estreito, vivenciaram, utilizaram e preservaram os recursos naturais disponíveis. Na busca de cumprir os objetivos específicos, foram utilizados os seguintes eixos norteadores de questionamentos:

- Quais são as modificações, na percepção dos barraqueiros, entre a utilização das praias naturais e das praias artificiais?
- Quais são as ações e estratégias desenvolvidas para promover atividades turísticas capazes de gerar recursos financeiros, causando o menor impacto ambiental local?
- Na perspectiva dos barraqueiros, há responsabilidade do CESTE em contribuir com a manutenção da infraestrutura das praias?

Sob a perspectiva de identificar as respostas esperadas, foi necessário realizar o levantamento informacional sobre a paisagem das praias antes da construção da barragem; identificar as mudanças paisagísticas depois da formação do lago; descrever as percepções, ações e comportamentos dos barraqueiros das praias quanto aos aspectos ambientais; identificar estratégias locais, do poder público e de empreendedores, para o desenvolvimento do turismo pós-barragem.

Dentre os principais benefícios relacionados ao desenvolvimento econômico dos municípios impactados, na época da construção da hidrelétrica, é possível apontar: geração de empregos; diversificação da atividade econômica regional; fixação da população, em idade laboral, no local de origem; desenvolvimento da infraestrutura local, dentre outros. No que se refere aos impactos, verificou-se a especulação imobiliária, inflação e aumento dos valores dos produtos alimentícios, migração de ocupações tradicionais, sazonalidades, dependência e vulnerabilidade econômica.

Porém, logo após a finalização da obra, com o retorno da maioria dos trabalhadores aos seus locais de origem ou direcionamento a outras obras, os municípios impactados começaram a passar pelo processo de desaquecimento da economia local, visto que o “[...] impulso econômico foi exógeno e não se mantém por muito tempo, [...] na região do Tocantins, os

municípios são pequenos e com poucas oportunidades de investimentos financeiros e atividades econômicas que possam alavancar o aquecimento da economia local” (Lima, 2020, p. 162).

Apesar do impacto na economia local, alguns benefícios relacionados ao meio ambiente foram representados pelo aumento na extensão das áreas de conservação, intensificação da fiscalização por moradores, turistas e órgãos competentes, maior conscientização da população local e turistas na conservação da biodiversidade.

Por outro lado, os impactos ao meio ambiente, compreenderam: o desmatamento, as modificações no ambiente natural e no modo de vida da população local, prejuízos ao *habitat* natural de espécies da fauna, problemas ocasionados pelo descarte de resíduos como lixos e esgotos, alterações na qualidade da água, poluição sonora e visual, dentre outros.

Na concepção de que o termo composto meio ambiente é reducionista para o conceito de ambiente, devido se relacionar apenas com conceitos da natureza não humana, o que o torna vago, pois passa a ser um subconjunto do espaço geográfico, subentende-se o ambiente terrestre, com seus fatores bióticos e abióticos e a Terra como morada humana (Souza, 2019). Não obstante, quando não se aceita essa restrição e se passa a encarar o ambiente como algo que vai muito além da natureza não humana, é que se vê como os conceitos de meio ambiente e espaço geográfico são complexos e, principalmente, interdisciplinares, necessitando da colaboração de outras ciências para abordar a temática em discussão.

1.3 Justificativa

A praia tem sido um espaço de lazer democrático aberto aos indivíduos detentores de diferentes espécies de capital, sejam eles econômico, cultural ou social os quais lhes atribuem significados diferentes. O imaginário da praia natural esteve e está submetido a processos de reconstrução e de reinterpretação na praia artificial, embora possa ter padrões regulares de aspectos imutáveis, ou seja, é entendida como espaço de convívio, de alegria e de lazer.

Progressivamente, a praia natural assumiu um caráter de espaço público. Ademais, num mesmo momento histórico não existe um conjunto de sentidos e de comportamentos uniforme e consensual dirigido à praia (Machado, 2000). No caso das praias naturais formadas, às margens do rio Tocantins, no recorte geográfico impactado pela formação do lago da UHE Estreito, era possível a realização de diversas atividades de lazer, como: acampar, pescar, descansar, observar a natureza, praticar esportes na areia.

De modo geral, compreende-se que o turismo pode ser um grande aliado do planejamento governamental, uma vez que é capaz de atrair investimentos de infraestrutura,

bens e serviços que qualificam a oferta e consolidam demandas. Porém, é necessário estar ciente de que o exercício de poder dos sujeitos no lugar e sobre o lugar dá-se, em via dupla: por um lado, pela capacidade de construção das mediações necessárias ao funcionamento do sistema local, de modo a fortalecê-lo e, por outro lado, ao lançar mão de meios externos para assegurar sua reprodução (Balastrieri Rodrigues, 2006; Maia; Freitas; Portuquez, 2012).

Nesta pesquisa, tratamos da obtenção de recursos financeiros pelos barraqueiros trabalhadores nas praias desde os tempos das praias naturais até os dias da pesquisa de campo, nas praias artificiais, a qual foi realizada nos anos 2022 e 2023. Apesar do curto espaço de tempo do desenvolvimento das atividades de comercialização de bens e produtos, ou seja, apenas durante dois meses no ano, os barraqueiros relataram que era um tempo muito profícuo a todos, pois era o momento de pagar todas as contas e investir, seja na melhoria da casa, na aquisição de eletrodomésticos e equipamentos que seriam utilizados nas temporadas seguintes.

É oportuno discutir a necessidade de investimentos privados aliados a políticas públicas locais, estaduais e nacionais que fomentem o desenvolvimento de atividades turísticas nas praias localizadas às margens de lagos de usinas hidrelétricas. Isso é importante porque promove o desenvolvimento local como um processo endógeno de mudança que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (Lima; Pinto; Marques, 2020).

Portanto, como forma de resolver alguns entraves no turismo pós-barragem, Balastrieri e Rodrigues (2006) sugerem reflexões sobre: estratégias de cooperação, alianças e parcerias capazes de suprir a carência de bens e serviços que estariam a cargo de pequenas e médias empresas; desvinculação em relação aos fatores naturais condicionantes através da criação de ambientes diferenciados; o maior comprometimento com a conservação ambiental e com as comunidades locais; a adoção de códigos de certificação, de ética e da criação de incentivos à fidelização, com acompanhamento pós-viagem.

Dessa forma, é oportuno e necessário o questionamento, pelos barraqueiros, à gestão municipal sobre a aplicabilidade local da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) também conhecida como “*Royalties* hidrelétricos”, a qual é mensalmente repassada aos municípios impactados, conforme publicações no site do CESTE. A CFURH é um ressarcimento pela ocupação de áreas de usinas hidrelétricas e pelo uso da água na geração de energia (CESTE, 2021). A Lei Federal nº 7.990 de 28 de dezembro de 1989, que instituiu a CFURH, proíbe a sua aplicação no pagamento do quadro permanente de pessoal e no abatimento de dívidas (exceto se o credor for a União e suas entidades). A Figura 2, mostra os valores pagos aos municípios até o ano de 2020.

Figura 2 - Compensação Financeira paga aos municípios impactados



CFURH – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS (Em R\$)

Destinação	Outubro/2020	Junho de 2011 a Outubro/2020
Orgãos do Governo Federal ¹	R\$ 44.352,29	R\$ 35.185.999,37
Estado de Tocantins ²	R\$ 202.267,31	R\$ 39.932.044,10
Estado do Maranhão ²	R\$ 134.777,29	R\$ 27.572.319,76
Estado de Goiás ²	R\$ 57.442,15	R\$ 11.907.809,47
Municípios de Tocantins ³	R\$ 311.180,47	R\$ 43.801.335,24
Babaçulândia	R\$ 76.911,40	R\$ 11.267.087,20
Barra do Ouro	R\$ 38.809,02	R\$ 5.685.303,92
Darcinópolis	R\$ 31.710,01	R\$ 4.645.337,34
Filadélfia	R\$ 92.953,22	R\$ 11.987.845,41
Goiatins	R\$ 12.183,66	R\$ 1.781.838,01
Itapiratins	R\$ 12.378,60	R\$ 1.811.395,56
Palmeirante	R\$ 20.671,61	R\$ 2.879.219,11
Palmeiras do Tocantins	R\$ 22.759,08	R\$ 3.334.075,95
Tupiratins	R\$ 722,90	R\$ 105.899,37
Outros Municípios	R\$ 2.080,97	R\$ 303.333,37
Municípios de Maranhão ⁴	R\$ 207.349,68	R\$ 30.375.562,54
Carolina	R\$ 167.671,55	R\$ 24.562.940,18
Estreito	R\$ 39.678,13	R\$ 5.812.622,36
Municípios de Goiás ⁵	R\$ 88.372,54	R\$ 12.954.663,56
TOTAL	R\$ 1.045.741,73	R\$ 201.729.734,03

¹ Referente a: ANA (0,75%), FNDC (4%), MMA (3%), MME (3%).

² Estados: Totalizam 45%

³ Municípios de TO : 20 Municípios

⁴ Municípios do MA: 2 Municípios

⁵ Municípios de GO: 10 Municípios

A Figura 2, apresenta a publicação de pagamentos no mês de outubro de 2020, sobre os valores financeiros de CFURH aos municípios impactados, mostra que dois municípios tocantinenses receberam os maiores montantes mensal em comparação aos demais municípios. Sendo eles: Babaçulândia, com o valor de 76.911,40; e Filadélfia, com 92.953,22. Bem como o que cada um dos dois municípios recebeu, em valor acumulado, desde o primeiro pagamento realizado em junho de 2011, superou 11 milhões. (CESTE, 2020).

Conforme exposto, na tabela de valores pagos, é necessário que os moradores de cada município façam alguns questionamentos, aos gestores públicos locais, sobre a utilização desses valores, tais como: qual tem sido a aplicabilidade na infraestrutura municipal? Se é feito investimento ou melhoria na praia e seu entorno? Há divulgação ou prestação de contas (fixa/painel ou midiática), realizada pelo gestor público local, sobre os valores recebidos e em que são investidos?

Conforme definido no Art. 8 da Lei Federal nº 7.990 de 28 de dezembro de 1989, os recursos podem ser aplicados no custeio de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, especialmente na educação básica pública em tempo integral, inclusive as relativas a pagamento de salários e outras verbas de natureza remuneratória a profissionais do magistério em efetivo exercício na rede pública (Brasil, 1989). Isso incluiu também a capitalização dos fundos de previdência dos estados e municípios, a partir da edição da Lei Federal nº 10.195/2001. A fiscalização da correta utilização do dinheiro proveniente da compensação financeira cabe ao Tribunal de Contas ou ao Ministério Público de cada estado.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

- Compreender a percepção ambiental, sob a ótica dos barraqueiros, nas práticas de utilização das praias artificiais localizadas no lago da UHE Estreito, nos municípios de: Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Palmeirante e Palmeiras do Tocantins. Com foco nos aspectos: memória ambiental, relacionada às praias antes da formação do reservatório; a perspectiva sobre as condições atuais das praias; os aspectos relacionados à governança atual das praias; e as dificuldades enfrentadas por ocasião da pandemia Covid-19.

1.4.2 Objetivos específicos

- Caracterizar as praias antes e depois da formação do reservatório do lago da UHE Estreito;
- Descrever as percepções, ações e comportamentos dos barraqueiros das praias artificiais quanto aos aspectos sociais e ambientais;
- Levantar informações relacionadas aos anos de 2020 e 2021, período de incidência da Covid-19.

Como forma de responder os objetivos específicos propostos, este trabalho está estruturado em cinco capítulos. Nestes, estão reunidas as análises teóricas, metodológicas e as observações de campo para respaldar o objeto de estudo. Além disso, mostram os caminhos da pesquisa, as dificuldades causadas pela pandemia Covid-19, bem os esforços dos barraqueiros para a manutenção das atividades comerciais e os cuidados com a manutenção da natureza.

O capítulo um refere-se à apresentação do título e dos termos que o compõem, bem como dos municípios nos quais estão localizadas as praias artificiais. A formação do lago da Usina Hidrelétrica Estreito (UHE) e os municípios impactados nos estados do Tocantins e Maranhão. A aproximação da pesquisadora com a temática do estudo; a problemática e os objetivos da pesquisa; hipóteses e justificativa; compensação financeira para os municípios impactados, desde o início do funcionamento da UHE até o ano de início da pesquisa.

O capítulo dois apresenta os caminhos da pesquisa, com os delineamentos do tema da pesquisa; as fases da pesquisa de campo; o instrumento de coleta de dados; tipo da pesquisa e abordagem; a área do estudo; codificação e perfil dos participantes da pesquisa; descrição das visitas de campo, tanto durante como depois da pandemia Covid-19; geolocalização e descrição da estrutura física de cada praia.

No capítulo três, são apresentados fundamentos teóricos sobre o conceito e os princípios de governança pública; governança pública municipal e seu ciclo. Bem como a discussão dos aspectos da interferência dos gestores municipais na construção das praias artificiais, embasados nos relatos dos participantes da pesquisa. São elencadas informações sobre todas as hidrelétricas construídas no estado do Tocantins. O enfoque central é sobre os impactos causados pela UHE Estreito, aos municípios componentes desta pesquisa, e os prejuízos ao turismo de Sol e Praia neles desenvolvido. Neste capítulo é abordado os conceitos de paisagem.

O capítulo quatro, discute aspectos da memória ambiental, apresentada pelos barraqueiros, na qual são apresentadas informações sobre as praias antes da construção da UHE Estreito, bem como sobre a constituição e funcionamento das associações de barraqueiros. No

que se refere às praias artificiais, são apresentadas informações e discussões sobre a falta de funcionamento durante os dois anos de ocorrência da pandemia Covid-19, imagens das instalações físicas durante o mesmo período.

Neste mesmo capítulo, são apresentadas e discutidas as percepções, dos participantes da pesquisa, sobre: paisagem, pesca, locais destinados a acampamentos, organização da estrutura física de forma geral, diversidade de produtos comercializados pelos barraqueiros e a destinação do lixo produzido.

O capítulo cinco, discute sobre as mudanças ocorridas a partir das modificações da água corrente do rio para a água de lago. Descreve as sete regiões turísticas do estado do Tocantins, as principais cidades e possíveis atividades turísticas que são realizadas em cada região. O foco está na região Vale dos Grandes Rios e nos percalços causados, pela formação do lago da UHE Estreito, aos barraqueiros das praias componentes do recorte desta pesquisa. Para tanto, foi necessário conceituar associativismo e reforçar o que está preconizado nos seus sete princípios. Por fim, é apresentado um quadro com as temáticas e categorias compreendidas como resultado das ações de governança pública municipal, durante a pandemia, as quais foram decisivas para a preservação da saúde pública.

Nos anexos são apresentados quadros com informações sobre os decretos, publicados nos diários oficiais, pelos municípios. Nos quais constam as orientações sobre as medidas restritivas e/ou flexibilizações relacionadas à contenção da pandemia Covid-19. Nos apêndices são apresentados documentos obtidos juntos aos entrevistados ou disponíveis nos diários oficiais dos municípios, relacionados a: Termo de Cessão de Uso das barracas e decisão judicial.

2. OS CAMINHOS DA PESQUISA

A trajetória metodológica representa o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Inclui a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade), ocupando lugar central no interior das teorias. Porém nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de interpretar ou explicar todos os fenômenos e processos (Minayo, 2012).

O conceito de teoria, presente em Minayo (2012), define que são explicações da realidade, as quais cumprem as funções de: a) colaborar para esclarecer melhor o objeto de investigação; b) ajudar a levantar as questões, a focalizar o problema, as perguntas e estabelecer hipóteses com mais propriedade; c) permitir maior clareza na organização dos dados; e d) iluminar a análise dos dados. Ao que Hall, 2003, acrescenta que:

A teoria é uma tentativa de solucionar problemas políticos e estratégicos; não uma elaboração a partir deles. A teoria é uma tentativa de saber algo que, por sua vez, leva a um novo ponto de partida em um processo sempre inacabado de indagação e descoberta; não é um sistema que precisa ser acabado, útil na produção do conhecimento” (Hall, 2003, p. 14).

Como suporte para a trajetória desta pesquisa, foram utilizados teóricos que respaldam a pesquisa qualitativa com um conjunto de referências teóricas orientadas para a pesquisa exploratória oral, utilizando-se roteiros de entrevistas, com a finalidade de subsidiar a representação e análise posterior. Isso permitiu a busca de apoio científico para explicitar os direcionamentos da pesquisa e ajustar o motivo dela com os barraqueiros das praias. Conforme Severino (2007, p. 123-124), “[...] a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

2.1 Delineamentos do tema da pesquisa

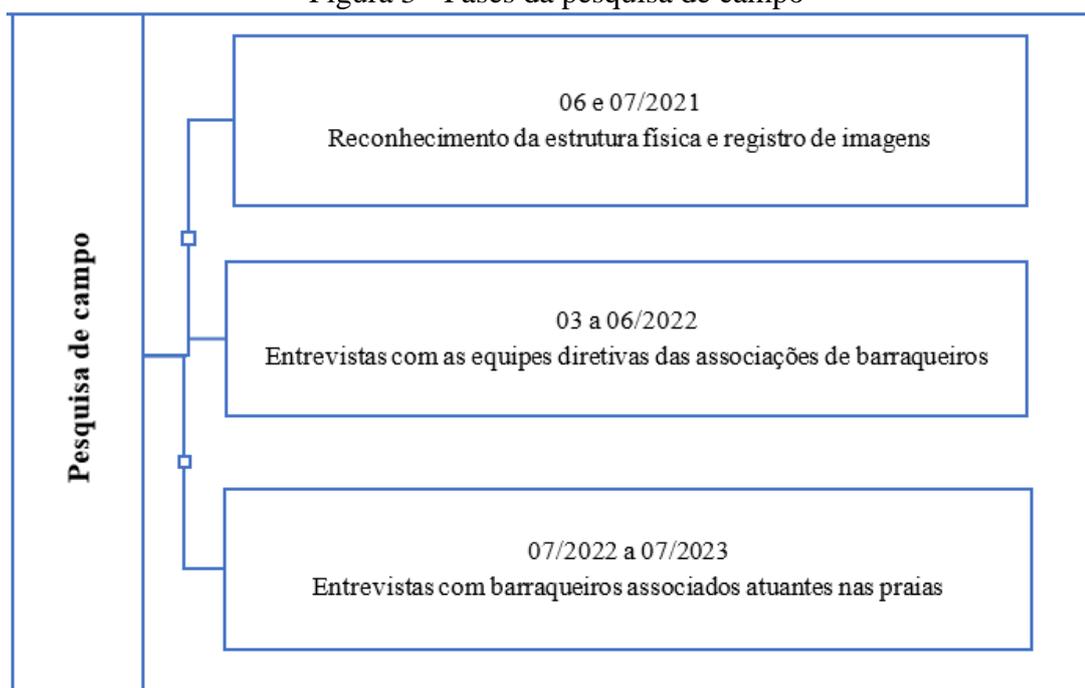
Para a definição do recorte da pesquisa, utilizou-se o critério de inclusão que consiste em arrolar apenas as praias artificiais construídas, pelo CESTE, e entregues a título de medida compensatória aos municípios tocantinenses que estão localizados à margem lago da usina hidrelétrica, à montante da barragem: Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Palmeirante e Palmeiras do Tocantins.

No entanto, Babaçulândia e Filadélfia também receberam, além das edificações da praia, uma Orla, na qual há edificações como: quiosques, banheiros, estacionamento para veículos e equipamentos para ginástica. O município de Estreito/MA, também recebeu uma praia artificial, mas será excluído desta pesquisa devido estar localizada em outro Estado.

Na elaboração do roteiro de entrevista havia a hipótese de que todas as praias fossem geridas de forma equiparada e que todas as associações de barraqueiros teriam organização semelhante. Porém, foi constatado a diversidade de processos, desde a entrega da praia, até à administração por parte dos barraqueiros e da gestão pública municipal (responsável pelo recebimento da praia – medida compensatória).

A pesquisa de campo e a coleta de dados foram realizadas em três momentos, os quais estão apresentados na Figura 3, como forma de mostrar sucintamente a trajetória da busca pelas informações que estão apresentadas nesta pesquisa.

Figura 3 - Fases da pesquisa de campo



Fonte: Organização da autora, 2023

O primeiro momento foi realizado nos meses de junho e julho do ano de 2021. Na oportunidade, todas as praias foram visitadas para que fosse realizado o registro de imagens fotográficas e o reconhecimento das estruturas físicas, bem como para realização de anotações necessárias sobre a paisagem de cada local. No ano de 2021, em consequência da Covid-19, as atividades turísticas estavam suspensas, inclusive a temporada de praias. Por isso, nesse período, não houve nenhum tipo de entrevista ou contato com os associados.

No segundo momento, no período entre março e junho de 2022, aconteceu o diálogo com os presidentes, vice-presidentes, secretários e tesoureiros das associações dos barraqueiros. Nessa ocasião foi possível obter informações sobre a constituição e funcionamento das associações como representativas de uma categoria de profissionais atuantes no turismo local. Em destaque, os diálogos revelaram situações de aspectos paisagísticos, ambientais e logísticos relacionados ao antes e ao depois da construção da UHE, bem como aspectos documentais da constituição das associações (Apêndice B).

Como instrumento de coleta de dados primários, foram realizadas entrevistas com integrantes da diretoria das associações, pois conforme Duarte (2017, p. 63) “o uso de entrevistas permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos”. As entrevistas tiveram duração média de 45 minutos, as quais foram gravadas e, posteriormente, transcritas para então serem analisadas. Salienta-se que a seleção dos indivíduos, para fazer parte do corpus de entrevistas, priorizou a participação na diretoria atuante no ano de 2022.

No terceiro momento, foram realizadas entrevistas em profundidade junto a outros barraqueiros associados e atuantes nas praias, que se disponibilizaram a contribuir, com o objetivo de levantamento de informações complementares que compõem as discussões desta pesquisa.

Conforme Duarte (2017, p. 63) “a entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno”. Dessa forma, o objetivo da entrevista estava relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema.

Considerando a entrevista uma conversa com finalidade, a qual se caracteriza pela forma de organização (Minayo, 2012), a entrevista em profundidade (Duarte, 2017, p. 62), é um recurso metodológico que busca, “com base em pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte selecionada por deter informações que se deseja conhecer”. Essa técnica qualitativa explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Portanto, é necessário que o pesquisador utilize a objetividade para compreender a subjetividade, pois:

Utilizar-se da entrevista para obtenção de informação é buscar compreender a subjetividade do indivíduo por meio de seus depoimentos, pois se trata do modo como aquele sujeito observa, vivencia e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social etc.; é sempre um, entre muitos pontos de vista possíveis (Batista; Matos; Nascimento, 2017, p. 26).

A entrevista semiestruturada permite, ao mesmo tempo, a liberdade de expressão do entrevistado e a manutenção do foco pelo entrevistador. A complementaridade foi possível pela combinação de perguntas abertas e fechadas, formuladas pela pesquisadora, bem como a fala livre sobre o tema da pesquisa, tendo intervenções interrogativas da pesquisadora, quando houve a necessidade de maiores esclarecimentos às reflexões.

Para obtenção das respostas, em dois momentos, foi utilizada a técnica de grupo focal, a qual “tem como objetivo entender, a partir das trocas de discussões no grupo, conceitos, sentimentos, atitudes, reações etc.” (Lopes, 2014, p. 483), aplicando o roteiro de entrevistas semiestruturadas, as quais foram gravadas em áudio, registrando os relatos e percepções dos barraqueiros sobre os questionamentos apresentados.

O Grupo Focal, conforme Costa (2005, p. 190), “é uma ferramenta que não exige a identificação ou autoria das respostas. Os respondentes são identificados por número na tarefa do registro.” A definição da quantidade de participante em cada grupo focal foi de acordo com as especificações de Gatti (2005):

Visando abordar questões em maior profundidade, pela interação grupal, cada grupo focal não pode ser grande, mas também não pode ser excessivamente pequeno, ficando sua dimensão preferencialmente entre seis a 12 pessoas. Grupos maiores limitam a participação, as oportunidades de trocas de ideias e elaborações, o aprofundamento no tratamento do tema e também os registros (Gatti, 2005, p. 22).

A seleção dos participantes preconizou o vínculo à diretoria da associação, nos cargos de: presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Oportunamente, outros associados também foram entrevistados, pois estavam acessíveis e disponíveis para fornecer informações relevantes sobre o tema pesquisado, tendo como base sua experiência vivida como associado e prestador de serviços na praia. Todos os entrevistados tiveram sua identidade preservada, conforme previsto no projeto submetido ao CEP/UFT, o qual foi aprovado na íntegra.

Durante a coleta de dados foram obtidas informações descritivas sobre aspectos das praias, antes e depois da formação do lago. Através destas descrições foram mapeadas as experiências, intervenções e anseios dos participantes da pesquisa, bem como as essências dos fenômenos⁹ descritos, considerando que “todos os fenômenos podem ser examinados” (Ales Bello, 2004, p. 168).

Esta pesquisa está respaldada em quatro fontes de dados:

⁹ Tudo o que se observa na natureza; fato ou evento que pode ser descrito e explicado cientificamente.

- revisão de literatura sobre os ambientes de turismo de sol e praia nas margens de lagos de usinas hidrelétricas, no período anterior e posterior à construção;
- levantamento da legislação municipal (decretos) publicada nos diários oficiais dos municípios, sobre medidas restritivas relacionadas à pandemia Covid-19;
- análise documental das informações obtidas junto às diretorias das associações dos barraqueiros, nos livros de Atas, Estatuto Social, Regimentos Internos, Termos de Direito de Uso das barracas da praia (Anexo B e Anexo C), contrato de prestação de serviços jurídicos (Associação dos barraqueiros da praia de Babaçulândia);
- pesquisa de campo, desde o mês de junho de 2021, nas praias sem funcionamento, para verificação das atividades dos barraqueiros, durante as quais foram realizados os registros fotográficos. A aplicação dos roteiros de entrevistas semiestruturadas (Apêndice C) foram realizadas nos anos de 2022 e 2023, para conhecimento da percepção individual dos barraqueiros.

Singularmente, a percepção individual se dá por meio dos órgãos sensoriais — visão, olfato, paladar, audição e tato — associados à atividade cerebral. É a partir de traços comuns da percepção que se formam as ideias, imagens e criações de perspectivas (Tuan, 1980; Rocha Zouain, 2015). Portanto, os participantes da quarta etapa da pesquisa estavam em uma das praias e tiveram disponibilidade para responder o roteiro de entrevista sobre a percepção ambiental.

Dessa forma, foram empregadas duas abordagens: a objetiva (típica das ciências físico-naturais) e a subjetiva (baseada em critérios fenomenológicos e psicológicos), uma vez que elas se complementam nos estudos ambientais, pois “apresentam diferentes olhares sobre a realidade ambiental, além de defender a conjunção de esforços entre pesquisadores de filiações distintas na busca por soluções para os problemas que afligem a sociedade, em sua relação com o ambiente” (Souza, 2013, p. 37). Isso se dá porque as duas abordagens compreendem a visão do pesquisador e do participante da pesquisa.

[...] a visão do pesquisador (abordagem objetiva) e a visão do sujeito (abordagem subjetiva) também se complementam e uma não desqualifica a outra, uma vez que ambas demandam o mesmo processo elementar e a mesma estrutura transcendental para acontecerem. [...] É a subjetividade também que, entre outros aspectos, determina a ação prática dos sujeitos, repercutindo, em última análise, na questão ambiental no mundo real e cotidiano (Souza, 2013, p. 38)

É oportuno ressaltar que antes da realização da pesquisa de campo visitei os seis municípios componentes da pesquisa. Com o objetivo conhecer a estrutura física das praias e obter informações que pudessem ser utilizadas na elaboração do roteiro de entrevistas, momento em que foi realizado um estudo exploratório essencial, o qual direcionou para o fazer e o refazer dos questionamentos em busca de informações. Desse encontro prévio, no espaço físico da praia artificial, foi possível extrair observações capazes de colaborar na elaboração das questões presentes no roteiro de entrevistas, detectando temas promissores.

Durante as visitas de campo realizadas no ano de 2021 foi possível obter números de contatos telefônicos e nomes dos membros da equipe diretiva das associações de barraqueiros das praias. Alguns contatos foram obtidos com barraqueiros que estavam nas praias realizando a manutenção de suas barracas e outros a partir de números de telefones grafados nas paredes das barracas. A ligação para os números informados possibilitou a aquisição de contatos telefônicos do presidente da associação ou de um dos outros membros.

A partir da obtenção do contato telefônico de alguns dos membros da direção das associações, foi iniciado o diálogo para apresentação da pesquisadora e do objetivo da pesquisa, dando início a uma espécie de pré-entrevista que, conforme Bosi (2003), abre caminhos insuspeitos para a investigação.

Os deslocamentos para realização da pesquisa aconteceram durante os finais de semana e em outros momentos em que forem necessárias as coletas de informações *in loco*, cumprindo todos os protocolos de distanciamento social e uso de máscara, que o momento exigiu, previstos pelos municípios visitados. Os participantes da pesquisa foram contactados previamente e, em fases subsequentes, pois houve a necessidade de obtenção de informações complementares, utilizando o aplicativo de mensagens *WhatsApp*¹⁰.

Outras visitas de campo, para observação e verificação da estrutura física, foram realizadas na temporada de praia do ano de 2022, momento em que foram realizadas as primeiras visitas às praias em funcionamento, o que oportunizou a obtenção de registros fotográficos e informações complementares sobre as atividades realizadas pelos barraqueiros durante a comercialização de alimentos e bebidas. A observação das condições de revitalização (ou não) da estrutura física das barracas e da praia foi, também, um dos aspectos observados na maior parte das visitas realizadas.

¹⁰ Aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de conexão via internet.

As praias que tiveram todas as barracas revitalizadas são: Palmeiras do Tocantins (Fotografias 35 e 37); Filadélfia (Fotografias 26 e 27), Babaçulândia (Fotografias 13 e 14) e Barra do Ouro (Fotografias 15 e 18). Oportunamente, destaca-se que as duas fotografias mencionadas correspondem, respectivamente, ao antes e depois da revitalização dos acessos. Na praia de Palmeirante (Fotografia 28) a revitalização foi parcial, pois alguns proprietários de barracas decidiram não realizar atendimentos na temporada.

Na praia de Darcinópolis (Fotografia 21), apenas duas barracas tiveram o acréscimo de uma área de palha de coco babaçu, sendo que numa delas foi construído um fogão à lenha. As demais barracas permaneceram sem nenhum tipo de revitalização ou retirada vegetação rasteira da areia, na parte localizada entre a barraca e a água.

Sobre as primeiras visitas de campo do estudo, cabe registrar que, uma estratégia de aproximação que se mostrou bastante eficaz foi obter o contato de alguns dos membros das associações, entrar em contato e solicitar o contato do presidente. O passo seguinte foi contactar os presidentes das associações e dialogar sobre a possibilidade de marcar uma entrevista com toda a equipe diretiva.

Foi necessário estabelecer vínculos de confiança: informando os objetivos da pesquisa; disponibilizando o *link* do repositório no qual está a minha dissertação de mestrado, de forma que ficou evidente que pesquiso sobre os impactos da UHE Estreito às atividades ribeirinhas há mais de dez anos. A Fotografia 2 apresenta o registro de um momento vivenciado em campo.

Fotografia 2 - Pesquisadora preparando o alimento na barraca da participante da pesquisa



Fonte: fotos da pesquisa, Rubens Martins, 07/2022.

Na Fotografia 2, está expressa a hospitalidade da barraqueira na Praia Paraíso Tropical, em Darcinópolis/TO, em ceder à pesquisadora e seus acompanhantes, utensílios de cozinha e o fogão à lenha, o único existente na barraca, para o preparo do alimento adquirido de um pescador na própria praia. Além do peixe preparado pela pesquisadora, a anfitriã preparou e serviu a todos, de forma gratuita, uma galinha caipira e arroz.

Sobre a descrição do estabelecimento de vínculos a partir das visitas de campo, Bosi (2003, p. 37) compreende que “[...] esse vínculo não traduz apenas uma simpatia espontânea que se foi desenvolvendo durante a pesquisa, mas resulta de um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito.”. Compreendo que o pesquisador precisa, a partir das suas necessidades básicas, apresentar atitudes que o aproximem dos participantes da pesquisa, e considero a alimentação como o principal elo.

Portanto, o clima de aproximação foi relevante para favorecer a relação entre pesquisadora e participantes da pesquisa, pois além de propiciar a produção espontânea de material para análise, serviu também para reconhecer que a história de vida de cada depoente, componente da associação, tem seus modos de expressão, os quais, em boa parte das vezes, se sobrepõe aos objetivos e interesses do estudo e que é preciso mais que um roteiro de entrevistas para compreender como a realidade pode extrapolar uma questão social cientificamente problematizada.

2.1.1 Tipo da pesquisa e abordagem

A realização de uma determinada pesquisa constata seus objetivos e resultados a partir dos mecanismos investigativos adotados. Nesse sentido, esta tese cumpriu a execução de uma pesquisa do tipo característico interdisciplinar em razão do diálogo do objeto analisado com aspectos relacionados ao meio ambiente, cultura, impactos ambientais causados pela construção da UHE Estreito, impactos causados pela pandemia Covid-19, atividades de lazer, memória ambiental, percepção ambiental, governança municipal, dentre outras. Dessa forma, houve o emprego das abordagens qualitativa e quantitativa, visto que estas são ferramentas necessárias para obtenção de respostas relacionadas ao propósito do estudo.

Com base na afirmação de Goldemberg (2009, p. 62), “[...] é o processo da pesquisa que qualifica as técnicas e os procedimentos necessários para as respostas que se quer alcançar”. Portanto, utilizou-se como suporte o ciclo da pesquisa qualitativa, a qual contempla três fases: na primeira fase ou fase exploratória houve a escrita do projeto de pesquisa com a descrição de todos os procedimentos necessários para o ingresso em campo, a saber: a definição, a

delimitação do objeto, a descrição dos instrumentos de operacionalização, o cronograma e o espaço da escolha da amostra.

A segunda fase contemplou a execução do trabalho de campo, o qual conforme Minayo (2012, p. 26) “[...] consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa”. Dessa forma, o trabalho de campo é um instrumento que combina procedimentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e diálogos com os participantes da pesquisa. Assim, a observação inicial foi realizada para conhecimento da estrutura física de cada praia, sendo que as entrevistas buscaram coletar dados objetivos e subjetivos, pois:

A entrevista como coleta de dados sobre um determinado fenômeno é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Por meio dela os pesquisadores buscam coletar dados objetivos e subjetivos. Considera-se a entrevista como uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas (Batista; Matos; Nascimento, 2017, p. 24)

A terceira etapa correspondeu ao processo de análise e interpretação do material empírico e documental, a qual se concretizou no conjunto de procedimentos que valorizam, compreendem e interpretam os dados de forma articulada com a teoria que respaldou o projeto. Ainda no foco desta etapa, Minayo (2012, p. 27) subdivide esse momento em “Três tipos de procedimentos: (a) ordenação dos dados; (b) classificação dos dados; e (c) análise propriamente dita”. Para tanto, esclarece que o ciclo da pesquisa não se fecha, uma vez que, toda pesquisa produz conhecimento e gera novas investigações. Além disso, e segundo apontam Mendes e Pessôa (2009), isso é executado como fundamento de aplicação da abordagem teórica adotada.

O papel da teoria é estabelecer um universo de representações nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e objeto compreendem os procedimentos de análise. Nessa perspectiva, a teoria é o caminho para conhecer e compreender os sujeitos, o contexto e as suas representações. (Mendes e Pessôa, 2009, p. 521).

Na prerrogativa do que apontam Mendes e Pessôa (2009), a pesquisa compreendeu: o uso de informações prévias sobre o Turismo de Sol e Praia em torno de rios e lagos; a obtenção de informações sobre a região turística Vale dos Grandes Rios; a percepção de indicadores sociais sobre os municípios componentes do recorte da pesquisa; o acesso à pesquisa no site do CESTE sobre o pagamento mensal e acumulado da Contribuição sobre o Uso dos Recursos Hídricos (CFURH), as quais, conforme divulgado pelo empreendedor da UHE, são pagas aos municípios impactados; o acesso às publicações oficiais, via diário oficial, de cada município

para verificação dos decretos com publicações relacionadas às medidas restritivas de contenção da disseminação da pandemia Covid-19.

Em contexto mais delimitado, buscou-se conhecer como os barraqueiros desenvolviam as atividades comerciais na praia natural, bem como compreender de que forma vivenciam, utilizam e preservam o meio ambiente a partir da utilização das praias artificiais. O diálogo inicial aconteceu com a diretoria das associações de barraqueiros: presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, para a obtenção de dados relacionados à história da constituição da associação e legislação que a rege (Estatuto Social e Regimento Interno).

A obtenção desses dados está respaldada na afirmação de Goldemberg (2009, p. 87), ao defender que “[...] no caso da entrevista, é importante a apresentação do pesquisador por uma pessoa de confiança do pesquisado”. Para tanto, contou-se com o apoio de alguns presidentes que se disponibilizaram em conceder entrevista, fornecer as informações e mobilizar o grupo formado pela equipe diretiva da associação para participar da entrevista.

Na etapa seguinte, a busca de informações concentrou-se no diálogo com barraqueiros que relataram sobre a realização das atividades nas praias, bem como as dificuldades nas duas temporadas em que a praia não funcionou – anos de 2020 e 2021 - pois havia restrições devido à pandemia Covid-19; e perspectivas para a temporada pós-pandemia.

A pesquisa objetivou mostrar como os barraqueiros, após mais de uma década da formação do lago e das modificações da praia, percebem o ambiente no qual desenvolvem atividades comerciais durante as temporadas de praia. Segundo afirma Severino (2007, p. 115), “A realidade humana só se faz conhecer na trama da cultura, malha simbólica responsável pela especificidade de existir dos homens, tanto individual quanto coletivamente”.

Nos relatos dos participantes da pesquisa, os barraqueiros, buscou-se respostas para os questionamentos sobre como era realizada a organização da praia natural e toda a logística para o desenvolvimento das atividades relacionadas a ela, bem como respostas sobre a organização logística das praias artificiais.

Para o processo de análise, seleção e interpretação das informações obtidas, utilizou-se um conjunto de técnicas de análise de comunicação, as quais, conforme Severino (2007, p. 121), podem estar “[...] sob forma de discursos pronunciados em diferentes linguagens: escritos, orais, imagens, gestos”. Isso permite compreender criticamente o sentido manifesto das comunicações, as quais têm como objetivo relatar aspectos atrelados ao trabalho com o Turismo nas praias às margens do lago da UHE Estreito.

A utilização da história oral, para a obtenção de informações sobre o objeto de pesquisa, levou em consideração que ela representa um recurso para a elaboração de documentos a partir

de estudos referentes à experiência social do grupo pesquisado. Nesse foco, segundo Meihy (2005, p. 27), a “História oral é também conhecida como ‘história viva’ pois é sempre a história do tempo presente”. Afinal, o tempo presente se faz na apresentação de informações sobre fatos recentes do período da pesquisa. Portanto, entende-se que utilizando a história oral é possível estudar o grupo pesquisado tendo como suporte as respostas obtidas durante as entrevistas.

Como registro de experiências de pessoas vivas, expressão legítima do “tempo presente”, a história oral deve responder a um sentido de utilidade prática, pública e imediata. Isso não quer dizer que ela se esgote no momento de sua apreensão e da eventual análise das entrevistas, ou mesmo do estabelecimento de um texto. (Meihy, 2005, p. 18).

Segundo Meihy (2005), há três elementos que compõem a história oral, e um não faz sentido sem o outro, sendo eles: o entrevistador, o entrevistado e a aparelhagem de gravação. Levando-se em consideração que os entrevistados, pessoas ouvidas individualmente em um projeto, devem ser reconhecidos como colaboradores da pesquisa, há o entendimento da história oral como a percepção do passado dos barqueiros como algo que tem continuidade no processo histórico dos participantes da pesquisa.

Pode-se afirmar que na história oral a utilização de meios eletrônicos é fundamental, assim como o contato pessoal com os entrevistados, pois não há história oral sem a participação humana direta, tanto por parte do pesquisador quanto por parte dos entrevistados. Assim, os “entrevistados são as pessoas ouvidas em um projeto e devem ser conhecidas como colaboradores. As escolhas e todos os procedimentos de contato e condução das entrevistas devem ser feitos de acordo com o projeto”. (Meihy, 2005, p. 19).

Meihy (2005, p. 57), complementa que “[...] a história oral se apresenta como forma de captação de experiências de pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida – quanto mais elas contarem ao seu modo, mais eficiente será seu depoimento”. Ao que Triviños (2006, p. 47, grifos do autor) complementa: “A fenomenologia exalta a *interpretação* do mundo que surge *intencionalmente* à nossa consciência”.

Os procedimentos de contato e condução das entrevistas estão descritos no tópico Caminhos da pesquisa, no qual busquei evidenciar o percurso traçado desde o início do projeto, até a obtenção das informações de esclarecimentos, diretamente com os barqueiros participantes da pesquisa e os presidentes das associações que disponibilizaram documentos como Atas, Regimentos, Termo de Cessão de Uso das Barracas e Estatuto Social.

O processo metodológico escolhido é o caminho planejado e percorrido durante a investigação, em busca de respostas que possibilitaram apontar caminhos para a solução da

problemática desta pesquisa, a qual buscou compreender a percepção dos barraqueiros sobre aspectos relacionados ao meio ambiente no qual desenvolvem atividades comerciais durante as temporadas de praia, nas praias artificiais localizadas no lago da UHE Estreito. Um dos processos metodológicos foi a utilização de grupo focal.

Grupo Focal é uma metodologia qualitativa que pode gerar uma gama de informações extremamente ricas e significativas. Portanto, o investimento no planejamento, principalmente numa cuidadosa elaboração do roteiro, assim como na análise do material coletado, deve ser a orientação dos pesquisadores (Costa, 2005, p. 191).

Para tanto, foi necessário um planejamento estruturado para realizar as ações implicadas na aplicação dos instrumentos de pesquisa considerados adequados, bem como o tratamento dos dados, pois, por meios metodológicos, o pesquisador “descobrirá e indicará os suportes teóricos do estudo, [...] definirá com clareza as dimensões e perspectivas que apresenta o problema” (Triviños, 2006, p. 92), propiciando melhor interpretação entre teoria e empiria, que fundamentaram a pesquisa.

Parte da metodologia utilizada na pesquisa fundamentou-se em Tuan (1980), que estabelece a relação entre os sujeitos e o ambiente através do fortalecimento dos valores subjetivos para com o meio externo. Assim, foram discutidos aspectos referentes ao físico da praia, como: infraestrutura, serviços e produtos comercializados, limpeza, conservação e impactos da pandemia covid-19.

A partir do vocábulo “Topofilia”, que para Tuan (1980, p. 5), representa “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”, compreende-se que as percepções sobre o meio ambiente estão alicerçadas nas vivências. Portanto, quando determinado grupo depende de um ambiente específico, como por exemplo margens dos rios, preserva-as, pois reconhece que de lá pode extrair parte do sustento para si, para seu grupo familiar ou comunitário.

Porém, é necessário ratificar que: “Duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente” (Tuan, 1980, p. 6). Portanto, no percurso desta pesquisa buscou-se praticar, durante as conversações com os barraqueiros, a escuta sensível, a qual está apoiada na empatia e necessita da sensibilidade do pesquisador para compreender o que foi enunciado.

A escuta sensível apoia-se na empatia. O pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para “compreender do interior” as atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, de valores, de símbolos e de mitos. A escuta sensível reconhece a aceitação incondicional do outro. Ela não julga, não mede, não compara. Ela compreende sem, entretanto, aderir às opiniões ou se identificar com o outro, com o que é enunciado ou praticado (Barbier, 2007, p. 94).

A partir de informações obtidas com os presidentes das associações dos barraqueiros, na ocasião da pesquisa, foi possível finalizar o roteiro de entrevistas (apêndice B) e definir os possíveis entrevistados. Ratifico que os critérios utilizados para definir os primeiros participantes foram: ter sido presidente da associação ou colaborador direto deste, ser conhecedor da história e funcionamento do trabalho na praia e ser reconhecido como tal por significativo número de barraqueiros.

Para a transcrição das entrevistas foi considerada a orientação de Whitaker et al., 1995, p. 66) de que “quando um sujeito fala, ele está falando, não está escrevendo. Não está, assim, cometendo erros ortográficos. Diríamos até que não está havendo erro algum. Usa a pronúncia característica do seu grupo social, e com ela recebe aprovação dos seus pares”. Portanto, foram preservados traços característicos, da fala dos entrevistados, nas palavras pronunciadas. Conforme, Whitaker

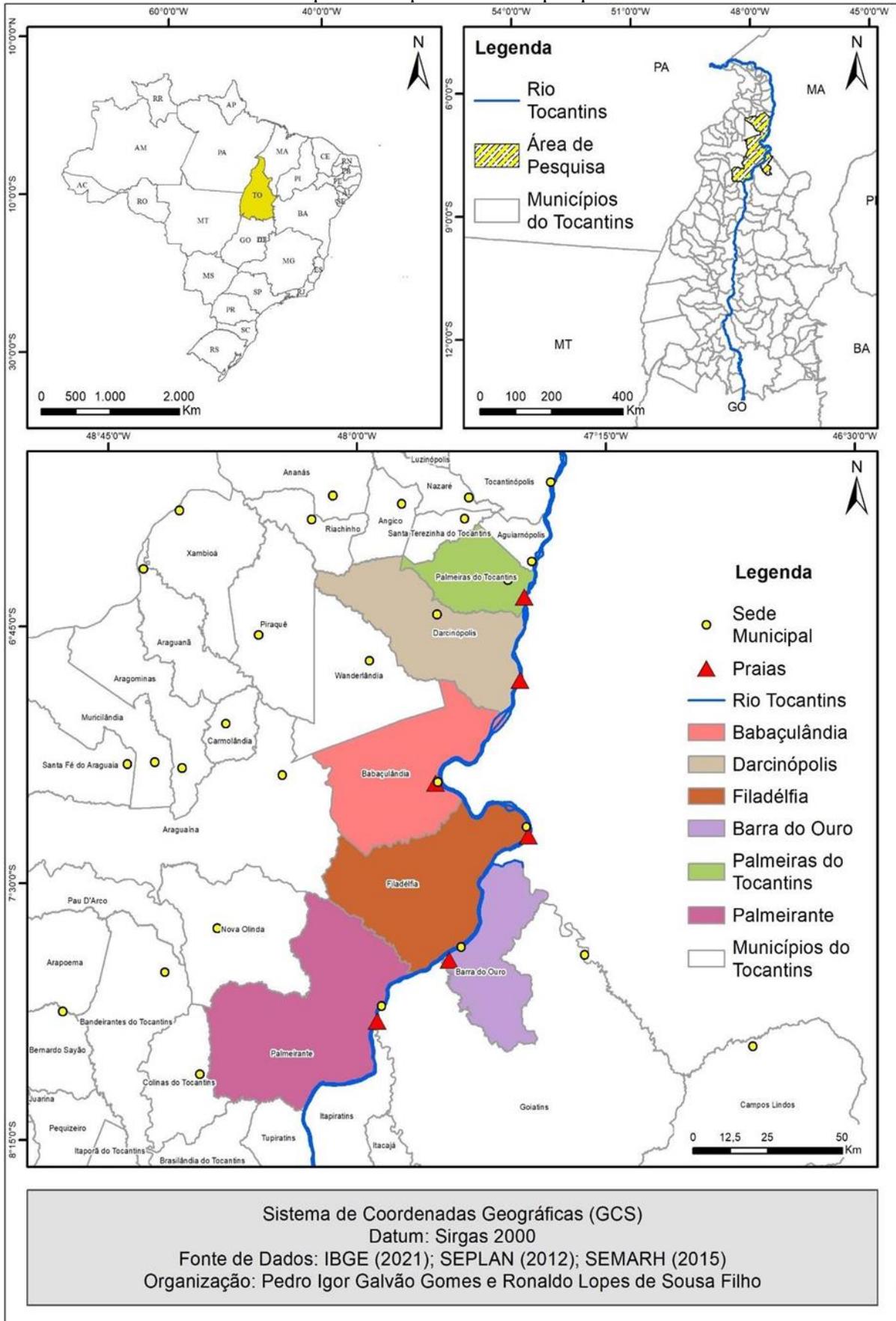
Se o falante comete erros de concordância ou de regência de verbos, por exemplo, deve-se reproduzi-los em qualquer transcrição. Até porque a norma culta da língua é por vezes desrespeitada mesmo nos grupos que se consideram mais eruditos. Transcrever erros de sintaxe não configura, portanto, falta de respeito em relação à fala do outro. Falta de respeito seria corrigi-los (Whitaker et al., 1995, p. 66).

Alguns dos participantes da pesquisa não chegaram a concluir o Ensino Médio, e até mesmo os que já concluíram curso superior se expressaram de forma espontânea e simples, sem palavras rebuscadas, bem como utilizando-se de expressões conhecidas da comunidade à qual pertencem. Portanto, algumas palavras e termos mencionados durante as entrevistas, estão explicados entre colchetes, diferente do que é orientado por Whitaker, et al., que seria o uso das aspas “quando emergirem palavras e expressões características da pessoa e do grupo ao qual ela faz parte, elas devem vir transcritas de maneira fiel à pronúncia, podendo-se, portanto, grafá-las em ortografia alternativa e colocada entre aspas” (Whitaker et al., 1995, p. 68). Porém considero que, em alguns momentos, o uso das aspas representa expressões irônicas.

2.2 A área do estudo

Na descrição da área de estudo são apresentadas informações sobre a localização, limites, cultura das praias, vias de acesso aos municípios, bem como a suas histórias de formação. Nesse rol, o município com maior e menor população, são respectivamente, Babaçulândia e Barra do Ouro. O Mapa 1, destaca a localização da área da pesquisa.

Mapa 1 – Mapa da área da pesquisa



Na lateral superior esquerda, está o mapa do Brasil, com destaque para o estado do Tocantins, identificado na cor amarela. Na lateral superior direita, é mostrado o mapa do estado do Tocantins, com evidência da área da pesquisa, hachurada em amarelo com traços pretos; o curso do rio Tocantins está indicado pela linha azul contínua; os demais espaços na cor branca, subdivididos por linhas escuras, são os demais municípios componentes do estado. Nos quais, um círculo na cor preta, com preenchimento amarelo, indica a área urbana de cada município.

O mapa central, localizado na parte inferior, representa a área da pesquisa. Nele, a área urbana de cada município é apresentada por um círculo preto com interior amarelo. São exibidos todos os municípios componentes do recorte da pesquisa, bem como a localização de cada praia artificial, representadas pelo ícone de um triângulo vermelho. Todos estes municípios são limítrofes com o lago da UHE Estreito. A linha azul, contínua, representa o curso do rio Tocantins, que desde a construção da UHE Estreito, tornou-se lago.

A origem de alguns dos municípios componentes do recorte da pesquisa, conforme informações disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), datam de aproximadamente um século. Babaçulândia é um exemplo, pois teve início em junho de 1926, quando Henrique Brito fixou-se no local com um pequeno estabelecimento comercial para negociação do coco babaçu, por isso a localidade recebeu o nome “Nova Aurora do Coco” (IBGE, 2021a). Conforme IBGE (2021a), Babaçulândia foi elevada à categoria de município em 23 de junho de 1953.

O município de Babaçulândia não dispõe de estabelecimentos industriais ou empresas de produção capazes de empregar grande parte dos moradores, com exceção de uma granja localizada no entroncamento entre Babaçulândia e Filadélfia, cerca de 40 km de distância da área urbana, que emprega cerca de 40 pessoas, pois são utilizados dois ônibus para fazer o transporte diário.

As mais expressivas fontes de renda são o emprego público, alguns pequenos comércios e o trabalho rural de subsistência, representado pela criação de bovinos, pelo cultivo de cereais e frutas para o consumo próprio, além da venda dentro do próprio município. Neste sentido, concorda-se com Leandro (2008, p. 16) quando tece afirmação sobre o município de Babaçulândia, que “[...] diante de tal realidade se os moradores fossem esperar investimentos públicos condizentes com o surto de desenvolvimento que a cidade experimentava, sem dúvida ela paralisaria”.

Barra do Ouro/TO também registrou a presença dos primeiros moradores a partir de 1926, ganhando evidência no ano de 1940, quando um garimpeiro encontrou ouro na divisa do riacho Gorgulho afluente do Rio Tocantins (IBGE, 2021b). Nas décadas de 1980 e 1990 após

o impacto causado por duas grandes enchentes, foi necessária a mudança da área urbana para outro local há cerca de três quilômetros da margem do rio Tocantins. Porém a emancipação política de Barra do Ouro só ocorreu em 1996.

Darcinópolis/TO foi fundado pelo senhor Eleotério Ferreira de Carvalho, que se estabeleceu no lugar devido às oportunidades econômicas, possibilitadas pela abertura da rodovia federal Belém-Brasília e pela fertilidade das terras ao redor. Foi formalmente instalado como Município no dia 1º de janeiro de 1993 (IBGE, 2021c). Não há registros sobre o ano exato de instalação dos primeiros moradores da localidade, mas considerando o período de construção da rodovia Belém-Brasília, ocorreu a partir da década de 1950.

Filadélfia/TO consta registrada como distrito em 1917, o nome homenageia o primeiro fazendeiro a se instalar no local, Filadélfio Antônio de Noronha. Por fazer parte da rota fluvial que ligava as cidades do sul de Goiás com a região Norte do país, em 1919 foi instalado no distrito, um posto fiscal para a arrecadação de impostos (IBGE, 2021d). A cidade de Filadélfia é defronte à cidade de Carolina/MA, apesar de mais de cem anos do seu povoamento, a travessia de um estado para o outro continua sendo realizada por balsa, ou seja, ainda não há uma ponte interligando o acesso aos dois municípios.

No município de Filadélfia está localizado o distrito de Bielândia, no qual há o Monumento das Árvores Fossilizadas (MONAF), uma Unidade de Conservação (UC), criada em 04 de outubro de 2000, sob responsabilidade do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins). “O monumento é a floresta petrificada mais importante do Hemisfério Sul e a mais completa floresta fossilizada do mundo, tendo vivido no Período Permiano da Era Paleozóica, que remonta entre 250 e 295 milhões de anos” (Eller; Veloso; Araújo, 2017).

Palmeiras do Tocantins/TO, conforme IBGE (2021f), teve início por volta de 1920 com a chegada do Sr. João Caetano, de origem bandeirante, que expulsou os índios e tomou posse das terras. Após a morte de João Caetano, seu filho José Lopes Figueiredo, assumiu a propriedade, que posteriormente foi assumida pelo neto Frederico Lopes.

A localidade recebeu mais moradores devido à terra fértil e produtiva cercada por muitos rios, como o Croatá, Mosquito, Curicaca e Rio Tocantins, situação favorável ao cultivo e criação de gado, aliada à convocação em todo Brasil, a uma grande devastação das florestas, para o plantio de pastagens e criação de gado, bem como o favorecimento do acesso, devido o município estar localizado à margem da BR-226.

O aumento populacional iniciou em 1960, com pessoas em busca de terras para trabalhar e morar. Inicialmente, o local recebeu o nome de vila Mosquito, originado do ribeirão Mosquito, que tem grande percurso de água nestas terras e deságua no Rio Tocantins. A primeira escola

foi construída em 1965. Foi elevado à condição de município em 1992 (IBGE, 2021f). O nome de Mosquito, ao se referir ao município, ainda é muito usado por pessoas mais idosas.

Palmeirante/TO teve como marco inicial do povoamento no final do século XIX, com a descoberta e a exploração de uma pequena mina de diamantes, localizada às margens do rio Pau Seco, no Município de Filadélfia, distante aproximadamente 30 km da sede atual do município. Um dos nomes importantes na fundação do município teria sido o Sr. João Aires Gabriel que fixou residência na localidade na década de 1920. O distrito de Diamantina foi um aglomerado urbano que chegou a ter uma pista de pouso para aeronaves pequenas, uma igreja católica e um cartório oficial que funcionou entre 03/11/1936 e 30/01/1956 (IBGE, 2021e).

Com o esgotamento da mina, as pessoas buscaram outras localidades em que o progresso havia chegado junto com a construção da BR-153, pois o rio já não era mais o principal meio de acesso à região. A partir do ano de 1942 o povoado começou a receber um número maior de moradores, destacando-se o Sr. Abidoral Alencar Leão, Maria da Gloria, José Umbelino, José Verdura, Pedro Nunes, Maria Zoiona (apelido dado em razão de ter olhos grandes), Raimundo Alencar, Doquinha, Antonio Luiz Alencar, o qual foi fundador da primeira escola e da capela do padroeiro São José. A criação oficial se deu através da lei nº498 de 21 de dezembro de 1992. A principal atração turística no mês de julho, na região, é a praia das Palmeiras (IBGE, 2021e).

Quadro 1 - Aspectos socioeconômicos e demográficos dos municípios tocantinenses com praia artificial no lago UHE Estreito

Município	Pop. 2010	Pop. 2020 Estim	Pop. 2022	Dens. Demo hab/km ² 2021	População ocupada 2021		Renda média mens. SM 2021	Nome da praia
					Quant	%		
Babaçulândia	10.424	10.666	7.780	4,40	469	4,40	1,6	Praia do Coco
Barra do Ouro	4.123	4.632	4.476	4,05	365	7,81	1,4	Praia do Ouro
Darcinópolis	5.277	6.174	5.827	3,55	630	10,8	1,5	Praia Paraíso Tropical
Filadélfia	8.505	8.874	7.712	3,87	457	5,14	1,6	Praia do Coqueiro
Palmeirante	4.954	6.131	4.798	1,82	528	8,47	2,0	Praia das Palmeiras
Palmeiras do TO	5.740	6.745	4.872	6,55	491	7,19	1,6	Praia do Pedral

Fonte: Dados do IBGE (2021). Organizados pela autora, 2022.

Estes municípios componentes do recorte da pesquisa tiveram estimativa de crescimento populacional prevista para o ano de 2020, conforme dados apresentados pelo IBGE. Porém os dados referentes à população ocupada em 2021 causaram preocupação pelo fato de a representatividade ser inferior a 8%, em cinco dos municípios, dessa forma, numa escala de zero a cem, no período de dez anos, o crescimento anual é inferior a um por cento.

Apenas o município de Darcinópolis constava índice superior a 10%. Em todos os outros municípios a renda média mensal, em salários-mínimos, indicada pelo IBGE no ano de 2021, estava entre 1,4 e 1,6.

A diminuição do quantitativo populacional pode estar relacionada à migração da população impactada pela formação do lago, tanto na área urbana quanto rural dos municípios. Visto que a contagem da população realizada no ano de 2010, aconteceu no período em que os moradores das áreas impactadas estavam sendo remanejados para outras localidades.

Antes da formação do lago da UHE, até os anos de 2010 e 2011, as praias fluviais, ocasionadas entre os meses de junho e agosto, representavam as principais formas de lazer no interior do estado do Tocantins, caracterizado pela apropriação das margens dos rios por parte da população e do poder público municipal para a implantação de infraestrutura com bares e restaurantes, sanitários, palcos para shows e outros equipamentos utilizados com a finalidade de propiciar entretenimento a visitantes em ambiente ribeirinho.

A apropriação turística dessas áreas, consequência de um fenômeno natural surgido anualmente com a vazão das águas do Tocantins, coincide com a temporada de verão e das férias escolares do mês de julho. Essas praias temporárias se transformam em verdadeiros territórios de lazer, impulsionando o turismo regional, marcado pela sazonalidade. (Zagallo, 2018, p. 37).

A afirmação de Zagallo (2018) é ratificada pelos registros de informações nos livros de Atas das associações de barraqueiros, bem como com os Estatutos Sociais, os quais datam a constituição das associações e, outras com mais de vinte anos de funcionamento como entidade representativa do grupo. Porém a utilização das praias é anterior à data de constituição das associações, ou seja, as associações de barraqueiros foram constituídas para documentar e assegurar a continuidade de atividades que já eram desenvolvidas de maneira informal. Os aspectos relacionados às praias naturais e artificiais são apresentados no capítulo 4.

2.3 Os participantes da pesquisa: codificação e perfil socioeconômico

Os participantes desta pesquisa são dez homens e sete mulheres, ambos integrantes das associações de barraqueiros das praias artificiais localizadas no estado do Tocantins, à margem do lago da UHE Estreito. Do total de dezessete entrevistados, apenas uma barraqueira declarou que tem o trabalho na barraca como principal fonte de renda, pois é na praia que permanece durante todo ano.

O trabalho na temporada de praia é compreendido pelos barraqueiros como uma maneira de complementar a renda. Nesse sentido, há aqueles que têm barracas, mas que exercem trabalho formal remunerado, como é o caso dos que atuam como servidores públicos, caseiro, comerciante, autônomo, cozinheira, dona de casa e aposentado.

Como forma de identificar as falas dos participantes da pesquisa, foi utilizado um quadro com sete colunas, nas quais constam: a) nome do município; b) o código do município, utilizado nesta pesquisa, formado por três letras maiúsculas; c) código do participante da pesquisa, formado com as três letras indicativas do município de origem, mais o número sequencial a partir de 1; d) Ocupação principal na época da entrevista; e) Grau de escolaridade; f) Gênero; g) Idade. Essa identificação se fez necessária, devido constar, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e no projeto de pesquisa apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP)/UFT, que os participantes da pesquisa teriam suas falas mantidas em anonimato.

Quadro 2 - Codificação dos participantes da pesquisa

Município	Código do município	Participante	Ocupação principal	Escolaridade	Gênero	Idade
Babaçulândia	BBU	BBU-1	Dona de casa	Superior	Feminino	65
		BBU-2	Autônomo	Superior completo	Masculino	55
Barra do Ouro	BDO	BDO-1	Autônoma	Não informou	Feminino	-
		BDO-2	Aposentado	Não informou	Masculino	-
		BDO-3	Autônoma	Superior Completo	Feminino	47
Darcinópolis	DAR	DAR-1	Servidora pública	Ens. Médio completo	Feminino	36
		DAR-2	Caseiro	Ens. Fundam. Incompleto	Masculino	45
Filadélfia	FIL	FIL-1	Servidor Público	Ens. Médio Completo	Masculino	63
		FIL-2	Empreendedor em bar	6ª série	Masculino	56
Palmeiras do Tocantins	PAT	PAT-1	Servidor Público	Superior completo	Masculino	57
		PAT-2	Mecânico	Ens. Fundam Incompleto	Masculino	53
		PAT-3	Servidora pública	Ens. Médio Completo	Feminino	-
Palmeirante	PAL	PAL-1	Empreendedora	Superior Incompleto	Feminino	44
		PAL-2	Servidor Público	Não informou	Masculino	-
		PAL-3	Servidor Público	Não informou	Masculino	-
		PAL-4	Comerciante	Não informou	Feminino	-
		PAL-5	Aposentado e Servidor Público	6ª série	Masculino	69

Observação: alguns dos participantes da pesquisa não informaram escolaridade e idade.

Fonte: Dados da pesquisa. Organizados pela autora, 2023

Ratifica-se, a partir das informações sobre os participantes da pesquisa, que os órgãos públicos são os principais empregadores, visto que a maioria informou como principal ocupação o vínculo com o município ou o estado. Há homens e mulheres que participam das associações de forma igualitária. O grau de escolaridade não interfere na participação no trabalho sazonal, pois culturalmente o maior movimento acontece durante os meses de junho e julho. Os integrantes da pesquisa indicaram que têm de 36 e 69 anos, motivo pelo qual alguns dos barraqueiros já são aposentados, porém o trabalho desenvolvido conta com a participação do núcleo familiar: cônjuge, filhos e netos.

2.4 Visitas de reconhecimento do campo

As praias artificiais foram construídas pelo empreendedor da UHE e entregues aos municípios à título de medida compensatória, ou seja, foram construídas praias artificiais apenas nos municípios que já tinham utilização de praias sazonais (naturais) públicas antes da formação do lago, pois “as praias são bens públicos em praticamente todo o mundo” (Botero, Mercadé e Bombana, 2020, p. 15). Portanto, a construção da praia artificial foi uma mitigação do impacto causado pela construção da UHE.

Ratifico que a história de funcionamento dessas praias, localizadas na área impactada, bem como da organização dos grupos gestores – através das associações dos barraqueiros – é datada de muitos anos antes, porém a organização documentada das associações é mais recente. Já o histórico pós-barragem, de cada praia artificial, é apresentado a partir dos relatos dos participantes desta pesquisa.

Visitei as praias localizadas na margem tocantinense do lago da UHE Estreito para conhecimento da estrutura física individual. Iniciando por Babaçulândia, a visita foi realizada no 13/06/2021, domingo. Na entrada da cidade havia barreira sanitária com uma equipe de profissionais que verificavam a temperatura dos visitantes e orientavam sobre as medidas preventivas ao combate da Covid-19, destacando: uso obrigatório de máscara, proibição do consumo de bebidas alcoólicas e qualquer tipo de aglomeração.

Apesar do Decreto Municipal 3.460, de 12/02/2021 (Apêndice D), o qual determinou a “Realização de *blitz* preventivas (orientação, prevenção e fiscalização) pela Secretaria Municipal de Saúde”, a Fotografia 3 mostra as pessoas em aglomeração na Orla do município de Babaçulândia.

Fotografia 3 - Orla de Babaçulândia/TO durante a pandemia



Fonte: Fotos da pesquisa, Súsie Fernandes, 06/2021

Na praia não havia pessoas nas barracas e nem na água. Porém, na Orla, localizada a uma distância aproximada de 200m da praia, havia aglomeração. Conforme a Fotografia 3, o local estava cheio de muitos carros com som automotivo em funcionamento, caixas acústicas em outros pontos, de forma que o barulho era grande. Além disso, havia dezenas de pessoas dentro da água, bem como muitas mesas e cadeiras no calçadão com pessoas consumindo bebidas e alimentos.

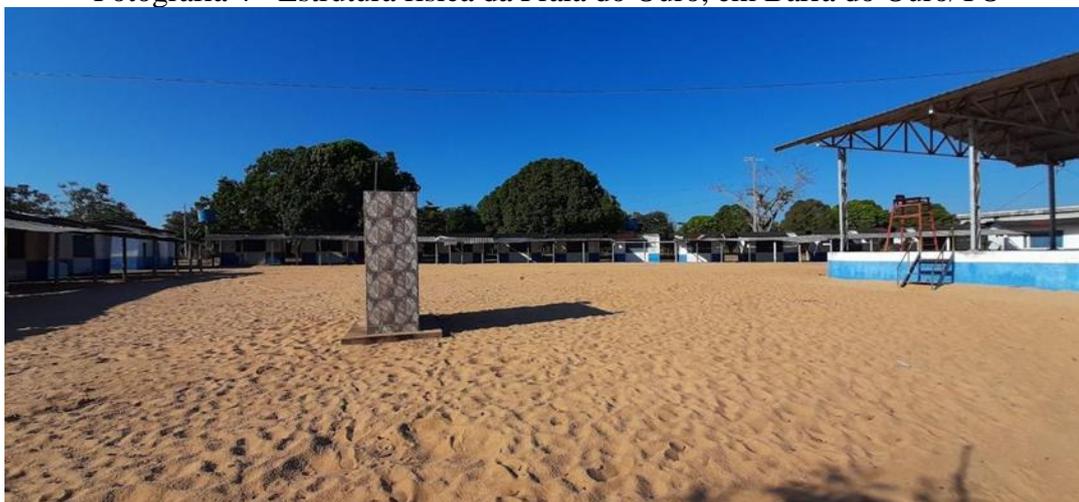
Nos estabelecimentos comerciais, em frente da Orla, não havia pessoas utilizando as mesas e cadeiras, mas havia muitas pessoas acomodadas em mesas e cadeiras, do outro lado da rua, no calçadão da Orla. Com isso, compreende-se que o “distanciamento social mínimo de 2 metros entre as pessoas, em qualquer estabelecimento comercial”, estabelecido no Decreto municipal número 3.525, de 21/06/2021, foi acatado dentro dos estabelecimentos comerciais. No entanto, esses limites eram descumpridos quando a diversão se estendia para as áreas públicas, local em que as mesas e cadeiras eram disponibilizadas do outro lado da rua.

A ausência de embarcações náuticas em funcionamento no lago indicava que os seus usuários estavam cumprindo o decreto municipal número 3523/2021, de 10 de junho de 2021, em vigor naquela data, o qual proibia o embarque e desembarque de lanchas, *jet-skis* e similares nas rampas de acesso ao lago pelo prazo de 10 dias, ou seja, até dia 19 de junho de 2021.

No dia 20/06/2021, domingo, visitei as praias localizadas nos municípios de Barra do Ouro, Palmeirante e Filadélfia. Verifiquei que a estrutura física das três praias não havia passado por reparos nas edificações, nos equipamentos instalados para a realização de atividades físicas, parques infantis e outros componentes. A Fotografia 4, mostra a maioria das barracas, palco, suporte para duchas e a areia da lateral esquerda da Praia do Ouro.

A primeira visita do dia aconteceu por volta de oito horas no município de Barra do Ouro, na Praia do Ouro, a qual está localizada a 3km da área urbana, e ao lado da ponte que faz divisa com o município de Filadélfia. A estrutura da praia possui: vinte e duas barracas para comercialização de alimentos e bebidas; dois blocos de sanitários masculino e feminino; sanitários para pessoas com mobilidade reduzida; palco para apresentações artísticas; instalações para posto de saúde e primeiros socorros, salva-vidas e Polícia Militar; academia ao ar livre; parquinho infantil e instalações para duchas.

Fotografia 4 - Estrutura física da Praia do Ouro, em Barra do Ouro/TO



Fonte: Imagens da pesquisa, Súsie Fernandes, 06/2021

A Fotografia 4 mostra alguns dos desgastes nas coberturas das barracas, os quais estavam relacionados à falta de manutenção da estrutura física durante o tempo em que ficou sem funcionamento e, conseqüentemente, sem revitalização.

Com exceção de alguns quiosques, as demais instalações estavam em precário estado de conservação. Os telhados da área destinada à polícia militar, salva-vidas e posto de atendimento médico estavam danificados. Não havia chuveiros no local das duchas e o parque infantil estava com os brinquedos quebrados. As rampas de acesso ao palco estavam com as madeiras apodrecidas e/ou soltas.

O local é amplo e estava em processo de limpeza, pois, toda a vegetação rasteira do entorno já havia sido retirada e o acesso às áreas de estacionamento estava limpo. A areia estava livre de quaisquer tipos de resíduos visíveis e as passarelas de calçamento de cimento que interligam a área de quiosques até os sanitários estavam limpas e possibilitavam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.

Não havia pessoas na praia, pois o Decreto municipal número 117/2021, de 07 de junho de 2021 (Apêndice E) determinou o fechamento de todos os bares e segmentos comerciais similares, do município a partir da primeira semana do mês, bem como proibiu a venda e consumo de bebidas alcoólicas em qualquer estabelecimento comercial, praias, balneários localizados no município, na zona urbana ou rural, bem como em vias e locais públicos.

A visita à Praia das Palmeiras, no município de Palmeirante, iniciou às 10h30min. As instalações da praia são na área urbana e possuem uma ampla estrutura com: quiosques; sanitários masculino, feminino e para pessoas com mobilidade reduzida; palco para apresentações artísticas; quadra poliesportiva.

Conforme a imagem da Fotografia 5, não havia pessoas utilizando as dependências do local ou tomando banho no lago, pois estava em vigor no município o Decreto número 25/2021, de 05 maio de 2021, (Apêndice H), que proibia aglomerações com mais de 8 pessoas em locais privados e públicos.

Fotografia 5 - Estrutura Física da Praia das Palmeiras, em Palmeirante/TO



Fonte: Imagens da pesquisa, Súsie Fernandes, 06/2021

A maioria dos quiosques estava com o telhado bastante danificado e necessitando de reparos. Não havia espaços físicos identificados para utilização pela Polícia Militar, salva-vidas e posto de atendimento de primeiros socorros, mas existia um espaço identificado com uma faixa, na qual estava escrito “Secretaria de Administração e Secretaria de Turismo e Lazer”.

O local estava bem limpo, sem lixos e vegetação rasteiras. Um dos blocos de sanitários estava completamente sem telhado, tanto a parte masculina quanto a feminina, mas a parte

masculina estava sem porta e foi possível entrar para verificar as instalações. Havia apenas uma torneira nos lavatórios, mas sem água; algumas das pias haviam sido retiradas, sendo que uma estava quebrada e depositada ao chão; os sanitários estavam muito sujos, e havia muitas embalagens de cerveja, latas de refrigerantes e sacolas plásticas no chão, indicando que o local havia sido utilizado e permanecia sem limpeza e manutenção há algum tempo.

A visita à praia do município de Filadélfia ocorreu, no horário das 13h30min. A primeira observação foi na Orla, a qual está localizada próxima à área urbana, afastada da praia, a qual tem: alguns quiosques construídos, uma quadra poliesportiva, calçamento e estacionamentos e uma mureta de proteção que separa o lago da via pública. A quadra de esportes estava com a pintura desgastada pela ação do tempo, as ferragens enferrujadas e sem pintura.

A estrutura da praia é ampla e a areia em frente aos quiosques (barracas) é semelhante à das praias naturais. As edificações contêm: quiosques para comercialização de alimentos e bebidas; espaço para o funcionamento da administração, corpo de bombeiros e posto de saúde; palco para apresentações artísticas. Havia uma placa indicando que a inauguração da praia ocorreu em 28/06/2014. Provavelmente, desde então, nenhuma reforma tinha sido feita nas instalações físicas, pois os telhados estavam deteriorados e as pinturas tinham marcas de desgastes pelo tempo. Não havia nenhum quiosque em funcionamento, conforme mostra a Fotografia 6.

Fotografia 6 - Estrutura Física da Praia do Coqueiro, em Filadélfia/TO



Fonte: Imagens da pesquisa, Súsie Fernandes, 06/2021

Observa-se, na lateral esquerda da Fotografia 6, as águas do lago e a cobertura de palhas utilizada para fazer sombras sobre a água. À direita da imagem estão as barracas utilizadas na comercialização de alimentos e bebidas, todas fechadas e com a pintura da temporada do ano de 2019. A parte superior da imagem, mostra algumas palhas e a madeira da cobertura anexa à frente das barracas.

Estava em vigor, no município, o Decreto número 12, de 23 de março de 2021, prorrogado por outros decretos no curso do ano (Apêndice G), o qual suspendeu, por tempo indeterminado, todos e quaisquer eventos públicos e privados, tais como: shows, atividades culturais, festas, confraternizações, casamentos, cavalgadas, vaquejadas e correlatos, tanto em áreas públicas quanto privadas. O Decreto proibiu também a aglomeração de mais de 15 pessoas em residências, chácaras ou propriedades privadas, urbanas e rurais.

A gestão municipal agiu de forma assertiva, em seguir a legislação nacional e decretar a proibição da realização de atividades e eventos que propiciassem a aglomeração de pessoas. A não revitalização da estrutura da praia foi uma forma de desestimular a permanência de pessoas, na praia e na Orla, durante as temporadas de praia dos anos de 2020 e 2021, além de evitar o investimento do dinheiro público em atividades desnecessárias e inoportunas durante o período pandêmico.

Com a utilização de vigas de madeira roliça e palhas de coqueiro babaçu, foram construídas áreas anexas aos quiosques como forma de propiciar espaço de sombra para os visitantes da praia. O mesmo material foi utilizado na construção de barracões próximos à água, local que as pessoas utilizavam para se refrescar durante os períodos de sol mais quente. Essas construções adicionais também estavam muito desgastadas e necessitavam de reparos. O local estava passando pelo processo de retirada da vegetação rasteira e limpeza da areia, ou seja, organização e manutenção do local.

Fatos observados durante as visitas no dia 20/06/2021 indicaram que, apesar das praias serem artificiais estarem à disposição durante o decorrer do ano, há o costume de ter maior procura e visitação durante a temporada de praia e mês de férias escolares: julho. A eventualidade que provocou a não utilização das praias, nos anos de 2020 e 20221, foi a ocorrência da pandemia. Essa foi uma situação que forçou todos os municípios a estabelecerem medidas restritivas contra a Covid-19 durante a utilização de locais públicos.

Em continuidade à visitação das praias, em 11/07/2021, com saída da cidade de Araguaína¹¹ às cinco horas e a chegada à Praia das Palmeiras às 6h25min. Logo em seguida, às

¹¹ Local de residência da pesquisadora.

6h45min, aconteceu o embarque em uma voadeira¹² com destino à praia Paraíso Tropical, localizada no município de Darcinópolis/TO. A chegada ao destino foi por volta das 7h50min. Houve a necessidade de fazer o trajeto de ida e volta, logo no início da manhã, devido ao fato de ser um dos horários com águas mais calmas, ou seja, sem o temido banzeiro¹³.

A praia Paraíso Tropical, localizada na zona rural do município de Darcinópolis/TO, distante 58 km da zona urbana. É um local de difícil acesso porque a estrada não é pavimentada e faltam placas indicativas que direcionem o visitante no caminho correto. Por esse motivo foi necessário ir para a praia do Pedral, localizada no município de Palmeiras do Tocantins e, de lá, seguir pelo lago, numa embarcação, em direção à praia Paraíso Tropical. A Fotografia 7, retrata a paisagem.

Fotografia 7 - Percurso de barco entre as Praias das Palmeiras e Paraíso Tropical



Fonte: Foto da pesquisa. Súsie Fernandes, 07/2021

A Fotografia 7 apresenta o amanhecer, dentro do lago, durante o trajeto entre as duas praias. O percurso tem cerca de 35 km de distância e a duração da viagem é de, aproximadamente, uma hora e dez minutos, sem paradas. O barulho do motor da embarcação dificultou conversar com o piloto e obter mais informações sobre a paisagem à margem do lago. Porém é possível observar que na margem maranhense há muitas construções bem próximas à água, o que aparenta ser acampamentos de temporadas.

¹² É uma embarcação movida a motor com estrutura e casco de metal, geralmente alumínio, a maioria composta com motor de popa.

¹³ Movimento das águas causado pelo vento, semelhante às ondas, durante o qual as pequenas embarcações podem naufragar.

Ao chegar ao destino, verifiquei que a estrutura física da praia Paraíso Tropical é a segunda menor de todas as praias construídas pelo CESTE no entorno do lago da UHE Estreito, pois é constituída de: 13 quiosques (sem adaptações de áreas extras, ou seja, formato original em que foi entregue); 1 bloco de sanitários: masculino, feminino e portadores de necessidades especiais; parque infantil; palco para apresentações artísticas; poço artesiano; caixa d'água com capacidade para 500 litros; equipamentos de academia ao ar livre.

Durante a visita conversei com um barraqueiro e familiares de outros barraqueiros, os quais indicaram que há 58 km de estrada de chão, da cidade até a praia. A falta de manutenção da estrutura física da praia é vista como um dos principais motivos para a pouca movimentação durante os anos de funcionamento. Com a pandemia, todas as dificuldades foram agravadas.

A segunda visita à praia de Filadélfia, ocorreu no dia 06/07/2022, ocasião em que foi realizada a entrevista com um barraqueiro que acompanhou o presidente da associação da praia natural, durante seus últimos anos na presidência da associação e com a saúde fragilizada, pois “estava todo trêmulo, o Alzheimer dele já estava alterado, ele já estava ruim pra falar, então quem fala já era eu. Ele era o presidente, mas eu aqui do lado, já entendia muito bem o quê que ele queria, aí a gente fazia os ofícios” (FIL-1 entrevista em 06/07/2022).

A praia natural de Filadélfia/TO era localizada próxima da área urbana, porém, conforme relatos de um dos entrevistados era pouco utilizada como espaço de lazer, por moradores da cidade, porque algumas famílias proibiam que os jovens frequentassem o ambiente denominado de “local de imoralidade” em razão da existência de mulheres em trajes de banho (biquíni), deitadas sobre toalhas enquanto eram bronzeadas pelo sol.

A praia natural estava localizada na margem tocantinense do rio Tocantins. Na outra margem estava localizada a área urbana do município de Carolina/MA. Devido à proximidade, os dois municípios limítrofes utilizavam a mesma praia, não apenas para as atividades de recreação e lazer, mas também para a comercialização de produtos e serviços relacionados ao turismo. Havia uma única associação para os barraqueiros moradores das duas cidades, mas a partir da entrega da praia artificial, foi constituída uma nova associação.

A quantidade de barracas era igual tanto para os moradores de Carolina/MA quanto para os de Filadélfia/TO, porém era realizado um sorteio para definir o local em que cada barraqueiro ficaria durante a temporada; depois disso, cada barraqueiro fazia sua latada¹⁴, se

¹⁴ Tipo de construção improvisada. Estrutura de madeira roliça, na maioria das vezes, colhida nas proximidades do local, fixa no chão. Com outras madeiras formando a parte superior, e cobertura de palha de palmeira babaçu ou esteiras tecidas na palha da mesma palmeira. Tal construção era/é utilizada como sombra para o espaço no qual são servidas as refeições ou utilizadas para momentos de descanso, principalmente, rede para as crianças.

responsabilizava por buscar a madeira e as palhas. Ao final da temporada, cada barraqueiro também era responsável por deixar o local limpo.

Na época em que o CESTE entregou as barracas da praia artificial à prefeitura de Filadélfia, foi mantido a maior parte dos associados que já tinha barraca na praia natural, porém alguns barraqueiros solicitaram o desvínculo ainda no segundo ano de funcionamento, principalmente os que moravam no estado do Maranhão.

A partir de dificuldades enfrentadas na administração da associação da praia, foi constituída uma nova associação, agora da praia artificial, com Estatuto “blindado” aos fatos que aconteceram na associação anterior, e assim, com a esperança em dias de aprendizado sobre os fatos ocorridos no passado e as possibilidades de mudanças.

A taxa de contribuição mensal foi estipulada, no ano de 2015, no valor de R\$ 80,00 (Oitenta Reais), porém, com o passar do tempo foi necessário rever o valor e reduzi-lo para R\$ 30,00 (Trinta Reais). Contudo, alguns associados tiveram dificuldades em realizar os pagamentos, situação que foi agravada durante os dois anos de pandemia, segundo FIL-1.

Os recursos financeiros oriundos das taxas de contribuição, pagas pelos associados, eram utilizados para custear as despesas com o lanche do pessoal que cuidava do som na praia, o qual era locado pela prefeitura. FIL-1 afirmou que “A associação era responsável pela alimentação do cidadão que cuidava do som, alimentação do corpo de bombeiros, alimentação da polícia militar, alimentação do pessoal da saúde”.

O Quadro 3 apresenta informações sobre a estrutura física de todas as seis praias localizadas na margem tocantinense do lago da UHE Estreito. Os itens componentes do quadro são: as coordenadas geográficas obtidas durante as visitas e campo, utilizando Sistema de Posicionamento Global (GPS); quantidade de barracas; quantidade de blocos de sanitários; situação do palco e camarim/vestiário; rampas de acesso; telhados; espaço físico para: Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, primeiros socorros, administração; estacionamento, parque infantil, equipamentos para ginástica, duchas no pátio; iluminação e abastecimento de água.

Quadro 3 - Estrutura física e geolocalização das praias artificiais tocantinenses no lago da UHE Estreito, em 2021

Praia	Babaçulândia	Barra do Ouro	Darcinópolis	Filadélfia	Palmeirante	Palmeiras do TO
Coord. de localização	S 07.20540° W 047.76665°	S 07.70740° W 047.69959°	S 06.85140 W 047.52342	S 07.33849° W 047.51541°	S 07.85890° W 047.92978°	S 06.62274° W 047.48511°
Quant. barracas	5	20	13	22	25+6 ¹⁵	20
Quant. sanitários	1 bloco	3 blocos	1 bloco	2 blocos	2 blocos	2 blocos
Palco	Sem guarda corpo	Sem guarda corpo	Sem guarda corpo	Tem guarda corpo	Tem guarda corpo	Sem guarda corpo
Camarim/vestiário	Sim. Anexo ao palco	Inexistente	Inexistente	Sim. Anexo ao palco	Inexistente	Inexistente
Rampas de acesso	Inexistente	Sim. Danificadas	Inexistente	Inexistente	Inexistente	Inexistente
Situação do telhado	Pouco danificados	Muito danificados	Danificados	Danificados	Muito danificados	Razoável
Espaço físico para administração	Não identificado	Não identificado	Inexistente	Sim	Sim.	Sim
Espaço físico para polícia militar	Sim	Sim	Inexistente	Sim	Sim.	Compartilhado com secretaria de saúde
Espaço físico para bombeiros	Sim	Sim	Inexistente	Sim	Sim.	Inexistente
Espaço físico para posto de saúde	Sim	Sim	Sim. Uma das treze barracas.	Sim	Sim.	Compartilhado com Polícia Militar
Estacionamento c/s calçamento	Calçado em 2017	Sem calçamento	Sem calçamento	Sem calçamento	Estacionamento na rua sem calçamento	Estacionamento sem calçamento
Parque infantil	Localizado na orla	Sim. Em condições razoáveis	Sim. Inadequado para uso	Localizado na orla	Não identificado	Sim. Em condições razoáveis
Equipamento de ginástica	localizado na orla	Sim. Em bom estado de conservação	Em precário estado de conservação	Localizado na orla	Não identificado	Não identificado
Iluminação pública	5 postes	2 postes	2 postes	3 postes	3 postes	Não identificado
Abastecimento de água	BRK	Poço artesiano	Poço artesiano	BRK	Bomba no lago e BRK ¹⁶	Poço artesiano
Duchas/chuveiros no pátio	Sim. 5 pontos na praia	Sim. 2 pontos na praia	2 chuveiros na parede do bloco de sanitário	Sim	Sim.	Sim. Próximas ao palco

Fonte: dados da pesquisa. Elaborado pela autora, 07/2022.

¹⁵ O quantitativo de barracas na praia é 31, porém seis delas foram destinadas aos barraqueiros da praia Ilha do Kará, a qual ainda está em funcionamento durante as temporadas de praia. Porém, apenas dois barraqueiros utilizaram as suas barracas. Portanto as demais barracas são utilizadas pela gestão municipal e destinadas para utilização pelos serviços assistenciais durante as temporadas de praia oficial: Polícia Militar, Salva-vidas, Posto de saúde e Administração da praia.

¹⁶ O fornecimento de água pela BRK é apenas na barraca que permanece em funcionamento durante o ano todo. As demais barracas são abastecidas com água do lago, retirada com o auxílio de uma bomba.

3. GOVERNANÇA MUNICIPAL E O TURISMO NO PERÍODO DA COVID-19

Este capítulo apresenta o conceito de governança, sob a ótica de alguns teóricos. Bem como pelo Decreto nº 9.203, de 2017, que estabeleceu as principais motivações para criação da política de governança pública e os seus seis princípios: capacidade de resposta; integridade; confiabilidade; melhoria regulatória; prestação de contas e responsabilidade; e transparência.

3.1 Governança

O termo “Governança” iniciou na esfera privada como Governança Corporativa no contexto das transformações ocorridas no início dos anos 90 (Silva Júnior; Guedes, 2021). Porém, ainda “não há um consenso em torno do conceito de governança pública, pois este possui diversas formas que dependem do aspecto em que será analisado” (Silva Júnior; Guedes, 2021, p. 371). Porém, é possível apresentar alguns conceitos norteadores de governança pública, conforme o Quadro 3.

Quadro 4 - Alguns conceitos de Governança Pública ao longo de duas décadas

Teórico/ ano	Conceito
Rhodes (1996)	Uma ferramenta de melhoria dos processos organizacionais para o alcance dos resultados pretendidos e, conseqüentemente, para o benefício das partes interessadas.
Bresser-Pereira e Spink (1998)	Capacidade financeira e administrativa, em sentido amplo, de um governo implementar políticas.
Kaufmann, Kraay e Zoido-Lobaton (1999)	A capacidade efetiva do governo em formular e implementar políticas sólidas e o respeito dos cidadãos e do Estado para com as instituições que governam as interações sociais e econômicas entre eles.
TCU (2014)	Conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.
Araújo (2002)	Associa a governança com a capacidade que o Estado tem para formular e implementar suas políticas. Para alcançar as metas coletivas propostas, a Administração Pública faz uso das competências de ordem financeira, gerencial e técnica.
Marini e Martins (2004)	Está centrada na questão administrativa do Estado e em sua capacidade de ação para o alcance de resultados de desenvolvimento, a partir da capacidade das organizações de desempenhar suas tarefas de maneira eficaz, eficiente e sustentável. Tal capacidade técnica, financeira e gerencial deve-se aos seguintes elementos estruturais: transparência, gestão, legalidade e responsabilidade.
Raquel e Bellen (2012)	Busca a articulação em rede de diversos atores sociais públicos, privados e não governamentais, enfim, relacionados ao Estado, ao mercado e à sociedade civil no intuito de gerenciar interesses e conflitos para alcançar objetivos comuns.
Paines, Aguiar e Pinto (2018)	São mecanismos estabelecidos para o desenvolvimento de uma cultura gerencial, guiada pelos seguintes valores: eficiência, qualidade, transparência e prestação de contas ao cidadão-usuário.
Teixeira et al. (2018)	A governança diz respeito aos arranjos formais e informais que determinam como são tomadas as decisões públicas e como são implementadas as ações públicas, na perspectiva de manter os valores constitucionais de um país em face de vários problemas, atores e ambientes.

Fonte: Teixeira; Gomes (2019); Silva Júnior; Guedes (2021). Organizado pela autora (2022)

O termo governança no contexto do setor público brasileiro surgiu em 1995, no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) instituído no governo Fernando Henrique Cardoso. A reforma, de caráter gerencialista, apresentava como objetivo aumentar a governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltando a ação dos serviços para o atendimento dos cidadãos (Silva Júnior; Guedes, 2021).

Em junho de 2002, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou uma cartilha com recomendações sobre boas práticas de governança nas empresas públicas e sociedades de economia mista de capital aberto. No ano de 2003 foi publicado o Plano de Gestão do novo governo, intitulado de Gestão Pública para um Brasil de todos, o qual tinha como proposta revitalizar a Administração Pública Federal, visto que o diagnóstico era de que o Estado estava ausente e que padecia de um déficit institucional (Silva Júnior; Guedes, 2021).

O Decreto nº 5.378/2005, instituiu o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GESPÚBLICA), o qual tinha como finalidade desburocratizar e melhorar a qualidade dos serviços públicos. A partir de então foram lançados: o Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2014; a promulgação da Lei nº 13.303/2016 - Lei de Responsabilidade das Estatais, conhecida também como a Lei de Governança Corporativa das Estatais; em novembro de 2017 o Decreto nº 9.203 que dispõe sobre a Política de Governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Silva Júnior; Guedes, 2021).

Um conceito mais próximo do que esse estudo pretende apresentar, ou seja, o processo de interação entre a gestão municipal e o desenvolvimento das atividades dos barraqueiros associados, no qual são definidas as regras, participações e atribuições de cada uma das partes, está descrito em Brasil (2018b, p. 18), ao apresentar a interpretação do Banco Mundial sobre governança.

O Banco Mundial, em seu Relatório de Desenvolvimento Mundial 2017: Governança e a Lei, descreve governança como sendo um processo por meio do qual atores estatais e não-estatais interagem para formular e implementar políticas dentro de um conjunto predefinido de regras formais e informais que moldam e são moldadas pelo poder.

Dessa forma, compreende-se que estabelecer uma boa governança é ter um conjunto pré-definido de regras formais que favoreça a formulação e a implementação de políticas e serviços públicos que, de fato, atendam às necessidades da sociedade. Na prática da utilização das praias artificiais, as regras formais compõem nas atribuições do município e, bem como dos barraqueiros associados, na manutenção e utilização do espaço público praia, a partir da

identificação das necessidades prioritárias e do estabelecimento de objetivos de interesse comum e da elaboração de estratégias para atingir o almejado.

O enfoque mencionado favorece a percepção de que “a relação de assimetria de informações se dá entre os cidadãos (principal) e os gestores públicos (agentes)” (Teixeira; Gomes, 2019 p. 525), pressupondo que, “a governança no setor público seja entendida como responsabilidade e honestidade dos agentes públicos, ou mesmo como um fator de transparência dos atos administrativos praticados por estes” (Coelho; Aquino; Pinto; Ceolin, 2022, p. 890).

Ao que afirma Ferreira (2016), a governança pública pode ser considerada como um elemento de salvaguarda da sociedade contra gestores negligentes, a qual tem por finalidade promover a eficácia, eficiência e a efetividade da Administração Pública, constituindo um ambiente institucional sustentado em relacionamentos transparentes, íntegros e confiáveis, que contribuam para minimizar a discrepância informacional e, por consequência, os conflitos de interesse entre os cidadãos e a gestão.

A política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, foi instituída pelo Decreto nº 9.203, de 2017. No qual especifica que as principais motivações para a sua criação foram: a) a necessidade de se fortalecer a confiança da sociedade nas instituições públicas; b) a busca por ampla coordenação das iniciativas de aprimoramento institucional; c) a utilidade de se estabelecer níveis de governança. Porém, Teixeira; Gomes (2019, p. 533), afirmam que “A governança é exercida com base nas tradições, nas instituições e nos processos que determinam a forma como o poder é exercido, como os cidadãos recebem uma voz e como as decisões são tomadas em questões de interesse público.”

O Decreto nº 9.203, de 2017, estabelece, além de diretrizes, os seis princípios da governança pública: 1) capacidade de resposta; 2) integridade; 3) confiabilidade; 4) melhoria regulatória; 5) prestação de contas e responsabilidade; e 6) transparência. Pois, “além de eficiência, é necessário garantir a capacidade de resposta; a publicidade deve incorporar a transparência e a prestação de contas; não há legalidade que possa se desvincular da confiabilidade” (Brasil, 2018b, p. 38).

Os princípios e as diretrizes de governança servem como arcabouço normativo-prescritivo para o desenvolvimento da política de governança, delimitando as competências dos atores e estruturas envolvidos na sua execução e coordenação. É importante detalhar sobre a efetividade e aplicabilidade de cada princípio.

A **capacidade de resposta** (do inglês, *responsiveness*) “representa a competência de uma instituição pública de atender de forma eficiente e eficaz às necessidades dos cidadãos,

inclusive antevendo interesses e antecipando aspirações” (Brasil, 2018b, p. 40). A capacidade de resposta está relacionada com a prestação de contas.

A **integridade** representa a busca pela prevenção da corrupção e pelo fortalecimento dos padrões morais de conduta. Portanto, a interpretação deste princípio deve ser feita em conjunto com os demais e deve levar em consideração o principal objetivo do ato normativo: permitir que o cidadão esteja sempre no centro das decisões e ações da administração pública (Brasil, 2018b).

A **confiabilidade** (do inglês, *reliability*) “representa a capacidade das instituições de minimizar as incertezas para os cidadãos nos ambientes econômico, social e político” (Brasil, 2018, p. 44). Por isso, deve se manter o mais fiel possível aos objetivos e diretrizes previamente definidos, passar segurança à sociedade em relação a sua atuação e, por fim, manter ações consistentes com a sua missão institucional. Este princípio está intimamente ligado à observância das diretrizes estratégicas e ações prioritárias previamente discutidas e comunicadas à população.

A **melhoria regulatória** (do inglês, *better regulation*) representa “o desenvolvimento e a avaliação de políticas e de atos normativos em um processo transparente, baseado em evidências e orientado pela visão de cidadãos e partes diretamente interessadas. Não se restringe, portanto, à regulação econômica de setores específicos realizada pelas agências reguladoras” (Brasil, 2018b, p. 47). Tem por objetivo garantir uma utilização mais racional dos recursos, bem como entregar os melhores resultados para os cidadãos.

Prestação de contas e responsabilidade (no inglês, *accountability*) representa a vinculação necessária, notadamente na administração de recursos públicos, entre decisões, condutas e competências e seus respectivos responsáveis. Trata-se de manter uma linha clara e objetiva entre as justificativas e os resultados da atuação administrativa dos agentes públicos. Portanto, a prestação de contas retroalimenta o sistema de governança a partir do controle social da atividade administrativa. Assim é possível que o cidadão exerça a cidadania de forma proativa, fiscalizando e apontando eventuais desvios (Brasil, 2018b).

A **transparência** representa o compromisso da administração pública com a divulgação das suas atividades, prestando informações confiáveis, relevantes e tempestivas à sociedade. Inserida em um conjunto de princípios centrais que orientam a atividade pública (Brasil, 2018b, p. 53).

3.1.1 Governança Pública Municipal

Conforme o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, que dispõe sobre a política de Governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, no Art. 2º, item I define governança pública como o conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (Brasil, 2020, p. 9). Para representar as etapas cíclicas da Governança Pública, a Figura 4, criada pela Rede de Governança Brasil (RGB), é a seguinte:

Figura 4 - Ciclo da governança pública



Fonte: RGB, 2020.

Fonte: Brasil (2020)

A Governança auxilia o/a prefeito/a organizar a gestão, pois deve ser posta em prática para avaliar, direcionar e monitorar as iniciativas locais do(a) Prefeito(a) e sua equipe, “potencializando a estruturação de uma rede interna e externa que deve adotar e se comprometer

com uma cultura de gestão baseada em resultados, transparência, participação e eficiência” (Brasil, 2020, p. 9). Dessa forma, Brasil (2020, p. 10) assinala que a relação entre Gestão e Governança é necessária, pois enquanto a Gestão cuida do dia a dia do município e do manejo dos recursos, a Governança cuida da qualidade do processo decisório, da eficiência e da economicidade das ações.

O município deve fortalecer ainda mais os mecanismos de Governança pública como forma de reduzir o distanciamento entre a prefeitura e o(a) cidadão(ã), garantindo uma imagem institucional positiva ao(à) prefeito(a) e um legado vencedor à posteridade. Tudo isso é conquistado pela utilização da Governança pública com a maior quantidade de boas práticas de liderança, estratégia e controle para se administrar bem (Brasil, 2020, p. 11).

A participação dos cidadãos é uma característica positiva da Governança, pois o cidadão é considerado um parceiro, e deve ter uma comunicação aberta e fácil com *feedbacks*, opiniões, sugestões e críticas que levam ao gestor uma mensagem fidedigna do anseio social. Situação vivenciadas na organização das praias nas quais os gestores municipais mantiveram diálogo com a associação dos barraqueiros e providenciaram investimentos para a melhoria da estrutura física e das atrações artísticas.

3.1.2 Interferência dos gestores municipais na construção das praias artificiais

As praias artificiais são espaços públicos dos municípios, foram construídas pelo empreendedor da UHE Estreito e entregues à gestão municipal da época. Há relatos da interferência da gestão municipal, em dois momentos: durante a construção, nos municípios de Babaçulândia e Darcinópolis; depois da praia construída e entregue, na praia de Filadélfia.

No município de Babaçulândia/TO, a proposta do empreendedor era a construção de 15 barracas, porém, o gestor municipal da época, interferiu para que fossem construídas apenas cinco barracas fixas e disponibilizado o material para 10 barracas móveis (entrevista BBU-2). A situação é comprovada na distância da localização das barracas fixas.

No município de Darcinópolis/TO, conforme narrativa dos entrevistados, a proposta inicial, do empreendedor da UHE, seria a construção de um balneário urbano, situação que se justifica pelo fato do rio/lago estar localizado a 58 km de distância da área urbana. Relatos dos entrevistados narram a negociação para que a praia artificial fosse construída à margem do lago, distante da zona urbana.

A distância entre a área urbana e a praia, demanda investimento do poder público municipal no que se refere ao investimento em transporte gratuito durante as temporadas de praia e retirada dos resíduos (lixo), visto que estes não podem ser queimados ou enterrados próximos à praia, pois é uma Área de Preservação Permanente (APP).

No município de Filadélfia/TO, há relatos de dois momentos de construção da praia artificial. O primeiro foi no ano de 2011 quando foi construída a primeira estrutura física, num local inapropriado, pois, conforme relatos dos entrevistados, era uma área de possuía espinhos, galhadas e muita lama. O local era uma propriedade utilizada para a criação de porcos. A praia, conhecida por “Praia dos Porcos” não era bem-vista devido às características já descritas.

Como forma de reverter a situação, alguns barraqueiros se articularam junto à gestão pública municipal e outros interessados na melhoria do lugar, para encontrar uma área mais adequada, bem como organizaram a utilização improvisada do local escolhido durante a temporada de praia do ano de 2013.

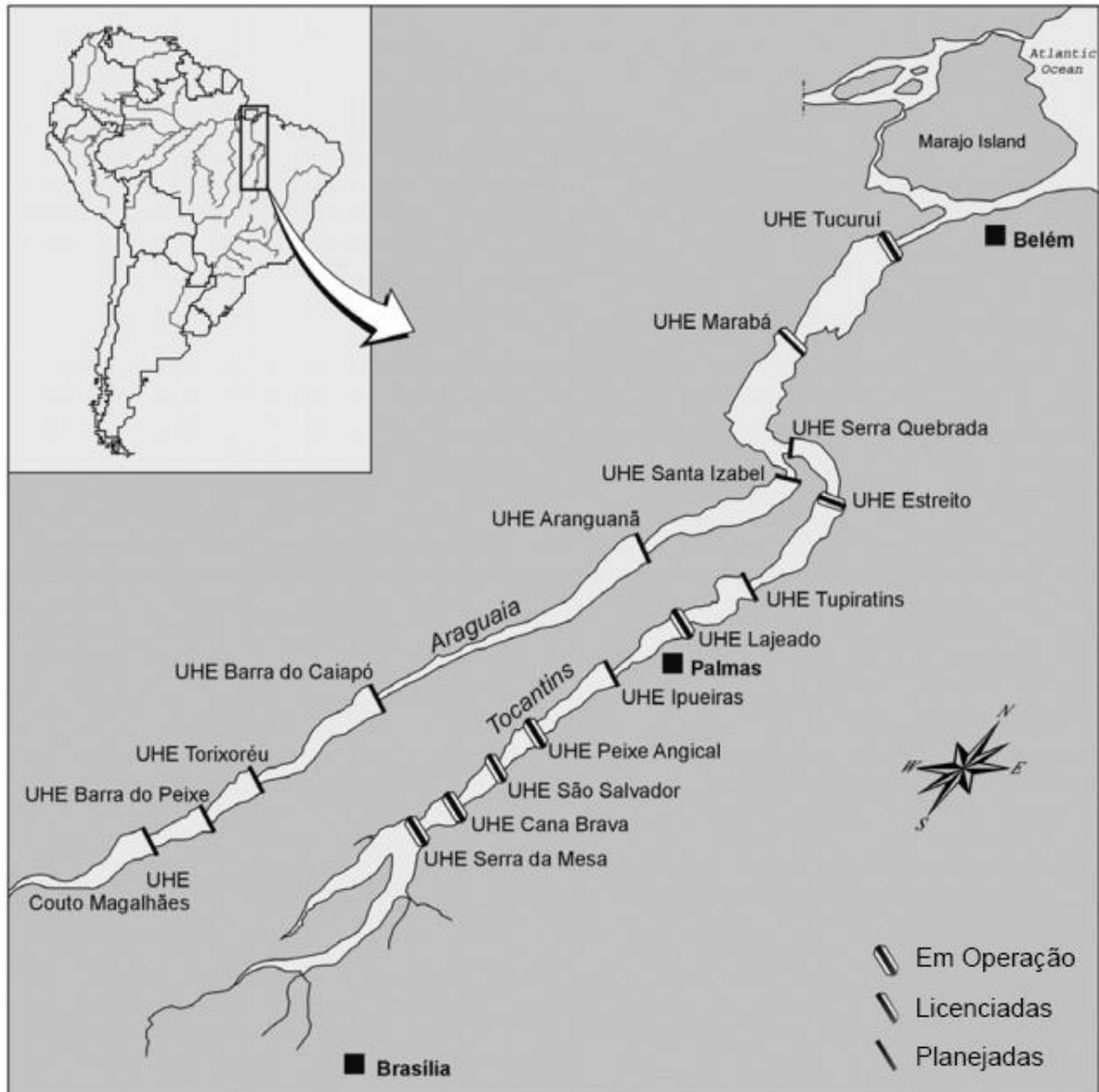
Para tanto foi sugerido o local da atual praia, foram expostos ao empreendedor da UHE e responsável pela construção da praia artificial, os pontos negativos do local em que a primeira estrutura física foi construída e quais os pontos positivos do novo local. A partir da interlocução e apresentação das vantagens do novo local de construção das instalações físicas, foi realizada a demolição das edificações da praia anterior e construída a nova estrutura física, sendo esta inaugurada no ano de 2014.

3.2 Hidrelétricas no rio Tocantins e os atingidos pela construção da UHE Estreito

Ao todo já são sete hidrelétricas em funcionamento na bacia do Tocantins-Araguaia. Sendo elas: Tucuruí, que está localizada na cidade de Tucuruí/PA e foi inaugurada em 22/12/1984 (ELETRONORTE, 2021); a de Serra da mesa, localizada no município de Minaçu/GO, na bacia do Alto Tocantins, foi inaugurada em 30/04/1998 (FURNAS, 2021).

A partir do ano de 2000, foram construídas cinco usinas hidrelétricas no rio Tocantins: a) Cana Brava, em Cavalcante/GO, começou a operar em 2002; b) São Salvador, em Paranã/TO, começou a operar em 2009; c) Peixe Angical, em Peixe/TO, inaugurada em 2006; d) Luiz Eduardo Magalhães, entre Miracema e Lajeado/TO, iniciou o funcionamento em 2002 e; Estreito, localizada no município de Estreito/MA, inaugurada em 2012. A figura 5, mostra o mapa esquemático com as barragens na bacia do Tocantins-Araguaia.

Figura 5 - Mapa esquemático ilustrativo das barragens em operação, licenciadas e planejadas na bacia do Tocantins-Araguaia – 2009



Fonte: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/hidreletrica-de-maraba-ameaca-peixes-endemicos-da-amazonia>. Acesso em: 26 out 2023.

A construção de usinas hidrelétricas no estado do Tocantins impactou atividades turísticas e comunidades ribeirinhas ao longo do curso do rio Tocantins. A mais recente construção é a UHE Estreito, a qual teve início em 2007, em dezembro de 2010 iniciou o enchimento do lago, o qual tem uma extensão de 260,2 km² e inundou 400 km². A conclusão do enchimento do reservatório foi datada de maio de 2011 e a inauguração ocorreu em 17 de outubro de 2012 (CESTE, 2017).

Foi necessária a remoção dos impactados a partir do ano de 2008. Porém, as inquietações dos moradores datam desde as primeiras informações sobre a construção da hidrelétrica, as quais aumentaram com as constantes visitas dos representantes do empreendimento, que

avaliavam as edificações e terrenos, e com a presença dos primeiros trabalhadores que chegaram aos municípios para o início dos trabalhos relacionados à construção.

O conceito de impactado, utilizado nesta pesquisa, está respaldado em Vainer (2008), o qual remete à noção econômico-financeira e representa uma categoria social em disputa, que varia no tempo e espaço, dependendo dos contextos políticos e culturais. Por isso, opõe diversos atores econômicos, bem como identifica a concepção denominada '1', a qual significa atingido e inundado, obrigado a se deslocar de maneira compulsória. Esta concepção tende a circunscrever espacialmente os efeitos do empreendimento estritamente à área inundada.

Para o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2011) deve-se considerar que é necessário englobar neste conceito algumas situações de perdas culturais às sociedades, grupos e/ou comunidades da área do empreendimento, expressas nas modificações e alterações impostas pelas rupturas em diversas dimensões. Assim, devem ser consideradas como perdas as alterações impostas a circuitos e redes de sociabilidade, sempre que implicarem na ruptura de relações importantes para a reprodução social, consideradas as dimensões culturais e a identidade dos grupos, comunidades e famílias atingidas.

Os atingidos pela construção de usinas hidrelétricas, são caracterizados através do Decreto nº 7.342 publicado no Diário Oficial da União de 20/10/2010, no artigo 2º como os integrantes da população sujeitos a impactos como: perdas de fontes de renda e trabalho das quais dependem economicamente, em virtude da ruptura de vínculo com áreas do polígono do empreendimento e prejuízos comprovados às atividades produtivas locais a jusante e a montante do reservatório, afetando a renda, a subsistência e o modo de vida de populações (Brasil, 2010a). Porém, conforme Santos (2015, p. 116).

O termo atingido é disputado em diferentes instâncias: (i) no campo da afirmação de direitos, do reconhecimento de violações, rebatendo sobre processos indenizatórios, (ii) no seio dos movimentos sociais como identidade política coletiva e na disputa por contra-hegemonia na sociedade; (iii) no meio acadêmico, na busca por sua afirmação como conceito.

A condição de atingido por barragem é uma construção que se dá a partir das relações de poder entre os diferentes agentes sociais envolvidos em cada caso, no sentido de homologar juridicamente – e de forma amigável ou litigiosa – as variáveis que concedem às populações seus direitos decorrentes da instalação da hidrelétrica (Rocha, 2013).

Pois “Ao impactar o modo de vida de populações tradicionais e sua cultura *sui generis*, perde-se um potencial atrativo turístico que se esgota mesmo antes de ter sido valorizado e aproveitado adequadamente” (Rosoche; Vallerius, 2014, p. 424). Entre os envolvidos com as

atividades turísticas nas temporadas de praia, foram impactados: pescadores, barraqueiros, barqueiros, construtores de barracões, cortadores de palhas, e tantos outros que, indiretamente, obtinham recursos financeiros com o trabalho prestado às atividades turísticas. Portanto, é possível compreender que a formação do lago da UHE Estreito desestruturou os postos de trabalho e os laços de amizade e colaboração.

A UHE de Estreito é considerada a responsável pelo infortúnio que desestruturou a vida social e econômica dos barqueiros. Confiantes na atividade turística da qual só conheciam a prosperidade, a cada temporada eles investiam mais no crescimento do fluxo de visitantes e melhoravam a estrutura dos produtos e serviços para a oferta do turismo de sol e praia na região. (Ertzogue; Zagallo, 2018, p. 17)

Dessa forma, compreende-se que os impactados pela UHE Estreito tiveram alterações no modo de vida, no concernente à utilização das margens do rio para o plantio em vazantes, na pesca, na criação de animais em propriedades ribeirinhas, no transporte fluvial em canoas, na coleta de frutos, e principalmente, no concernente ao lazer nas temporadas de praia, quando era possível utilizar as margens do rio para a permanência em acampamentos.

A construção da hidrelétrica Estreito e a formação do lago modificaram a paisagem do rio Tocantins e dos municípios ribeirinhos, tanto no perímetro urbano quanto na área rural. Com as modificações nas paisagens, a partir da derrubada de árvores, ou seja, da supressão da vegetação para dar lugar ao lago, foram extintos pontos de referência ao longo do rio. As mudanças nas estradas, nos locais de moradia, nas áreas de coletas de frutos e nos ambientes de trabalho conhecidos como vazantes, foram acompanhadas pelos ribeirinhos e visitantes por um período significativo de aproximadamente dois anos (Silva, 2017).

Além da extinção das práticas de utilização das praias naturais, nos meses de junho e julho, as quais foram substituídas por praias artificiais, consideradas permanentes pelo empreendedor da UHE, devido preservarem as características: água, areia e edificações, durante o decorrer do ano. Apesar disso, é necessário considerar que alguns aspectos ambientais não favorecem a utilização das praias durante alguns períodos do ano, como por exemplo, na época chuvosa em que as águas cobrem as praias e apresentam uma coloração escura.

Outras modificações estão representadas na remoção dos impactados para localidades com características diferentes das que estavam habituados a desenvolver atividades; nas alterações de partes dos centros urbanos, localizados na área de formação do lago. Na Fotografia 8, está registrado um momento de travessia de passageiro, o qual ocorreu em 07/1996, da cidade de Babaçulândia/TO para a praia do Coco, localizada no município de Carolina/MA.

Fotografia 8 - Utilização de embarcações para travessia do rio Tocantins – Babaçulândia



Fonte: Arquivo pessoal de Rubens Martins da Silva, 1996

A Fotografia 8 foi registrada no ano de 1996 e mostra um grupo de pessoas entrando nas embarcações que seguiam com destino à praia do Coco, localizada na margem maranhense do rio Tocantins. Na imagem, observa-se, na lateral superior direita, parte do banco de areia componente da praia. O local de embarque era a rampa de acesso ao rio, localizada na área urbana de Babaçulândia/TO.

É oportuno ressaltar que a importância do rio Tocantins, as modificações irreversíveis nas praias naturais e as interferências relacionadas à construção das praias artificiais, foram destacadas no Estudo de Impactos Ambientais e Relatório de Impactos ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) da hidrelétrica Estreito, disponibilizado em 2001.

Destaca-se que utilização das praias na época da estiagem, o que compreende os meses de junho, julho e agosto, é uma prática cultural tradicional de toda a região e representa a forma de lazer “mais importante da população local, além de constituir o período de maior animação urbana da cidade, com reflexos nas atividades formais e informais de comércio e de prestação de serviços” (IBAMA, 2001, p. 145).

As praias existentes no rio Tocantins, eram bastante utilizadas pela população local e regional, destacando-se as localizadas próximo às sedes dos municípios de Babaçulândia, Filadélfia/TO, Carolina/MA, Barra do Ouro e Palmeirante. Diante das interferências apontadas, no EIA/RIMA da UHE, fez-se necessário, portanto, a adoção de medidas de recomposição de

locais de lazer, sendo viabilizada a implantação de praias artificiais de grande importância para a população local (IBAMA, 2001).

Após a formação do lago e as alterações de praias naturais para praias artificiais, as cidades de Babaçulândia e Filadélfia, que recebiam grande fluxo de turistas usufruindo do lazer nas praias existentes no rio Tocantins, sofreram, economicamente, o maior impacto em razão da diminuição do número de visitantes que passavam temporadas na localidade, e conseqüentemente, os propiciavam a geração de emprego e renda.

No estado do Tocantins, dentre os vários impactos decorrentes da construção de usinas hidrelétricas, destacam-se aqueles relacionados à atividade turística, pois o Rio Tocantins exerce grande influência na economia local. Em especial, a construção da UHE de Estreito afetou fortemente a economia das cidades de Babaçulândia e Filadélfia, as quais possuíam grandes fluxos de turistas usufruindo do lazer nas praias existentes no rio. (Rodrigues; Magalhães Filho; Figueroa, 2013, p. 24)

Conforme Rodrigues, Magalhães Filho e Figueroa (2013), os impactos relacionados à atividade turística e economia local, foram os mais drásticos, pois houve diminuição do fluxo turístico após a formação do lago da UHE Estreito. O que é corroborado por Ertzogue e Zagallo (2018, p. 12), quando afirmam que o turista que “passava uma temporada na praia, gerando emprego e renda, desapareceu; em seu lugar vieram os visitantes de pouca permanência na praia artificial, com retorno no mesmo dia. Inverteu-se o ciclo de turismo para excursionismo”. O visitante pode ser o mesmo que já frequentava a praia natural, porém adaptou-se às condições atuais de utilização da praia artificial.

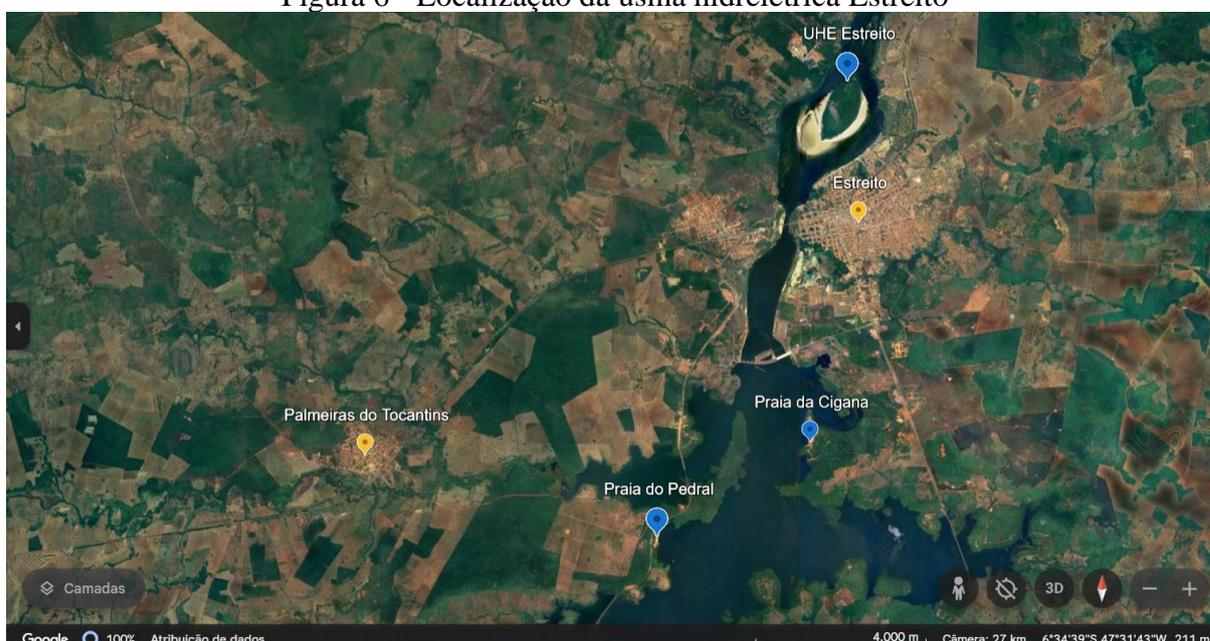
Os excursionistas vão à praia levando quase tudo o que utilizarão no dia de lazer: alimentos, utensílios, churrasqueira e carvão, bebidas, gelo, caixas térmicas ou isopor, cadeiras, som portátil ou automotivo, equipamentos náuticos. Essa prática prejudica quem exerce atividades comerciais, seja nos bares e restaurantes, na comercialização de porções de alimentos ou na comercialização informal, realizada por ambulantes que percorrem a praia.

Até o ano de 2010, época em que iniciou a formação do lago da UHE Estreito, as praias do rio Tocantins foram utilizadas, durante o mês de julho a início de agosto, de forma econômica, cultural e social, para a prática de momentos de descanso e lazer, com frequência massiva. Era comum a construção de barracões nas margens do rio e nas ilhotas que emergiam durante a temporada de estiagem. Os barracões eram utilizados como ponto de apoio a famílias e grupos de amigos que permaneciam nas localidades por até 40 dias. A partir do ano de 2011, a prática de acampar às margens do rio Tocantins sofreu modificações.

A partir da construção da usina hidrelétrica Estreito, localizada no rio Tocantins, a qual tem vertedouro entre as cidades de Estreito/MA e Darcinópolis/TO, houve modificações no leito do rio, tanto à montante quanto à jusante da barragem, alterando as condições de realização das atividades turísticas.

A Figura 6, mostra a localização da Usina Hidrelétrica Estreito, no rio Tocantins. Bem próximo à UHE está localizada a Praia da Cigana, na cidade de Estreito/MA, uma praia modelo, porém as praias localizadas no estado do Tocantins apresentam características singulares e diversas da praia localizada no estado do Maranhão. Portanto, quem conhece a praia da Cigana, também precisa conhecer as demais praias artificiais e vice-versa.

Figura 6 - Localização da usina hidrelétrica Estreito



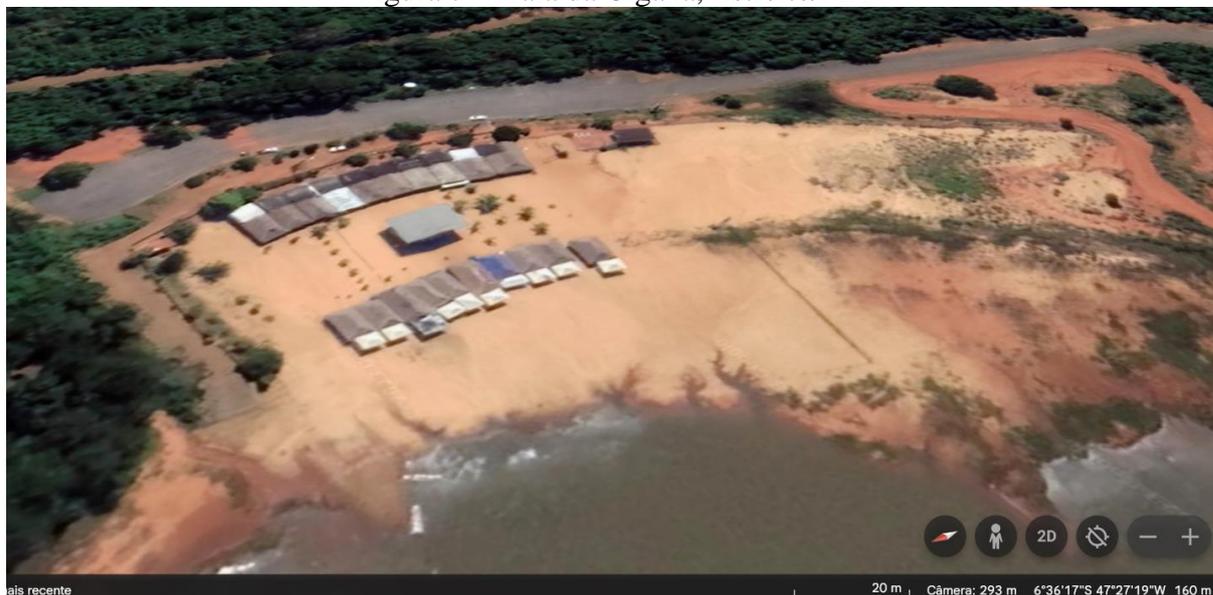
Fonte: Google Imagens (2024) <https://www.uhe-estreito.com.br/o-empresendimento/localizacao.html>.
Acesso em: 17 mar. 2024.

Na Figura 6, também está presente a localização do município de Palmeiras do Tocantins/TO. Nele há uma praia artificial construída pelo empreendedor da UHE, a qual é a primeira praia em terras tocantinenses em proximidade com o empreendimento hidrelétrico. Na margem maranhense, do lago, está localizada a praia da Cigana, que apesar de não compor esta pesquisa, considero importante apresentar o registo das informações estruturais, para que, dessa forma, outros pesquisadores possam embasar suas novas pesquisas.

A praia da Cigana foi construída, a título de medida compensatória, pelo empreendedor da UHE Estreito. Distante, cerca de 8km da área urbana, o trajeto é de fácil acesso e todo

asfaltado, seguindo pela Rodovia Transamazônica 010 e continua por uma estrada vicinal com acesso direto à praia, a qual possui espaço amplo, conforme apresentado na Figura 7.

Figura 7 - Praia da Cigana, Estreito/MA



Fonte: Google Earth. <https://earth.google.com/web/@-6.60486033,-47.4545821,162.68699494a,261.62637746d,35y,120.61661229h,60.00011218t,0r/data=OgMKATAA>. Acesso em: 27 out. 2023.

A Figura 7 mostra a estrutura física da Praia da Cigana, a qual é semelhante à das praias localizadas no estado do Tocantins, sendo composta por: 10 barracas construídas; palco; sanitários; estrutura de iluminação pública; amplo estacionamento asfaltado; tendas e estruturas complementares com cobertura de palha de palmeira babaçu; vasta área para camping.

As modificações à montante do empreendimento enfraqueceram o Turismo de Sol e Praia que existia nas praias naturais, ocasionando mudanças nos costumes de acampar e a gradual descontinuidade do trabalho de alguns dos impactados, como foi descrito por Zagallo (2018, p. 146): “[...] o desenvolvimento do turismo em Babaçulândia caminha para a insustentabilidade, pois o lago, principal atrativo da cidade, não oferece estrutura necessária para atender o novo perfil dos visitantes [...]”. Babaçulândia era um dos municípios com o maior fluxo de visitantes durante as temporadas de praia.

Indicativos de impactos negativos são apresentados em localidades turísticas próximas a outras UHEs, conforme Roscoche e Vallerius (2014, p. 427), quando explanam sobre os impactos negativos aos atrativos turísticos da região do Xingu ocasionados pela UHE Belo Monte, afirmaram que:

Não é possível definir com certeza quais serão as vantagens que o setor turístico poderá trazer em relação à obra, pois se de um lado verifica-se a criação de inúmeros novos empreendimentos de hospedagem, alimentação e transporte, por outro lado, tem-se a inserção de inúmeras variáveis que interferem negativamente sobre a atividade turística, como a proliferação de vetores de doenças, a poluição ambiental, problemas com o sistema de transporte e o sistema médico hospitalar e degradação dos principais potencialidades turísticas da região.

Apesar da expectativa formada a partir da construção de uma usina hidrelétrica e das possibilidades de novas atrações turísticas locais, como: passeios náuticos, pesca esportiva, atividades esportivas no lago, bem como do turismo de contemplação, é necessário compreender que os atos culturais não são mutáveis de imediato, ou seja, o costume de usar o rio e suas margens para a prática de atividades de lazer, em substituição à praia natural, não é aceito de imediato.

3.3 O turismo de Sol e Praia antes da formação do lago da UHE Estreito

Antes da formação do lago a UHE Estreito, o rio Tocantins propiciou a formação das cidades ribeirinhas enquanto possibilidades de utilizá-lo como fonte para o abastecimento de água, na agricultura, em vazantes, via de acesso à outras localidades, transporte de mercadorias e pessoas, via navegação, ou seja, foram elaboradas formas de apropriação do rio, modo de vida, saberes e tradições.

Os conceitos de cultura, ancorados em Geertz (1989) podem ser contextualizados com a pesquisa através das seguintes designações: modo de vida global de um povo; o legado social que um indivíduo adquire do seu grupo; um conjunto de orientações padronizadas para os problemas recorrentes; comportamento aprendido; um conjunto de técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros homens.

Em razão da escassez de estradas entre os núcleos populacionais estabelecidos ao longo das margens do rio Tocantins, este teve um papel importante no processo de urbanização e povoamento por não indígenas do antigo norte goiano e sudoeste do Maranhão. Isso significa que ele foi importante na fundação de cidades como Carolina e Estreito, no estado do Maranhão; e Filadélfia, Itapiratins, Tupiratins, Barra do Ouro, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Aguiarnópolis e Babaçulândia, no estado do Tocantins (Nolasco, 2014).

Portanto, os municípios formados às margens do rio Tocantins transformaram-se em entrepostos comerciais e pontos de parada para viajantes que utilizavam embarcações, pois o rio era a via de acesso à outras localidades, principalmente em direção aos grandes centros

estabelecidos às margens de rios, em busca da aquisição de produtos destinados à revenda nos municípios ribeirinhos e muitos outros vilarejos e comunidades próximas.

Conforme Oliveira (2008, p. 07) a “vida às margens do rio Tocantins possuía um ritmo próprio, passado de geração a geração, pautado nas formas de fazer e de ser dos ribeirinhos”. Compreende-se que os ribeirinhos, no processo de ocupação e desenvolvimento às margens do rio Tocantins, desenvolveram tessitura identitária com forte presença de características regionais e culturais, resultantes da vivência local, das atividades desempenhadas por eles, principalmente as atividades relacionadas ao turismo, e dos contatos com pessoas de diferentes localidades, ou seja, com os visitantes das praias.

Frequentar e acampar nas praias naturais, anualmente, era um ato cultural repassado de geração a geração, uma vez que elas representavam a produção de serviços e cultura pelos barraqueiros, os quais seguiam um conjunto de orientações padronizadas no referente à utilização dos espaços, bem como algumas técnicas para se ajustar tanto ao ambiente externo como em relação aos outros frequentadores dos locais. Dessa forma, considera-se como o território das praias naturais, definindo território como o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos (Geertz, 1989; Raffestin, 1993; Saquet, 2007).

Considerando que o território é o espaço onde se desenrolam usos múltiplos dotados tanto da racionalidade própria dos fazeres ligados à ordem global quanto daqueles organicamente constituídos, estabelecidos a partir de uma ordem local (Brandão, 2009), esse território não é menos importante que a população e os recursos, pois ele é a cena do poder e o lugar de todas as relações, o qual necessita das pessoas para que se possam determinar os rumos possíveis das ações e dos recursos condicionantes do alcance da ação.

O território da praia natural também exercia um valor simbólico-financeiro aos empreendedores das cidades impactadas, pois o comércio local era aquecido com o crescimento do número de turistas, o aumento dos postos de trabalho e, conseqüentemente, a circulação de recursos financeiros.

Os rendimentos financeiros oriundos da prestação de serviços na construção da estrutura da praia resultavam: da retirada de palhas do coqueiro babaçu, madeira, transporte de materiais e utensílios para a montagem dos estabelecimentos de alimentação, a retirada dos resíduos deixados pelos visitantes e comerciantes; da contratação de profissionais para fazer a segurança do local; dos artistas que animavam os eventos, dentre outras ocupações que acompanhavam a sazonalidade da praia. No ano seguinte, o ciclo de trabalho era replicado, isto é, o meio ambiente estava disponível para mais uma temporada favorável ao descanso, diversão e lazer.

A busca de equilíbrio entre o homem e o meio ambiente e, conseqüentemente, a busca

de preservação do todo, pode ser discutida através da interdisciplinaridade, pois “surge como uma necessidade prática de articulação dos conhecimentos; mas constitui um dos efeitos ideológicos mais importantes sobre o atual desenvolvimento das ciências, justamente por apresentar-se como o fundamento de uma articulação teórica” (Leff, 2006, p. 37-38).

Para a organização da estrutura da praia natural era necessário a verificação do melhor local com formação dos bancos de areia, a profundidade da água e condições de acesso das embarcações, bem como a localização para montagem da estrutura: palco para shows e outras apresentações, área com barracas de comercialização de alimentação, áreas com chalés para hospedagem, sanitários, espaço livre para barracas, posto de bombeiro e Polícia Militar, posto de atendimento médico, espaço de comercialização de artesanatos e *souvenirs*.

No ano de 2009 foi realizada a última temporada de praia natural, nas praias localizadas à margem do lago da UHE, pois o lago ainda não estava formado, apesar de já haver a supressão da vegetação. Em Babaçulândia, por exemplo, a abertura oficial da praia aconteceu dia 04 de julho e o encerramento no dia 09 de agosto. O então prefeito, Alcides Filho, declarou que a prefeitura municipal havia preparado uma estrutura para recepcionar cerca de 10 mil pessoas na abertura, com a projeção de 60 mil visitantes para toda a temporada. (Conexão Tocantins, 2009a).

Além da Praia do Coco, em Babaçulândia/TO, havia outros locais utilizados para acampar. Os acampamentos organizados pelos grupos familiares às margens do rio, a maioria dentro de propriedades particulares, era o lugar de algumas das identidades afetivas, e neles havia significação marcante do cotidiano das pessoas que o utilizavam.

Ratificando que o lugar é uma classe especial de objeto, uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lugar para outro; é um objeto no qual se pode morar ou permanecer por determinado tempo (Tuan, 2013). Portanto, compreende-se que o lugar é familiar e está nas pessoas já que permite práticas em grupo por um período determinado, ou seja, anualmente a prática de acampar era repetida. E as lembranças permanecem através dos tempos.

Para o suporte da contextualização entre as praias naturais e as praias artificiais, foram utilizadas fotografias que mostram algumas situações vivenciadas pelos grupos de barraqueiros. Pois, “uma vantagem do testemunho de imagens é a de que elas comunicam rápido e claramente os detalhes de um processo complexo como o da impressão, por exemplo, o que um texto leva muito mais tempo para descrever de forma mais vaga” (Burke, 2004, p. 101).

3.4 O vocábulo Paisagem, a evolução do seu conceito ao longo de quatro décadas e as modificações observadas nas praias

As modificações diárias da paisagem no local de formação do lago tornaram-se atrações ímpares e motivo de curiosidade para moradores da cidade de Babaçulândia, turistas, curiosos e pesquisadores que diariamente visitavam a margem do rio ou se arriscaram em passeios no lago em formação para fotografar e filmar as alterações do lugar. Para os que conheciam há anos a paisagem ribeirinha, as alterações impostas pela formação do lago representavam o fim daquilo que estavam acostumados a ver e aguçava a curiosidade em saber como seria nos próximos dias.

Nesta pesquisa, o vocábulo paisagem é denotada pela morfologia e conotada pelo conteúdo e processo de captura e representação que resulta da apreensão do olhar do indivíduo, o qual é condicionado por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos, e da esfera da rememoração e da lembrança recorrente (Gomes, 2001). Porém, “o conceito de paisagem, possui diversas dimensões de análise e interpretação, utilizadas pelos diversos campos de conhecimento” (Medeiros, 2016, p. 30), e passou por evolução ao longo de décadas, os quais são apresentados no Quadro 5.

Quadro 5 - Conceitos de paisagem ao longo de décadas

Teórico/ano	Conceito de paisagem
Ab'Saber (1977)	É sempre uma herança.
Ferreira (1986)	Conceito mais tradicional revelando acepção estática, de fotografia, em que esta é um espaço de terreno que se abrange em um lance de vista
Leite (1992)	Dois grandes vertentes: uma relacionada à paisagem, à sua essência física, material, objetiva, categorizável; e a outra que relaciona a paisagem à sua essência simbólica, à sua experimentação e criação individual ou coletiva.
Carlos (1994)	O “imediatamente visível”, aquilo que somos capazes de apreender pelo olhar, em uma unidade visual.
Santos (1997)	Expressão materializada do espaço, interpretando-a como forma, um dos elementos constituintes do espaço que, em um dado momento, expressam as heranças as quais representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza; reunindo objetos passados e presentes, a paisagem se torna “transtemporal”.
Lyle (1999)	Existe como um composto de memórias, imagens, concepções, atitudes e valores nas mentes de todos aqueles que veem, usam, conhecem, ou apenas meramente sabem dela, e pode ser diferente da realidade física.
Macedo (1999)	É a expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e conseqüente transformação do ambiente em um determinado tempo. Pode ser considerada como um produto e como um sistema. Como um produto porque resulta de um processo social de ocupação e de gestão de determinado território. Como um sistema, na medida em que a partir de qualquer ação sobre ela impressa, com certeza, haverá reação correspondente, que equivale ao surgimento de uma alteração morfológica parcial ou total.
Bertrand (2004)	É uma determinada porção de espaço, resultado da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns com os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução.
Sandeville Júnior (2005)	No uso coloquial é entendida como a própria imagem construída na percepção do observador, acarretando em um significado etimológico e conceitual minimizado.

Meneguetti, Rego Pellegrino (2005)	É uma construção social, que dá visibilidade local aos eventos, com caráter distintivo pela sucessão de eventos no tempo e no espaço, é parte de um processo e expressa um produto de relações que se dão no espaço, revelando o entrelaçamento das dualidades.
Magnoli (2006)	Dualidade presente na “lógica própria dos processos do suporte (sistemas geológico e climático), a lógica própria dos processos sociais e culturais (sistema antrópico)”.
Abreu (2007)	Além da dimensão espacial tem uma dimensão estética, resultante da combinação de fatores e processos ecológicos, culturais e socioeconômicos, assim como uma apreciação emotiva da parte do observador ou usuário.
Meneguetti (2007)	Uma construção social que dá visibilidade local aos eventos, com caráter distintivo pela sucessão de eventos no tempo e no espaço. A paisagem é parte de um processo e expressa um produto de relações que se dão no espaço, revelando o entrelaçamento de dualidades.
Tangaria et al. (2009)	Implica a apreensão de uma porção do espaço em três dimensões, produto da interface entre natureza e cultura, e, conseqüentemente, abrange múltiplos aspectos e sentidos, além do visual.
Sales (2015)	Dois abordagens: a) estuda os processos responsáveis pela morfologia, estrutura e dinâmica da paisagem, em que a sua compreensão passa pelo estudo da componente objetiva, relacionada com o estudo dos fatores bióticos (meio biológico), abióticos (meio físico) e antrópicos (sociais, econômicos e culturais); b) compreende o estudo da componente filosófica, subjetiva, relacionada com as impressões, a percepção e a apreciação estética de cada observador relativamente ao conjunto de elementos com a qual se pretende obter a compreensão dos processos que contribuem para a qualidade cênica, visual e significado cultural e emocional.

Fonte: Medeiros, 2016. Organizados pela autora (2021)

Sobre a representatividade da paisagem, Tuan (2013, p. 3) esclarece que “o espaço construído pelo homem pode aperfeiçoar a sensação e a percepção humana”. Logo, isso é revelado nas vivências socioculturais e nas suas necessidades econômicas, o ambiente gerador de parte de seus ganhos financeiros e fontes fisiológicas. Dessa forma, a afetividade dos impactados define paisagens particulares, pois “muitos lugares altamente significantes para muitos indivíduos e grupos, têm pouca notoriedade visual. Esses são conhecidos emocionalmente, e não por meio do olhar crítico ou da mente” Tuan (2013, p. 200).

A partir da representatividade da paisagem, como espaço construído, é possível compreender, nos relatos dos participantes da pesquisa, que os espaços naturais utilizados durante as temporadas de praia, mesmo com as dificuldades de acesso e logística de transporte, eram familiares e necessários às vivências e ao desenvolvimento das atividades dos grupos de barraqueiros que comercializavam bens e serviços.

A paisagem pressupõe, também, um conjunto de formas e funções em constante transformação em seus aspectos visíveis, indicando estrutura espacial; em princípio, invisível, mas que sempre resulta da interferência da sociedade na paisagem (Serpa, 2010).

A paisagem resulta sempre de um processo de acumulação, mas é, ao mesmo tempo, contínua no espaço e no tempo, é uma sem ser totalizante, é compósita, pois resulta sempre de uma mistura, um mosaico de tempos e objetos datados. A paisagem pressupõe, também, um conjunto de formas e funções em constante transformação, seus aspectos “visíveis”, mas, por outro lado, as formas e as funções indicam a

estrutura espacial, em princípio, “invisível”, e resulta sempre do casamento da paisagem com a sociedade. (Serpa, 2010, p. 133).

Algumas modificações na paisagem, realizadas a partir da formação do lago da UHE Estreito, estão presentes na Fotografia 9, registrada na área urbana de Babaçulândia/TO. Tais modificações foram acompanhadas pela população, a partir de imagens registradas em pontos acessíveis na margem do rio Tocantins. Acompanhando e registrando as embarcações dentro do lago ou simplesmente pela observação silenciosa e sem registro, percebe-se que a história do lugar foi alterada significativamente.

Fotografia 9 - Ancoradouro das embarcações em Babaçulândia/TO durante a formação do lago da UHE Estreito



Fonte: Arquivo pessoal Súsie Fernandes (01/2011)

A Fotografia 9 mostra os cuidados dos barqueiros de Babaçulândia em preservar suas embarcações na época do enchimento do lago. Diariamente, eles iam à margem do rio para retirar a água que entrava pelo casco da embarcação e verificar se estavam em lugar seguro e próximo à margem. O local de ancoragem das embarcações era a ribanceira do rio, espaço em que, anteriormente, era localizado o estacionamento de um hotel.

Para fixar as embarcações no local, à margem do rio, eram fincadas barras de ferro na terra, nas quais as embarcações eram amarradas com grossas cordas. Na Fotografia 9, observa-se o local em que as embarcações eram cuidadas pelos seus proprietários: retirando a água que

entrava pelo casco, limpeza e deslocamento para o local mais seguro possível. Na parte superior da lateral direita, visualiza-se uma quantidade de areia e duas edificações: a areia é o local da Orla principal, o qual passou a ser utilizado pelos banhistas; a edificação maior, localizada à esquerda do monte de areia, é o mercado municipal.

A imagem da paisagem natural foi modificada a partir das “necessidades” do ser humano. Neste caso específico, pelo ente público se sobrepondo ao individual/privado, pois a justificativa para a construção de usinas hidrelétricas, sempre foi a necessidade de expansão da capacidade de geração de energia elétrica e, consecutivamente, o impulsionamento do mercado produtor, através do aumento da capacidade de produção de bens e serviços.

A pesquisa revelou que o cidadão impactado e residente nas margens do rio sobrevivia de forma simples e pacata. Apesar dessa realidade, esse era, também, o discurso dos defensores que queriam representá-lo junto aos órgãos públicos e organizações privadas interessadas na construção do empreendimento hidrelétrico. A falta de apoio e orientação, identificados em alguns casos relatados, pela esperteza dos gestores públicos da época que, ciente de informações privilegiadas, contribuíram para a agilidade do processo de migração da população.

Semelhantemente, as modificações na paisagem das praias foram vividas diuturnamente e fazem parte das memórias de barraqueiros, barqueiros, pescadores e demais ribeirinhos. Essas modificações foram descritas pelos participantes da pesquisa quando dos relatos sobre as memórias ambientais¹⁷ da praia natural.

Por sua vez, as percepções ambientais são relacionadas à praia artificial e o participante da entrevista tinha vínculo laboral no ano em curso, 2022 e 2023, pois “em cada ambiente o sujeito realiza um recorte da realidade, a partir das suas percepções, das propriedades às quais se conecta, ou seja, que possuem significado e, portanto, importância para a sua existência” (Uhlmann, 2002, p. 41). O termo existência é compreendido não apenas como ser que observa o local, mas como aquele que usufrui do meio ambiente para a aquisição de sua subsistência econômica, social e cultural. Diante disso:

Devemos entender o turismo como um sistema de relações amplo que apresenta interações com os ambientes econômico, jurídico, social, político, ecológico, tecnológico entre outros, de modo que aqueles que se dedicam ao seu estudo devem assumir uma perspectiva generalista na sua abordagem, utilizando diversos campos do conhecimento, e procurando obter conclusões que demonstrem as implicações decorrentes dessa interação multidisciplinar (Dias, 2005, p. 25)

¹⁷ Nesta pesquisa, o termo memória ambiental refere-se às lembranças de fatos e locais relacionados diretamente aos acontecimentos da praia natural.

Essas percepções estão relacionadas ao turismo, que por sua vez pode ser entendido como “um sistema que contém diversos elementos que interagem entre si e com o meio circundante. Nessas interações o turismo influencia e sofre influência de fatores, como a economia, a política e a cultura” (Reis, [s/d], p. 142). A construção da UHE Estreito, necessária para o aumento da capacidade de geração de energia elétrica, foi um fator econômico e político, que influenciou as modificações no turismo realizado às margens do rio Tocantins.

A construção da UHE Estreito contou com o respaldo governamental e jurídico, no que tange a documentação necessária, a exemplo dos licenciamentos ambientais. Dessa forma, ficou evidente que o ambiente jurídico propiciou a fundamentação e criação das associações de barraqueiros. No respaldo econômico, estão inseridos os rendimentos financeiros obtidos pelos trabalhadores nas praias. No social, a interação entre os diversos participantes (barraqueiros, barqueiros, serviços de entretenimento, alimentação etc.). No ecológico, organização e manutenção da estrutura física, limpeza, orientação das práticas permitidas no local etc.

4. ENTRE OURO, PEDRAS E PALMEIRAS: MEMÓRIA AMBIENTAL DOS BARRAQUEIROS

Elementos da natureza estão presentes na lembrança dos participantes da pesquisa, pois os relatos apontam a história do passado das praias e suas trajetórias para a consolidação das atividades anuais. Essa percepção se dá desde a escolha do local em que a estrutura seria fixada na temporada de praia. O enfrentamento das dificuldades de acesso aos locais, a construção da estrutura, os atendimentos aos visitantes, o desmanche das barracas e transporte dos utensílios para os locais de origem, bem como os saldos financeiros do trabalho desenvolvido correspondem aos princípios.

Conforme aponta (Halbwachs, 2006, p. 29), “Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação”. Dessa forma, é necessário que haja um mínimo de concordância entre as lembranças dos indivíduos para que elas possam se complementar, formando um todo comum de recordações.

A memória tem, portanto, um caráter relacional, formando-se na convivência entre os sujeitos. Para Halbwachs (2006), as lembranças mais difíceis de serem recuperadas são justamente aquelas relacionadas a eventos que vivenciamos individualmente, não tendo o auxílio de outras pessoas para mantermos vivas essas experiências em nossos pensamentos.

Halbwachs (2006) valoriza as lembranças como um fator de coesão social¹⁸, definindo-as como o fruto de experiências espontâneas que permanecem vivas na ação dos grupos no presente, enquanto a história seria caracterizada pela artificialidade de um registro escrito sobre fatos acontecidos há tempos.

Ratifico que os participantes da pesquisa foram codificados por letras, já descritos no Quadro 2, com as seguintes informações: para identificação do município, o nome e código com as três letras maiúsculas; para identificação dos entrevistados, o código utilizado para identificar o município, mais o numeral em ordem sequencial iniciando do número um.

Sobre as atividades dos barraqueiros na praia de Babaçulândia/TO, as lembranças das vivências do passado sobre as atividades desenvolvidas nas praias antes da formação do lago da UHE de Estreito, enfatizam organização e trabalho: “olha, nessa época eu estava fazendo

¹⁸ É o que mantém um grupo social unido e operando de forma constante dentro da sociedade. Ela tem a ver com a identidade que um grupo é capaz de criar e reproduzir para si e para os outros, e também tem a ver, então, com suas normas e valores, que o caracterizam.

meus temperos, já estava fazendo os meus molhos¹⁹” (BBU-1, entrevista em 03/04/2022). O entrevistado relembrou também os atendimentos aos visitantes das praias: “Nas temporadas a gente tinha muitos funcionários que trabalhavam com a gente, além daquelas pessoas lá da roça que a gente já contratava tantos frangos. Minha barraca tinha 2 pessoas na cozinha” (BBU-1, entrevista em 03/04/2022).

O trabalho na temporada de praia possibilitava a obtenção de recursos financeiros que eram administrados como uma espécie de poupança para finalidades específica “tinha vez que eu saía com aquele bolo assim de notas de um real... que era o dinheiro do leite” (BBU-1, entrevista em 03/04/2022).

A lembrança, para Halbwachs (2006), necessita de uma comunidade afetiva, em que é construída por meio do convívio social que os indivíduos estabelecem com outras pessoas ou grupos sociais, a lembrança individual é, conseqüentemente, construída nas lembranças dos grupos nos quais esses indivíduos estiveram inseridos. Conforme Moura; Rocha (2017) a memória individual e a coletiva estão associadas à memória social.

A memória coletiva seria aquela que pertence a um determinado grupo social, enquanto a memória social seria aquela que pertence a toda a sociedade. Já a memória individual também é social, uma vez que a memória de cada indivíduo se conserva através da memória dos outros. Sendo a memória coletiva vivenciada dentro dos grupos sociais, ela pode ser dominante, compartilhada ou ainda uma memória dominada (Moura; Rocha, 2017, p. 169).

Portanto, compreende-se que a constituição da memória de uma pessoa resulta da combinação das memórias dos diversos grupos nos quais esteve inserido e, como resultado, é influenciado por eles, a saber: a família, a igreja, a escola, grupo de amigos ou no ambiente de trabalho. Nessa visão, o indivíduo participa de dois tipos de memória, a individual e a coletiva.

4.1 Memórias ambientais sobre as praias naturais: documentos e relatos

Neste tópico estão descritas as seis praias naturais a partir dos relatos dos participantes da pesquisa e de imagens por eles disponibilizadas. Além disso, há o uso de informações/notícias veiculadas em jornais e sites sobre as temporadas de praias anteriores ao ano de 2012, quando houve o início do funcionamento da usina hidrelétrica.

Os barraqueiros narraram sobre o passado, nas praias naturais, o que nesta pesquisa foi denominado de Memórias Ambientais, devido as narrativas apresentarem informações

¹⁹ Nome utilizado para se referir às conservas de pimenta. Um aditivo aos alimentos típicos, muito utilizado na culinária local.

relacionadas ao meio ambiente que envolvia as atividades nas praias. No que se refere à memória ambiental²⁰ da praia natural, os entrevistados descreveram como era a paisagem, a pesca para fornecimento de peixes na praia, os locais destinados a camping, a estrutura física, comercialização de produtos nas barracas e a destinação do lixo produzido, bem como outros fatos que complementam os relatos.

As narrativas dos barraqueiros apresentadas nestes relatos podem ser entendidas como pertencentes ao método de pesquisa história oral, pois descreveram testemunhos de acontecimentos históricos e ambientais que modificaram paisagens, costumes, realização de atividades de lazer e maneiras de trabalhar.

A história oral privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (Moura; Rocha, 2017, p. 163).

A história oral é um instrumento que favorece a recuperação de memórias e o resgate histórico das situações vividas pelo grupo, através do testemunho oral. “Deve ser empregada em investigações sobre temas contemporâneos, eventos ocorridos em um passado não muito remoto (aproximadamente 50 anos) [...]” (Capelle; Borges; Miranda, 2010, p. 2).

A partir da formação do lago e das modificações na paisagem das praias, e até mesmo no ambiente de localização, pois todas foram construídas em outros locais, o desenvolvimento das atividades comerciais dos barraqueiros também foi alterado. Portanto, as histórias vividas durante muitos anos, estão com fragmentos submersos no lago, mas presentes na memória individual e coletiva dos barraqueiros.

Relatar as histórias de vida, emoções e sentimentos sofridos coletivamente e de forma individual é retomar às diversas sensações, pois “[...] em cada consciência individual as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que, neste sentido, cada um de nós tem uma história” (Halbwachs, 2006, p. 57).

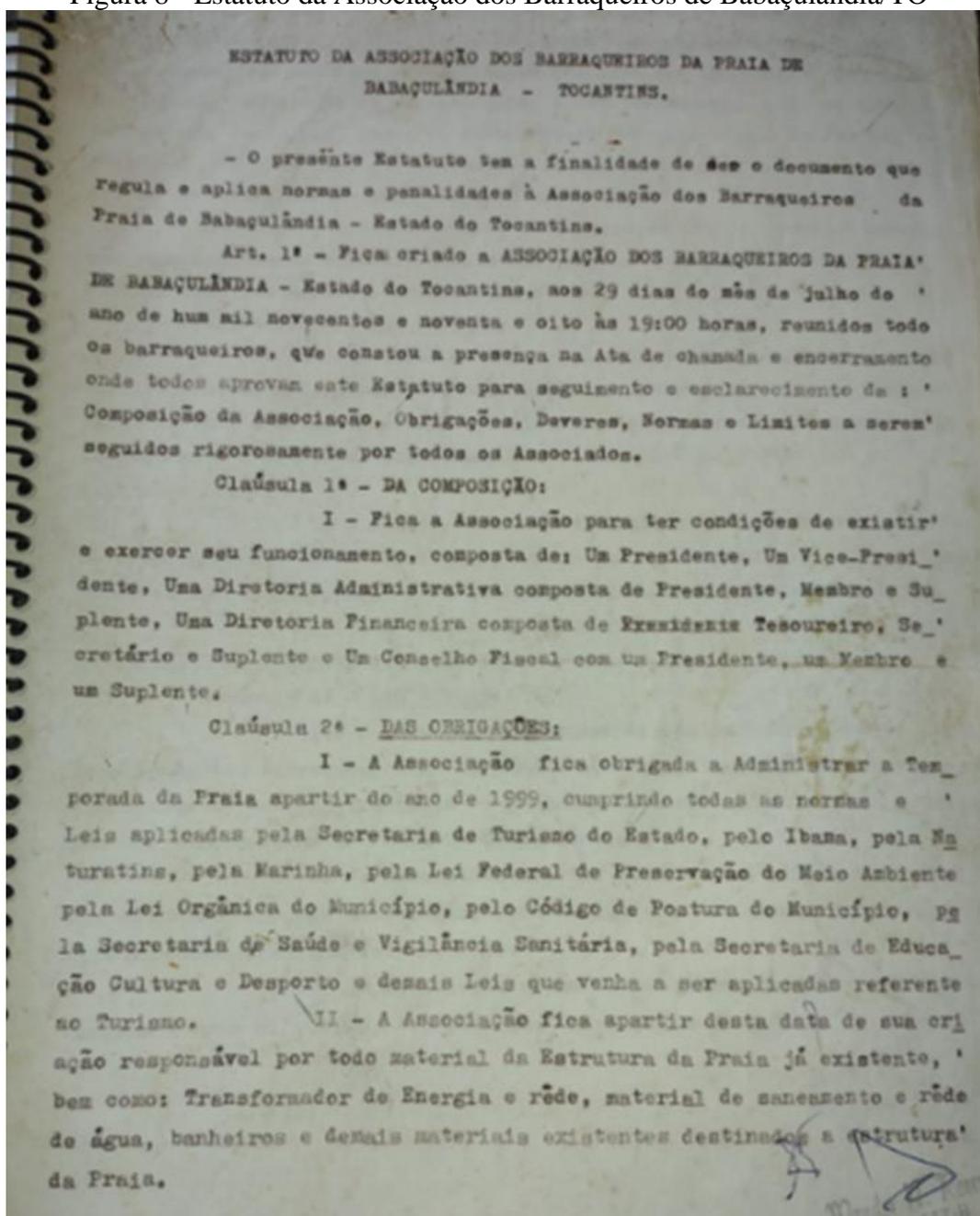
Portanto, neste capítulo, são apresentados os fatos narrados sobre as atividades desenvolvidas nas temporadas de praias naturais, bem como informações adicionais sobre as associações de barraqueiros desde a sua constituição até à época em que as entrevistas foram realizadas.

²⁰ Descrição de aspectos relacionados à lembrança do funcionamento da praia natural e seu entorno.

4.1.1 Babaçulândia

A praia do Coco, como era e ainda é denominada, está localizada no município de Babaçulândia/TO. Antes da construção da UHE, era localizada na outra margem do rio Tocantins, ou seja, na região nordeste do Brasil, pois era componente do município de Carolina/MA. Na localidade não havia área urbana, apenas terrenos rurais: chácaras e fazendas. Portanto, o município de Babaçulândia utilizava os bancos de areia para organizar a diversão e o lazer durante as temporadas. A Figura 8, apresenta o Estatuto da associação dos barraqueiros.

Figura 8 - Estatuto da Associação dos Barraqueiros de Babaçulândia/TO



Fonte: Estatuto da Associação dos Barraqueiros de Babaçulândia/TO

A associação dos barraqueiros foi constituída legalmente, ou seja, com registro documentado em cartório, em 19/07/1998, por um grupo de 21 proprietários de barracas. Porém já funcionava de forma organizada verbal e costumeira entre barraqueiros organizadores das temporadas de praias, desde cerca de 20 anos antes.

Um dos principais objetivos da constituição da associação foi a necessidade de melhorar a administração da estrutura da praia a partir do ano de 1999, conforme cláusula 2ª do Estatuto, Figura 8, a qual trata das obrigações, na qual é possível ler, que a associação ficou responsável por todo o material de estrutura da praia, já existente.

A estrutura física era montada para receber muitas pessoas, conforme notícia veiculada em 2009, penúltimo ano de realização da temporada de praia natural, pelo site Conexão Tocantins, mais de 10 mil pessoas eram esperadas na abertura oficial da temporada, a qual aconteceu no dia 04/07/2009, com um show da banda Forró Chapa quente. A notícia também atribui a organização do evento à Prefeitura Municipal. A Fotografia 10 mostra a imagem da praia natural.

Fotografia 10 - Praia do Coco – Estrutura natural em 2009



Fonte: Conexão Tocantins, 2009.

Todos os anos, era montada a estrutura da praia. Esse trabalho era iniciado com a visita aos bancos de areia e a escolha do local mais apropriado para a ancoragem das embarcações, pois necessitava transportar: utensílios de cozinha, mesas, cadeiras, gêneros alimentícios e bebidas; equipamentos e materiais necessários para a construção das barracas. Além disso, o local deveria favorecer o acesso às embarcações e ser seguro aos banhistas.

Para chegar à praia era só atravessar o rio Tocantins. Tinha ano que a praia era mais embaixo ou mais acima, coisas da natureza. “Quando a praia era lá embaixo, ficava mais fácil ir pro Garrancho²¹, mas o prefeito da época, dizia que se colocasse para o povo atravessar lá, acabaria o fluxo das pessoas passando dentro da cidade, tinha que vir aqui até a cidade e atravessar” (BBU-1, entrevista concedida em 03/04/2022).

Durante as temporadas de praia, os barraqueiros se organizavam juntamente com suas equipes de atuação na prestação de serviços bem como com seus fornecedores de gêneros alimentícios, como: galinha caipira, condimentos, peixes, farinha e outros produtos necessários para o preparo da alimentação tradicional local.

Nas temporadas a gente tinha muitos funcionários que trabalhavam com a gente... aqueles lá da roça que a gente já contratava tantos frangos. A essa época [mês de abril] eu estava fazendo meus temperos, já estava fazendo os meus molhos²². Que era mês de maio que nós começava mesmo. Era fazer os temperos, fazer os molhos, fazer tudo pra quando fosse no mês de julho já estava pronto (BBU-1, entrevista concedida em 03/04/2022).

A temporada de praia e o trabalho na praia natural era um tempo de fartura financeira, pois era possível guardar o dinheiro trocado [valores pequenos] para comprar o leite e o pão diariamente, lógico que o momento financeiro propiciava essas aquisições, porém com o cessar do trabalho na praia, a situação financeira se agravou. Já não era mais possível planejar pequenas reformas nas residências, adquirir eletrodomésticos mais modernos, quitar todas as dívidas contraídas durante os primeiros meses do ano “Foi o baque pra nós, foi um baque mesmo, sabe? (BBU-2, entrevista em 03/04/2022).

Conforme a descrição no item “comercialização de produtos”, a renda financeira obtida durante a temporada de praia era suficiente para quitar compromissos financeiros adquiridos durante o ano e ainda era possível investir em melhorias na residência, dentre outras prioridades dos barraqueiros e suas famílias.

Finalizando a entrevista, BBU-1, afirmou que conversaria com os demais membros da diretoria da associação sobre a possibilidade de fazerem uma reunião com todos os associados e possibilitar a participação da pesquisadora, para que pudesse conhecer o posicionamento dos demais associados sobre o destino da associação.

Durante a entrevista, relembra com tristeza, a rotina dos barraqueiros enquanto se preparavam para a temporada de praia: o atendimento aos clientes, o preparo dos temperos e

²¹ Comunidade Palmatuba, a qual foi removida e o local totalmente submerso pelas águas do lago,

²² Conservas de pimenta são conhecidas popularmente como molho.

conservas para dar sabor aos pratos. Relembra a vivência ao ar puro que era possível na praia natural "tem gente aqui que ainda hoje sofre porque não está mais dando aquele ventinho do mês de maio (risos) e nós ficamos com saudade" (BBU-1, entrevista em 03/04/2022).

A obtenção de recursos financeiros pelos associados, sem barracas, desde o ano de 2010 foi um ponto de questionamento à presidente da associação, e ela explicou que a autorização para trabalhar nas barracas da praia artificial, está sob a responsabilidade da gestão municipal. Assim, a associação dos barraqueiros não tem poder para decidir sobre as atividades na praia.

No ano de 2008, no dia 22 de setembro, um grupo de 19 barraqueiros, assinou individualmente, um contrato de prestação de serviços advocatícios, para promover uma ação de indenização, em desfavor do Consórcio construtor da Usina Hidrelétrica de Estreito (CESTE), na qual pleitearam indenização por danos materiais e por danos morais, no valor de 100 mil reais cada uma delas, por barraqueiro.

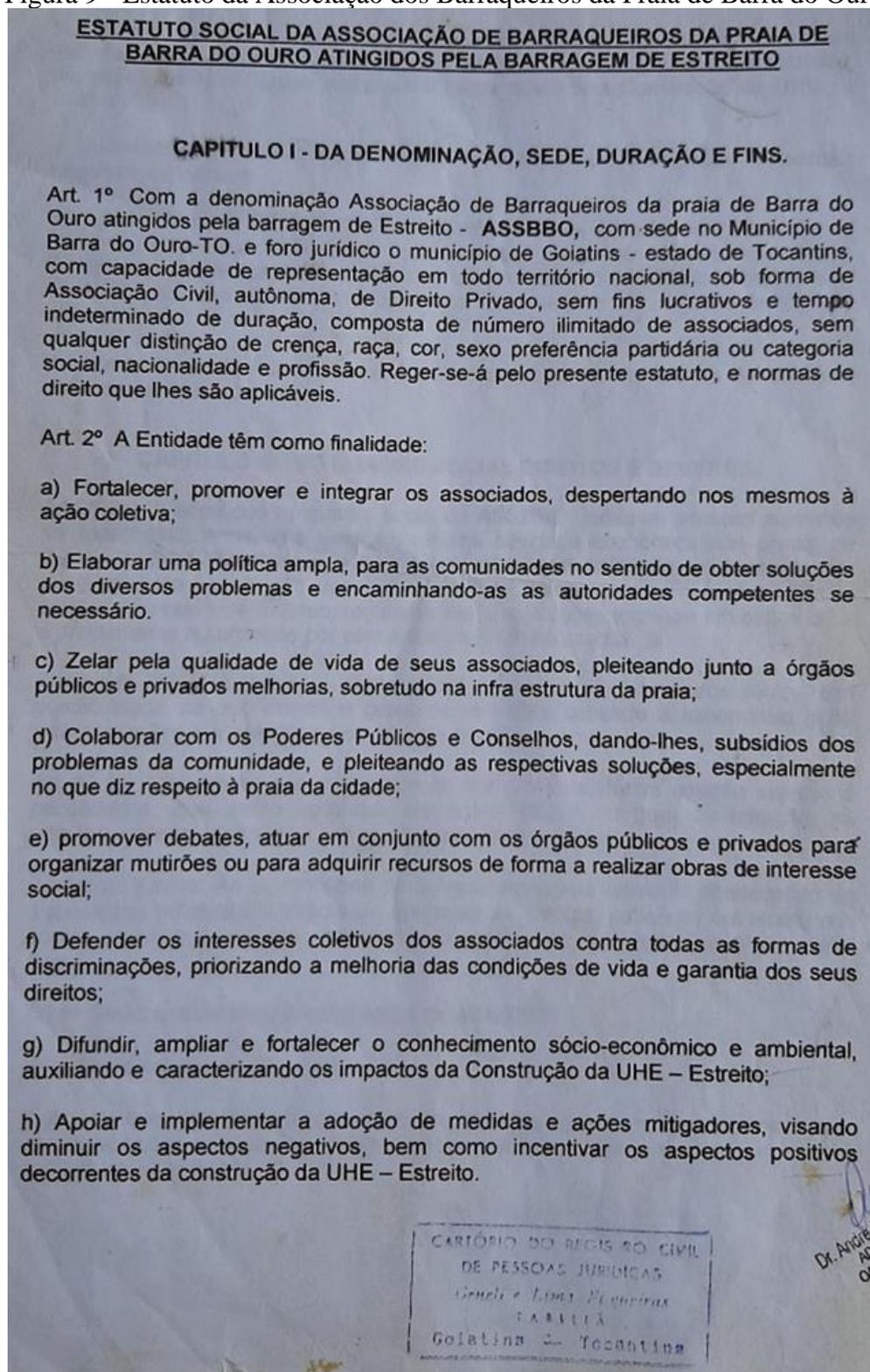
De modo geral, eles buscavam a possibilidade de continuar com as atividades de comercialização relacionadas às atividades de atendimento aos usuários da praia, através da comercialização de produtos e serviços. A referida ação foi julgada improcedente, pelo juiz da comarca de Filadélfia/TO, o qual também determinou a gratuidade de pagamento de: custas processuais, taxa judiciária e honorários advocatícios sobre o valor da causa. A partir de então, os barraqueiros, não solicitaram interposição de recursos, bem como não realizaram assembleia geral para discutir a situação e buscar outras possibilidades de continuidade das atividades nas barracas da praia.

Na praia natural, na última temporada, ou seja, no ano de 2010, havia 19 barracas em funcionamento. Portanto, o empreendedor da UHE Estreito deveria ter construído a mesma quantidade de barracas na praia artificial, situação que ocorreu em outras localidades que também receberam edificações de praias artificiais. Desde então, os barraqueiros associados, não têm continuado as atividades de barraqueiros.

4.1.2 Barra do Ouro

A praia do Ouro, localizada no município de Barra do Ouro, funcionava anualmente num local a cerca de cinco km de distância da área urbana, aproximadamente a dois km acima do local em que funcionava o porto da balsa. Após a formação do lago, foi construída uma ponte interligando as margens do rio. Os entrevistados não souberam relatar quando a associação começou a funcionar de maneira informal. A Figura 9, apresenta o Estatuto da associação dos barraqueiros.

Figura 9 - Estatuto da Associação dos Barraqueiros da Praia de Barra do Ouro



Fonte: Documentos da Associação dos Barraqueiros de Barra do Ouro

Conforme o Estatuto Social, a Associação dos Barraqueiros da praia de Barra do Ouro (ASSBBO), foi constituída em 21/05/2006, com 12 pessoas, as quais foram denominadas de associados fundadores. Os critérios para ser associado eram dois: ter mais de dezesseis anos de

idade ou exercer alguma atividade econômica nas praias do município de Barra do Ouro/TO; já os critérios para demissão são três: por solicitação, por descumprimento do estatuto, ou por morte. Porém, no ano de 2008, quando ainda era uma praia natural, foram adicionados mais oito sócios, os quais eram moradores do distrito de Morro Grande, totalizando os associados em 20 pessoas. A praia natural funcionou até o ano de 2010.

Apesar de o Estatuto Social prever que o número de associados poderia ser ilimitado, isso não se aplicava na época da pesquisa, pois, a estrutura física era composta de 20 barracas e, conforme os entrevistados, havia demanda de pessoas interessadas em se associar, porém não havia barracas disponíveis aos novos associados. Neste caso, o novo associado deveria investir na construção de uma barraca, após a autorização da gestão municipal, já que o terreno e a praia pertencem ao município.

Dentre as finalidades de constituição da associação, descritos no artigo 2º, dois chamam à atenção, pois tratam de aspectos relacionados à organização associativa e aos seus membros, a saber: o item “c) zelar pela qualidade de vida de seus associados, pleiteando junto a órgãos públicos e privados melhorias, sobretudo na infraestrutura da praia; f) defender os interesses coletivos dos associados contra todas as formas de discriminações, priorizando a melhoria das condições de vida e garantia dos seus direitos” (Estatuto da Associação ASSBBO, 2006, p. 1).

Os entrevistados lembraram que na praia natural era necessário, que a gestão municipal, utilizasse maquinário para fazer a rampa de acesso para que os carros pudessem sair da balsa e passar para a terra. Ressaltaram que as águas do rio baixavam muito, nas temporadas de praia, fenômeno que facilitava o aumento da área de lazer dentro da água e, dessa forma, favorecia a presença de mais visitantes à praia.

Também havia muito espaço para acampar, armar barraca, armar redes embaixo das árvores. A estrutura física das barracas era construída com madeiras retiradas da vegetação próxima à área da praia e a cobertura e paredes eram feitas de palhas de babaçu. Dessa forma o investimento financeiro era pequeno, pois o transporte era feito nas embarcações aquáticas. As barracas seguiam um padrão de tamanho e formato. Próximo à água eram feitos barracões denominados de latadas, sendo, uma estrutura de madeira com cobertura de palha de babaçu.

A comercialização nas barracas era majoritariamente de alimentação e bebidas. Pois todos os barraqueiros comercializavam o que podiam: chambaril, panelada, peixe, galinha caipira e bebidas em geral. Dessa forma, os visitantes procuravam qualquer barraca, de forma aleatória ou por indicação de conhecidos ou ainda, se já conhecesse o sabor e esmero no preparo dos pratos. Todos os resíduos sólidos gerados na praia eram recolhidos pelo serviço de limpeza pública do município.

4.1.3 Darcinópolis

O presidente da associação dos barraqueiros de Darcinópolis/TO, sempre foi solícito e prestativo para dialogar sobre a possibilidade de apresentar informações sobre a associação. Porém, durante as seis tentativas de marcar uma entrevista, informou que precisaria da presença do secretário da associação. Portanto, não ocorreu entrevista com a equipe diretiva desta associação, pelo fato da negativa implícita.

Portanto, esta pesquisa, não apresenta informações que constam no Estatuto Social, nas Atas de constituição e assembleias. Registros importantes sobre a constituição da associação e que poderiam ser utilizados para verificação das informações, prestadas pelos barraqueiros entrevistados, sobre: a data de constituição, quantidade de fundadores, critérios para associação e demissão dos sócios, objetivos da constituição da associação, dentre outras informações.

Porém, no município de Darcinópolis, antes da formação do lago da UHE, as praias naturais mais frequentadas eram: Brejão, Maju e do Pequi. A praia do Brejão foi a mais visitada e recebeu incentivos financeiros e logísticos na sua última temporada, ocorrida no ano de 2010, conforme publicado no site Conexão Tocantins, edição de 10/08/2010.

Nesta temporada 2010, o Consórcio Estreito Energia – CESTE, em parceria com as prefeituras municipais e associações de barraqueiros disponibilizou apoio para a estrutura das barracas, além de guarda-sol padronizados, faixas estilizadas com os nomes escolhidos pelos barraqueiros, lixeiras e divulgação. Ao todo, 12 barracas se dividem no atendimento aos banhistas (Conexão Tocantins, 2010, p. 1)

Conforme relatos dos participantes da pesquisa, não havia associação de barraqueiros constituída antes da formação do lago da UHE. As praias naturais eram utilizadas pela população local e convidados que chegavam das mais variadas localidades. Quem dispunha de mais recursos financeiros construía barracões para a temporada de praia e montava acampamento durante quase toda a temporada.

Eu não morava na beira do rio, mas eu frequentava muito o rio. Direto eu vinha pra essas praias aqui. Aqui não tinha associação no Brejão, tinha muita praia aqui, tinha a praia do pequi, tinha outras praias, mas praia deserta. Você queria vir, você vinha. Tinha uma turma que tinha mais dinheiro, vinham pagavam para fazer um barracão no meio da praia, eles vinham ficavam 15 dias, depois voltava. (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

Sobre a trajetória para chegar à praia natural “a gente ia de trator, colocava a caixa de isopor em cima do trator e daquelas Toyotona antigona traçada. Todo mundo era animado,

quando deixava o carro ainda andava mais três km com as caixas nas costas pra chegar no rio, descendo o morro” (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

A praia mais movimentada era a do Brejão, o pessoal vinha, fazia aquele barracão, ligava um motor para gerar energia e botava um freezer para vender pinga. Vendia mais era bebida quente, na verdade. Então aqui nunca teve associação, em nosso município, não (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

A beleza da praia natural foi lembrada e descrita, bem como a superficialidade da supressão da vegetação dentro do lago, em alguns pontos mais distantes da praia, nos quais foi possível observar os paliteiros formados pelos caules das árvores em decomposição. Outro ponto de destaque foi o sossego do lugar e a proximidade com a natureza através do som dos pássaros.

Brejão era uma praia na beira do rio Tocantins. A praia lá cobriu toda, acabou. Era praia de areia natural. Era praia que você olhava de longe e doía a vista (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

Era ali encostado do lado de cá da ilha de São José, o rio passava por lá e a praia ficava do lado cá, e o rio era todo rasilho. Atravessava andando de um lado para o outro (DAR-1, entrevista em 08/07/2022).

Uma das grandes dificuldades, citadas pelos barraqueiros, era a falta de energia elétrica o dia todo. Era nesse período que eles utilizavam as caixas de isopor para manter a temperatura das bebidas durante o dia, pois o gerador de energia era utilizado apenas durante a noite, para que o som pudesse funcionar.

4.1.4 Filadélfia

A praia natural localizada no município de Filadélfia/TO, em se tratando de aspectos relacionados à comercialização de produtos e serviço, era utilizada pelos moradores do município, bem como por moradores do município de Carolina/MA, cidades limítrofes que têm como marco divisório, as águas do rio Tocantins. A extensão da praia favorecia que muitos comerciantes utilizassem a mesma faixa de areia, sem comprometer as atividades dos demais “na praia antiga, a extensão de nós pôr mesas era mais de 40 metros; às vezes você ia com a água até na canela, bom demais. Hoje é muito diferente, o espaço é pequeno, mas a gente ainda consegue trabalhar” (FIL-2, entrevista em 05/01/2024).

Informações prestadas por um dos entrevistados são de que havia uma associação de barraqueiros da praia natural, formada pelos barraqueiros moradores em Filadélfia/TO e pelos moradores em Carolina/MA. Porém, com a formação do lago, a construção da praia artificial e o falecimento do então presidente, toda a documentação da associação foi entregue aos familiares do último presidente. Porém a filha do ex-presidente, contesta que a família tenha recebido a documentação.

Conforme informações veiculadas no site Conexão Tocantins, no dia 07/05/2009, o CESTE inaugurou algumas obras, no município de Filadélfia/TO, e viabilizou a construção da sede da associação dos barraqueiros, a qual era composta de: 94 m² de área construída, sendo: recepção, sala de reunião, depósito, copa e banheiros. A notícia esclarece que as doações eram resultado do acordo social denominado Termo de Compromisso Mútuo, firmado entre o CESTE e a Prefeitura Municipal (Conexão Tocantins, 2009b).

Os entrevistados não souberam informar quem foram os organizadores da associação de barraqueiros da praia natural “os barraqueiros mais velhos eram: eu; a dona Ginú, moradora de Filadélfia, que ela passou o direito dela pra Berê; dona Júlia; e o seu Leônidas, que já faleceu” (FIL-2, entrevistam 05/01/2024).

A partir da afirmação que a documentação da associação da praia natural foi entregue à família do último presidente (já falecido). Numa tentativa de obter as informações contidas no livro de ATAS e no Estatuto Social, conversei com uma das filhas do ex-presidente, o senhor Leônidas, porém obtive o retorno que a família não está com a documentação.

Portanto, não foi possível identificar a data exata de início da associação da praia natural. Porém, foi possível fazer uma previsão, a partir de informações contidas em registros escritos, como por exemplo, uma passagem do livro “Pedro Iram – PIPES - o rei do rio”, das autoras Rosa carvalho e Zilma Carvalho, no qual registra a história de um empresário morador da cidade de Carolina/MA, o qual é muito conhecido pelo transporte utilizando balsas no rio Tocantins.

Assim aos 18 anos, Pedro Iram assumia um grande compromisso [...] planejava trabalhar com o transporte de passageiros da região [...] procurou o senhor Luiz, proprietário de três barcos que faziam a travessia entre os municípios de Filadélfia e Carolina, e o encontrou numa barraquinha da praia de Filadélfia [...] pediu-lhe a autorização para fazer a travessia de passageiros, semente naquele fim de semana, quando o fluxo de usuários se intensificava. Era temporada de praia e o volume tornava-se ainda maior em decorrência dos tradicionais festejos da Igreja Católica em Filadelfia (Carvalho; Carvalho, 2015, p.p. 31-33).

Um cálculo simples sobre o ano de nascimento do senhor Pedro Iram, em 1942, e seus 18 anos, em 1960, nos levam a compreensão de que há mais de seis décadas já havia barraqueiros comercializando bens e serviços na praia de Filadélfia/TO. Informação prestada, por um dos participantes da pesquisa, é de que já havia organização dos barraqueiros há quase quatro décadas.

Eu comecei a trabalhar naquela praia, ela era mais ou menos onde tinha um hotel do Pedro Iram antigamente. Tem 35 anos que eu trabalho com barraca na praia. Na época em que a associação começou, tinha muita gente de Carolina/MA: Santinha Pinheiro, Hilário, Mercê dos Santos, Lúcia dos três cacetes, dona Socorro, Sônia, Eliene. Nenhum desses continuam sendo barraqueiro (FIL-2, entrevista em 05/01/2024)

A dificuldade para dialogar com os barraqueiros associados desde a época da praia natural, ou seja, com vínculo ainda da primeira associação, esteve presente desde as primeiras tentativas de conversa com o presidente da associação, que posteriormente foi substituído por um administrador indicado pelo gestor municipal.

Todos os entrevistados, e pessoas indicadas como provável responsável pela guarda da documentação da associação dos barraqueiros que trabalham na praia natural, informaram não ter os documentos, bem como desconhecem qual destino eles tiveram. Alguns deles fizeram a suposição de que poderia estar com o advogado, morador de Palmas/TO, o qual representou alguns dos ex-associados em uma causa judicial em desfavor do empreendedor da UHE Estreito.

As expectativas para a continuidade das atividades na praia artificial foram elevadas, principalmente pela promessa de trabalho durante o ano todo “foi falado pra nós [barraqueiros] que a praia seria permanente, pra trabalhar no inverno e no verão. Só que, todo mundo viu que no inverno não dá pra gente se manter ali” (FIL-2, entrevista em 05/01/2024).

4.1.5 Palmeirante

Durante a entrevista com a presidência da associação não foram fornecidas informações sobre a data de constituição da associação; quantidade de membros fundadores; quais os critérios para ser um associado, bem como os critérios para desvínculo; direitos e deveres. Também não souberam informar se os associados atuais têm Termo de Uso das barracas da praia. Um dos entrevistados acenou que pode ter o documento que concedo o uso de barraca

“acho que tenho ele, só que eu não sei em que rumo ele está, mas nós temos” (PAL-5, entrevista em 22/07/2022).

A praia era localizada na área territorial de outro município, mas devido à proximidade era considerada de Palmeirante “A praia natural não era nem deste município, era no município de Goiatins/TO. Ela era do outro lado do rio. Porque era longe da sede de Goiatins, aí quem usava mesmo era nós [moradores de Palmeirante]. Tinha energia, tinha tudo. Tudo levado daqui de Palmeirante” (PAL-5, entrevista em 22/07/2022).

Nós botamos foi energia mesmo. No início era motor, depois passou foi a rede [de energia] mesmo. Inclusive até hoje nós ainda temos transformador ali que a associação dos barraqueiros comprou e pagou. Aí nós botamos. A CELTINS botou um poste do lado de cá do rio e o outro lado de lá e puxou um cabo de aço. É igual está na ilha do Kará (PAL-5, entrevista em 22/07/2022).

Na sua explicação, PAL-5, descreveu dificuldades para a organização da infraestrutura da praia natural, principalmente para ter energia elétrica, situação que necessitava de fazer a aquisição de equipamentos como motor e gerador de energia, e conseqüentemente, o transporte de uma margem à outra do rio Tocantins. Porém, com o passar do tempo e o aumento da quantidade de pessoas utilizando a praia, foi possível que a empresa concessionária de energia, instalasse um transformador que havia sido adquirido pela associação dos barraqueiros.

Eu trabalhei em duas praias: muito tempo aqui [Palmeirante] e em Carolina/MA [Praia de Filadélfia], depois eu mudei para cá. O povo que ia pra a praia lá [Filadélfia], depois que começou essa praia aqui [Palmeirante], quem fundou ela foi nós, nós já fazia uma barraquinha velha, começou a chegar um tanto de gente, chegando gente. Rapaz, depois não deu foi conta de atender com bebida, que o povo começou a chegar. Depois que passou os anos tinha barraca demais. Tinha o negócio de fazer barraca hoje, aí o rio ia baixando e tinha que mudar a barraca de lugar. Arrancava a barraca e botava pra perto da água (PAL-3, entrevista em 19/05/2023).

A experiência do trabalho de barraqueiros em outra praia, foi fundamental para a melhoria da qualidade do trabalho na praia de Palmeirante/TO. Os entrevistados afirmaram que outras atividades realizadas no município, contribuíram muito para a movimentação na praia, e citou como exemplo o primeiro desfile de tropas, realizado no ano de 2004. E pelo fato de a praia ser do outro lado do rio e bem próximo do local de apoio da concentração das tropas, favorecia a sua utilização pelos tropeiros e demais participantes. Além de contar com o apoio de moradores que eram envolvidos com a política e que estiveram na gestão do município.

Nós fazíamos umas barraquinhas de palha, e atravessava o rio de canoa. Aí quando a Iracilda²³ ganhou a eleição, o Paraná [marido de Iracilda e articulador político local] gostava muito de praia, e aí ele nos deu o apoio. Ela foi eleita dois mandatos, aí o Paraná gostava de praia, aí o pau quebrou: fazia salão, fazia tudo. A praia estourou, estouro mesmo, fez, foi estourar [aumentou o movimento na praia]. Paraná nos deu todo suporte (PAL-5, entrevista em 22/07/2022).

A Fotografia 11 ratifica a fala dos entrevistados quando se referem à organização da temporada de praia natural e ao apoio obtido do casal Iracilda e Paraná. A Fotografia 11 foi registrada na temporada de praia de 1993, a data da revelação é setembro/1993, mas é possível compreender que, diante das dificuldades de acesso entre o interior do estado e as cidades com laboratório para a revelação de fotos, havia um considerável tempo.

Fotografia 11 - Praia natural em Palmeirante/TO 1993



Fonte: Manoel de Oliveira Plínio (Paraná). Arquivo pessoal

A Fotografia 11 mostra aspectos da praia natural, no ano de 1993, a qual era realizada na margem do rio Tocantins, na área territorial do município de Goiatins/TO, porém utilizada pela população moradora no município de Palmeirante/TO, devido ser localizada defronte da

²³ Iracilda Pereira Batista foi prefeita do município de Palmeirante/TO por dois mandatos consecutivos (1996 a 2004). É casada com Manoel de Oliveira Plínio (Paraná), o qual também foi prefeito de Palmeirante por dois mandatos consecutivos, no período de 2009 a 2016.

área urbana. O tipo de embarcação utilizada eram as canoas a remo, a estrutura física era construída com a utilização de palhas de coqueiro babaçu e madeira retirada no entorno. As edificações estão registradas na Fotografia 12.

Fotografia 12 - Estrutura física da praia natural, em Palmeirante/TO



Fonte: Manoel de Oliveira Plínio (Paraná). Arquivo pessoal

A Fotografia 12, apresenta o que os participantes da pesquisa relatam sobre a praia natural: areia limpa, sossego, abundância de barracas de palha para permanência durante a temporada. No centro da fotografia estão as edificações que eram utilizadas para dormir e para abrigo durante os horários mais quentes do dia. Conforme relatos dos participantes da pesquisa, no início da organização da praia natural, essas barracas eram construídas pela gestão pública municipal e disponibilizadas de forma gratuita para a permanência das pessoas.

A padronização das barracas: altura, material utilizado, disposição no terreno, estrutura de parede e abertura que indicam a existência de espaço para utilização intimista, como: trocar de roupas e repouso noturno; bem como a cobertura, na frente, que remete à ideia de apreciação da natureza durante os momentos de sol mais quente. Observa-se também a preocupação com a limpeza do local, pois há um recipiente, tipo um tambor, para o descarte de resíduos.

Os entrevistados também relataram sobre aspectos relacionados à praia natural, como: a distância entre a área urbana e a praia natural era de aproximadamente um km; os bancos de areia eram na outra margem do rio; e a distância entre as margens do rio Tocantins que também

era cerca de um km. Situação que facilitava a utilização das praias pelos moradores, porém houve impacto às moradias “O povo morava do lado de cá e foi todo impactado, receberam as barracas, mas não foram indenizados em dinheiro” (PAL-1, entrevista em 15/07/2022).

Sobre a paisagem da praia natural, em uma época em que a associação dos barraqueiros já havia sido constituída, foram descritos aspectos relacionados à areia, área de camping na qual era possível que as pessoas levassem as próprias barracas ou locassem uma das construídas pela associação dos barraqueiros “Era uma paisagem muito linda, areia maravilhosa. Como locais para acampar tinha duas opções: para aqueles que traziam barracas de acampar e barracas feitas de palha, que a associação alugava” (PAL-1, entrevista em 15/07/2022).

As barracas de aluguel eram construídas pelos barraqueiros: “todo mundo fazia aquele tanto de barraca e esse dinheiro era gerado para a associação. Tipo fazia 10 barracas, ou 6 barracas, 15 barracas, esse dinheiro do aluguel era para associação. Ninguém ficava com ele individual” (PAL-1 entrevista em 15/07/2022).

A estrutura física montada na praia natural, antes da construção da usina hidrelétrica, era composta por 30 barracas de comercialização de alimentos e bebidas. O espaço físico era organizado em parceria entre os barraqueiros e a prefeitura municipal, com a fiscalização dos órgãos ambientais, entre eles o Instituto Natureza do Estado do Tocantins (NATURATINS).

Sempre teve participação da prefeitura. E o palco, geralmente, era alugado, sempre foi. Cada barraqueiro fazia a sua barraca de palha. Pegava as palhas do outro lado do rio ou levava daqui. Todo ano tinha que tirar palha novas, pois o Naturatins não aceitava deixar palha, tinha que desmontar as barracas (PAL-1, entrevista em 15/07/2022).

Para suprir as necessidades alimentares dos visitantes e trabalhadores da praia, os barraqueiros comercializavam comidas típicas regionais como: peixe, chamberil, buchada, galinha caipira, carne de sol, dentre outras. Os resíduos sólidos gerados pelas atividades na praia eram transportados para a área urbana de Palmeirante. Esse serviço era feito pela associação, num barco que era disponibilizado pela gestão municipal.

Os entrevistados também lembraram como era a logística de preparo da praia antes da formação do lago da UHE Estreito: “tinha muito espaço para barraca” (PAL-3, entrevista em 19/05/2023); “a gente fazia, construía atrás assim os espaços, cercava e alugava as barraquinhas de palha e coberta de palha. Alugava para quem vinha para a praia, mas ainda ficava espaço enorme para colocar barraquinha” (PAL-2, entrevista em 19/05/2023). Quanto à estrutura física

A maior parte da organização era dos barraqueiros. Nós tínhamos energia lá que a prefeitura botava, gerador de energia. E a prefeitura era quem pagava a conta de energia de todas as barracas. A energia era da empresa de energia, só colocava um transformador lá na praia. Tinha parceria com a prefeitura na construção do palco, na manutenção da barraca da saúde. Agora a construção das barraquinhas, era com a gente [barraqueiros e barqueiros] (PAL-3, entrevista em 19/05/2023);

Após a temporada de praia, chegava o momento de desmanchar as barracas, pois logo a água do rio começaria a subir. A madeira era retirada e guardada para a temporada do próximo ano “As barracas eram desmanchadas, e trazia a madeira para a cidade” (PAL-2 entrevista em 19/05/2023). As palhas mais desgastadas eram queimadas e as que estavam em boas condições eram doadas “A maior parte do material, o pessoal pedia para a gente. E iam lá buscar” (PAL-3, entrevista em 19/05/2023); “As pessoas reutilizavam para reformar as casas delas mesmo. Aqui ainda tem muitas casas de palha. A gente usava palha trabalhada, era riscada e batida. O pessoal usava para fazer paredes das casas” (PAL-2, entrevista em 19/05/2023).

4.1.6 Palmeiras do Tocantins

A praia do Pedral, conforme relatos dos entrevistados, era dentro de um pedral, tinha uma areia muito limpa e branca, a qual fazia barulho quando a pessoa andava. As pedras ficavam em volta e na frente da praia, era tipo uma ilha, por isso que o nome era praia do pedral. “Era uma paisagem muito bonita” (PAT-2).

A lembrança melhor que nós temos é essa aqui [imagem de uma pedra grande e alta] que nós chamávamos de Titanic, ficava em frente à praia... e ela ficava numa ilha na frente. A gente ia nadando pra lá, em torno de 200 metros mais ou menos a travessia ... e hoje está submerso. De cima da pedra os meninos pulavam, tinha o lago lá embaixo e tirava fotos igual o Leonardo DiCaprio e a Kate Winslet [gargalhadas felizes]. Hoje só lembrança, só paixão. A areia era limpinha, presta atenção o jeito que era, água azul [mostrando uma fotografia] (PAT-2, entrevista em 21/04/2022).

A distância entre a praia e a área urbana era 10 km. “O caminho se alongava porque tinha muitas descidas e subidas, era muito sofrimento para chegar lá” (PAT-1, entrevista em: 21/04/2022); “Era aquele trabalho de formiguinha, por dentro do mato fazendo veredinha²⁴” (PAT-2, entrevista em 21/04/2022); “Tinha estrada de carro até certo meio lá, aonde a gente deixava o carro e atravessava os pedrais, a pé; ou deixava antes e atravessava de canoa para chegar na barraca” (PAT-3, entrevista em 21/04/2022). Na praia natural havia 20 barracas,

²⁴ Diminutivo de vereda. Neste caso, o termo representa uma trilha criada a partir da passagem das pessoas que iam para a praia. Era um caminho percorrido apenas nas temporadas de praia.

A área de *camping* possibilitava que as pessoas usassem barracas de *nylon*, porém a maioria acampava embaixo das árvores, armavam redes nas árvores, outros se deitavam na areia mesmo. Alguns que não tinham barraca de comércio, faziam uma casinha lá para ficar a temporada, e iam toda semana, passava a semana e outros só o final de semana. Tinha a participação de muita gente de fora, muitos tinham parentes aqui e vinham para passar as férias toda. As férias desse povo daqui que mora fora, que é a maioria praticamente, nossos filhos foram todos embora para estudar fora, aí eles marcavam as férias só para o mês de julho.

A logística de organização da estrutura física começava pela construção da barraca, pois necessitava ser construída a cada nova temporada de praia. A estrutura era de madeira serrada, as paredes de madeirite, dessa forma, o material que era aproveitado no ano seguinte, mas a cobertura era de palha de coco babaçu.

Todo ano tinha que tirar palhas, era fácil achar as palhas, mas levar para a praia era difícil. Alguns proprietários de terrenos próximos ao rio cediam palha para quem quisesse, do tanto que precisasse, a palha era doada, a gente pagava para alguém tirar e transportar, né. Aí nós mesmo [barraqueiros] fazíamos as barracas com a ajuda dos companheiros (PAT-3, entrevista em 21/04/2022).

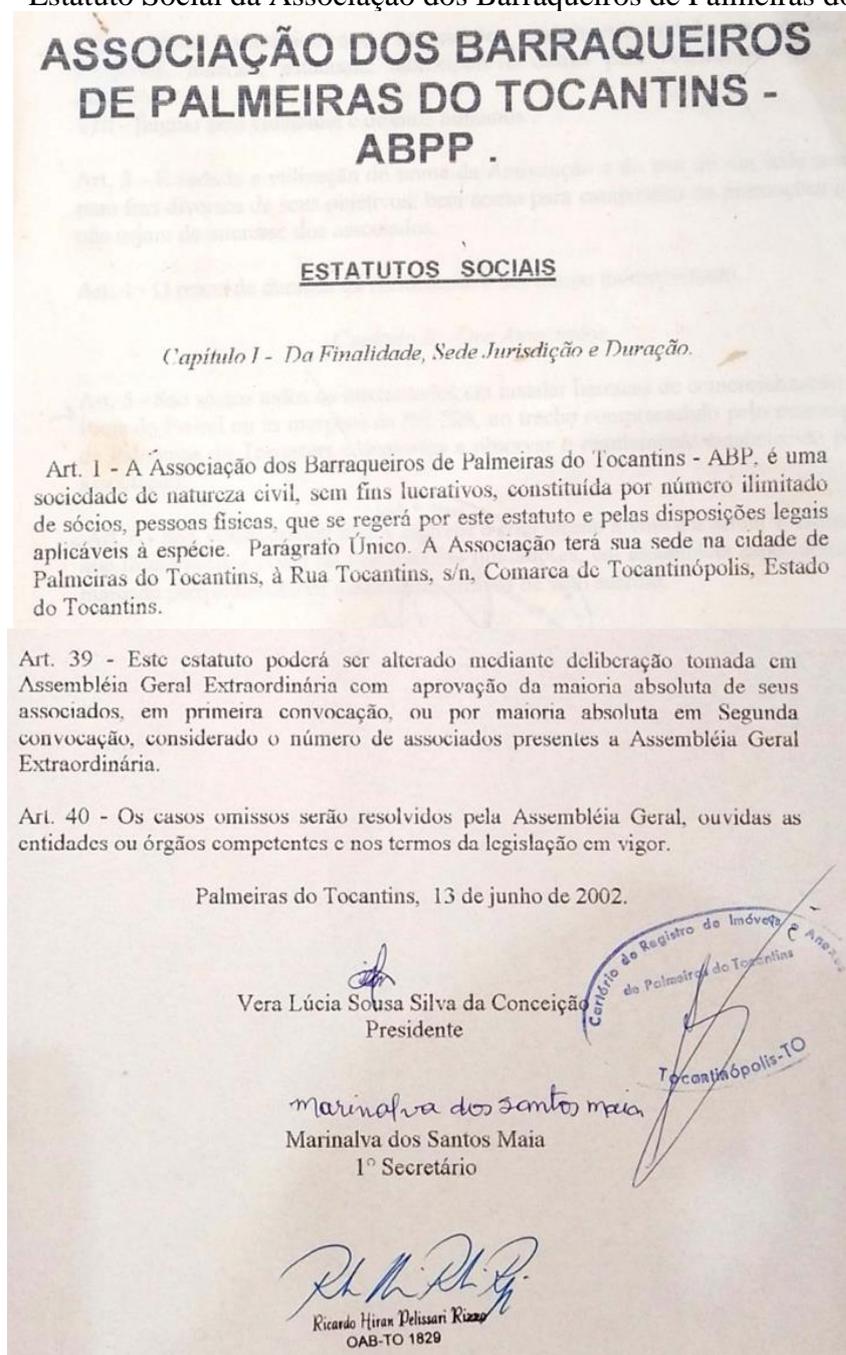
O transporte da palha era feito de canoa e depois nas costas, pois de carro não tinha como chegar à praia. O turista amava fazer o percurso pelo pedral, pois de onde o carro ficava [até à praia] eles faziam uma trilha ecológica aí eles acostumavam ir cedo porque a partir de 10 horas o pedral já estava muito quente e era insuportável andar. O retorno para casa era sempre à tardezinha. Tinha o tempo específico de permanecer no local, fechou a temporada tinha que tirar tudo porque o rio começava a encher e já carregava embora! Na época de retirar as barracas da praia, as palhas e demais materiais eram levados para fora da área da praia: alguns barraqueiros levavam as palhas para reutilizar na cidade e, outros tocavam fogo.

Os utensílios utilizados também precisam ser transportados anualmente, “o transporte de freezer, fogão e bebidas era um sofrimento, uma labuta... a bebida a gente ia comprar no Estreito/MA, ia de barco” (PAT-2, entrevista em 21/04/2022). Tinha que comprar gelo para esfriar a bebida dentro de caixas de isopor, porque na praia não tinha energia. Lá tinha um motor e um gerador de energia, que a prefeitura colocava, mas só funcionava para o som, até certo horário. Com o passar do tempo já estavam cedendo para os barraqueiros.

Ao anoitecer, o motor e gerador de energia eram ligados e a energia era cedida para os barraqueiros. O motor ficava instalado distante das barracas e quase não dava para ouvir o barulho dele. Os sanitários eram feitos em uma fossa com um tambor. Quando finaliza a temporada de praia, o tambor era retirado pelo serviço de limpeza urbana do município.

O ambiente era natural e democrático que “não tinha o serviço de aluguel de espaços para acomodação/dormida, quem ia para a praia levava sua tendinha para armar. A comida era o peixe frito, a carne de sol, churrasco, galinha caipira” (PAT-1, entrevista em 21/04/2022). Todos os barraqueiros tinham o peixe e outras variações de alimentos. “Muitas vezes os produtos levados para vender na praia eram insuficientes para o final de semana, tinha que comprar mais bebidas, mais cocos. Tinha que levar bastante para não ter que ir à cidade comprar mais” (PAT-3, entrevista em 21/04/2022).

Figura 10 - Estatuto Social da Associação dos Barraqueiros de Palmeiras do Tocantins



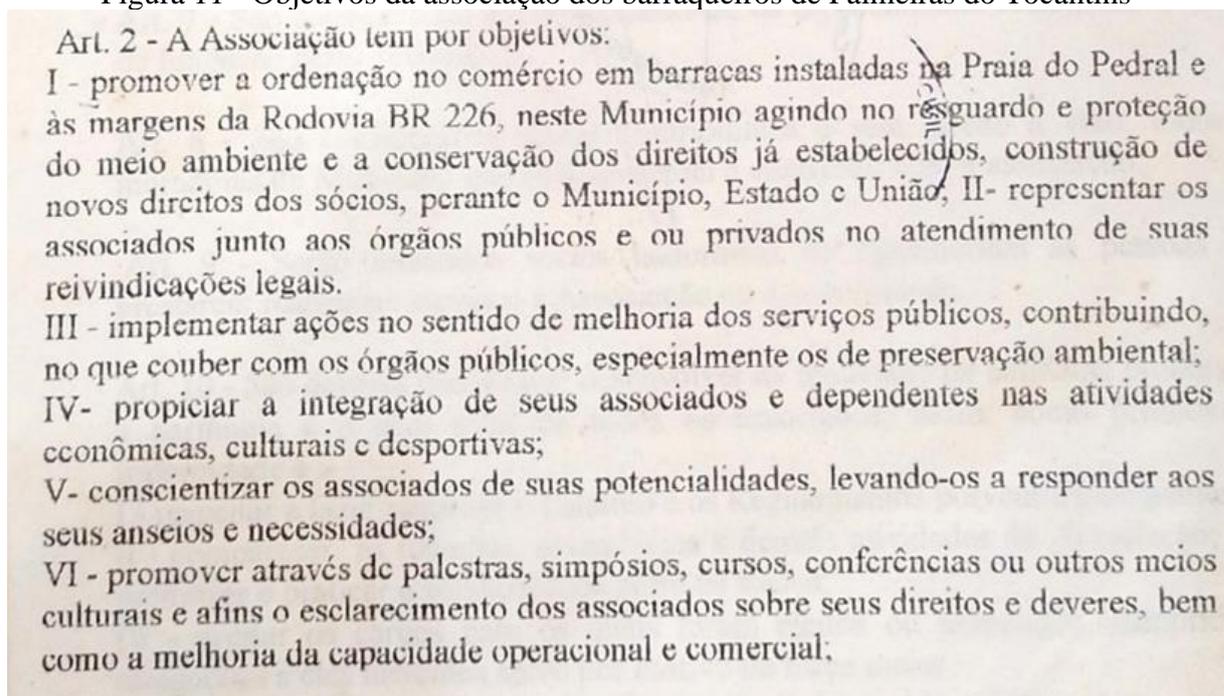
Fonte: Estatuto Social da Associação dos Barraqueiros de Palmeiras do Tocantins/TO

A associação dos barraqueiros de Palmeiras do Tocantins, foi constituída em 06/06/2002, com doze pessoas, as quais foram denominadas de associados fundadores. O Estatuto social define a associação como uma sociedade de natureza civil, sem fins lucrativos, constituída por número ilimitado de sócios pessoas físicas. Nos anos seguintes outras pessoas se associaram, chegando ao total de 20. O Estatuto Social é datado de 13/06/2002.

O Estatuto Social da Associação dos Barraqueiros de Palmeiras do Tocantins/TO, definiu no Art. 1, a sua natureza jurídica, bem como a limitação de sócios, apenas, pessoas físicas. O objetivo principal da constituição da associação, conforme o Art. 2 do Estatuto, foi a ordenação no comércio em barracas instaladas na Praia do Pedral e às margens da Rodovia BR-226, dentro do município, dessa forma, resguardar e proteger o meio ambiente e a conservação dos direitos já estabelecidos, bem como a construção de novos direitos dos sócios perante os entes federativos das três esferas administrativas.

Um dos princípios do associativismo que está mais explícito na construção dos demais objetivos da associação, é: Educação, formação e informação. Este princípio direciona para que os dirigentes contribuam efetivamente no que se refere ao desenvolvimento da comunidade associada, através de informações ao público em geral, particularmente aos jovens e aos líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação. O Art. 2 do Estatuto apresenta os objetivos.

Figura 11 - Objetivos da associação dos barraqueiros de Palmeiras do Tocantins



Fonte: Estatuto Social da Associação dos Barraqueiros de Palmeiras do Tocantins/TO

Dentre os objetivos apresentados no Estatuto da Associação dos barraqueiros, é importante frisar que outros objetivos podem ser acrescidos, basta que a Assembleia Geral considere necessários e que seja convocada para esta finalidade específica. O fato de a associação ter sido constituída antes da formação do lago da UHE, pode exigir que haja atualizações de objetivos para o funcionamento na Palmeirante. Porém, o Termo de Uso das barracas, assinado pelos barraqueiros, já contempla alterações significativas, as quais estão relacionadas ao funcionamento e manutenção das edificações durante as temporadas de praia.

4. 2 UHE Estreito e a estrutura das praias artificiais

Este tópico apresenta a estrutura das praias artificiais, a partir dos relatos dos barraqueiros, as quais foram construídas após a formação do lago da UHE Estreito e entregues à gestão municipal a título de medida compensatória. As informações são apresentadas em ordem alfabética pelos nomes dos municípios: Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Palmeirante e Palmeiras do Tocantins.

4.2.1 Babaçulândia

A praia do Coco em Babaçulândia está localizada na área urbana, é muito acessível para os visitantes, que podem chegar lá utilizando veículos, ou até mesmo, a pé. No município há também, uma orla, que foi construída pelo empreendedor da UHE e entregue ao município, a título de medida compensatória. O projeto inicial previa a construção de 15 barracas. No entanto, houve a intervenção da gestão municipal para que 10 barracas fossem móveis, ou seja, uma espécie de tenda que poderia ser levada de um lugar para outro. Porém, nas temporadas de praias não há a presença das instalações móveis. A Figura 12 mostra a estrutura da praia e sua proximidade com a área urbana.

A praia artificial de Babaçulândia é composta por cinco barracas, palco e quadra poliesportiva, estrutura localizada na lateral inferior esquerda da imagem. Ao lado do estacionamento há uma quadra poliesportiva e os dois blocos de sanitários. As demais edificações, dispostas entre a estrutura já descrita e a água, são: o palco, da esquerda para a direita, a edificação maior e com cobertura branca; os barracões construídos em madeira roliça e cobertura em palha de palmeira babaçu. Na lateral direita da imagem está a área urbana central do município de Babaçulândia/TO.

Figura 12 - Praia do Coco, Babaçulândia/TO



Fonte: Governo do estado do Tocantins (12/2019). <https://11nk.dev/AHirY>

Semelhante às demais praias, o impacto da pandemia Covid-19 impossibilitou o funcionamento da temporada nos anos de 2020 e 2021. Portanto, a estrutura física não foi revitalizada. Na Fotografia 13 observa-se a estrutura física que é de uso da Polícia Militar, Primeiros Socorros e Salva-vidas.

Fotografia 13 - Praia do Coco, Babaçulândia/TO – temporada do ano 2021



Fonte: Fotos da pesquisa. Súsie Fernandes, 31/07/2021

Na lateral direita da Fotografia 13 está registrada a imagem da parte anexa a uma das barracas utilizadas na comercialização de alimentos e bebidas. As áreas adicionais, levantadas em madeira e cobertas com palha de palmeira de babaçu, são utilizadas como forma de abrigo durante o período mais quente do dia. Os bloquetes na parte inferior da fotografia, são parte do calçamento do estacionamento; a edificação ao fundo da imagem, é o palco.

Na temporada do ano de 2022, toda a estrutura da praia havia sido revitalizada, conforme mostra a Fotografia 14, o palco e todas as barracas foram pintadas nas cores que representava a gestão municipal da época: verde, amarelo e branco; as coberturas, anexas às barracas, tiveram as palhas substituídas. A areia foi reposta e limpa; o estacionamento foi marcado com faixas de pedestre e locais para estacionar. O local estava bem iluminado e com várias duchas. Porém não havia acesso facilitado para pessoas com dificuldade de mobilidade, exceto o acesso aos sanitários.

Fotografia 14 - Praia do Coco, Babaçulândia/TO – temporada do ano 2022



Fonte: Fotos da pesquisa. Súsie Fernandes, 10/07/2022

A área verde, à esquerda da Fotografia 14, é uma parte do lago que durante a estiagem favorece o crescimento da vegetação rasteira. Apesar de o estacionamento ser na parte da frente e na lateral direita da imagem, muitas pessoas utilizavam a faixa entre a praia e a vegetação rasteira para estacionar seus veículos. Ao fundo da imagem, observa-se o palco e as serras componentes da região da Serra das Mesas, no estado do Maranhão.

No ano de 2022 a associação dos barraqueiros de Babaçulândia era constituída, exclusivamente, por pessoas que não tinham barracas na praia e estavam sem exercer as

atividades de suporte ao turismo que exerceram durante muito tempo. A presidente da associação afirmou que o grupo estava aguardando por uma decisão judicial há mais de 14 anos.

Por isso, alguns dos associados estavam completamente desiludidos de serem indenizados que sequer aceitavam dialogar, com pesquisadores, e relatar os detalhes da sua luta pela garantia da manutenção da obtenção de rendas financeiras. Diante da impossibilidade de continuidade com o trabalho de barraqueiro, algumas solicitações foram feitas:

Até no CESTE, nós pedimos. Fizemos uma lista pedindo pra ele assim: eu estou aqui na minha casa, já que eu saí da barraca e não vou ter indenização, aí então, nós pedimos freezer, pedi coisas pra trabalhar dentro da minha casa. Todo mundo pediu, mas ninguém ganhou. O CESTE só ameaçou que não vai pagar. Nós pedimos dinheiro, ficou cento e pouco [mil Reais], abaixou para trinta [mil Reais]. (BBU-1, entrevista em 03/04/2022).

Ao relatar sobre o desenvolvimento do trabalho na praia natural, BBU-1, descreveu a tristeza de alguns associados, lembrando que os barraqueiros proviam trabalho e renda para outras pessoas como: pequenos agricultores ribeirinhos, familiares e conhecidos; bem como o cuidado com as crianças que não precisavam ir junto para a barraca. Acrescentou que “os associados estão entristecidos com a situação, tem uns que não querem participar de reuniões, inclusive falam que só vão participar quando for pra receber o cheque [da indenização]!” (BBU-1, entrevista em 02/04/2022).

Ao falar sobre a situação dos associados no ano de 2022, BBU-1 explicou que os barraqueiros esperavam receber uma indenização que possibilitasse o desenvolvimento de atividades comerciais semelhantes às que desenvolviam na praia natural. Fez uma reflexão sobre a insatisfação dos associados em relação à falta de pagamento das indenizações: “todos os barraqueiros se distanciaram, porque o CESTE prometeu e não cumpriu as indenizações. Ninguém que ir pra uma reunião”. A reunião mencionada, pela entrevistada, seriam as audiências, na cidade de Filadélfia/TO, a uma distância de 60 km, por estrada não asfaltada e cerca de 120 km por estrada asfaltada.

Os barraqueiros se distanciaram da discussão judicial, segundo BBU-1, devido aos altos valores para custear as despesas de deslocamento, alimentação e hospedagem com o advogado, da cidade de Palmas/TO até Filadélfia/TO para participar das audiências “nós já falamos em mudar de advogado, mas nenhum outro advogado quer entrar no lugar do colega, só se o colega assinar o termo de desistência”. Outro fator que prejudicou a contratação de um advogado de cidade mais próxima foi uma cláusula contratual que determinava o pagamento de multa, no caso de desistência dos barraqueiros.

As narrativas demonstram o quanto a gestão municipal tem interferência nos postos de trabalho. BBU-1 afirmou que durante a gestão municipal dos anos de 2017 a 2020, trabalhou para o município. Porém, o gestor da época não foi reeleito, afirmou que: “votei na oposição! Aqui a gente trabalha quatro anos e fica de férias por quatro anos”. Essa expressão foi acompanhada da reflexão “não sei se me aposento”, pois o vínculo laboral foi interrompido pela mudança do gestor municipal.

Logo, a capacidade de obtenção de recursos financeiros pelos barraqueiros, é influenciada por fatores, como: o envelhecimento dos associados, a redução da capacidade da força de trabalho, o enfraquecimento de algumas atividades relacionadas ao turismo, como por exemplo: não utilização de hospedagens, que, devido a praia estar localizada em um local de fácil acesso e na área urbana, facilita muito o retorno do visitante para a cidade de origem, ainda durante o fim da tarde ou à noite, já que as estradas estão em bom estado de conservação.

Na orla de Babaçulândia, verificou-se que alguns usuários (banhistas, turistas, visitantes) deixavam resíduos como: garrafas pet, latinhas de alumínio, restos de alimentos, embalagens variadas, dentre outros tipos de materiais, jogados em locais inapropriados (estacionamentos, margem da orla, canteiros centrais da rua em frente à Orla).

A situação se agravava pelo fato de poucos turistas adquirirem alimentos e bebidas nos bares e restaurantes localizados em frente à Orla ou nos estabelecimentos localizados na praia. Observou-se também que os resíduos descartados nos locais inapropriados são parte de produtos levados pelos visitantes da praia/Orla e não adquiridos na localidade.

4.2.2 Barra do Ouro

A estrutura da praia é composta por 20 barracas; três blocos de sanitários; palco, rampas de acesso; espaço físico para administração, salva-vidas e posto de atendimento de primeiros socorros; estacionamento para veículo de passeios, e outro para veículos de grande porte, devido à praia estar localizada à margem da rodovia na qual trafegam muitos caminhões; parque infantil; equipamentos de ginástica; duchas no pátio e um poço artesiano que fornece água para as atividades básicas desenvolvidas na praia.

Não há registro sobre a data da entrega da praia, pelo construtor da UHE, ao município, mas, conforme a Figura 13, datada de 29/09/2011, a estrutura física da praia já estava finalizada, pois as barracas estavam construídas e pintadas: com as portas dos balcões de atendimento; palco finalizado; caixa d' água instalada; postes com holofotes instalados; a areia do entorno

das edificações também já estava alocada. Ainda não havia rampas de acesso entre a água e as edificações, o palco ainda não tinha a proteção guarda corpo nas laterais, não havia pontos de duchas próximas ao palco.

Figura 13 - Praia artificial de Barra do Ouro/TO, em 2011



Fonte: <https://www.ferias.tur.br/fotogr/118109/praiabarradoouro-%20%20%20%20toporblocodoconcreto2012/barradoouro/>. Acesso em: 20/06/2023

No ano de 2011, quando o lago estava em processo de enchimento e já não havia mais a possibilidade de utilizar os bancos de areia da praia natural. Conforme informações obtidas durante as entrevistas, a praia foi entregue à gestão municipal ainda no ano de 2011, porém só foi utilizada seis anos depois.

Logo após a entrega da estrutura física da praia artificial ao município, o gestor municipal, conforme BDO-2, ficou com a posse das chaves das barracas por seis anos, sem entregar aos barraqueiros, ou seja, as barracas ficaram sem funcionar nos seis primeiros anos da praia artificial. Porém houve o marco inicial do funcionamento da praia quando, segundo o entrevistado:

O prefeito organizou uma festa, trouxe uma banda muito boa, não sei se era de Palma, sem comunicar para a associação... as barracas tudo instaladinha, só faltava nós [barraqueiros associados] entrar, entregar as chaves pra nós entrar, pois o CESTE deixou tudo organizado (BDO-2, entrevista em 19/03/2022).

Na época descrita pelo entrevistado, os barraqueiros ainda não tinham o Termo de Cessão Uso das barracas, portanto, a estrutura da praia havia sido entregue à gestão municipal, e esta não havia repassado aos barraqueiros associados a posse de cada barraca, nesta situação, representada pela entrega da chave. Em 2022, os barraqueiros têm o Termo de Concessão de Uso da Praia.

Na qual há espaço físico para a construção de mais barracas, porém é necessário que haja a autorização do município, que é o proprietário do terreno. “A associação em si não passa barraca, a não ser que alguém desista espontaneamente ou seja excluído, e fique uma [barraca] livre, e um associado da fila apossa de uma delas” (BDO-2, entrevista em 19/03/2022). Porém, não havia pessoas cadastradas à espera de uma barraca.

Porque a gente não tem muitos associados, porque as pessoas não querem entrar, só querem entrar se tiver barraca, e aí não tem, mas não impede a pessoa de se associar, não. Mas nem todo associado tem que tá lá dentro trabalhando, porque não tem espaço (BDO-2, entrevista em 19/03/2022).

Os serviços de manutenção da praia artificial, desde o início do funcionamento, são sempre por conta do município, não há coparticipação financeira por parte dos barraqueiros, porém a direção da associação acompanhou o trabalho de avaliação da estrutura física da praia, realizado pelos engenheiros contratados pela gestão municipal. A Fotografia 15, foi registrada no ano de 2021, na primeira visita de campo.

Fotografia 15 - Praia do Ouro, Barra do Ouro/TO



Fonte: Fotos da pesquisa. Súsie Fernandes, 06/2021.

A avaliação da estrutura física da praia ocorreu no início do ano de 2022, logo após os dois anos de paralisação das atividades, ocasionadas pela pandemia COVI-19 e pelas fortes chuvas que causaram danos à estrutura das barracas. Os barraqueiros estavam esperando que a gestão municipal providenciasse a revitalização da estrutura física da praia:

Porque ela [prefeita] disse que vai arrumar tudo, eu já fui lá [na praia] essa semana com o pessoal, com dois engenheiros, eles mediram tudo, eles arrumaram tudo. São engenheiros do município. O município tem que arrumar tudo lá. (BDO-1, entrevista em 19/03/2022).

Na descrição da paisagem da praia artificial, os participantes da pesquisa relataram aspectos relacionados ao entorno das edificações, pesca, locais para acampar, organização da estrutura física nas temporadas, comercialização de produtos e destinação do lixo produzido. A água utilizada nas barracas era proveniente de poço artesiano, pela qual não há incidência de pagamento de taxa de consumo pelos barraqueiros. Quanto à energia elétrica na época em que não havia funcionamento da praia, ou seja, fora da temporada de praia, o fornecimento era suspenso. Até então a praia tem funcionado apenas por temporadas, dessa forma não há atividade permanente em nenhuma barraca.

O pagamento da taxa de consumo da energia elétrica já foi motivo de reflexão e reavaliação da forma como estava distribuída, pois no ano de 2019, das 20 barracas: quinze estavam conectadas a um mesmo padrão, e cinco outras, a outro padrão. Dessa forma havia duas contas de energia: uma era paga por quinze barraqueiros, e a outra era paga por cinco. Situação que causava insatisfação por parte daqueles que menos utilizavam a energia.

Para o ano de 2022, conforme informações obtidas na entrevista realizada em 19/03/2022, havia a proposta para a construção de uma mureta na qual seriam instalados os medidores de energia elétrica individualizados. Assim cada barraqueiro paga pelo consumo real de energia de sua barraca, visto que a quantidade de eletrodomésticos que utilizam energia difere de uma barraca para outra: há quem tem apenas um freezer e há quem tenha cinco freezers. Situação considerada injusta, pelos participantes da pesquisa, no que se refere à divisão do valor total da conta pela quantidade de barraqueiros.

Os participantes da entrevista afirmaram que o fato de as barracas funcionarem só na temporada de praia, não é culpa do município, é culpa dos barraqueiros mesmo e que se, no decorrer do ano, tiver barraqueiros atendendo na praia, teria pessoas para consumir os produtos oferecidos. Porém, ainda prevalece o costume que os frequentadores tinham no tempo da praia

natural: de temporada, a de rio. A partir do ano de 2022, já havia a pretensão de manter a praia em funcionamento durante o ano todo.

A proposta era para que houvesse uma espécie de rodízio de funcionamento de barracas, durante o maior tempo possível, atendendo na praia: três ou quatro que funcionassem sem interrupção. A entrevistada BDO-3 justificou que “até porque a gente não tem mais um inverno, assim tão pegado mais, assim a ponto de não ter praia; esse ano [2022] que foi [teve muita chuva e alagamento na praia], mas há anos não acontecia”.

Os participantes da pesquisa citaram como exemplo de praias no lago da UHE Estreito, e com a existência de barraca em funcionamento permanente, as cidades de: Filadélfia e Palmeirante, porém afirmaram que a de Filadélfia teve o funcionamento prejudicado pela grande enchente do início do ano de 2022.

Ao estabelecer uma analogia entre as praias: natural e a permanente, foram citados aspectos relacionados às dificuldades de aquisição de produtos, transporte e recebimentos de mercadorias para abastecer as barracas; os valores das despesas para ter os produtos na praia, bem como a rememoração de aspectos paisagísticos do lugar.

No que se refere à praia artificial, os participantes da pesquisa expuseram suas percepções sobre: paisagem, pesca, locais destinados a acampamentos para visitantes e moradores, organização da estrutura física não relacionada à área das barracas, diversidade de produtos comercializados pelos barraqueiros e a destinação do lixo produzido.

Os entrevistados afirmaram que há muito vandalismo na praia “tiram tudo: caixa de padrão, vaso, pia... arrebentam as portas. É uma despesa que faz todo ano, do mesmo tamanho. Porque não tem ninguém pra ficar cuidando [vigilantes]. Aí os vândalos entram e acabam com tudo” (BDO-1, entrevista em 19/03/2022).

No caso de necessidade de manutenção da praia, a associação de barraqueiros não realiza os serviços com custeio próprio, mas precisa esperar pela prefeitura porque é ela que recebe e administra o recurso. Os participantes da pesquisa reconhecem que a associação dos barraqueiros tem dependência financeira do poder público municipal para a realização das atividades de revitalização da praia até a contratação de artistas para as temporadas “Até porque se não fosse ela [prefeitura] os associados não podem nem morrer, no caso eu quero dizer assim, na condição financeira, né. Tudo... é banda [de música] ... É despesa tudo por conta da prefeitura” (BDO-2, entrevista em 19/03/2022).

Sobre o retorno financeiro obtido com o trabalho de barraqueiro, a afirmativa foi que “o trabalho na praia não dá pra tomar prejuízo não, para aqueles que sabem trabalhar. Tem uns que entram que não geram quase nada não” (BDO-2, entrevista em 19/03/2022). Entretanto, a

situação dos barraqueiros foi agravada pela paralisação das atividades ocasionadas pela pandemia Covid-19, durante os anos de 2020 e 2021.

Grande impacto. Tudo parado, porque o Governo Federal não passou nada pra associação, os associados ficaram essas duas temporadas parados (BDO-2, entrevista em 19/03/2022).

E aí é uma coisa que a gente ainda quer saber se tem como a gente recorrer, se nas outras praias os barraqueiros correram atrás e conseguiram [auxílio para os associados] ou agora não pode mais? (BDO-1, entrevista em 19/03/2022).

Os participantes da pesquisa também relataram a preocupação com a falta de auxílio financeiro aos associados durante os dois anos de paralisação das atividades na praia do Ouro, mas acrescentaram que a maioria dos barraqueiros associados têm vínculo laboral com o serviço público ou são aposentados/pensionistas do INSS, requisitos que os excluiu dos critérios para o recebimento do auxílio emergencial²⁵.

Ninguém dos barraqueiros da praia de Barra do Ouro conseguiu auxílio pandemia porque quase todos têm outro tipo de benefício que não deu direito ao recebimento do auxílio pandemia. A maioria é servidor público ou aposentado (BDO-1, entrevista em 19/03/2022)

Dois anos que a gente ficou parado, foi muitos dias, porque ali [praia] era uma fonte de renda nossa, pelo menos o mês de julho e agosto. E não teve recurso nenhum do governo do estado, ou que seja do federal, pra nós. Ficamos do jeito que estamos. A atividade acabou, parou (BDO-3, entrevista em 19/03/2022).

Nas temporadas de praia as atividades sempre foram uma oportunidade de obtenção de rendas para os envolvidos nos trabalhos, portanto os barraqueiros refletiram sobre a falta dessa oportunidade durante o período pandêmico, nos anos de 2020 e 2021 “Acredito que a cesta básica, eu tenho a impressão de que o CESTE deveria ter arcado com essa questão, de pelo menos 5 mil nessa época pra comprar cesta básica para repassar. Agora eu não sei se foi falta da associação recorrer.” (BDO-2, entrevista em 19/03/2022).

Até quando o CESTE vai poder investir na praia de Barra do Ouro? Há um tempo mínimo determinado? Esses questionamentos foram feitos pelos barraqueiros, os quais também dialogaram sobre a possível resposta: “De primeiro, no início, eu fiquei sabendo que era por 30 anos; outros dizem que são 10 anos hoje.” (BDO-2, entrevista em 19/03/2022); “Eu tenho a impressão de que ainda está dentro do prazo, se não estivesse, eles não estariam fazendo o

²⁵ O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (coronavírus).

repassse para os municípios, já teria suspenso isso também.” (BDO-3, entrevista em 19/03/2022). Porém nenhum dos entrevistados soube dizer qual o valor do repasse é destinado ao município e nem a periodicidade.

Os barraqueiros explicaram que quando uma pessoa preenche o formulário de associado, ela já informa quem vai trabalhar junto na barraca: cônjuge ou filho. Assim, na falta do associado, inclusive em caso de morte, essas pessoas indicadas assumem a barraca e uma delas continua com o vínculo com a associação após se associar legalmente. Isso ocorre porque a barraca tem caráter de estabelecimento de trabalho familiar.

Quanto à expectativa para o funcionamento da praia do Ouro na temporada de praia do ano de 2022, os entrevistados se mostraram otimistas e afirmaram: “A praia vai funcionar, com fé em Deus. Tem muita coisa para reformar... tudo, né!” (BDO-1, entrevista em 19/03/2022); “Além do que o povo acabou, a enchente também destruiu o resto todim. E o vento arrancou aquelas telhas, ficaram muito ruins aquelas telhas, não prestam não”. (BDO-2, entrevista em 19/03/2022); “É nosso sonho que a praia funcione em 2022.” (BDO-3, entrevista em 19/03/2022).

O fato de a praia ter funcionamento sazonal, ou seja, apenas em alguns meses do ano, associada à falta pertencimento de alguns moradores locais, que praticam vandalismo contra o patrimônio público, bem como a falta de medidas punitivas aos infratores, é prejudicial aos barraqueiros e ao erário público. Dessa forma, há a necessidade de reposição de itens básicos na edificação da praia, como: chuveiros, vasos sanitários, pias externas, torneiras, dentre outros.

A presidência da associação dos barraqueiros de Barra do Ouro, no ano de 2022, dialogou com a gestão municipal para tratar de assuntos relacionados às dificuldades que envolviam as necessidades de melhorias na estrutura física da praia, bem como a necessidade de renovação do Termo de Concessão de Uso das Barracas. Foram apresentadas as dificuldades estruturais à prefeita, a qual designou dois engenheiros para analisar a situação da estrutura física da praia: barracas, telhados, pinturas, distribuição de energia elétrica, dentre outros aspectos.

A partir da articulação entre a associação dos barraqueiros e a gestão municipal, em 19 de abril de 2022, foi instituída a Lei municipal número 266/2022, a qual autorizou a chefe do poder executivo municipal, firmar Termo de Autorização de Uso da área de praia e ecoturismo com à associação dos barraqueiros da praia de Barra do Ouro. Conforme a Lei municipal nº 266/2022, “a praia é um bem imóvel público; o Termo de Autorização de Uso tem por finalidade exclusiva a realização de atividades de praia e ecoturismo; as unidades de quiosques destinam-se preferencialmente à comercialização de gêneros alimentícios e bebidas”.

O Contrato de Autorização de Uso tem validade até a data de 31/12/2024, podendo ser rescindido a qualquer momento, pelo Poder Executivo Municipal, em razão de critérios de oportunidade e conveniência ou se descumpridas quaisquer de suas cláusulas. Está previsto no documento a responsabilidade da Administração Pública sobre: a coleta de lixo, iluminação nas vias públicas, e a segurança para o bem da coletividade dos usuários da praia.

O parágrafo único, estabelece que os quiosques foram entregues à Associação reformados e em plena condição de uso, sendo que a partir da entrega, a responsabilidade pela manutenção e conservação será da Associação, sem nenhum tipo de indenização pelas benfeitorias. Sendo proibida a transferência da autorização de uso a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, sob pena de rescisão do contrato de cessão de uso.

A Fotografia 16, mostra a publicização de informações sobre o investimento financeiro realizado pela gestão municipal. Ratifica-se que o valor total era destinado aos dois anos pós-pandemia: 2022 e 2023, informação explícita nas datas de início e término da obra.

Fotografia 16 - Informações sobre a reforma da Praia do Ouro



Fonte: Foto da pesquisa. Súsie Fernandes, 08/2022.

No ano de 2022, a gestão municipal destinou investimento para melhoria da estrutura física da Praia do Ouro. Logo na entrada da praia foi possível observar e registrar, pela Fotografia 16, a placa com as informações sobre a obra, a qual se estendeu pelos anos de 2022 e 2023, com a disponibilização de recursos próprios orçados em quase 250 mil Reais.

Compreende-se que a revitalização é o cumprimento da parte na gestão municipal no Termo de Autorização de Uso da praia, ou seja, o local foi preparado antes de ser entregue à associação dos barraqueiros, foi reformado e estava em plena condição de uso.

Fotografia 17 - Barracas reformadas na Praia do Ouro temporada 2022



Fonte: Foto da pesquisa. Súsie Fernandes, 08/2022.

De fato, a revitalização da estrutura física da praia, Fotografia 17, chamou a atenção dos visitantes do local, pelo colorido e possibilidade de visualização do todo, pois de perto do palco é possível observar todas as barracas. Houve a pintura de todas as barracas, com uma cor padrão, e a instalação de uma faixa com o número e o nome das barracas; a substituição das latadas de palha, na frente das barracas, por tendas de toldo; instalação de novas duchas no pátio central; reposição de areia.

Porém é necessário posicionar-se no lugar da associação dos barraqueiros que, na condição de grupo constituído, mas sem recursos financeiros para que a diretoria possa assumir a gestão da praia, permanece na dependência da gestão municipal. Situação que culturalmente era vivenciada na época das temporadas de praia natural, ou seja, a gestão pública municipal sempre esteve participando na organização das temporadas.

De forma geral, é aconselhável que a associação tenha participação na organização da praia; mas não responsabilidade financeira para prover reformas, mesmo as necessárias. Portanto, o ideal é que o Termo de Concessão de Uso da Praia seja celebrado entre a gestão municipal e cada barraqueiro associado, individualmente. De forma que, cada barraqueiro sint-

se corresponsável e participante de todo o processo que envolve as atividades na temporada de praia.

Compreende-se que a equipe diretiva da associação não pode responsabilizar-se pelo uso individualizado de cada imóvel/barraca, mas sim desempenhar o acompanhamento, fiscalização e repasse de informações à gestão pública municipal. A Fotografia 18 apresenta um registro das benfeitorias realizadas na praia de Barra do Ouro na temporada do ano de 2022.

Fotografia 18 - Revitalização da Praia do Ouro na temporada de praia de 2022



Fonte: Foto da pesquisa. Súsie Fernandes, 08/2022.

Conforme registrado na Fotografia 18, a revitalização das instalações físicas da praia contemplou: a reposição da areia; pintura, troca de telhado e disponibilização de tendas na parte frontal das barracas; substituição da rampa de acesso; construção de faixa de contenção da areia; disponibilização de locais com duchas; reforma no piso e telhado do palco. Além da disponibilização de dois estacionamentos, sendo: um para veículos de passeio e outro para veículos pesados (caminhões e ônibus).

No mês de junho de 2022 foram divulgadas informações sobre as atrações musicais que fariam shows na praia. A divulgação ocorreu em mídias massivas, com o compartilhamento em redes sociais, anúncios nas principais rádios da região, carros de som e livre compartilhamento pela população em geral, em aplicativos. A Figura 14 apresenta quais foram as principais atrações durante a temporada de praia do ano.

Figura 14 - Divulgação das atrações musicais na praia do Ouro, temporada 2023



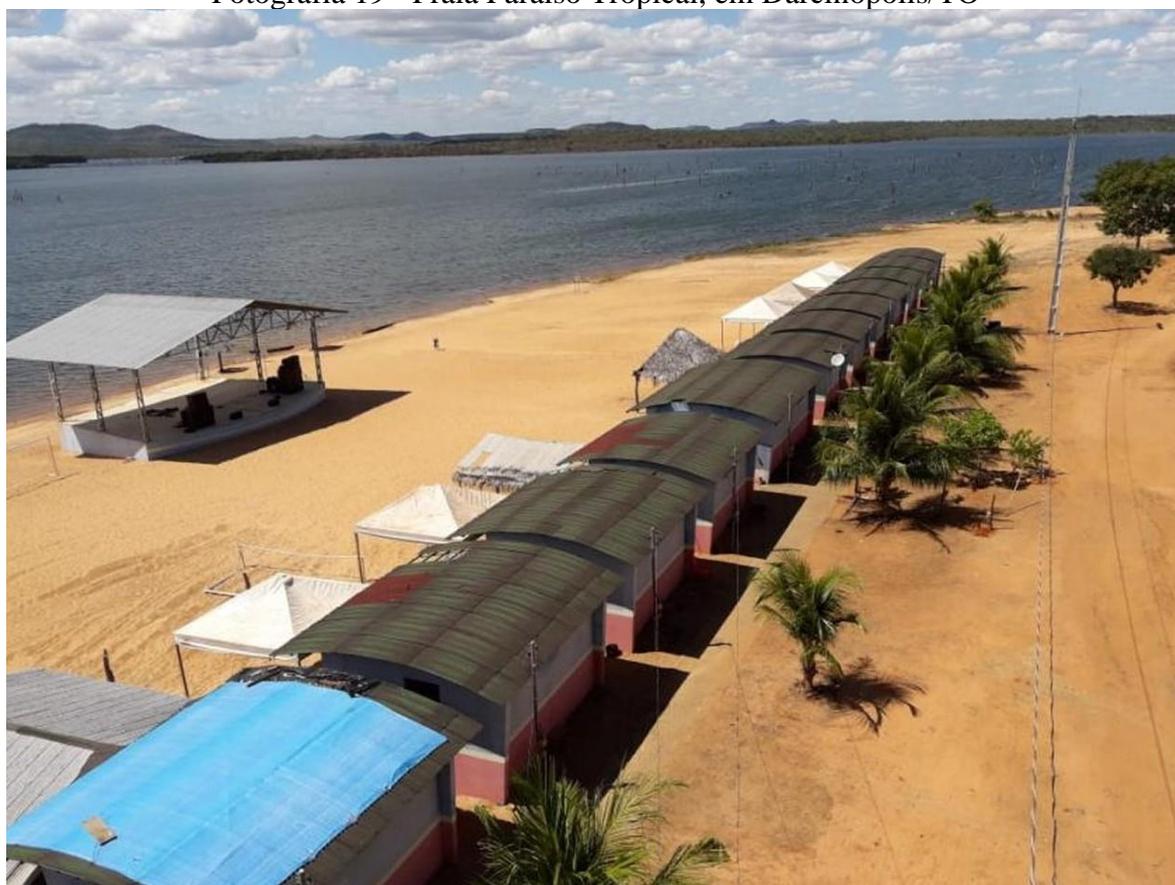
Fonte: Folder de divulgação (mídias sociais), 2022.

No rodapé da Figura 14, estão presentes as logomarcas dos parceiros na realização da temporada de praia: o governo do estado do Tocantins, um deputado estadual, e o governo do estado. Os artistas locais, regionais e nacionais que se apresentaram na praia do Ouro, em Barra do Ouro/TO, motivaram a participação de moradores locais e turistas, pois os shows e apresentações foram gratuitos ao público, devido a praia ser um espaço público e com entrada franca.

4.2.3 Darcinópolis

A Praia Paraíso Tropical, no município de Darcinópolis, está localizada a aproximadamente 58 km de distância da área urbana. O percurso é todo em estrada de rodagem, sem asfalto. Portanto o caminho mais acessível e rápido, para quem vai passar poucos dias, é por água, ou seja, é aconselhável locar uma embarcação na praia do Pedral, localizada no município de Palmeiras do Tocantis, e fazer o percurso por água. A Fotografia 19, mostra parte da estrutura física, composta pelas barracas e o palco, extensão da areia e parte do lago.

Fotografia 19 - Praia Paraíso Tropical, em Darcinópolis/TO



Fonte: Autor não identificado. Disponível em:

<https://viagemturismoaventura.blogspot.com/2020/03/darcinopolis-tocantins-1530-5570.html>.

Acesso em: 24 maio 2023

A imagem disponível na Fotografia 19, mostra doze das treze edificações componentes da estrutura física. Não há data do registro, porém deduz-se que ele é próximo do período de entrega, pois a maioria das barracas ainda tinham a tenda que fora doada junto com a estrutura local. Além disso, a cor da pintura das paredes ainda não estava desbotada pelo efeito do tempo.

A associação dos barraqueiros, conforme os entrevistados, foi constituída a partir da iniciativa da gestão municipal, que convidou comerciantes do ramo de alimentação e bebidas,

ou seja, com a justificativa de que estes convidados tinham potencial para comercialização na praia, pois já tinham certas experiências e equipamentos/utensílios. Na primeira temporada da praia artificial, a gestão municipal ficou responsável por toda a organização referente às atrações artísticas e gestão: limpeza e manutenção, vigilância, dentre outros.

A atitude, da gestão municipal, de convidar os comerciantes para constituir a associação, está amparada no princípio da adesão livre e voluntária. Conforme Costa (2013), a adesão livre e voluntária permite a livre associação das pessoas que concordem com o estatuto social da associação e, da mesma forma, com os seus objetivos, sendo igualmente livres para se desvincularem quando entenderem ser oportuno.

A constituição da associação de barraqueiros da Praia artificial Paraíso Tropical foi uma situação ímpar, pois as pessoas que trabalhavam na organização da praia natural, a qual era localizada na região conhecida como Brejão, foram indenizadas e se mudaram para outra localidade, dessa foi necessário que a gestão municipal, após receber a estrutura física se mobilizasse para organizar o grupo que realizaria a prestação de serviços aos visitantes da praia.

Os entrevistados esclareceram ainda que, os problemas que a prefeitura se responsabilizou na época, estavam relacionados à manutenção geral da praia. Quanto à assistência às praias pelo consórcio construtor da UHE, os entrevistados fizeram uma analogia em relação à manutenção da Praia da Cigana, localizada no município de Estreito/MA e a Praia Paraíso Tropical, afirmaram que a primeira ainda recebe apoio do CESTE enquanto a praia localizada no estado do Tocantins, está sob a responsabilidade apenas do município.

Conforme os entrevistados, o tempo de acompanhamento e responsabilidade do CESTE sobre a praia da Cigana é de trinta anos; enquanto o acompanhamento da praia Paraíso Tropical, foi de apenas cinco anos “Eles lá [praia da Cigana] é 30 anos, e o nosso foi só cinco anos. Pra você vê, tem caminhonete lá, tem van, tem tudo pra eles... o trem lá é bem mudado [diferente]” (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

Em resposta à pergunta se houve a entrega de equipamentos junto com a barraca, os barraqueiros responderam que tinha apenas a pia da cozinha. Descreveram como era realizado o transporte dos utensílios e equipamentos em temporadas anteriores “o prefeito juntava todo mundo, botava todas as coisas em cima do caminhão e trazia. Mas agora, se eu tivesse freezer lá na rua para trazer [para a praia], vamos supor dia primeiro de julho, tinha de trazer por conta própria” (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

Sobre os valores de contribuição mensal para a associação, a resposta foi de que no ano de 2022 “está em torno de 20,00 (vinte reais), mas tem uns atrasadão aí no meio” (DAR-2, entrevista em 08/07/2022). Sobre a destinação dos recursos financeiros pagos pelos associados,

a resposta foi de que não têm conhecimento sobre a aplicabilidade, pois “Até hoje nunca foi repassado nada, nunca foi comprado uma cadeira pra repor uma que quebre. Já tem três anos que nunca mais teve reunião [Assembleias] da associação” (DAR-1, entrevista em 08/07/2022). Acrescentaram que os associados pouco contribuem nas decisões da associação.

Ratifico que a dificuldade para reunião e fornecimento de informações, por parte da diretoria da associação dos barraqueiros de Darcinópolis, também foi visível para com esta pesquisa. Pois desde agosto de 2021 estive em contato com o presidente da associação para que ele indicasse um momento em que pudesse dialogar e apresentar os aspectos que constam no Estatuto Social, na Ata de Constituição, e demais documentos que constituem os registros da Associação.

Durante os diálogos para agendamento da entrevista, nunca houve uma negativa, mas sim a promessa de que seria em breve, pois havia necessidade da presença do secretário na reunião, que estava viajando e ao retornar para a cidade entraria em contato com a pesquisadora para indicar uma possível data para a reunião.

Também tentei contato com o secretário municipal de turismo, por e-mail e pelo telefone celular. Ele foi solícito no atendimento pelo celular e disse que posteriormente daria retorno informando sobre a disponibilidade de agenda para atendimento. Porém nunca retornou ligação, o e-mail também nunca foi respondido.

Os barraqueiros relataram a insatisfação com a falta de realização de Assembleias Gerais²⁶ pela associação; falta de cumprimento do Estatuto Social; falta de utilização da barraca por alguns barraqueiros; a escassez de turistas na praia; a falta de prioridade, pela gestão pública municipal em prover a manutenção da estrada entre a cidade e a praia.

A associação aqui não anda porque tem barraqueiro que há seis anos que nunca mais pisou aqui. No Estatuto lá tem, se você ficar tantos dias sem abrir sua barraca, passa a perder ela, passa pra outra pessoa (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

Tem barraqueiro aqui que tem seis anos que não pisa aqui. A Mariana²⁷ diz assim ó: você acha mesmo que tem alguém que quer vir pro troço desse aqui? Do jeito que está? Isso aqui está bonitinho porque foi capinado esses dias (DAR-1, entrevista em 08/07/2022).

Tem muita gente, no decorrer do ano, que fica aqui, vem gente armar barraca. Vem de Araguaína, gente do Pará, vem passar quase uma semana aqui. Eles gostam de vir, vem para a praia. A questão que piorou foi a estrada, mas sempre tinha muita gente aqui (DAR-1, entrevista em 08/07/2022).

²⁶ A assembleia geral é uma reunião com pelo menos dois terços do número de associados, com o objetivo de solucionar questões e tomar decisões importantes. Esse encontro, deve ser realizado pelo menos uma vez ao ano.

²⁷ Nome fictício.

Agora eles não vieram mais porque a estrada não presta, aí não tem como chegar. A estrada era de cascalho até a cidade, mas tem cinco anos que o prefeito não arrumou mais, aí não presta (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

Sobre o tempo de moradia no município, DAR-2 afirmou que mora no município desde 1995. Complementou que no ano de 2022, havia ônibus disponibilizado pela prefeitura, nos fins de semana, transportando pessoas para a praia, porém não havia divulgação pelos meios de comunicação. Portanto, as pessoas ficavam sabendo através de informações entre amigos e conhecidos. No palco havia umas caixas de som, conforme mostra a Fotografia 20.

Fotografia 20 - Palco da praia Paraíso Tropical com caixas de som



Fonte: Fotos da pesquisa. Súsie Fernandes, 08/07/2022.

A respeito do equipamento de som instalado no palco da praia, Fotografia 20, foram feitos alguns questionamentos: se havia algum cantor indo se apresentar na praia; ou se era apenas som mecânico; quem estava responsável por ligar e desligar o som; qual a frequência de pessoas na temporada de 2022.

Foi a prefeitura que colocou. Não pode tocar também, vem um DJ nos fins de semana. Assim é bom que a gente escolhe a música que a gente quer [risos]. Na hora que a gente abusa, desliga o som (DAR-1, entrevista em 08/07/2022).

Pra ligar o som pode, mas pra botar alguém pra tocar tem que anunciar (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

Na verdade, aqui, acho que ainda não deu 20 pessoas nesta temporada de 2022 (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

A Fotografia 20 registrou o palco da Praia Paraíso Tropical, localizada no município de Darcinópolis/TO, no qual não havia instrumentos ou presença de artistas. O som funcionava, segundo os entrevistados, apenas quando um DJ ia à praia, mais precisamente nos finais de semana. O equipamento de som foi disponibilizado pela gestão municipal para a temporada de praia.

Ao descrever a paisagem da praia natural, as modificações causadas pela formação do lago e o início da praia artificial, foram apresentados relatos com informações sobre o salvamento de macacos que estavam sobre árvores dentro da área do lago, nas proximidades da praia: “Matou um tanto de bicho. Um tanto de macaco dentro do lago, nos tocos das árvores” (DAR-2, entrevista em 08/07/2022). A Fotografia 21 mostra a falta de revitalização da estrutura física na temporada do ano de 2022.

Fotografia 21 - Estrutura física da praia Paraíso Tropical em Darcinópolis/TO



Fonte: Fotos da pesquisa. Súsie Fernandes, 08/07/2022.

A Fotografia 21, mostra que a estrutura física da praia é a mesma entregue pelo construtor da UHE, em 2010, porém “a pintura foi feita, mas o prefeito mandou pintar da mesma cor que foi entregue” (DAR-2, entrevista em 08/07/2022). Os barracões de palhas, construídos na parte frontal de algumas barracas, além do fogão à lenha em uma delas, são as poucas alterações de ampliação no local.

O barraqueiro arca com toda despesa. Traz palha de perto da cidade. Dá mais ou menos 30 km daqui lá. Antes o prefeito arrumava carro pra carregar, mas este ano de 2022 não teve nenhum tipo de ajuda. Essa madeira, eu trouxe de lá [da cidade]. Elas estão mais escuras por causa da fumaça do fogão de lenha. Aqui perto não pode

tirar madeira porque é área da APP, ficam chiando se tirar madeira. (DAR-2, entrevista em 08/07/2022)

O descarte do lixo gerado na praia, é um problema que precisa ser resolvido o quanto antes, pois a praia está dentro de uma Área de Preservação Permanente (APP), na qual não há retirada contínua dos resíduos. Quando as pessoas vão à praia, deixam os resíduos jogados no local em que acampam. Não há recolhimento pela limpeza urbana do município, e os barraqueiros alegam que não têm como transportar para o lixão da cidade, devido não disporem de veículo apropriado. A Fotografia 22 registrou alguns amontoados de lixo a céu aberto.

Fotografia 22 - Descarte de lixo na Praia Paraíso Tropical, em Darcinópolis/TO



Fonte: Fotos da pesquisa. Súsie Fernandes, 08/07/2022.

Na lateral esquerda da Fotografia 22, observa-se alguns sacos nas cores: azul, branco e preto, nos quais estão armazenados resíduos como: embalagens plásticas, isopor e outros. As garrafas pet e latinhas de alumínio são armazenadas em outro local. Os barraqueiros afirmaram que não podem queimar e nem enterrar os resíduos. Portanto, a única possibilidade de retirada seria o transporte para o lixão do município.

Deixam [usuários da praia] o lixo aqui, aí nós [barraqueiros] temos um problema sobre aquele lixo ali [área da APP]. Que aquele lixo, ele não pode ser jogado do lado de lá...Não pode ser queimado (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

Ali é área de APP, o CESTE não aceita também. Mas no tempo do outro prefeito, o caminhão de lixo vinha tirar. Hoje tem cinco anos que o caminhão não vem mais (DAR-1, entrevista em 08/07/2022).

Antes era tudo separadinho, tinha as lixeiras de botar plástico, resto de comida, tudo organizado (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

A proposta para reduzir o acúmulo de lixo na praia, seria a conscientização dos usuários (visitantes e trabalhadores), para que retornassem à área urbana levando todos os resíduos sólidos gerados durante sua permanência no local. Porém o entrevistado afirmou que: “Tem uns que não catam nem os que eles jogam no chão” (DAR-1, entrevista em 08/07/2022).

A última manutenção e reposição de areia na praia, conforme afirmação dos entrevistados, já tem mais de oito anos, ou seja, foi realizada em 2014. Porém é necessário ressaltar que quando o CESTE construiu a estrutura da praia, já deixou um suprimento de areia, nas duas laterais da praia, para ser utilizado quando houvesse a necessidade.

Os entrevistados argumentaram sobre a falta de aplicação de recurso na revitalização da estrutura da praia, na melhoria da estrada que dá acesso à mesma, na contratação de artista e, de forma geral, a falta de investimento no turismo local, e ressaltam que a praia é o único ponto turístico público da cidade.

Durante o período da pandemia Covid-19, nos anos de 2020 e 2021, houve restrições à realização das temporadas de praia e, conseqüentemente, não houve funcionamento das barracas. Porém, os barraqueiros estavam ansiosos pela revitalização do espaço físico e funcionamento da praia na temporada do ano de 2022. Porém não houve a iniciativa da gestão municipal na organização da estrutura física e contratação de artistas.

Percebe-se o amor dos barraqueiros pela praia quando são pronunciadas frases de apreço e esperança em dias de plenas atividades nas temporadas seguintes. Há, também, relatos sobre a persistência em permanecer na atividade barraqueira que seja capaz de suprir o sustento financeiro familiar através da comercialização de produtos na praia.

Isso aqui [praia], mesmo assim do jeito que está feio, mas se a estrada estivesse boa não faltava gente, pois quem tem um carro pequeno não enfia de lá pra cá (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

Eles [turistas] vinham direto, mas também não vieram mais porque a estrada não ajuda. Aqui o movimento era pra ser no mês de julho, aí o mês de julho está do jeito que tá (DAR-1, entrevista em 08/07/2022).

Eles [gestão municipal] tamparam uns buracos velhos aí, está vindo, está apregando [atolando] já, mas está vindo. Amanhã é o último dia mesmo, eles vêm amanhã e tchau. Aí vai ficar aí até julho de novo pra ver se tapa outro buraco. Mais um ano que nós temos (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

Estou aqui lutando desde 2010. Fico o ano todinho aqui, na praia não fica um pé de cristão, não tem lógica, não, viu. Aqui não dá recurso não, se eu for depender daqui eu morro, e a família todinha [...] o da praia não dá não. Se fosse igual antes, eu tinha como botar uma bebida aqui, um refrigerante, igual era antes. O pessoal vinha (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

A distância entre a área urbana e a praia dificulta a permanência ou a visita constante dos barraqueiros às suas barracas. Mas essa situação que favorece o vandalismo e o roubo de utensílios deixados nas barracas, conforme foi apresentado pelos entrevistados: “nós tinha coisa demais aqui dentro [...] roubaram quase tudo. Arrebentaram a janela. Arrebentaram o telhado, entraram e pegaram nossas coisas tudo.” (DAR-1, entrevista em 08/07/2021).

Os entrevistados relataram fatos importantes sobre os motivos que culminaram na construção da praia artificial. Desde a negociação com o CESTE, a escolha do local mais apropriado, a discussão política local e a troca do balneário urbano pela praia distante da cidade, a constituição da associação dos barraqueiros: “Aqui não tinha nem associação, e na verdade não era pra ter praia no município de Darcinópolis, era pra ser um balneário lá na cidade” (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

Os entrevistados relataram que a construção da praia artificial, distante da área urbana, aconteceu em razão da negociação de um fazendeiro próximo à margem do lago, que havia ficado sem estradas, o qual procurou a câmara de vereadores e o gestor municipal e ofertou alguns lotes à margem do lago em compensação à construção da praia artificial. Após discussões, a proposta foi aceita, a gestão municipal abriu mão da construção do balneário urbano, que seria a medida compensatória do CESTE ao município. Em curto tempo a estrutura física da praia foi construída e entregue ao município. Porém, a supressão da vegetação, dentro do lago próximo à praia, não foi total. O barraqueiro mostra a paisagem do lago em frente à praia e faz um relato:

Isso aqui [água] é porque está cheio, deixa baixar pra você acha um lugar pra você passar aqui [passar uma embarcação]. Não passa não, sô! Você passa bem ali ó [apontou para direção acima do pequeno ancoradouro das canoas], porque eles [construtor da UHE] vieram e arrancaram uns paus pra poder entrar. Daqui pra ali assim você não entra de canoa não... só pau, topado. Os paus estão verdinhos, vivinho, no fundo da água aí. Você bate, é mesmo que bater num ferro. Muitas árvores já morreram, mas o perigo é aí, bem rente com a água, ele tora [quebra], mas o toco fica pra baixo, aí o sujeito não sabe, vai rasgar [navegar em sentido que desconhece] aí e se lascas em um toco aí e já era. Por que que o barqueiro veio lá e depois que ele virou? Porque ele sabe certinho a entrada para chegar aqui [na praia] (DAR-1, entrevista em 08/07/2022).

Na descrição dos detalhes sobre a administração e usufruto da barraca, foram ressaltados aspectos interessantes para a compreensão do processo. Além disso, os entrevistados

apresentaram reflexões sobre a não abertura de todas as barracas durante a temporada de praia, devido à falta de estrutura mínima de acesso ao local.

Se eu disser, não quero mais mexer com isso [barraca], eu vou entregar ela pra minha filha, aí nós vamos no cartório, o porque é autenticado. Passo para o nome dela, faz outro papel com o nome dela, entrego o meu, aquele que eu já tinha e aquele que foi feito entrego pra ela (DAR-1, entrevista em 08/07/2022).

Posso entregar pra quem eu quiser, no caso, e a associação não entra nesse papel [não interfere] (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

A espera pela iniciativa e ação do gestor público está presente nas falas dos entrevistados, que até apresentam possibilidades de convocação e envolvimento dos barraqueiros na limpeza e conservação da praia e seu entorno. E no cumprimento do Estatuto Social da associação, que segundo os entrevistados, prevê a substituição dos barraqueiros que não estiverem com a barraca em funcionamento durante as temporadas de praia.

Eu não sou a favor da prefeitura pegar uma equipe de funcionários, tirar todo mundo pra vir limpar, não. Cada associado pode limpar a frente de sua barraca, aqui é 300 metros” (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

Do jeito que está aqui hoje a situação, não tem como tentar tirar ninguém. Chama a associação e limpa, mas também isso aqui nunca sujou tanto no tempo dos outros prefeitos, mas eles nunca ligaram [deram atenção] para presidente, porque eles sabiam que eles eram os responsáveis (DA2-1, entrevista em 08/07/2022).

Os relatos sobre as dificuldades no início do funcionamento da praia, são parte do passado recente, há cerca de dez anos, mas foram apresentados aqueles relacionados à falta de água potável, apesar da abundância de água no lago; à falta de instalação da energia elétrica, devido à fiação apresentar riscos à ferrovia, que está localizada próxima à praia.

Quando nós viemos pra cá, nós ficamos dois anos sem energia, estava tudo colocado nas barracas, mas precisava a ENERGISA aprovar. Passou um fio por cima da ferrovia, que o poste ficou muito longe aí o pessoal cismou, tinha que colocar o poste perto, porque se o fio quebrasse não batia no trilho (DAR-1, entrevista em 08/07/2022).

A gente pegava água na grotinha²⁸ lá atrás, nesse tempo [do início da praia] até o Corpo de Bombeiro vinha aqui e não deixava pegar água de jeito nenhum para beber ali [água do lago]. Buscava na moto, uns seis km, enchia um saco de garrafa pet, e trazia. A água era usada para cozinhar e beber; para banhar usava a água do rio [lago]. Naquele tempo a água ainda estava tudo verde, diz que tinha muita febre, não sei o quê, por causa da madeira que ficou dentro da água (DAR-2, entrevista em 08/07/2022).

²⁸ Grota significa um pequeno córrego com água potável, a qual pode ser utilizada para o consumo e higienização.

Ao relatar sobre o sossego da praia, os entrevistados lembraram que em outros tempos, bem no início do funcionamento da estrutura artificial, havia grande fluxo de pessoas no local, o qual era ocasionado pela gratuidade do transporte que levava as pessoas da cidade até a praia e vice-versa.

Na temporada do ano de 2022, conforme relatados, havia um ônibus fazendo o transporte, porém a situação da estrada não favorecia o acesso de carros menores “Tá vindo agora um ônibus todo domingo, mas nos outros tempos era 4. Vinha ônibus no sábado, deixava o povo e voltava; e de tarde vinha de novo, quem quisesse ia embora, quem quisesse vir, vinha” (DAR-1, entrevista em 08/07/2022).

Durante o relato dos entrevistados foi explicado que, era usual, a gestão municipal contratar as bandas de música, profissionais da saúde e os policiais militares para a praia, mas esses profissionais precisavam de um local para se alimentar. Portanto o local da alimentação era a barraca de algum dos barraqueiros, que anotava o que havia fornecido e, posteriormente, enviava a fatura ao gestor municipal.

Essa é a história que o turista não conhece. A partir dos acontecimentos narrados durante a entrevista, compreende-se que são fatos possíveis de serem narrados a quem visita a praia, por exemplo: ter uma barraca que possa expor quadros sequenciais que contemham a história do lugar. Apresentar informações que os visitantes possam ver e ler, analisar as fotos de como a praia era antes, como foi tal tempo. Porque tudo isso faz parte da história daquele lugar, de forma que o visitante não fique no mero papel de ir à praia somente para comer, beber, banhar e ir embora, mas conhecer um pouco dos acontecimentos que conduziram o percurso histórico local.

4.2.4 Filadélfia

A praia artificial, construída no município de Filadélfia/TO, está localizada na área urbana, ao lado do porto da balsa, ou seja, num local movimentado por ser passagem de veículos e pessoas entre os estados de Tocantins e Maranhão. Dessa forma facilita o acesso dos visitantes e trabalhadores, bem como o abastecimento de materiais de consumo diversos.

Na Figura 15, que apresenta, de forma panorâmica, a localização da praia artificial, é visualizada toda a estrutura física. No centro estão as edificações construídas pelo empreendedor da UHE Estreito; na parte central, bem próximo à água estão as edificações conhecidas como “latadas”, as quais são erguidas em madeira e cobertura de palha de coqueiro

babaçu, essa estrutura é utilizada como forma de propiciar bem-estar aos usuários da praia no horário mais quente do dia.

Figura 15 - Praia do Coqueiro, Filadélfia/TO



Fonte: Jornal de Filadélfia (06/2019). <https://encr.pw/iHHzL>

Ao fundo das edificações parte superior da Figura 15, está parte do lago e a vegetação componente da área urbana de Filadélfia/TO. Local em que foi construída a primeira estrutura da praia artificial, no ano de 2012, porém sem a aceitação da população local e de visitantes, devido ser um local de lama e sem semelhanças com a praia natural. Na lateral direita está a estrada que conecta os municípios de Filadélfia/TO e Carolina/MA e possibilita a travessia do lago utilizando o serviço de uma balsa.

Dia 02/06/2022 contactei o barraqueiro FIL-1 para marcar um momento de conversa, mas ele explicou que no final de semana estaria em um evento fora da cidade e não teria a possibilidade de me atender. Após várias tentativas de diálogo, dia 06/07/2022, às 9 horas, na praia artificial de Filadélfia, conseguimos conversar sobre a situação da associação dos barraqueiros e aspectos da organização da praia. Também afirmou que, quando jovem, não frequentou a praia, devido a imposição de padrões de valores pela sua família.

Em 2022 a associação dos barraqueiros ainda estava em fase de estruturação, pois o gestor municipal havia indicado um administrador para a praia e logo publicaria o decreto. Situação que se fez necessária, segundo o entrevistado, devido os associados não estarem cumprindo seus deveres. Continuando o relato, o barraqueiro FIL-1 relatou que foi fundador da associação da praia artificial, mas depois de um tempo teve de se afastar devido entrar em

desacordo com alguns associados que o consideravam muito burocrático na direção da associação: “foi aquela pressão, eu fui e renunciei o cargo, e aí botaram uma outra pessoa.” (FIL-1, entrevista em 06/07/2022).

Fotografia 23 - Placa de inauguração da praia artificial de Filadélfia/TO



Fonte: Fotos da pesquisa. Súsie Fernandes, 07/2021

A praia artificial atual foi inaugurada em 2014, conforme Fotografia 23, porém, antes dela, fora construída outra, entretanto num local impróprio para as atividades de lazer. Em virtude do local ser perigoso para utilização, houve articulação entre a gestão municipal, barraqueiros, moradores da cidade, os quais reivindicaram ao CESTE, a construção de outra estrutura. Um dos entrevistados relatou as dificuldades para turistas e barraqueiros.

Tinha espinho, toco, lama, arame velho, tinha tudo... Lá era um criatório de porco. Fizera só uns quiosquezinhos igual hoje está lá construído. Aí deram. Os barraqueiros tentaram um ano, mas não deu certo. Você entrava na água e ficava com aquela capa rosa nas pernas, sabe? Ninguém arriscava banhar por causa dos espinhos e dos arames dentro da água (FIL-2, entrevista em 05/01/2024)

Sobre o Estatuto da atual associação, o barraqueiro FIL-1, explicou que foi fundada em 2015, tinha Estatuto Social, mas a partir das experiências de gestões anteriores, dos diálogos com representantes do empreendedor da hidrelétrica, buscas de melhorias para o desenvolvimento das atividades, e da intervenção política local que se sobrepôs ao Estatuto da Associação, a gestão municipal e barraqueiros estavam em busca de uma proposta para outra forma de administrar a praia.

Portanto, no início do ano de 2022, o gestor municipal decretou que a presidência da associação dos barraqueiros, não seria mais gerida por um associado eleito, mas sim por um administrador externo, nomeado pelo gestor municipal. Porém os demais cargos, de vice-presidente, secretário, tesoureiro e os Conselhos Fiscais e suplentes, foram eleitos pelo voto dos associados em Assembleia Geral, convocada para esta finalidade. Em julho do mesmo ano, os barraqueiros ainda não haviam recebido o Termo de Cessão de Uso da barraca, porém havia a promessa de que o referido documento seria celebrado entre os barraqueiros e o município.

Apesar da praia ser permanente, o funcionamento é maior durante os meses de junho e julho, época que coincide com as férias escolares. Além da estrutura da praia artificial, o município também recebeu a Orla, conforme Fotografia 24.

Fotografia 24 - Orla do lago em Filadélfia/TO



Fonte: Fotos da pesquisa. Súsie Fernandes, 26/06/2021.

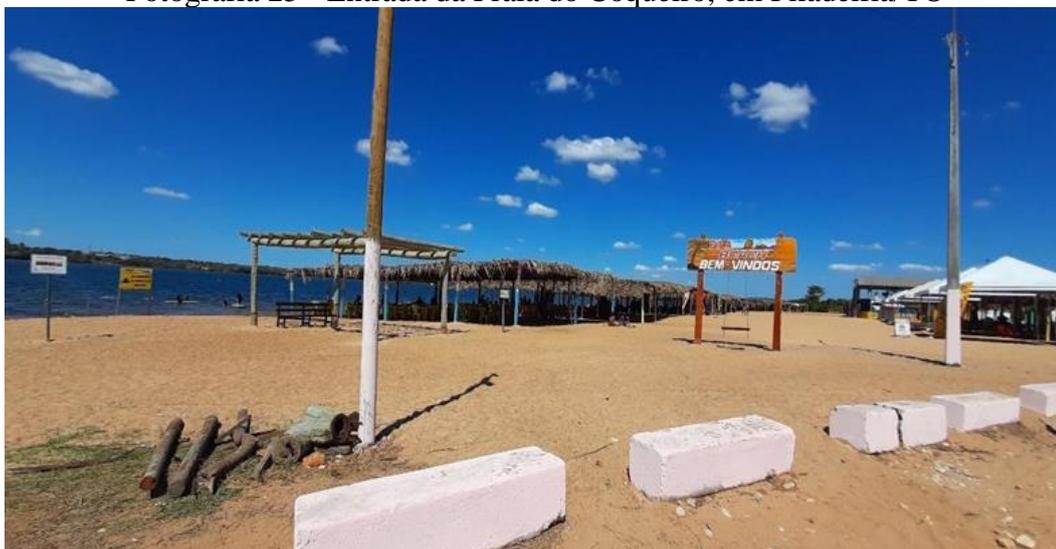
A Orla é um espaço localizado à margem do lago, no qual é possível fazer caminhadas, levar as crianças para brincar na estrutura que possui brinquedos, lanchar em um dos quiosques, apreciar a natureza, utilizar a quadra poliesportiva, dentre outras atividades.

Na estrutura da praia artificial, a partir da retomada das atividades, pós-pandemia, houve expectativas em relação à administração e diminuição das despesas para os barraqueiros, pois o Estatuto apresenta orientação para a substituição do Direito de Uso das barracas ociosas, bem como a responsabilidade financeira, da gestão municipal, sobre a contratação de atrações artísticas: “Aqui não funciona sem o município, pois qualquer show hoje é 40, 50, 60 mil. A

associação não dá conta de pagar, a estrutura é muito grande.” (FIL-1, entrevista em 06/07/2022).

Na temporada do ano de 2022, as barracas estavam revitalizadas e com uma tenda instalada em frente, no espaço entre a barraca e a faixa de areia em direção ao lago. As tendas eram provenientes de uma parceria entre a gestão municipal e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). A Fotografia 25, mostra a lateral esquerda da entrada da praia.

Fotografia 25 - Entrada da Praia do Coqueiro, em Filadélfia/TO



Fonte: Fotos da pesquisa. Súsie Fernandes, 06/07/2022.

Na Fotografia 25 as tendas brancas estão visíveis no centro da imagem, lado direito da. Foram utilizadas como suporte às barracas, que até o ano de 2021 utilizaram estrutura construída em madeira roliça, sem beneficiamento, e cobertura em palhas de coqueiro babaçu, amarradas ou presas por pregos.

Na primeira temporada de praia, pós-pandemia, os barraqueiros, que estavam há duas temporadas com a privação do funcionamento das barracas e da praia, tiveram um esforço maior no que se refere à organização da estrutura física e financeira. Pois foi necessário investir na melhoria da estrutura da barraca: troca de telha, pintura, organização da estrutura interna, eletrodomésticos e utensílios

O fato de a praia ser localizada na área urbana, ter estacionamento próprio, e livre acesso – sem cobrança de quaisquer taxas –, considerando que a praia artificial é uma medida compensatória entregue ao município e, isso a torna propriedade de toda a população, tem sido um dificultador para a comercialização de produtos nas barracas. Uma vez que, principalmente em dias de shows, os visitantes levam: bebidas, alimentos, churrasqueiras etc., porém ao saírem,

não recolhem os resíduos produzidos: sacos plásticos, restos de carvão, latas de bebidas, cascas de frutas, dentre outros.

Na época de recebimento das barracas da praia artificial, conforme informações dos entrevistados, não havia nenhum tipo de utensílio, porém o CESTE fornecia ajuda financeira no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para custear manutenções básicas que favorecessem o bom funcionamento da praia na temporada. Em contrapartida, os barraqueiros tinham que contribuir com o valor complementar, para que fosse possível o pagamento de trabalhadores responsáveis pela limpeza e conservação.

O construtor da UHE entregou uma sede para a associação dos barraqueiros: “Quando foi surgido esse lago, o CESTE doou uma voadeira, computador, mesa, cadeiras, geladeira, fogão, armário... foi tudo doado para a sede da associação. A sede fica na rua do aeroporto, em Filadélfia. Se não me engano, lá funciona o Conselho Tutelar” (FIL-2, entrevista em 05/01/2024).

Para a descrição da praia artificial, os entrevistados fizeram uma retrospectiva desde a primeira construção, em 2009, antes do enchimento do lago, denominada de praia da linguíça ou praia dos porcos, pois havia um criatório de porcos antes. Esclareceram que a paisagem e as condições de uso não agradaram ao público, devido à quantidade de lama e pouca quantidade de areia, além da água represada, ou seja, tinha condições diferentes da praia à qual estavam acostumados. Portanto foi necessária a articulação, junto ao CESTE, pela gestão municipal e moradores para a implantação da praia atual, que até então era uma ilha com um cocal. Após o CESTE verificar a reivindicação e a impossibilidade de utilização da praia naquela localidade, acatou a ideia e construiu as novas barracas e a estrutura física.

Na época era o prefeito Dinilson que brigou com o CESTE, até que o CESTE derrubou lá e aproveitou um bocado do material e fizeram no lugar que está hoje. Antes daquela praia ali, o prefeito de Filadélfia fez uma prainha pequena, com tendas... e deu certo. E devido ao ano que ele fez essa praia, aí foi o ano que ele arrouchou no CESTE cobrando a construção da praia no lugar em que está hoje. Ficou muito bom (FIL-2, entrevista em 05/01/2024).

O questionamento relacionado à pesca para o consumo na praia, ou seja, para a comercialização nas barracas, foi respondido com a descrição sobre quem pode pescar, quais os tipos de peixes são mais encontrados, quais os peixes que são mais comercializados nas barracas da praia:

A pesca é feita apenas pelos pescadores profissionais, mas pouco influencia no comércio de peixe aqui da praia. Alguns tucunarés que o pessoal compra, pois o

pessoal que vem de fora, o turista, quando fala de peixe é tucunaré (FIL-1, entrevista em 06/07/2022).

A área de acampamento, localizada ao lado da praia nos anos de 2022 e 2023, não tinha estrutura de suporte aos acampantes, como: sanitários, sombra de árvores ou sombra artificial, ducha, pontos de energia que possam ser utilizados para carregar a bateria de celular ou outro equipamento eletrônico. Também não havia postes com iluminação para o local.

A comercialização de produtos nas barracas da praia era feita da forma que cada barraqueiro considerasse mais apropriada, ou seja, não havia definição para o que cada barraca deveria oferecer, ou seja, uma forma para todos pudessem ofertar algo diferente da barraca ao lado.

Tudo o que eu vendo aqui, de cima a baixo, vende. Porque todo mundo vende comida, se você chegar bem aqui e disse assim “eu quero uma galinha caipira”, eu vou preparar a galinha pra você! Se você disser assim “eu quero um pernil de porco assado”, eu vou fazer. Um churrasco, uma carne de sol, se a pessoa chegar e disser que quer, a gente faz. Cada um comercializa bebidas e alimentos, o que tiver (FIL-1, entrevista em 06/07/2022).

Tanto o trabalho dos barraqueiros quanto a permanência dos turistas, acampantes e excursionistas gera uma quantidade de resíduos sólidos, os quais são deixados na localidade. Necessitando assim, da intensificação do trabalho de limpeza nos finais de semana.

O recolhimento é feito pelo município, duas vezes por dia. Era um problema quando só retirava uma vez por dia, quando a demanda ficou grande, passaram a retirar duas vezes por dia. A atual gestão é um negócio fora de série, pois eles estão vindo de acordo com a necessidade e estão colocando aquelas carretinhas puxada pelo trator. Na hora em que ela enche o trator já pega e leva. Foi distribuído lixeiros grandes [com capacidade para 100 litros] ao lado da barraca e perto do rio, para não ter problema com lixo (FIL-1, entrevista em 06/07/2022).

Cada barraca tem o seu próprio medidor de energia e o de água “cada barraqueiro é responsável pelo pagamento do seu consumo de água e energia. Os medidores de energia e água são individuais desde o início da praia, inclusive quase todos são monofásicos, o único que tem bifásico aqui é o meu” (FIL-1, entrevista em 06/07/2022). Frisou que a gestão municipal estava responsável pela publicidade dos eventos na praia, com divulgação nas rádios em Araguaína e nas redes sociais em geral.

Quanto aos impactos, causados pela ocorrência da Covid-19, na paralisação das temporadas de praia dos anos de 2020 e 2021, foram descritas as situações consideradas como prejudiciais aos barraqueiros que anualmente desenvolviam atividades comerciais na praia. Isso

ocorreu quando o município decretou medidas restritivas que proibiram a aglomeração de pessoas em espaços públicos e privados, dentre eles a praia, conforme relato de um barraqueiro: “Além de não poder trabalhar na praia... Eu trabalhava com o bar e tive que fechar. Tinha aquele negócio de trabalhar clandestino... o bar fechado, o pessoal pedia as bebidas e a gente ia deixar, né” (FIL-2, entrevista em 05/01/2024).

O impacto foi tão forte que não houve funcionamento na praia. Nessa pandemia, todo mundo parou, ninguém podia andar, tinha que usar máscara, e o seguinte: as pessoas criaram um pânico em cima disso. Se por acaso, tivesse alguém com a coragem de abrir uma barraca dessa, ele não sobreviveria, porque não ia pagar nem os encargos sociais, as pessoas não viriam à praia, pois todo mundo estava com medo (FIL-1, entrevista em 06/07/2022).

Conforme FIL-1, os barraqueiros da praia de Filadélfia/TO têm outras ocupações laborais, tanto em comércios de bebidas, vestuário, serviço público, vaqueiros em fazendas dentre outros “Aqui acabou a temporada, todo mundo volta pra suas origens”, ou seja, retorna ao posto de trabalho no qual já desenvolvia atividades comerciais nos demais meses do ano.

Em relação às expectativas para a temporada de praia do ano de 2022, o entrevistado afirmou que, apesar do futuro pertencer a Deus, ele estava muito confiante na rentabilidade do trabalho e fez uma ponderação sobre as expectativas entre os custos e os rendimentos financeiros provenientes da barraca “são as melhores porque se o gestor municipal pulou aqui pra dentro com toda a equipe dele, nós estamos aqui hoje sem despesa nunca antes vista. Então eu acredito que se eu botar 10 caixas de cerveja, eu vou sair com o lucro delas” (FIL-1, entrevista em 06/07/2022).

Ao final da entrevista foi solicitado que quando houvesse uma reunião da associação: Assembleia Geral ou Extraordinária, e que houvesse o consenso entre os associados, para a participação de pessoas externas, na condição de ouvinte, que fosse comunicado à pesquisadora. Porém, até o final da pesquisa e escrita do texto, no ano de 2024, não houve informação sobre a existência de reunião, na qual esta pesquisadora pudesse participar como ouvinte.

A Fotografias 26 e Fotografia 27 mostram a situação da praia em dois momentos distintos: durante e depois da pandemia Covid-19. A primeira foi registrada no ano de 2021, quando a temporada havia sido suspensa; e a segunda fotografia, mostra o momento de retorno das atividades, na temporada do ano de 2022.

Fotografia 26 - Palco da praia do Coqueiro em Filadélfia/TO temporada 2021



Fonte: Fotos da pesquisa. Súsie Fernandes, 20/06/2021

Na temporada do ano de 2021, ainda durante a pandemia Covid-19, não houve funcionamento da praia, portanto a estrutura física não foi revitalizada. Os trabalhos realizados na praia foram apenas de manutenção, como: retirada da vegetação rasteira, realizada pelo departamento de limpeza do município; e limpeza interna nas barracas, realizada pelos barraqueiros.

Para a temporada de praia do ano de 2022, a estrutura física da praia foi revitalizada. As barracas, pelos seus responsáveis. Porém, a área de uso comum foi responsabilidade da gestão municipal. Um exemplo é o palco que no mês de julho de 2021, Fotografia 26, não tinha recebido nenhum tipo de manutenção, principalmente pela proibição das atividades que promovessem aglomeração de pessoas.

Fotografia 27 - Palco da praia do Coqueiro em Filadélfia/TO temporada 2022



Fonte: Fotos da pesquisa. Súsie Fernandes, 06/07/2022.

A Fotografia 27, mostra que as áreas comuns da praia, bem como o palco e o camarim foram pintados na cor amarela. Além da pintura, o local foi enfeitado com bandeirolas coloridas. O telhado antigo foi substituído por um novo. Atrás do palco, ao lado do camarim havia um pula-pula para as crianças. As atrações musicais para a temporada de praia do ano de 2022 foram diversificadas e distribuídas entre os dias de sábado e domingo, desde o primeiro ao último fim de semana do mês de julho. No folder de divulgação, Figura 16, há a informação sobre as atrações locais e regionais.

Figura 16 - Divulgação de atrações musicais na Praia de Filadélfia em 2022



Fonte: Folder de divulgação (mídias sociais), 2022

Na Figura 16, folder de divulgação das atrações artísticas, estão contidas na parte superior, as informações sobre os patrocinadores dos eventos, expressa nas logomarcas do: governo do estado do Tocantins; nomes de deputados, os quais também eram pré-candidatos à

reeleição no ano em curso; e do CESTE, empreendedor da UHE; e da gestão municipal. A partir das informações contidas no folder, além da imagem, é possível compreender que a oferta e a realização de eventos para o público massivo, precisa contar com parceria entre diversas esferas administrativas.

4.2.5 Palmeirante

A praia artificial do município de Palmeirante/TO está localizada na área urbana. É a maior em quantidade de barracas, se comparadas às outras cinco construídas no estado do Tocantins, pois tem 31 barracas, sendo: 25 delas destinadas aos barraqueiros da Praia das Palmeiras; e seis destinadas aos barraqueiros que trabalhavam na praia da Ilha do Kará. Porém a praia da Ilha do Kará continuou em funcionamento, portanto a gestão municipal utilizava algumas das barracas para espaços administrativos. A estrutura física da praia é apresentada na Figura 17.

Figura 17 - Praia das Palmeiras, Palmeirante/TO



Fonte: Imagens disponíveis no Google Maps, 2023. <https://acesse.one/o5NxY>

A estrutura física da praia, apresentada na Figura 17, tem: dois blocos de sanitários; palco pra a realização de apresentações artísticas; espaço físico para Polícia Militar, Salva vidas, e posto de primeiros socorros; estacionamento; quadra poliesportiva; poste de iluminação com

holofotes; duchas no pátio. O abastecimento de água nas barracas acontecia de duas formas: pela concessionária local, para a barraca que funcionava durante o ano todo; e por bomba instalada no lago, para as barracas que funcionam apenas nas temporadas.

Ao todo foram realizadas três visitas de campo para dialogar com o presidente da associação dos barraqueiros e demais associados. Porém os diálogos aconteceram de forma fragmentada, ou seja, a cada visita a conversa é com poucos associados. A documentação da associação: Ata de constituição, Estatuto Social, Atas de assembleias, Termo de Cessão de Uso das barracas, não foi disponibilizada à pesquisadora. Situação que dificulta muito a precisão dos dados básicos da praia natural e da praia artificial.

Durante a entrevista e questionamentos sobre o Termo de Cessão de Uso, documento que garante a permanência dos barraqueiros após a posse do novo gestor municipal, foi informado que “nós nunca saímos. Quem entregou esse termo para nós foi o próprio CESTE. Não foi nem a prefeitura” (PAL-5, entrevista em 22/07/2023).

Sobre o desvínculo de associados, os entrevistados não souberam informar quais ainda são membros da associação, mas afirmaram que alguns já faleceram e a barraca está sob a responsabilidade de algum familiar; e outros não continuam “essas barracas, na realidade, eles fizeram foi vender. E as pessoas que compraram: alguma é para trabalhar; e outros não, só para lazer. Vem só na época da temporada, traz toda a família. Fora da temporada deixam a barraca fechada” (PAL-5, entrevista em 22/07/2023).

Os participantes da pesquisa informaram que pagavam uma taxa de cinco Reais, como contribuição mensal para a associação dos barraqueiros. Acrescentaram que quando a barraca foi entregue não receberam nenhum mobiliário ou utensílios, mas “tinha uma pia e o balcão” (PAL-3, entrevista em 19/05/2023); “barraca e a tenda. A maioria das tendas já acabou” (PAL-4, entrevista em 19/05/2023).

No ano de 2012, quando a praia foi entregue ao município, houve a participação do empreendedor através de “teve uns auxílios do CESTE, uns negócios de umas brincadeiras, uns prêmios para o pessoal aí. Era só brinde: deu sombrinha, deu coisinhas de barraca mesmo... viseira, avental. Nada que contribuísse para a associação (PAL-2, entrevista em 19/05/2023); “boné. Divulgação do CESTE, pois tudo tinha o nome dele. Ninguém quis sortear uma bicicleta. Ainda botaram um telão pra nós aqui [na praia], nesse palco aqui. O telão divulgava eventos do CESTE mesmo, o que era antes e depois, no presente” (PAL-3, entrevista em 9/05/2023).

A primeira visita à Praia das Palmeiras, em Palmeirante/TO, após o período da pandemia Covid-19, ocorreu numa sexta-feira, no período matutino. Ao chegar ao local observei como estava vazio, muito diferente de outras praias nos dias de sextas-feiras do mês

de julho. Muitas das barracas não foram revitalizadas para a temporada do ano de 2022. Havia pessoas em duas barracas apenas, sendo uma delas identificada como sendo dos salva-vidas. A Fotografia 28, mostra parte da estrutura física.

Fotografia 28 - Barraca na Praia das Palmeiras, em Palmeirante/TO



Fonte: Súsie Fernandes. Imagens da pesquisa, 15/07/2022.

A Fotografia 28 mostra parte da estrutura física da praia. Da esquerda para a direita: tendas instaladas próximas à água; parte do lago; no centro, o palco; logo atrás do palco, inicia a contagem, em ordem crescente, das barracas, numeradas de um a 31. O maior número de tendas brancas, localizadas do centro à direita da imagem, identificam a barraca dos salva-vidas.

Observa-se que, do palco ao bloco de sanitários, há calçamentos em bloquetes de cimento, o que facilita o acesso. As barracas localizadas à direita da imagem, estavam sem tendas na frente, devido não terem sido utilizadas durante a temporada de praia do ano de 2022.

A Fotografia 29, mostra a barraca número 31, a qual permanece em funcionamento durante todo o ano. A barraca chama a atenção dos visitantes por estar localizada num dos extremos da praia, bem mais próxima à água, se comparada às demais. É gramada ao redor, tem alguns vasos com plantas como: rosas do deserto, folhagens, coqueiro ornamental, cajueiro, limoeiro; vasos de plantas nas paredes. Tem umas mesas customizadas com estrutura de ferro e acabamento em revestimento cerâmico. Além de estar sob a sombra de árvores e possuir visão ampla para toda a área da praia.

Fotografia 29 - Lateral da barraca que funciona o ano todo



Fonte: Súsie Fernandes. Imagens da pesquisa, 15/07/2022.

Além das árvores nativas e da jardinagem em volta da barraca, há também o aumento da estrutura coberta, feita em colunas em concreto e ferro, sustentação em madeira e cobertura com palhas de coqueiro babaçu, ou seja, uma forma de aproximação da estrutura da praia natural.

As percepções sobre a praia artificial são de uma pessoa que permanece muito tempo no local e sente alegria em realizar seu trabalho observando a paisagem “Pra mim é tudo muito lindo, eu fico aqui o tempo todo (risos). Eu acho uma paisagem maravilhosa! Eu só queria realmente que o pessoal valorizasse mais ... [choro]... desculpa, é que eu fico emocionada quando falo da praia!” (PAL-1 entrevista em 15/07/2022). Mas também acredita que os demais moradores precisam utilizar e valorizar mais a praia.

Tem muita gente da cidade que vem para a praia, mas tem muita gente que não valoriza nem um pouco, porque só o fato de ter aqui, acham que podem vir no dia que quiser, nunca valoriza. Mas tem aqueles fiéis que vem todos os finais de semana, que tá aqui curtindo, mas sempre só pelo fato de ter praia aqui, muita gente não valoriza (PAL-1, entrevista em 15/07/2022).

Na praia artificiais são comercializados peixes de criatório e alguns peixes do lago, adquiridos dos pescadores da região, vinculados à colônia de pescadores “eu também participo da colônia de pescadores às vezes eu pesco, às vezes eu compro, é difícil eu sair para pescar porque eu não tenho tempo. Geralmente eu compro dos amigos pescadores!” (PAL-1 entrevista em 15/07/2022). Outro entrevistado afirmou que “a maior parte do peixe é de criatório da

região. Às vezes não tem aqui, a gente passa no supermercado e traz. Aqui é muito caro, a gente compra em Araguaína²⁹ ou Colinas do Tocantins³⁰” (PAL-3, entrevista em 19/05/2023).

Havia uma faixa de areia entre as barracas e o palco, na qual havia barracas de *camping*. Na área destinada a *camping* havia uma placa de advertência indicando sobre a possível existência de araias na água. O local sinalizado com a placa de advertência, mostrado na Fotografia 30, é muito utilizado para embarque e desembarque de canoas, barcos e *jet-skis*, devido estar mais afastado da concentração de pessoas.

Fotografia 30 - Placa de advertência sobre a existência de araias



Fonte: Súsie Fernandes. Imagens da pesquisa, 15/07/2022.

A Fotografia 30, mostra que o espaço destinado à área de *camping* é amplo, porém não tem sanitários na proximidade e nem estrutura coberta ou suporte com energia elétrica que possa ser utilizada para carregar baterias de eletrônicos. Portanto, compreende-se que as pessoas não armem muitas barracas no local e queiram permanecer próximo do local mais movimentado: “a área destinada é essa aqui atrás, perto da quadra, mas o pessoal gosta mais de acampar nesse meio [área entre as barracas e o palco] apesar de nunca ter havido caso de roubo, porque a polícia fica o tempo todo circulando” (PAL-1 entrevista em 15/07/2022).

Quanto à revitalização da estrutura física para a temporada de praia do ano de 2022, algumas barracas não receberam nenhum tipo de melhoria, apesar da gestão municipal oferece auxílio para todos “por mais que o prefeito, este ano falou, que daria o pedreiro para as reformas,

²⁹ Município tocaninense distante 130km do município de Palmeirante/TO.

³⁰ Município tocaninense distante 82km do município de Palmeirante/TO.

e daria as tintas para pintar as barracas, alguns barraqueiros não se manifestaram, só realmente quem quis vir” (PAL-1 entrevista em 15/07/2022). Outro entrevistado afirmou que o investimento feito pelos barraqueiros é necessário para o bom desenvolvimento das atividades

Algumas pessoas que não acreditam... aquela nossa ali [barraca], o que nós ganhamos ano passado [2022], nós investimos ali. E este ano de 2023, não tivemos dor de cabeça nenhuma para trabalhar. Antes era correndo atrás das coisas, bota isso aqui, tá faltando isso, energia vinha tudo em dias. Tudo pronto, só passou pra dentro e ganhar o dinheiro agora irá repor o que foi gasto lá no ano passada (PAL-5, entrevista em 22/07/2023).

Conforme PAL-1 (entrevista em 15/07/2022), os resíduos produzidos na praia artificial “são levados para o aterro sanitário, toda semana o carro da coleta de lixo vem três vezes por semana: segunda, quarta e sexta-feira. E na quinta-feira vem um rapaz fazer a limpeza na praia. O que tiver de lixo ele já carrega”. Há uma equipe que faz a limpeza na quinta-feira, e no fim de semana tem mais três pessoas.

Na temporada do ano de 2023, houve poucas revitalizações na praia, mas havia a esperança de melhorias, pois “o CESTE está dando manutenção. Agora vai fazer a contenção dela, vai rebaixar ela mais, pra organizar o banho. Vai ficar que nem ali na Barra do Ouro. Eles vão fazer a parede” (PAL-5, entrevista em 22/07/2023). Alguns dos barraqueiros locaram as suas barracas, os entrevistados explicaram os motivos, sendo um deles o fortalecimento das atividades exercidas pelo grupo familiar.

Está difícil achar pessoas para trabalhar, muitos não tem responsabilidade. Mas eu e meu genro, sempre trabalhamos juntos, desde a outra praia lá, nossas barracas tudo é perto uma da outra e nós se damos muito bem para trabalhar. Aí eu digo, “não menino, aluga essa tua e cai aqui pra dentro”. Tudo que fizer aí, nós racha no meio. Aí eu só mexo com a parte de petisco, e bebida é com ele. E a patroa [esposa] é no caldo, ela ganha mais dinheiro do que eu. Olha, no ano passado, no encerramento, ela foi campeã... e hoje ela tá lá topadinha [no preparo] no caldo (PAL-5, entrevista em 22/07/2023).

O trabalho desenvolvido nas barracas é realizado pelos barraqueiros e seus familiares: cônjuge, filhos e seus cônjuges, netos, cunhados, ou seja, o núcleo familiar mais próximo é o responsável pelas atividades desenvolvidas na barraca. Essa união se faz necessária devido ao rendimento financeiro ser indefinido, pois depende do consumo dos visitantes, além de evitar o ônus com a contratação de trabalhadores e o pagamento de encargos sociais.

A necessidade de redução de gastos é fundamental para o desenvolvimento das atividades dos barraqueiros, visto que a temporada tem curto espaço de tempo durante o ano.

As ponderações e comparações entre a praia natural e a artificial foram frisadas, principalmente nos aspectos relacionados à comercialização de produtos.

Na praia natural, a gente vendia mais. Hoje o pessoal traz tudo de fora. Traz um isopor com as bebidas e aí atrapalha muito a gente vender. Antes tudo era comprado na praia, pois era mais difícil a pessoal pagar para atravessar as bagagens. E se viesse à rua comprar alguma coisa, a pessoa tinha que pagar as passagens no barco (PAL-3, entrevista em 19/05/2023).

Outro barraqueiro complementou que, na praia natural, devido ser necessário atravessar o rio utilizando embarcação, o visitante se limitava a transportar pouca bagagem e evitava fazer trajetos para a aquisição de produtos na cidade, porque “não era permitido levar muita bagagem para a praia natural, pois o barco era pequeno e era cobrada a passagem da pessoa e do volume de bagagem” (PAL-2, entrevista em 19/05/2023); “por isso compensava mais comprar lá na praia.

“Hoje tá liberado, o povo traz aquele isoporção, bota aí, e fica bebendo” (PAL-3, entrevista em 19/05/2023). Os entrevistados ratificaram que precisam vender a cerveja com preço que não lhes dê lucro, pois devido a praia ser dentro da área urbana, o visitante da praia vai até uma adega, comprar bebida e gelo, coloca num isopor e vai tomar na praia. Situação que enfraquece o comércio dos barraqueiros.

Quanto à organização e manutenção da estrutura física da praia artificial, os entrevistados informaram que “cada barraqueiro paga a energia da sua barraca. Cada um tem seu padrão de energia” (PAL-2, entrevista em 19/05/2023); “a gente paga a taxa mensal, pois pode precisar da energia a qualquer momento para fazer um evento, e se estiver desligada, demora uns dias para fazer o religamento” (PAL-3, entrevista em 19/05/2023).

Fazendo uma analogia entre os elementos que compunham a praia natural e os que compõem a praia artificial, um dos entrevistados indicou dois comuns: “a areia e a água” (PAL-3, entrevista em 19/05/2023), porém outro entrevistado afirmou que “nem a água, pois hoje a água é mais parada. Mas a areia é repostada todo ano. É trazida da ilha do Kará nas caçambas da prefeitura” (PAL-2, entrevista em 19/05/2023). Portanto a artificialidade da praia precisa ser revitalizada até na reposição da areia.

Na temporada do ano de 2023 a areia foi transportada para próximo da praia, mas não foi distribuída no espaço entre as barracas e a água. Na Fotografia 31, registrada no final da temporada do ano de 2023, observa-se que a areia tinha aspectos de terra do local em que está construída a praia, e não de areia de praia de rio, que é mais grossa.

Fotografia 31 - Praia artificial de Palmeirante - área de camping



Fonte: Súsie Fernandes. Imagens da pesquisa, 22/07/2023

O local mostrado na fotografia é reservado para a armação de barracas dos acampantes. Porém, logo na chegada da praia havia montes de areia que deveriam ter sido utilizados na revitalização da praia. A Fotografia 32 e a Fotografia 33, mostram a areia que deveria estar na praia durante a temporada.

Fotografia 32 - Depósito de areia na praia de Palmeirante/TO



Fonte: Súsie Fernandes. Imagens da pesquisa, 22/07/2023

Na lateral direita da Fotografia 32 está a placa com a identificação da praia, logo atrás dela, verifica-se as casas dos moradores, pois conforme já relatado, a praia está localizada na área urbana. Na temporada do ano de 2023, a placa com identificação da praia, também estava

necessitando ser revitalizada. Além da vegetação rasteira alta na entrada da praia, situação que impossibilitava o visitante de registrar uma *selfie* no local.

Fotografia 33 - Depósito de areia na praia de Palmeirante/TO



Fonte: Súsie Fernandes. Imagens da pesquisa, 22/07/2023

O local em que estão os montes de areia, na Fotografia 33, é parte do estacionamento. A ocupação do estacionamento dificultou bastante deixar os veículos perto da praia, pois havia montes de areia tanto na parte da frente da praia, quanto na parte da lateral direita.

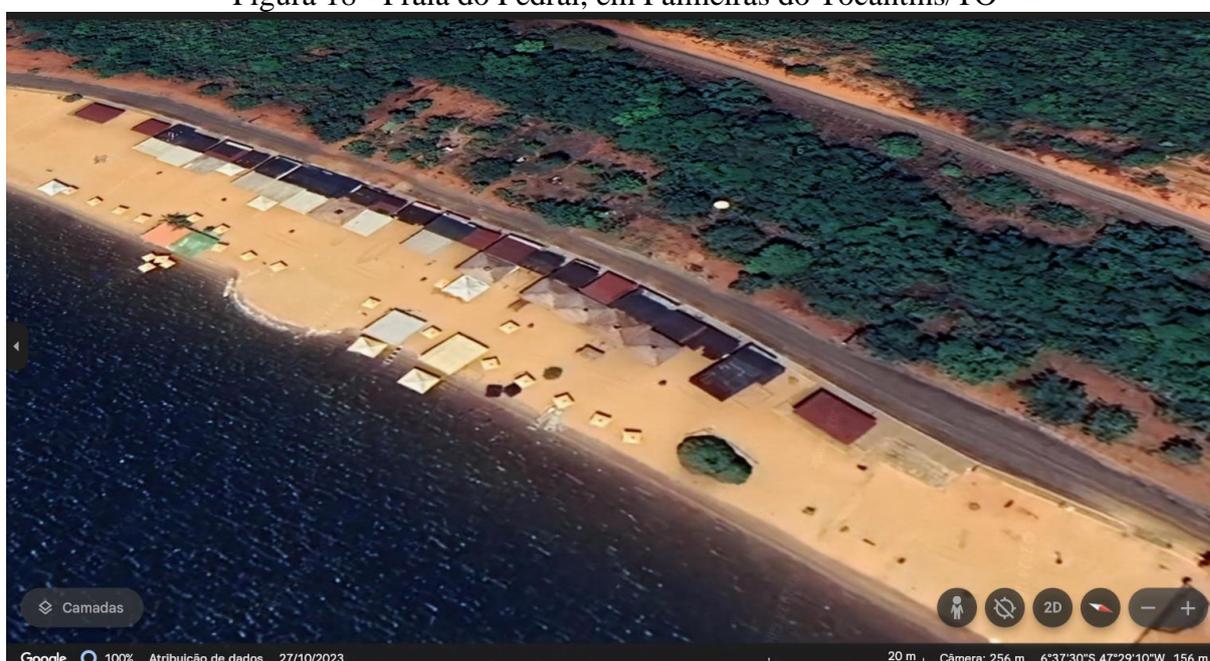
Quanto às dificuldades enfrentadas, nas duas temporadas de praia suspensas devido à Covid-19, os entrevistados afirmaram que “O mais difícil foi ficar sem a renda, devido à falta de movimento na praia” (PAL-2, entrevista em 19/05/2023); “a gente perdeu a renda que tinha todo ano. Pra mim foi prejuízo total. Porque a praia ficou fechada e no evento lá em cima: um salão de festa e um bar. Tentei fazer entrega de bebidas, mas às vezes era barrado pela polícia na estrada e não deixava fazer a entrega” (PAL-3, entrevista em 19/05/2023).

Em relação ao comércio na temporada de 2022, os entrevistados afirmaram que foi mais fraco do que nas temporadas antes do ano de 2020, início da pandemia Covid-19, “foi um funcionamento fraco, apesar de que o pessoal estava com muita vontade de festa, de eventos, pois já estava tudo liberado” (PAL-2, entrevista em 19/05/2023). Além disso há a facilidade de levar os produtos que consumirão “outra dificuldade é as pessoas que chegam com suas caixas térmicas cheias de bebidas e gelo. Não adquirem produtos dos barraqueiros e ainda querem utilizar as mesas e cadeiras” (PAL-2, entrevista em 19/05/2023). Outra situação que não contribui para aumentar o fluxo de visitantes são as estradas com trechos em que o asfalto é inexistente.

4.2.6 Palmeiras do Tocantins

A Praia do Pedral, localizada no município de Palmeiras do Tocantins/TO. Está a 8 km de distância da área urbana. O percurso de acesso é todo cascalhado e bem conservado. Conforme informações dos entrevistados, o trajeto atual é melhor, se comparado com o acesso para a praia natural. O presidente da associação, no ano de 2022, afirmou que não foi barraqueiro durante o período da praia natural, mas sempre frequentava o local como turista e permanecia na barraca do senhor Francisco Sousa (secretário em 2022). A Figura 18, mostra a área da praia.

Figura 18 - Praia do Pedral, em Palmeiras do Tocantins/TO



Fonte: Google Earth. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-6.62538595,-47.48666226,160.47267957a,192.45043329d,35y,-117.4418245h,59.99734217t,-0r/data=OgMKATA>. Acesso em: 20 mar. 2024

A Figura 18, mostra todas as barracas; blocos de sanitários, os quais estão localizados nos dois extremos; palco; atrás das barracas há uma área de vegetação, a qual é a área de Preservação Permanente (APP), mencionada pelos participantes da pesquisa. Na lateral superior direita da imagem, observa-se a linha férrea da Ferrovia Norte-Sul.

A associação dos barraqueiros foi constituída ainda durante a praia natural, portanto, neste tópico são descritas informações relacionadas à praia artificial. O custeio de algumas despesas da associação era mantido pelas contribuições dos associados, através das taxas de contribuição mensal, as quais variaram de R\$ 3,00 (três reais), na época da constituição da

associação; R\$ 5,00 (cinco reais) em anos seguinte e, a partir do ano de 2020, o valor era de R\$ 10,00 (dez reais) e permaneceu até a época da pesquisa.

No ano de 2022 havia 19 barraqueiros associados, totalizando a contribuição mensal em R\$ 190,00 (cento e noventa reais) e, anual no montante de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). Porém nem todos os associados contribuíram mensalmente, alguns preferiram fazer o pagamento quitando todos os meses em aberto de uma só vez.

O valor das taxas de contribuição era destinado à pequenas manutenções, como: troca de lâmpadas, substituição de chuveiros, dentre outros reparos de pequenos custos; outra utilização dos valores das contribuições mensais era custear despesas de viagens e despesas com alimentação e hospedagem de quem estivesse representando a associação; pequenos reparos elétricos e hidráulicos na barraca administrativa; pagamento de documentos, taxas e serviços de contador. Os entrevistados afirmaram que o contador é pago anualmente a partir da necessidade de realização de serviços específicos, ou seja, não há um contrato anual.

Foram entregues 20 barracas na praia artificial. Porém um dos associados desistiu da barraca e ela foi destinada à associação e funciona como sede administrativa e depósito na praia, pois é o local utilizado para guardar os pertences da associação, uma espécie de almoxarifado, no qual são guardados: o barco, os 10 caiaques que foram adquiridos a partir do recebimento da premiação de um projeto criado pelo presidente atual, junto ao Instituto Gaia. Um dos entrevistados relatou a trajetória para definição do projeto.

Após uns 5 anos do início do funcionamento da praia, o CESTE fez um projeto de cursos sobre como fazer projetos institucionais, dois membros da associação (Neto e Verinha) permaneceram por seis meses aprendendo a fazer o projeto. A proposta do CESTE era de que o melhor projeto ganharia o valor do orçamento. Nosso projeto era de 300 mil e aí nós ganhamos e aí nós construímos a sede, compramos um barco com motor, os caiaques, o banana boat, e aparelhagem de som. (PAT-1, entrevista em 21/04/2022).

O aluguel desses itens é destinado à associação. Porém o motor foi roubado, juntamente com treze botijões de gás que estavam em uma barraca. Algum tempo depois foi roubado o engate que era utilizado para carregar o motor engatado no carro, atualmente a associação tem o barco sem os acessórios necessários para a locomoção (PAT-2, entrevista em 21/04/2022).

A praia foi entregue ao município, a título de medida compensatória, no entanto, logo em seguida, em junho de 2011, a gestão municipal fez a doação permanente das barracas aos barraqueiros. Os participantes da entrevista afirmaram que cada barraqueiro tem autonomia sobre a barraca, podendo até transferir o seu direito de uso para outra pessoa. Dessa forma, alguns barraqueiros já venderam seus direitos sobre a barraca para, tanto é que os associados

que receberam as barracas eram poucos na época da pesquisa, a maioria já era formada por novos associados.

Os entrevistados, afirmaram que, cinco dos barraqueiros que receberam a barraca, no início da praia artificial, já venderam o direito de uso. Porém esclareceram que o valor era estipulado pelo próprio barraqueiro: “o primeiro vendeu por oito mil, agora já estão cobrando 20 mil, porque já foram feitas melhorias nas barracas” (PAT-1, entrevista em 21/04/2022). Os motivos das vendas são variados: problemas de saúde, cansaço em continuar com o árduo trabalho na praia, e a vontade de repassar para outra pessoa. A venda do direito de uso foi uma forma de reaver o valor investido na estrutura da barraca, portanto não representa lucro.

Porém o Contrato de Comodato (Anexo B) celebrado entre o município e os barraqueiros, por prazo indeterminado, estabelece deveres aos comodatários: manter a barraca no mesmo estado em que a recebeu, sendo vedada a realização de alterações exteriores, não sendo permitida a alteração de tamanho, estrutura física exterior ou cores; medidas e local da barraca em que pode ser instalada uma tenda móvel.

Fotografia 34 - Alterações na estrutura física de barracas na praia de Palmeiras do TO



Fonte: Imagens da pesquisa. Súsie Fernandes 07/2021

Na Fotografia 34, observa-se na lateral esquerda, parte em tijolos expostos e sem reboco, é a construção de uma extensão de aproximadamente um metro na estrutura física da barraca. Há ampliação com a construção de parte adicional na lateral traseira de algumas barracas. A alteração avançou sobre a área do passeio entre a calçada e a parede original. Os registros mostrados são comuns em outras barracas. Além da instalação de grades de ferro e portões para manter a privacidade do espaço, mostrado na fotografia da lateral direita. O local em que foi instalado o portão, era a área de acesso ao lago, entre uma barraca e outra.

Os participantes da pesquisa afirmaram que, no primeiro ano de funcionamento da praia artificial, foi entregue apenas a barraca; e no ano seguinte, a tenda para ser utilizada na parte da

frente da barraca. Não foram entregues nenhum utensílio, pois todos os barraqueiros que já trabalhavam na praia natural já tinham seus equipamentos e utensílios.

Sobre o primeiro funcionamento da primeira temporada da praia artificial, os participantes da pesquisa afirmaram que teve auxílio do CESTE na promoção de eventos e contratação de artistas, pois levaram alguns jovens atletas para fazer atividades físicas na praia. Atletas patrocinados pelo CESTE, os quais não eram moradores da cidade de Palmeiras. Os eventos promovidos na época foram:

Ginástica, concurso de dança, futebol na areia, shows. Os shows ficavam por conta do município e em contrapartida a associação dos barraqueiros também ajudava, porque o CESTE sempre deu cinco mil para cada temporada de praia anualmente. Em 2020 e 2021 o auxílio de cinco mil foi suspenso, inclusive até cobrei agora para eles. Como nós não recebemos em 2021, nós estamos precisando fazer vários reparos. Eles disseram que dão esse valor como incentivo, mas eles não têm obrigação de fazer isso porque a praia agora não é mais deles, a praia é do município. Quando eles passaram para o município, eles perderam essa obrigação, tiraram deles essa obrigação de ajudar, mesmo assim eles ainda ajudam, né! E repassam um valor também para o município de 35 mil para o município arcar com a estrada, organizar estacionamento e aí o município usa esse dinheiro para custear bandas. Não sei de onde é que vem esses valores, não. Eu sei que eles têm muito pra dar pros municípios (PAT-1, entrevista em 21/04/2022).

Sobre os serviços de manutenção na estrutura da praia e das barracas, conforme os participantes da pesquisa, em caso de reparos maiores, a associação não tem condição financeira de arcar e, por isso, recorre ao município, conversa e o município envia um engenheiro à praia para fazer o orçamento e depois já resolve. Inclusive, na sexta-feira da paixão, ou seja, 15/04/2022, o prefeito foi à praia com um engenheiro, fez o levantamento de tudo que precisava ser refeito.

Fizemos o levantamento da areia, pois a areia foi repostada no primeiro ano da gestão municipal passada, foi 2017, e este ano [2022] é para ser repostada. É para tirar aquela areia velha, jogar para dentro da água pra ser lavada e vai colocar uma nova em cima, a ideia é essa! Estamos aguardando para ver se a gente consegue, né! (PAT-1, entrevista em 21/04/2022).

Os participantes da pesquisa lembraram o difícil trajeto da cidade até à praia do Pedral, pois precisavam percorrer mais de 10 km de distância, devido a praia natural estar localizada mais acima do local atual. Além disso, não havia transporte, por terra, que chegasse até à praia, portanto todo o transporte era feito com a utilização de força humana.

O percurso se alongava porque tinha muitas descidas e subidas. Lá aonde a gente deixava o carro e atravessava os pedrais, a pé; ou deixava antes e atravessava de canoa para chegar na barraca (PAT-1, entrevista em 21/04/2022).

Era muito sofrimento para chegar lá (PAT-2, entrevista em 21/04/2022).

Era aquele trabalho de formiguinha, né, dentro do mato fazendo veredinha... tinha estrada de carro até certo meio (PAT-3, entrevista em 21/04/2022).

Também foram apresentados aspectos relacionados às memórias ambientais da praia natural. A felicidade em relatar boas lembranças de tempos considerados difíceis, quando comparados às facilidades de acesso pela estrada de terra, estava expressa nos olhos e nas falas do grupo, que até utilizou fotografias para mostrar as belezas que foram submersas pelo lago da UHE, porém sempre presentes na lembrança dos barraqueiros mais antigos.

Durante a entrevista foi explicado que a geração de lixo é menor durante a semana, pois é originada dos grupos familiares que ficavam acampados de segunda a quinta-feira, ou seja, nos dias com menos fluxo de turistas; já nos finais de semana havia maior quantidade de lixo devido ao grande fluxo de usuários (visitantes e ambulantes) da praia. Sobre a organização e manutenção da praia, cada barraqueiro paga o consumo de energia de sua barraca; o município arca com a conta de energia do administrativo, que no caso são: os banheiros, o palco, as barracas da polícia e da saúde. A Fotografia 35 mostra como estavam as edificações do local, depois de quase dois anos sem funcionamento.

Fotografia 35 - Praia de Palmeiras do Tocantins durante a pandemia



Fonte: Fotos da pesquisa. Súsie Fernandes, 06/2021

A Fotografia 35, mostra a frente das barracas, é possível ver nas paredes a pintura com tinta azul, já desbotada, pois ainda seria da temporada de 2019. As coberturas em palha de coqueiro babaçu, localizadas à frente de cada barraca e outras próximas à água, já estavam

desgastadas pelo tempo. O palco também estava com o telhado danificado pela ação do vento e com a pintura desbotada.

Nos anos de 2020 e 2021, “os impactos da Covid-19 na realização das temporadas de praias, foi total porque não houve funcionamento nesses dois anos” (PAT-3, entrevista em 21/04/2022). Houve um grande prejuízo, ocasionado pela Covid-19, no relacionado ao recebimento de turistas na praia, pessoas que costumeiramente usufruíam do local e consumiam produtos nas barracas.

Porém a situação vivenciada durante as duas visitas realizadas nos meses de junho e julho do ano de 2021, à praia do Pedral, constataram que em comparação com as outras cinco praias, foi a que mais tinha a presença de pessoas utilizando a estrutura. Essa situação foi justificada pelos participantes da pesquisa em que as barracas têm cessão do direito de uso para cada barraqueiro e, devido a isso, eles precisavam estar cuidando das instalações físicas, então as pessoas ali presentes eram componentes do mesmo grupo familiar, ou seja, pessoas moradoras na mesma casa. Não havendo a presença de turistas nem pessoas externas à família.

Os barraqueiros refletiram sobre os prejuízos financeiros, ocasionados pela paralisação da praia durante a pandemia, e afirmaram que só não foi maior porque a atividade na praia funciona como uma renda extra, pois todos os barraqueiros têm sua subsistência baseada em outra remuneração. “O trabalho na praia, na maioria dos casos, é o extra. O momento de dar uma desafogada nas despesas” (PAT-1 entrevista em 21/04/2022), expressão ouvida em quase todas as entrevistas realizadas com pessoas que desenvolvem atividades relacionadas à temporada de praia.

As maiores dificuldades enfrentadas pelos barraqueiros durante os dois anos de não funcionamento da praia, ou seja, nos anos de 2020 e 2021, período de maiores incidências da pandemia Covid-19 foram apontados como sendo a dificuldade para conscientizar as pessoas de que não deveriam ir para a praia, e que os barraqueiros estavam indo porque precisam cuidar da manutenção das instalações físicas.

Quanto à expectativa de funcionamento da praia para o ano de 2022 era “Estamos com a bola cheia aí (risos), meio mundo de ideias novas para funcionar. Muito peixe para vender!” (PAT-1 entrevista em 21/04/2022). E com a perspectiva esperançosa de prosseguir nos trabalhos com a comercialização nas barracas, os participantes da pesquisa, apresentaram suas percepções ambientais sobre o território de relacionamento com a praia e seus complementos. A Fotografia 36 apresenta o registro da entrada da Praia do Pedral na temporada do ano de 2022.

Fotografia 36 - Entrada da praia do Pedral na temporada de 2022



Fonte: Imagens da pesquisa. Súsie Fernandes 30/07/2022

Na lateral esquerda da Fotografia 36, há uma estrutura rústica com o nome da praia em imitação de pedras; no centro, os dois portais: o de entrada e o de saída. Na lateral direita da imagem, a vegetação não é parte integrante de praia, mas da APP, na qual alguns visitantes estacionam seus veículos, pois não há nenhum tipo de isolamento da área. Além disso, os caules das árvores são pintados na cor branca, situação que reforça a ideia de que a APP é parte integrante da praia e está preparada para ser utilizada pelos visitantes.

A área da APP, localizada atrás das barracas, foi utilizada para o plantio de frutíferas como: limão, coco, ciriguela, caju, manga. Porém, foi proibido o plantio de novas árvores, como forma de manutenção da vegetação nativa “o CESTE vetou. Pra plantar um pé de manga, tem que fazer a limpeza, é necessário retirar a vegetação nativa. Essa proibição é determinação dos órgãos ambientais” (PAT-1, entrevista em 21/04/2022).

Quem estava usando lá nos fundos das barracas [APP], limpando, fazendo esses plantios, eles suspenderam, pois não é mais pra fazer. Agora o que tem plantado fica mantido: pé limão, pé de coco, canteiros de cebola. Não pode plantar mandioca nem feijão, principalmente a mandioca, porque é necessário limpar a terra para plantar (PAT-1, entrevista em 21/04/2022).

A APP também esteve presente nos relatos de comparação entre a praia natural e a artificial: “a paisagem artificial é muito diferente da anterior, a não ser que se olhe para o lado do mato. O lado do mato pode ser utilizado para a prática de trilhas ecológicas, porém não pode ser utilizado para armar uma barraca de camping” (PAT-1, entrevista em 21/04/2022). O que já foi plantado permanece, porém “não pode limpar nem replantar mais nada. Só é permitido ter a vegetação nativa.” (PAT-1, entrevista em 21/04/2022). A Fotografia 37, mostra a estrutura do palco e seu entorno, na temporada do ano de 2022.

Fotografia 37 - Palco e camarim na praia do Pedral temporada 2022



Fonte: Imagens da pesquisa. Súsie Fernandes 30/07/2022

Na Fotografia 37, há registro do funcionamento da praia na temporada do ano de 2022. A imagem, na lateral esquerda, imitação de um tronco de árvore, era o local com as duchas para quem preferisse se refrescar sem entrar no lago. Da esquerda para a direita: guarda sol com cobertura de telhas, guarda sol de tecido, jogos de cadeiras e mesa; a tenda branca, fechadas nas laterais e com grade de proteção, era o camarim utilizado pelos artistas que se apresentaram no palco, o qual está localizado ao lado e equipado com algumas caixas de som.

No alto da estrutura do palco havia uma faixa com a frase: “O prefeito Júnior Noleto saúda a todos os turistas da Praia do Pedral”, além de outras faixas e placas de orientação com a logomarca do município. Situação que denota o quanto a gestão municipal se considerava pertencente à organização e participação no local. A Fotografia 38 mostra a praia a partir da outra extremidade.

Fotografia 38 - Praia do Pedral – temporada 2022



Fonte: Imagens da pesquisa. Súsie Fernandes 30/07/2022

Na Fotografia 38 é possível verificar, da esquerda para a direita, parte do suporte de uma ducha/chuveiro, banner de identificação da praia com a logomarca do município, parte superior de algumas tendas utilizadas para fazer sombra na frente das barracas; palco; areia; coqueiros; barraquinhas com cobertura de telha e pequena mesa circular em mármore, as quais estão localizadas dentro da água do lago; as árvores ao fundo são componentes da APP. Do centro da imagem para a direita a imagem é composta pelo lago.

Sobre a percepção ambiental na praia natural, os entrevistados abordaram aspectos sobre a comercialização de peixes nas temporadas, os quais são comprados de criatórios na cidade. Lembra a que na praia natural havia piranhas, mas não permaneciam próximo aos banhistas; porém com o descarte de alimentos dentro da água do lago, houve o aumento da população desse peixe, de forma que há registros de ataques aos banhistas, de forma que é necessária a utilização de redes de proteção dentro da água. Além da conscientização para não descartar alimentos dentro da água.

O peixe é de criatório, comprado na cidade de Palmeiras. Do rio é pescado muito pouco. Houve uma modificação do tipo de peixes do rio. Há incidência de piranhas, mas foi colocado uma rede de proteção para o povo poder utilizar as águas sem que sejam mordidas (PAT-1, entrevista em 21/04/2022)

As piranhas já existiam na praia natural, mas não atacavam o povo, porque era água corrente e qualquer coisa que fosse feita no rio, ela descia. E agora não, no lago, você não pode tratar um peixe, você não pode tratar um frango, você não pode jogar nada lá dentro porque ele não vai embora, a tendência dele é jogar para a beirada, quase igual o mar, toda sujeira é jogada para a praia, então por isso que não pode fazer isso [jogar alimentos na água] (PAT-2, entrevista em 21/04/2022).

No começo o pessoal fazia muito, comia carne dentro da água, jogava o osso dentro da água e isso foi chamando as piranhas. Até conscientizar eles, muitos foram mordidos. As piranhas vêm em busca de alimento. E os peixes também mudaram muito, que agora temos é cará, avoador e tucunaré, são mais peixes de água parada mesmo (PAT-3, entrevista em 21/04/2022)

Em relação à melhoria da estrutura física da praia artificial, o barraqueiro afirmou que “as únicas melhorias são o acesso, pois está mais fácil, e a estrutura das barracas. O restante está diferente. Nem todo barraqueiro tinha a mesma condição de fazer as estruturas. Na praia artificial, se o barraqueiro quiser ficar lá permanentemente, ele pode ficar” (PAT-1, entrevista em 21/04/2022).

A organização e manutenção da estrutura física é bem definida entre a gestão municipal e os barraqueiros, dessa forma “cada barraqueiro paga pelo consumo de energia de sua barraca; o município arca com a conta de energia do administrativo, que no caso são os banheiros, o palco, a polícia e a saúde” (PAT-2, entrevista em 21/04/2022).

Os entrevistados também falaram sobre as dificuldades enfrentadas durante os anos de 2020 e 2021, “Impacto foi total porque não houve funcionamento nesses dois anos” (PAT-3, entrevista em 21/04/2022). “Houve um grande prejuízo, devido à Covid-19, no relacionado ao recebimento de turistas na praia, pessoas de costumeiramente usufruíam do local e consumiam produtos nas barracas” (PAT-2, entrevista em 21/04/2022); “o prejuízo financeiro não foi tão grande porque a atividade na praia funciona como renda extra. Os barraqueiros têm sua subsistência baseada em outra renda” (PAT-1, entrevista em 21/04/2022).

Os barraqueiros relataram que a maior dificuldade durante a pandemia foi “conscientizar as pessoas de que elas não poderiam ir para a praia. Só os barraqueiros poderiam ir por causa da manutenção do local, mas as outras pessoas queriam ir junto com a justificativa de que estavam hospedados na casa dos barraqueiros” (PAT-3, entrevista em 21/04/2022). Houve momentos em que alguns dos barraqueiros deixaram de ir à praia fazer a manutenção do local e ir para um rancho longe da praia a fim que outras pessoas tentassem ir junto.

Figura 19 - Folder de divulgação temporada 2023 Praia do Pedral



Fonte: Folha do Bico, 2023

O folder de divulgação das atrações artísticas na temporada oficial de 2023, apresentado na Figura 19, não tem a logomarca do município e nem de deputados que contribuíram financeiramente com as contratações, situações presentes em pôsteres de outras praias. No momento do ápice da temporada, ou seja, nos dias 15 e 16 de julho, sábado e domingo respectivamente, houve atrações artísticas. Já nos demais finais de semana houve shows apenas nas noites de domingo.

No ano de 2023 a temporada de praia funcionou de forma satisfatória, pois a abertura oficial ocorreu dia 2 de julho e seguiu até 30 de julho. Contou com a participação de artistas locais e com “as bandas Anjo Azul e Forró Peguett. A cidade promete grandes atrações e atividades para os visitantes, como shows, apresentações musicais, desfiles e muito mais. Além disso, diversas barracas de comida e bebida farão parte do evento” (Folha do Bico, 2023).

A temporada oficial é a denominação utilizada para referenciar os dias em que o funcionamento da praia é de responsabilidade da gestão municipal, ou seja: há a manutenção de serviços de limpeza, posto de primeiros socorros, salva-vidas, segurança pela Polícia Militar e vigilantes contratados temporariamente, manutenção geral. Os demais períodos, que antecedem ou posteriores à temporada oficial, são de responsabilidade dos barraqueiros que permanecem na praia, como: limpeza dos sanitários, limpeza da areia, vigilância da estrutura física.

5. DO RIO AO LAGO: TURISMO, BARRAQUEIROS E GOVERNANÇA

Em sua trajetória histórica, o estado do Tocantins se consolidou como: polo do agronegócio, da pecuária, da produção de energia e turismo. Porém, devido sua localização tornou-se cenário propício para o desenvolvimento do turismo ecológico, do esporte, da pesca, de aventura e o mais utilizado nas temporadas de estiagem: o turismo de sol e praia.

Desde antes da criação do estado do Tocantins, ainda no início da década de 1980, o Turismo de Sol e Praia “passou a ser desenvolvido junto às margens de rios e entorno de lagos e de reservatórios interiores, sendo bastante comum o emprego do termo “orla” para esses ambientes” (Brasil, 2010b, p. 14).

Por volta da década de 1980, como datam os relatos de alguns membros das associações de barraqueiros, as quais já funcionavam com tratados verbais, o Turismo de Sol e Praia já era predominante nas margens do rio Tocantins, porém com a denominação de acampamento, pois não existiam a organização estrutural que é exigida atualmente. Os acampamentos eram realizados por grupos de amigos e vizinhos que, em conjunto, construía barracões e ali permaneciam durante a temporada de praia.

Registros estaduais conceituam o Turismo de Sol e Praia, com a publicação da Portaria número 047/2014, de 25 de março de 2014, no Diário Oficial do Tocantins nº 4.099, no dia 02 de abril do mesmo ano. A teve como objetivo declarar de notório conhecimento e de caráter regional o evento Temporada de Praia, no segmento Turismo de Sol e Praia, nos municípios que especifica, e adotou outras providências. Para tanto, no art. 2º, conceituou os eventos do segmento turístico Sol e Praia como sendo “aqueles que têm temporalidade determinada e que fomentem ou fortaleçam o desenvolvimento das atividades turísticas e o desenvolvimento socioeconômico” (Tocantins, 2014a).

Para os recursos financeiros, objetivo da portaria, as praias foram divididas em dois grandes grupos: a) praias sazonais e b) praias permanentes, no segundo grupo se enquadraram algumas das praias objeto desta pesquisa. As praias permanentes foram conceituadas como: as perenes e relativas aquelas com infraestrutura básica permanente para atender o visitante, em dois grupos distintos: a) Grupo IIA: com fluxo acima de 10 mil visitantes e visitação acima de 3% de turistas externos. Nas quais foram enquadrados os municípios de: Babaçulândia e Filadélfia; b) Grupo IIB: com fluxo abaixo de 9.999 mil visitantes e visitação abaixo de 2,99% de turistas externos. Nas quais foram enquadrados os municípios de: Barra do Ouro, Darcinópolis e Palmeiras do Tocantins (Tocantins, 2014a). O município de Palmeirante não foi citado em nenhum dos dois grupos.

Os valores para a participação da Agência de Desenvolvimento Turístico (ADTUR), do estado do Tocantins, foram fixados pela Portaria 056/2014, de 02 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial do estado do Tocantins número 4.105, de 09 de abril de 2014. Cabendo às praias permanentes do Grupo IIA: R\$ 50.000,00; e às do Grupo IIB: R\$ 30.000,00. A mesma portaria esclarece que “A realização dos eventos de Temporada de Praia de 2014 são de autonomia e responsabilidade dos municípios participantes” (Tocantins, 2014b, p. 10).

Esta pesquisa se debruça apenas nas praias artificiais localizadas na região turística denominada Vale dos grandes Rios, porém algumas informações sobre a riqueza cultural e turística, descritas no site governamental Portal de Turismo do estado do Tocantins (Tocantins, 2021), foram utilizadas de forma complementar.

O referido site governamental apresenta as sete regiões turísticas e tece detalhes sobre cada uma delas, bem como apresenta os municípios já inclusos no Mapa Turístico Brasileiro. O quadro 6, apresenta as regiões turísticas, as cidades mais mencionadas, e quais atividades podem ser realizadas em cada região.

Quadro 6 - Regiões turísticas do estado do Tocantins

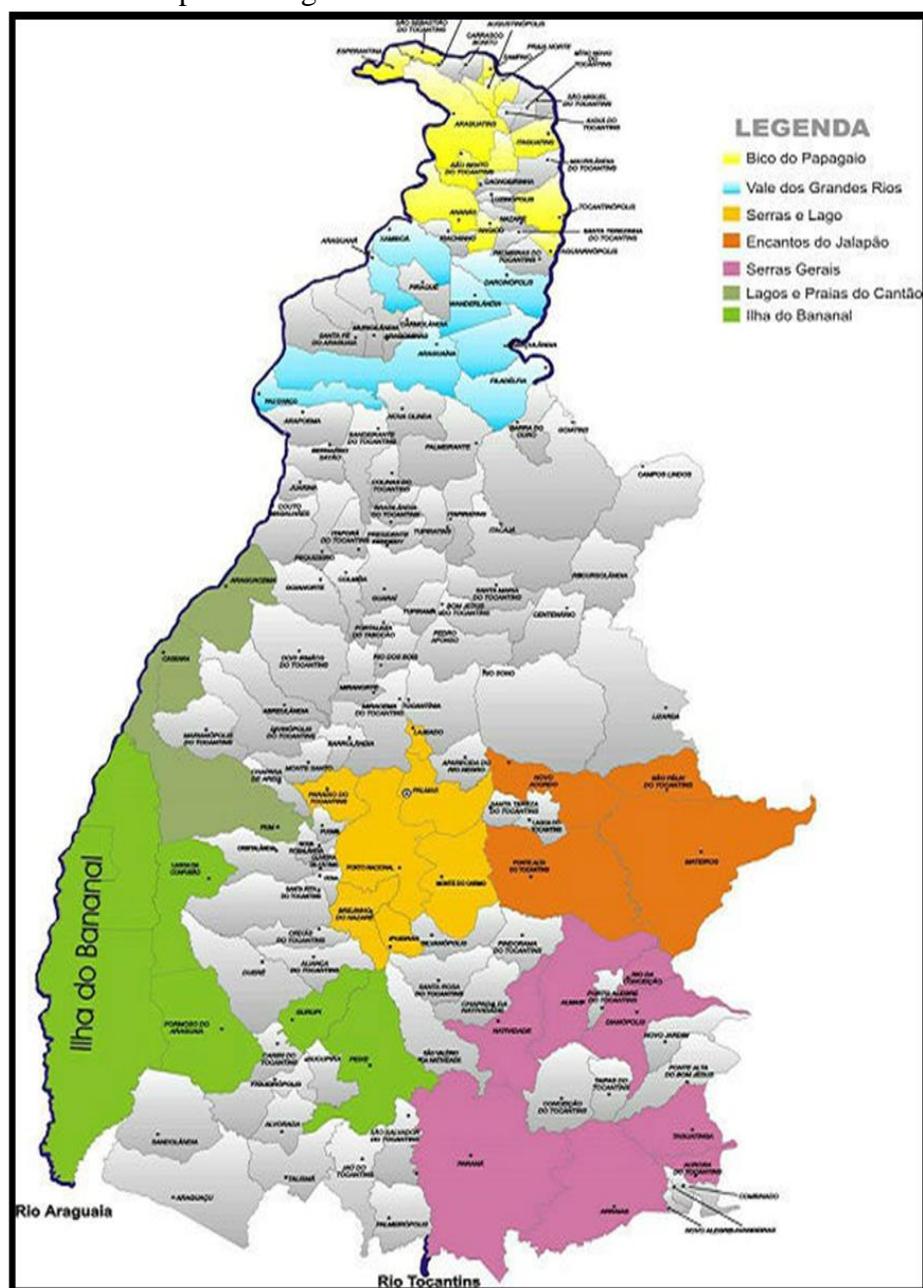
Nº	Região	Cidades turísticas mais mencionadas	Atividades turísticas
1	Bico do Papagaio	Ananás, Araguatins, Esperantina, Itaguatins, Praia Norte, São Bento do TO, São Sebastião do TO e Tocantinópolis	A localização fica entre os rios Araguaia e Tocantins. Nela é possível desfrutar do ecoturismo em praias naturais, cachoeiras e trilhas.
2	Encantos do Jalapão	Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta do Tocantins e São Félix do Tocantins	Turismo de contemplação e aventura, o artesanato de capim dourado e a vivência nas comunidades quilombolas do Prata, em São Félix, e Mumbuca, no município de Mateiros.
3	Ilha do Bananal	Formoso do Araguaia, Gurupi, Lagoa da Confusão e Peixe	atividades relacionadas ao turismo de observação e pesca esportiva.
4	Praias e Lagos do Cantão	Araguacema, Caseara e Pium	Apresenta traços da biodiversidade da Amazônia, das riquezas naturais e peculiaridades do Cerrado e da exuberância do Pantanal, as quais, juntas formam a paisagem das praias
5	Serras e Lago	Brejinho de Nazaré, Ipueiras, Lajeado, Monte do Carmo, Palmas, Paraíso do TO e Porto Nacional	Principal atrativo a cidade de Palmas e sua estrutura planejada, além das cachoeiras do distrito de Taquaruçu e as belezas das praias do lago.
6	Serras Gerais	Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Paranã, Rio da Conceição, Taguatinga	É possível visitar rios, lagoas, trilhas e cachoeiras, cânion, grutas, cavernas, além de locais tombados como patrimônio histórico
7	Vale dos Grandes Rios	Araguaína, Araganã, Babaçulândia, Filadélfia, Wanderlândia, Itacajá, Pau D'arco e Xambioá	Localizada entre os rios Araguaia e Tocantins, propícia para o turismo de sol e praia, cachoeiras e grutas, trilhas, pesca esportiva e o turismo náutico no lago da UHE.

Fonte: Turismo Tocantins (site governamental). Organizado pela autora, 2021.

5.1. A turística Região Vale dos Grandes Rios

A região Vale dos Grandes Rios é composta por municípios que são banhados pelos rios Araguaia e Tocantins e seus afluentes. Porém esta pesquisa foca nos seis municípios localizados às margens do lago na UHE Estreito, no estado do Tocantins. Sendo que: Barra do Ouro, Darcinópolis, Palmeirante e Palmeiras do Tocantins, ainda não fazem parte do Mapa Turístico do estado do Tocantins e, conseqüentemente, do Mapa Turístico do Brasil. O Mapa 2 mostra a delimitação das setes regiões turísticas do estado do Tocantins.

Mapa 2 – Regiões Turísticas do estado do Tocantins



Fonte: Turismo no Tocantins <https://turismonotocantins.com.br/pontos-turisticos-no-tocantins/>.
Acesso em: 15 jan. 2022

As descrições sobre as regiões turísticas do estado do Tocantins, Mapa 2, já foram apresentadas no Quadro 6, evidenciando as principais cidades turísticas, bem como quais são as atividades predominantes em cada região. Vale ressaltar que há outros locais turísticos nas cidades componentes de cada região, porém sem divulgação na catalogação disponível nos órgãos públicos representantes da esfera estadual.

O Quadro 7, apresenta uma compilação de informações, obtidas durante o processo de entrevistas, nas quais retrata as principais modificações entre a paisagem da praia natural e da praia artificial, nos aspectos relacionados à: área de camping, pesca, estrutura física, produtos comercializados, paisagem no entorno e, destinação do lixo.

Quadro 7 - Modificações das praias naturais para as praias artificiais conforme relatos dos barraqueiros

Categoria	Praia natural	Praia artificial
Área de camping	<p>Tinha lugar para acampar, armar barracas, armar redes embaixo das árvores. (BDO-3)</p> <p>Os barraqueiros tinham local para alugar. Mas os turistas levavam suas barracas também e montavam (BBU-2)</p> <p>Em barracas, embaixo das árvores, outros usavam redes. Também eram construídas barracas de (PAT-3)</p> <p>Tinha duas opções: pessoas que traziam barracas de acampar; a associação alugava barracas feiras de palha. alugar (PAL-1)</p>	<p>Embaixo de umas mangueiras, próximas à praia (BDO-1)</p> <p>Em uma lateral das barracas e na área de preservação atrás das barracas é possível armar uma barraca de camping (PAT-1)</p> <p>Ao lado da praia tem uma área de camping, fica no sol. Mas a atração da praia é justamente isso (FIL-1)</p>
Pesca	<p>A maioria dos barraqueiros era pescador e tinha barco. (BDO-1)</p> <p>Comprava direto dos pescadores e de criatórios de Araguaína (BBU-2)</p> <p>Comprava dos pescadores profissionais de Estreito/MA, pois não existia colônia de pescadores neste município (PAT-3)</p> <p>A pesca era 100% do rio. Tinha pescadores daqui mesmo da região (PAL-1)</p>	<p>Compro o peixe peladinho, já falta só fritar (BDO-3)</p> <p>O peixe comercializado na praia é comprado em criatórios dentro do município (PAT-1)</p> <p>A pesca é feita apenas pelos pescadores profissionais, mas pouco influencia no comércio de peixe aqui da praia. (FIL-1)</p>
Estrutura física da praia	<p>Havia rampa para embarcações (BDO-3)</p> <p>Barracas eram construídas pelos barraqueiros. Com palha de babaçu e madeira roliça (BDO-1)</p> <p>Construída pelos barraqueiros em parceria com a prefeitura (BBU-2)</p> <p>O transporte da palha era feito de canoa e depois nas costas, pois de carro não tinha como chegar à praia (PAT-1).</p> <p>O transporte de freezer, fogão e bebidas era um sofrimento, uma labuta. A bebida era comprar no Estreito/MA e levada de barco. (PAT-3)</p> <p>Tinha que comprar gelo para esfriar a bebida dentro de caixas de isopor, porque não tinha energia na praia (PAT-2)</p> <p>Lá tinha um motor e um gerador de energia, que a prefeitura colocava, mas só funcionava para o som, até certo horário (PAT-2)</p> <p>Sempre teve participação da prefeitura. O palco era alugado e as barracas era cada barraqueiro fazia a sua barraca de palha (PAL-1)</p> <p>Tinha uma barraca da associação, que era usada como uma espécie de depósito, lá tinha freezer, era o local de apoio que os barraqueiros desembarcavam as mercadorias (BBU-1)</p> <p>Uma praia tão viva que era, apesar de longe, o povo começava a chegar na sexta-feira (DAR-1)</p>	<p>A praia tem barracas construídas permanente, palco, sanitários (BBU-2)</p> <p>Melhorou muito a questão do acesso, que está mais fácil (PAT-3)</p> <p>Não há mais a necessidade de construir as barracas todos anos (PAT-1)</p> <p>Se o barraqueiro quiser ficar permanente na praia, ele fica (PAT-1)</p> <p>Às vezes o município cobra as taxas da barraca, por ano, taxa da vigilância sanitária [taxa de licença de funcionamento] (PAL-3)</p> <p>Falta investimento público: o prefeito tem que entender que ele não tem que fazer só o que ele gosta (DAR-2)</p> <p>A reposição da areia é feita pela gestão municipal (FIL-1)</p> <p>É necessário usar tendas em frente às barracas (BDO-1)</p> <p>Fornecimento de água é do poço artesiano (BDO-2)</p> <p>Aqui tem uma estrada, tem o ônibus, e o povo diz que é longe (DAR-2)</p> <p>Tá só o toco [paliteiros] dentro da água (DAR-2)</p> <p>Tem dias que não acha lugar para estacionar. Tem de deixar o carro em lugar mais longe e vir a pé, carregando as coisas que precisa trazer para a praia (PAL-3).</p>

Produtos comercializados	<p>Cada barraqueiro vendia o que quisesse, pois, atendimento, sabor e diversidade eram decisivos para o retorno dos clientes (BDO-2)</p> <p>Alimentos (frango caipira, peixe frito, camaril, carne de sol), bebidas, entre outros (BBU-1)</p> <p>O peixe frito, a carne de sol, camaril, galinha caipira. Cada barraqueiro vendia o que tivesse e o que o freguês exigisse. Todos os barraqueiros tinham o peixe e outras variações de alimentos (PAT-2)</p> <p>Vender produtos dependia muito do comerciante, do vendedor, da simpatia... cada um fazia seu esforço para conquistar o cliente (BDO-2)</p>	<p>Alimentos, bebidas, frutas, água de coco, peixe, carne sol, camaril, panelada, cerveja e bebidas em termo geral, salgados. O barraqueiro que tem mais condição coloca mais variedades. (BDO-3)</p> <p>Peixe frito, peixe ao molho, galinha caipira, camaril, buchada, batata frita, cervejas, drinks, coquetéis, refrigerante, sucos, salgados. (PAT-1)</p> <p>Só o básico, pois existe as dificuldades para o transporte de produtos e gêneros alimentícios, devido às condições da estrada (DAR-2)</p> <p>Todo tipo de alimento que o barraqueiro vendo aqui, de cima a baixo, vende (FIL-1)</p>
Paisagem no entorno	<p>Metade do rio ficava seco (BDO-1)</p> <p>Sempre era num local bom pra banho (BBU-2)</p> <p>Muito linda! Paisagem de sol! Areia clara! (BBU-1)</p> <p>A praia era dentro de um pedral! As pedras ficavam em volta e na frente da praia, era tipo uma ilha. Tinha uma pedra que era chamada “Titanic” local mais utilizado para tirar fotos (PAT-1)</p> <p>Areia limpa! A gente pisava e fazia aquele barulho de limpo! (PAT-3)</p> <p>O turista amava fazer o percurso pelo pedral, pois de onde o carro ficava até à praia, eles faziam uma trilha ecológica (PAT-2)</p> <p>Tinha que ir cedo, pois a partir de 10 horas o pedral já estava muito quente e era insuportável andar. (PAT-1))</p> <p>A praia natural, pra mim, era bem melhor. Tinha árvores, tinha mato (DAR-2)</p> <p>A praia era sempre do lado de Filadélfia/TO (FIL-1)</p> <p>Era uma paisagem muito linda, areia maravilhosa (PAL-1)</p>	<p>O lago tomou conta de tudo. O lugar de tomar banho é fundo. (BDO-2)</p> <p>Água de cor diferente da praia natural. (DAR-2)</p> <p>A paisagem artificial é muito diferente da anterior, a não ser que se olhe para o lado do mato (PAT-1)</p> <p>O lado do mato [parte atrás das barracas] só pode ser utilizado para a prática de trilhas ecológicas, porém pode ser utilizado para armar barraca de camping. (PAT-1)</p> <p>O lago pode ter ajudado muito, mas matou muita coisa (DAR-2)</p> <p>Praia está localizada na área urbana de Filadélfia (FIL-1)</p> <p>Quando a estrada era melhor, tinha gente direto, o ano inteiro tinha gente aqui: era no inverno, era no verão, o povo não queria saber não, queria tá aqui (DAR-2)</p> <p>Esse mato aqui, não tinha não. Isso aqui era limpo de fora a fora. Em 2022 isso aqui tá limpo porque eu limpo, eu limpo dali até ali, se não vocês nem encostava aqui vindo por água (DAR-2)</p>
Destinação do lixo	<p>Quase todos os dias, o tratorzinho, da prefeitura, entrava e recolhia o lixo dos tambores (BDO-2)</p> <p>A fossa era um tambor enfiado no chão. Não era recolhido após a temporada (BBU-1)</p> <p>O início era por conta dos barraqueiros, depois ficou por conta da prefeitura, que cobrava uma taxa pela realização dos serviços (BBU-2)</p> <p>Os sanitários eram feitos em uma fossa com um tambor, e lá no final da remorada, era retirado e levado embora pelos trabalhadores da prefeitura (PAT-2)</p>	<p>Recolhido diariamente pelo serviço de limpeza da prefeitura (BDO-1)</p> <p>O lixo orgânico é transformado em lavagem para porcos (PAT-1)</p> <p>Os demais lixos são acondicionados em tambores e a prefeitura faz a retirada toda segunda-feira, devido a geração do fim de semana ser maior (PAT-2)</p> <p>Durante a temporada, o lixo é recolhido, na sexta-feira e na segunda-feira (PAT-3)</p> <p>Permanece na praia e não pode ser queimado, nem enterrado (DAR-2)</p> <p>O recolhimento é feito pelo município, duas vezes por dia, na alta temporada. Há lixeiras ao lado das barracas e perto do rio (FIL-1)</p>

Fonte: Dados da pesquisa. Organizados pela autora (202

Conforme apresentado no Quadro 7, as principais modificações entre a paisagem da praia natural e da praia artificial, estão relacionadas nas seguintes áreas: camping, pesca, estrutura física, produtos comercializados, paisagem no entorno e a destinação do lixo. As mudanças foram iniciadas pelos barraqueiros das seis praias. Portanto, após cada modificação apontada, há a identificação relacionada a qual praia, indicada por três letras maiúsculas, seguidas de hífen e o numeral. Esta codificação está explicitada no quadro 2.

Em relação à área de camping, utilizada embaixo de árvores nativas, com possibilidade de armar redes de dormir, construir barracas com cobertura de palhas de palmeiras babaçu ou até mesmo alugar uma barraca palha para pernoitar, essas práticas foram alteradas para a utilização de barracas de *camping*, ou acampar debaixo de mangueiras (possibilidade na praia de Barra do Ouro). Como quatro das praias estão localizadas na área urbana, as pessoas não pernoitam na praia, vão para hotéis/pousadas, casa de conhecidos ou retornam para seu município de origem, no fim do dia.

Um costume da época antes da construção da UHE era a pesca. Em Barra do Ouro a maioria dos barraqueiros tinham barcos e eram pescadores. Compreende-se que uma situação comum aos ribeirinhos é a múltipla atuação, ou seja, desenvolvem atividades relacionadas a: turismo, pesca, agricultura nas vazantes, criação de animais para consumo, dentre outras. Barraqueiros de outras praias, compravam peixes dos pescadores profissionais e de criatórios localizados nas cidades de Estreito/MA e Araguaína/TO. Após a formação do lago da UHE houve a diminuição das espécies de peixes, portanto a maioria dos peixes comercializados nas praias, são provenientes de criadouros.

A estrutura física da praia natural era construída pelos próprios barraqueiros, o material utilizado era madeira roliça e palhas de coqueiro babaçu. Nas praias mais distantes era necessário que a gestão municipal providenciasse um motor e um gerador de energia para que houvesse funcionamento do equipamento de som e dos *freezers* dos barraqueiros. O palco era alugado pela gestão municipal, a qual também contribuía, com os barraqueiros, fornecendo caminhão para o transporte dos materiais que eram utilizados na construção das barracas e utensílios.

A estrutura física da praia artificial é construída em tijolos e cobertura de telhas ecológicas (as quais estão sendo trocadas por outro tipo que tenha mais durabilidade). Pontos positivos apontados pelos barraqueiros são: o fato de não ser necessário fazer construções nas épocas de temporada, melhoria nas estradas de acesso, fornecimento de água ser de poço artesiano, energia individualizada nas barracas, a estrutura física possibilita desenvolver atividades fora da temporada. Porém, afirmam que ainda falta muito investimento público: na

reposição de areia, contratação de vigilantes e manutenção de espaços públicos (sanitários, iluminação, parque infantil, quadra poliesportiva (Babaçulândia, Filadélfia e Palmeirante).

Quanto à comercialização de alimento na temporada da praia natural, os entrevistados afirmaram que não havia organização quanto ao que seria comercializado em cada barraca, portanto cada barraqueiro comercializava o que tivesse, levando em consideração que: atendimento, tempero e diversidade eram decisivos para o retorno dos clientes. Os pratos mais comercializados eram: frango caipira, peixe frito, camarão, carne de sol. Na praia artificial, devido à facilidade de transporte e a instalação da energia elétrica, além dos alimentos já mencionados, há a comercialização de frutas, água de coco, salgados, batata frita, sucos, cervejas.

No entorno da praia natural, a paisagem era formada por água transparente, areia clara e fina, árvores altas, havia a necessidade de utilizar embarcações para atravessar o rio (nas praias de Babaçulândia, Palmeirante e Filadélfia); a praia de Palmeiras do Tocantins era dentro de um pedral. Na praia artificial já não há utilização de embarcações, a água não é transparente, a areia é repostada a cada nova temporada, não há árvores (com exceção das praias de Darcinópolis e Palmeiras do Tocantins, as quais estão localizadas dentro de APP).

Na praia natural, o lixo gerado tinha destinos distintos: a palha usada na construção das barracas era queimada, outras eram doadas para a população que precisava reformar suas casas; outros tipos de resíduos eram levados, pelos próprios barraqueiros, para a área urbana; em locais mais próximos da cidade e que não havia necessidade de atravessar o rio, o serviço de limpeza pública recolhia os resíduos. Na praia artificial, com exceção da Darcinópolis, há recolhimento de lixo pelo serviço de limpeza urbana, durante toda a temporada, com intensificação do trabalho nos finais de semana, pois há muita movimentação.

5.2 O associativismo dos barraqueiros: percalços e perspectivas

A palavra associativismo, conforme o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (2008), significa movimento organizado ou prática de associação de grupos sociais, notadamente de grupos laborais ou setoriais. No caso das associações participantes desta pesquisa, todas eram formadas por grupos de pessoas com identificação laboral, ou seja, todos atuavam no ramo comercial nas praias localizadas na margem do rio Tocantins. O objetivo comum e a busca de melhorias para todos, os levou à constituição dos Estatutos, e das associações.

O associativismo manifesta a correlação entre pessoas com objetivos conjuntos, onde essas pessoas visam atuar em grupo possibilitando soluções dos seus problemas ou necessidades em comum, promovendo o desenvolvimento da região onde a comunidade se localiza (Alves, Teixeira, Pereira, 2017, p. 3).

Toda associação é uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída com os objetivos de promover a implementação e a defesa dos interesses dos associados, incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural, deve ser formada com o mínimo de duas pessoas. O associativismo é amparado legalmente pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988, pois define que:

XVII - é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar; XVIII - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; XIX - as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado; XX - ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado.. (Brasil, 1988).

Conforme o Código Civil brasileiro, Lei nº 10.406, de 01/2002, no artigo 53, as associações são constituídas pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos, portanto não há, entre os associados, direitos e deveres recíprocos. O artigo 54 estabelece, sob pena de nulidade, as diretrizes para o estatuto social. A redação dos itens V e VII foi alterada pela Lei nº 11.127, de 2005.

- I) a denominação, os fins e a sede;
- II) os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
- III) os direitos e deveres dos associados;
- IV) as fontes de recursos para sua manutenção;
- V) o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;
- VI) as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução.
- VII) a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas (Brasil, 2002).

O Código Civil estabelece que os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais; A qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não estabelecer o contrário. Neste caso específico, conforme os participantes da pesquisa e a documentação analisada, os Estatutos Sociais são flexíveis ao repasse da barraca a membros da família a partir da associação deste.

Conforme estabelecido nos Estatutos Sociais, das associações componentes desta pesquisa, não possuem capital social, ou seja, seu patrimônio deve ser formado por doações, fundos e reservas. Os dirigentes não são remunerados pelo exercício de suas funções. A

escrituração contábil é simplificada e objetiva. A dissolução é definida pela Assembleia Geral e os bens remanescentes na dissolução deverão ser destinados, por decisão da Assembleia, a entidades afins, conforme artigo 61 do Código Civil.

Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais referidas no parágrafo único do art. 56, será destinado à entidade de fins não econômicos designada no estatuto, ou, omissis este, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

§ 1^o - Por cláusula do estatuto ou, no seu silêncio, por deliberação dos associados, podem estes, antes da destinação do remanescente referida neste artigo, receber em restituição, atualizado o respectivo valor, as contribuições que tiverem prestado ao patrimônio da associação;

§ 2^o - Não existindo no Município, no Estado, no Distrito Federal ou no Território, em que a associação tiver sede, instituição nas condições indicadas neste artigo, o que remanescer do seu patrimônio se devolverá à Fazenda do Estado, do Distrito Federal ou da União (Brasil, 2002).

O início das associações ocorreu, conforme informações dos entrevistados, ainda nas temporadas de praias naturais, as quais eram organizadas por grupo de conhecidos e amigos, que buscavam o melhor lugar para construir os barracões. Porém era necessário que houvesse facilidade para o transporte de equipamentos, materiais e utensílios, bem como para o acesso dos acampantes e seus convidados.

Com o passar do tempo houve a necessidade documentar os interesses e buscar benefícios para o grupo que, anualmente, se reunia e desenvolvia as atividades logísticas. Antes de organizar a associação, já havia o tratado verbal e o costume de construir as barracas com proximidade afetiva: parentes, amigos de longa data, colegas de trabalho, etc. O associativismo tem características específicas.

O associativismo é característico do ser humano e surge da necessidade de os trabalhadores/as unirem forças para alcançar objetivos comuns. O Associativismo é uma forma de organização que tem como finalidade conseguir benefícios comuns para seus associados por meio de ações coletivas. Um tipo de organização associativa é a associação, ela pode ser formada por um grupo de duas ou mais pessoas que se organizam para defender seus interesses comuns, sem fins lucrativos e com personalidade jurídica. (Ferreira; Zaluski, 2022, p. 7).

O associativismo está respaldado em sete princípios, os quais precisam ser observados e seguidos, desde o início da constituição da associação até o desenvolvimento dos atos da gestão.

a) Adesão voluntária e livre: as associações são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política, religiosa e de gênero; **b) Gestão democrática:** as associações

são organizações democráticas, controladas por seus sócios, que participam ativamente no estabelecimento de suas políticas e na tomada de decisões, sendo os gestores eleitos pela maioria para atender a necessidade de todos; **c) Participação econômica:** os sócios contribuem de forma justa e controlam democraticamente as suas associações através de deliberação em assembleia geral; **d) Autonomia de independência:** as associações podem entrar em acordo operacional com outras entidades, inclusive governamentais, ou recebendo capital de origem externa, devem fazê-lo de forma a preservar seu controle democrático pelos sócios e manter sua autonomia; **e) Educação, formação e informação:** as associações devem proporcionar educação e formação. Os dirigentes eleitos devem contribuir efetivamente para o seu desenvolvimento da comunidade. Eles devem informar o público em geral, particularmente os jovens e os líderes formadores de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação; **f) Interação:** as associações atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento associativista trabalhando juntas, através de estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais; **g) Interesse pela comunidade:** as associações trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, municípios, regiões, estados e país através de políticas aprovadas por seus membros (Ferreira; Zaluski, 2022, p. 8).

Estes princípios são semelhantes aos princípios do cooperativismo, porém numa associação, há peculiaridades, dentre elas, o que está previsto no Estatuto Social. Um exemplo é da Associação de Barraqueiros da Praia de Barra do Ouro/TO, prevê a não distribuição, entre os associados, de eventuais excedentes operacionais, dividendos, bonificações ou quaisquer outros valores auferidos mediante o exercício de suas atividades

Outro exemplo foi observado na Associação de Barraqueiros da Praia de Palmeiras do Tocantins/TO, o qual estabelece que a dissolução só pode acontecer por deliberação de Assembleia Geral, convocada especialmente para esta finalidade, e mediante votação favorável da maioria absoluta dos associados. Após a dissolução da associação, os bens de seu patrimônio social serão revertidos a entidades assistenciais, de acordo com o que estabelecer a Assembleia que deliberou sobre a dissolução.

A Associação de Barraqueiros da Praia de Filadélfia, teve uma espécie de dissolução, porém não formalizada através de votação da Assembleia Geral e registro nos órgãos competentes, mas concretizada pela entrega da documentação da associação aos familiares do último presidente, após seu falecimento.

No início do ano de 2023, foi constituída uma nova associação, com novo Estatuto Social. Em 05/04/2022 foi publicado o decreto municipal número 14/2022, que nomeou o Presidente da nova Associação dos Barraqueiros da Praia Permanente de Filadélfia (ABBPF), Anexo D, pois conforme o Estatuto, é competência do prefeito do município, indicar por meio de decreto, o nome do presidente da associação.

O Quadro 8, busca apresentar equiparação ou não entre a organização, gestão, e articulação das associações de barraqueiros, no que diz respeito aos objetivos de constituição, direitos e deveres dos associados, bem como a articulação com a gestão municipal para

obtenção e manutenção de documentação que garanta a execução de atividades dos barraqueiros por períodos determinados.

Dos municípios de Darcinópolis, Filadélfia e Palmeirante não foram fornecidas informações sobre o Estatuto Social e Atas de constituição da associação dos barraqueiros da praia natural. Cada associação com a sua especificidade: o presidente da associação de Darcinópolis sempre foi solícito em atender a pesquisadora, por telefone, porém sem responder os questionamentos e sempre adiando um diálogo presencial.

A situação da associação de barraqueiros da praia natural de Filadélfia, já foi explicada no decorrer deste trabalho, portanto não há registro sobre o início da associação, devido a documentação estar de posse de pessoa ignorada, tanto pelos participantes da pesquisa, quanto pelos familiares do último presidente.

A presidência da associação de barraqueiros de Palmeirante concedeu entrevista, porém não apresentou a documentação comprobatória das informações solicitadas por esta pesquisa. O presidente informou que a documentação não estava com ele, mas também não autorizou a busca de informações junto a quem estava com a documentação. Portanto, o quadro está incompleto, mas representando a realidade das informações obtidas durante as visitas da pesquisa de campo e as várias tentativas de diálogo por telefone.

Quadro 8 - Síntese comparativa sobre as Associações de Barraqueiros das praias artificiais localizadas no lago da UHE Estreito

Praia	Babaçulândia	Barra do Ouro	Darcinópolis	Filadélfia	Palmeirante	Palmeiras do TO
Sigla da Associação	ABPB	ASSBBO				ABP
Data constituição	29/07/1998	21/05/2006				06/12/2002
Quantidade sócios fundadores	21	12				12
Objetivo/finalidade	Promover o lazer, a diversão, a educação ambiental, a saúde, ambiente agradável aos frequentadores e barraqueiros da praia	Fortalecer, promover e integrar os associados, despertando nos mesmos a ação coletiva				Promover a ordenação do comércio em barracas instaladas na Praia do Pedral e às margens da Rodovia BR 226, resguardando e protegendo o meio ambiente.
Direitos	Não identificados	Votar se ser votado para cargos eletivos; solicitar informações; participar de todas as atividades;				Votar e ser votado; gozar das utilidades sociais; participar ativamente nas Assembleias Gerais; recorrer dos atos da Diretoria Executiva.
Deveres	Manter a praia limpa; prestar contas das taxas recolhidas, material, e recurso movimentados; cumprir e obedecer a todas as normas e Leis aplicadas no Estatuto	Acatar decisões dos órgãos dirigentes; comunicar irregularidades; colaborar com a entidade; pagar as contribuições financeiras; obedecer às disposições do Estatuto; proteger o bom nome				Respeitar o Estatuto e o Regimento; comparecer às reuniões; praticar a solidariedade entre os sócios; aceitar cargos; pagar as mensalidades;

Nº de sócios na época da entrega da praia	19	20		Sem informação ³¹		20
Quant. de barracas entregues pelo CESTE	5	20	13	22	31	20
Nº de sócios em 2022	19	20	13	Não informado	Não informado	19
Valor da contribuição mensal em 2022	Sem contribuição	20,00	Não informado	Não informado	Não informado	10,00
Pagamento de água e energia (2022)	Os associados não têm barracas na praia ³² .	Cada barraqueiro paga pelo consumo de energia da sua barraca. Água é fornecida de poço artesiano.	Cada barraqueiro paga pelo consumo de energia da sua barraca. Água é fornecida de poço artesiano.	Cada barraqueiro é responsável pelo consumo da energia da sua barraca.	Cada barraqueiro é responsável pelo consumo de energia da sua barraca. A maioria das barracas usa água do poço artesiano.	Cada barraqueiro é responsável pelo consumo da energia da sua barraca. A prefeitura é responsável pelo consumo dos espaços: palco, banheiros, Posto da Polícia Militar e Posto de Saúde.
Termo de Concessão de Uso da praia	Não se aplica à situação da associação	Sim. Atualizado em 04/2022 (Anexo C)			Não informado	Sim. Desde a entrega da praia (Anexo B)
Autonomia para escolha de presidente	Votação pela assembleia	Votação pela assembleia	Votação pela assembleia	Indicação do gestor municipal	Votação pela assembleia	Votação pela assembleia

Fonte: dados da pesquisa, 2023

³¹ A associação de barraqueiros da praia de Filadélfia/TO não tem as informações sobre a associação da praia natural devido toda a documentação da associação ter sido entregue à família do último presidente após o seu falecimento.

³² Os barraqueiros moveram um processo judicial desde 2008, em desfavor do CESTE, em busca de indenização individual. Do qual obtiveram, no ano de 2021, sentença desfavorável (Anexo E).

O Quadro 8 apresenta informações, obtidas do Estatuto Social e livros de Atas das associações de barraqueiros, sobre: nome, representados pelas siglas, as quais estão escritas por extenso no tópico específico destinado a cada associação; data de constituição e número de sócios fundadores. Em seguida são apresentados: objetivos/finalidades de constituição; direitos e deveres. Esclareço que estas informações são alusivas ao início das associações, ou seja, quando ainda eram na praia natural.

O número de associados, na época da entrega da praia natural, era o mesmo da quantidade de barracas. Portanto, compreende-se que cada um deveria ter recebido uma barraca. Porém, neste aspecto, há exceção em relação aos barraqueiros de Babaçulândia/TO, pois alguns dos associados moveram um processo judicial, em desfavor do CESTE, em busca de indenização individual. Além disso, a gestão municipal, segundo informações dos entrevistados, interferiu na quantidade de barracas, solicitando que dez delas fossem móveis, ou seja, pudessem ser trocadas de local sempre que houvesse necessidade. Dessa forma, a Praia do Coco, em Babaçulândia, tem apenas cinco barracas oriundas da medida compensatória.

Uma das formas de manutenção das associações, para custeio de despesas básicas, é através do recebimento da taxa de contribuição mensal, porém foi verificado que, quatro delas não têm recebido a referida taxa. Os entrevistados justificaram que alguns dos associados pagam a taxa uma vez por ano, ou seja, quando obtêm recursos financeiros no trabalho desenvolvido na temporada.

Duas associações têm documento o Termo de Cessão de Uso das barracas, de forma individual, ou seja, cada associado é responsável pela edificação. Associados de outras duas associações, afirmaram que há o documento, mas não souberam informar detalhes sobre data de início, responsabilidades do detentor, vigência do documento.

Quanto à autonomia para a escolha de presidente da associação, apenas a de Filadélfia/TO tem um novo Estatuto Social, no qual está previsto que o gestor municipal seja o responsável pela indicação do presidente, porém os demais membros da presidência e conselhos fiscais, são de escolha dos associados. O presidente da associação não é um dos associados, mas sim o servidor público, indicado por decreto do prefeito. Neste caso tem função de administrador da praia.

5.3 Governança, restrições durante a pandemia e a preservação da saúde pública

Este tópico apresenta informações sobre a governança municipal relacionada à saúde pública, representadas pelos decretos municipais publicados pelos municípios componente do

recorte desta pesquisa nos anos de 2020 e 2021, nos quais há orientações e proibições relacionadas à contenção da disseminação da pandemia Covid-19; nos relatos dos entrevistados, bem como em notícias e publicações científicas relacionadas ao título do tópico.

O quadro 9, adiante, apresenta as temáticas elencadas e suas respectivas categorias, identificadas nos decretos publicados e disponíveis eletronicamente, bem como quais municípios publicaram medida restritiva e/ou de flexibilização que se equiparou a cada categoria. Todas as atividades proibidas, canceladas ou suspensas, relacionadas a uma das categorias temáticas descritas, afetaram diretamente a realização das atividades turísticas nos municípios.

As informações obtidas nos decretos publicados nos diários oficiais dos municípios foram agrupadas em categorias: medidas administrativas; turismo e lazer; transporte; Comércio; Proibições de aglomerações; Vacinação; e Flexibilização de medidas preventivas.

Todas estas temáticas estão compostas por categorias, as quais representam as ações tomadas pelas gestões municipais, juntamente com representantes da sociedade civil, pois foram criados comitês de prevenção para discutir as ações emergenciais. Na lateral direita há colunas com os seis municípios, os quais estão em ordem alfabética. Na coluna correspondente aos municípios há a identificação com um “X” nas categorias componentes de cada temática.

Quadro 9 - Categorização das informações sobre medidas restritivas à Covid-19 nos municípios da pesquisa (2020 e 2021)

TEMÁTICA	Categorias	Municípios					
		Ba ba çu lã nd ia	Ba rra do ur o	D ar ci nó po lis	Fil ad élf ia	Pa lm eir as do T O	Pa lm eir an te
Medidas Administrativas	Criação e nomeação de Comitês de prevenção e monitoramento dos efeitos da Covid-19	X				X	X
	Uso de máscara	X	X	X	X	X	X
	Estado de Calamidade pública	X		X			
	Situação de Emergência	X	X	X		X	X
	Suspensão de Atividades Escolares presenciais	X	X	X	X	X	X
	Plano de flexibilização de ação do comércio, com medidas temporárias e emergenciais, frente à prevenção de contágio pela Covid-19.	X					
	Suspensão do atendimento presencial, ao público, na Prefeitura e Secretarias Municipais	X	X				
	Barreiras sanitárias/blitz preventivas	X	X				
	Aplicação de sanções aos servidores públicos autuados ou flagrados descumprindo as medidas restritivas					X	
	Suspensão da realização das férias	X	X	X			
	Jornada de trabalho de 6h diárias, na Administração Pública Municipal	X					
Turismo e lazer	Cancelamento do aniversário da cidade					X	
	Suspensão do carnaval	X				X	
	Cancelamento da temporada de praia		X		X	X	
	Suspensão de outras atividades de turismo e lazer (cachoeiras, praias, ilhas e bancos de areia)		X	X		X	
	Proibição do acesso ao rio e à Orla	X					
	Fechamento dos acessos principais às praias do município					X	
	Proibição da instalação de acampamentos nas áreas ribeirinhas (praias, ilhas e bancos de areia)					X	
	Proibição do embarque e desembarque de barcos, lanchas, jet-ski e assemelhados, cujo objetivo seja a prática desportiva e de lazer.	X					
	Proibição do funcionamento e aglomeração de pessoas na Orla, Praia do Coco e praias particulares	X					
Transporte	Utilização máxima de 50% da capacidade de lotação do transporte coletivo						X
	Utilização máxima de 40% da capacidade de lotação do transporte coletivo	X					
	Suspensão da circulação de ônibus entre zona rural e sede do município					X	
	Proibição do desembarque ou acesso de pessoas sem a avaliação dos órgãos responsáveis pelas Barreiras Sanitárias		X	X			

	Proibição da saída de pessoas da cidade para outros municípios			X			
Comércio	Restrições à comercialização e consumo de bebidas alcoólicas	X	X	X			
	Proibição da comercialização de produtos (por ambulantes, trailers, carretas e outros) na Orla e na Praia	X					
	Proibição do atendimento ao público em bares, conveniências, restaurantes e similares	X					
	Fechamento de todos os estabelecimentos comerciais		X				
	Estabelecimento do horário de funcionamento de bares e restaurantes, até às 22h	X					X
	Distanciamento social, entre pessoas, em bares e restaurantes						X
Proibição de aglomerações	Suspensão de eventos públicos	X	X	X		X	X
	Proibição da realização de atividades físicas em vias públicas	X		X			
	Proibição da aglomeração em locais privados e públicos	X	X	X	X	X	X
	Proibição do uso de som automotivo nas margens da Orla e do Lago	X			X		
	Proibição de atividades religiosas presenciais	X	X				
	Proibição da realização de torneios, festas em geral, shows, atividades culturais, esportivas e correlatas	X	X	X		X	X
	Proibição do funcionamento de locais de locação para a prática desportiva, casas noturnas e afins	X	X	X			
	Proibição da realização de velórios de pessoas vítimas da Covid-19				X		
Vacinação	Assinatura do termo de responsabilidade e ciência na recusa de vacinação						X
	Obrigatoriedade vacinal para todos os servidores públicos				X		
	Apresentação de comprovação vacinal pelos participantes de eventos públicos		X		X		
Flexibilização de medidas preventivas	Retorno da circulação de ônibus entre zona rural e sede do município					X	
	Autorização da abertura de estádios e campos de futebol					X	
	Flexibilização do funcionamento das atividades comerciais	X					
	Flexibilização da comercialização e do transporte de bebidas alcoólicas		X		X		
	Autorização do retorno das aulas presenciais		X				
	Autorização de funcionamento de feiras livres, com a devida observação dos protocolos de segurança	X	X	X	X		
	Permissão da realização de festas, shows, casamentos, aniversários, campeonatos de futebol e outros tipos de evento.		X		X		
	Permissão do funcionamento das academias					X	

Observação: Os municípios de Darcinópolis e Filadélfia não tinham disponível, no site da prefeitura, os decretos referentes ao ano de 2020. Foi enviado e-mail para ambos, porém não houve retorno. A informação fornecida, via WhatsApp, por servidores dos dois municípios, é de que parte da documentação da gestão anterior não estava acessível.

Fonte: Decretos publicados pelos municípios com praias artificiais no lago da UHE Estreito. Apêndices D, E, F, G, H, I. Organizados pela autora (2022)

As informações apresentadas no Quadro 9, têm o Turismo e Lazer como núcleo do levantamento das medidas restritivas e de flexibilização relacionadas à Covid-19. Dessa forma, todas as informações e orientações relacionadas a essa temática, publicadas nos decretos, foram planilhadas. As demais temáticas estão relacionadas diretamente com a temática central, pois interferiram de forma significativa sobre a suspensão e proibição da realização das atividades turísticas e de lazer, como sobre a sua logística de funcionamento, ou seja, fornecimentos de insumos necessários para o funcionamento do turismo e lazer.

As **medidas administrativas** contemplaram desde a criação de Comitês de prevenção, nos quais foram integradas agentes do setor público e integrantes da comunidade em geral. Em seguida foi decretado Estado de Calamidade Pública, seguindo o que normas do Governo Federal; o uso de máscara esteve presente em todo o período de incidência da pandemia; a suspensão das atividades escolares presenciais e possibilidade de estudos utilizando a internet; roteiros de estudos, com materiais impresso e enviados aos alunos.

Foram suspensos os eventos de **Turismo e lazer** que constavam no calendário de atividades dos municípios, como: festa de aniversário, de carnaval, temporadas de praia, acesso às cachoeiras, eventos desportivos em geral, acampamentos em áreas livres. Além da proibição de embarque e desembarque de veículos náuticos, com o objetivo de lazer ou prática desportiva.

A intensificação da fiscalização, no **transporte** de passageiros, determinou porcentagens para ocupação da capacidade dos veículos de transporte coletivo, bem como, no período mais crítico, houve a suspensão da circulação de ônibus no percurso entre as zonas urbana e rural (município de Palmeiras do Tocantins); e até mesmo a proibição do desembarque de pessoas sem avaliação dos órgãos responsáveis pelas barreiras sanitárias (municípios de Barra do Ouro e Darcinópolis).

Para o **comércio** teve restrições quanto à comercialização de bebidas alcoólicas; proibição do atendimento ao público em estabelecimentos; determinação do horário de funcionamento; distanciamento social entre as pessoas. A **proibição de aglomerações**, além de suspender eventos públicos, suspendeu as atividades religiosas presenciais, inclusive a realização de velórios de pessoas vitimadas pela Covid-19.

Com o início da **vacinação**, quatro municípios publicaram decretos relacionados à vacina: a) Palmeirante disponibilizou em termo de responsabilidade e ciência para ser assinado por quem recusasse a vacina; b) Filadélfia decretou a obrigatoriedade vacinal para todos os servidores públicos; c) Barra do Ouro e Filadélfia decretaram que os participantes de eventos públicos apresentassem comprovação vacinal na entrada dos eventos.

Após a vacinação da população, foram publicados decretos que flexibilizaram o funcionamento das atividades comerciais; permissão para a realização de festas, shows, casamentos, aniversários, campeonatos de futebol, funcionamento de academias, retorno da circulação de ônibus com a capacidade de passageiros, retorno das aulas presenciais. Porém as pessoas continuaram usando máscaras.

5.4 A Covid-19 e os impactos no turismo das praias no lago da UHE Estreito

Um estudo feito por Lohmann (2022) e outros dezoito pesquisadores de instituições brasileiras, estadunidense e australiana, apresentou uma discussão sobre o futuro do turismo no Brasil a partir da análise crítica do período compreendido entre os anos de 2000 e 2019. O fato de a análise e publicação terem sido realizadas logo após o início da Covid-19, é um indicativo de que a pandemia estabeleceu um marco divisório no turismo de massa.

Devido ao impacto da pandemia da Covid-19, à desgastada imagem no exterior e às incertezas políticas que o Brasil enfrentará no futuro, é previsível que o país sairá desta crise com outros problemas, estereótipos e desafios. Contudo, o turismo ainda tem a oportunidade de trazer desenvolvimento econômico, social e ambiental para um futuro melhor para o Brasil (Lohmann et al. 2022, p. 14).

O estudo alerta que, as partes interessadas no turismo - políticos, dirigentes, empresários, pesquisadores, trabalhadores e outros profissionais – “[...] devem lidar com os inúmeros problemas, circunstâncias e más escolhas relacionados ao baixo desempenho do planejamento e gestão do turismo no Brasil, que foram exacerbados pelo tamanho do país” (Lohmann et al. 2022, p. 14). Citam a distância do Brasil aos principais mercados de turismo e sua vulnerabilidade, como um dos fatores à instabilidade, tanto política quanto econômica, para o desenvolvimento do turismo.

A pandemia Covid-19 impactou o turismo mundial, regional e local. No Brasil, “logo após a confirmação das primeiras mortes, em 18 de março a Câmara dos Deputados aprovou um decreto legislativo para reconhecer o estado de calamidade pública no país, permitindo expansão de gastos no enfrentamento da pandemia” (Bueno; Souto; Matta, 2021, p. 28). O estado de calamidade foi reconhecido também pelos governos estaduais, que adotaram medidas recomendadas pelos órgãos nacionais.

As recomendações da OMS para evitar o contágio foram principalmente a higienização das mãos, o uso de álcool em gel 70%, a utilização de máscaras e o

isolamento social. Dessa maneira, os governos em todas as esferas teriam que promover ações concretas para proteger seus cidadãos (Cruz, Lima, Santos, 2022, p. 27)

O governo do estado do Tocantins, seguindo as recomendações de prevenção e combate da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Ministério da Saúde, a partir da identificação do primeiro caso no estado, em 18/03/2020 (Tocantins, 2020), tomou providências relacionadas a eventos nos quais havia a participação de muitas pessoas.

Os municípios foram orientados a procederem de forma semelhante, portanto decretaram: suspensão de aulas presenciais, combate a aglomerações em espaços públicos e privados, cancelamento de temporada de praia, acesso ao lago e orlas e proibição de eventos culturais. Além disso, realizou ações para ajudar os trabalhadores em situação de vulnerabilidade econômica, como entrega de cestas básicas e articulação com agricultores de produção familiar. Porém a maioria dos barraqueiros não recebeu nenhum tipo de ajuda, devido ter vínculos laborais no setor público e/ou privado.

Os municípios da área da pesquisa decretaram, via Diário Oficial, medidas restritivas que visavam reduzir o contágio pelo vírus. Ratifico que para a obtenção das informações sobre as medidas restritivas decretadas, esta pesquisa utilizou como metodologia o acesso aos diários oficiais dos anos de 2020 e 2021, das prefeituras dos seis municípios com praias na margem do lago da UHE Estreito, e a busca específica pelos decretos relacionados à Covid-19. Sendo que os municípios de Darcinópolis e Filadélfia não tinham, disponíveis no portal eletrônico, as informações referentes ao ano de 2020.

O acesso aos decretos não era padronizado nos sites das prefeituras, pois alguns tinham um *link* específico sobre o tema covid-19; outros não, e isso demandou baixar o arquivo de cada diário oficial, fazer a verificação do documento completo em busca de decretos sobre covid-19, bem como planilhar as seguintes informações: a) número do decreto, b) data, c) informações relacionadas às medidas restritivas e de flexibilização sobre a covid-19. Ao todo foram confeccionadas seis planilhas, uma para cada município (Apêndices D, E, F, G, H, I). Esta etapa seguiu a técnica de análise de conteúdo, pois:

A análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos. O caminho percorrido pela análise de conteúdo, ao longo dos anos, perpassa diversas fontes de dados, como: notícias de jornais, discursos políticos, cartas, anúncios publicitários, relatórios oficiais, entrevistas, vídeos, filmes, fotografias, revistas, relatos autobiográficos, entre outros (Silva; Fossá, 2015, p. 2)

O passo seguinte foi a realização da leitura minuciosa e a classificação das medidas restritivas e de flexibilização em categorias. Posteriormente, numa segunda leitura, as categorias foram agregadas em temáticas: a) medidas administrativas; b) turismo e lazer; c) transporte; d) comércio; e) proibição de aglomerações; f) vacina; e g) flexibilização de medidas restritivas.

As Medidas Administrativas foram classificadas como os atos do Poder Público que englobaram normas relacionadas à criação de Comitês de enfrentamento à covid-19; situação de emergência; estado de calamidade pública; suspensão das atividades escolares presenciais; plano de flexibilização de medidas emergenciais; instalação de barreiras sanitárias; estabelecimento de jornada de trabalho diferenciada; suspensão das férias dos servidores públicos; suspensão de atendimento presencial ao públicos, no gabinete do prefeito e nas secretarias, com a disponibilização de meios de contato *on-line*; definição e aplicação de sanções pelo descumprimento de medidas restritivas, dentre outros.

Em relação ao Turismo e Lazer, foram cancelados: a temporada de praia; o aniversário da cidade; a realização do carnaval; o fechamento dos acessos à Orla, lago e praias; proibição da utilização de embarcações, cujo objetivo fosse atividades desportivas e de lazer; suspensão de quaisquer atividades de turismo e lazer em cachoeiras, ilhas praias e bancos de areia, bem como a instalação de acampamentos em áreas ribeirinhas.

Para as categorias relacionadas ao transporte, foram definidas porcentagens de ocupação, no transporte público; as restrições de saída de moradores para outros municípios, bem como a proibição de desembarque de passageiros sem que houvesse a avaliação dos órgãos responsáveis pelas barreiras sanitárias; suspensão da circulação de ônibus entre a zona rural e a sede do município.

Em relação ao comércio, as categorias apresentam as medidas restritivas em relação à comercialização e consumo de bebidas alcoólicas; proibição da comercialização de alimentos e bebidas, por ambulantes, e em locais turísticos; estabeleceu os horários de funcionamento dos comércios e a distâncias entre as mesas; proibição do atendimento ao público, em bares, e orientações para o atendimento por entregas em domicílio; fechamento do comércio.

As medidas restritivas corresponderam também à proibição de aglomerações em espaços públicos e privados; a suspensão de eventos públicos, como: atividades religiosas presenciais, torneios, festas, *shows*, atividades esportivas, práticas desportivas, velórios de pessoas vítimas de covid-19; proibição do funcionamento de casas noturnas.

A temática relacionada à vacina, teve três etapas: a assinatura de um termo de responsabilidade para aquelas pessoas que, na época em que foram vacinar, recusaram tomar a

dose da marca disponível; a obrigatoriedade da vacina para todos os servidores públicos; e a apresentação do comprovante vacinal, para toda a população, em participação em eventos públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As praias artificiais construídas pelo empreendedor da usina hidrelétrica Estreito, foram entregues aos municípios a título de medida compensatória pela extinção dos bancos de areia nas temporadas de estiagem. Dessa forma, as praias artificiais são bens comuns a toda a população, porém com a comercialização de serviços entregue a um determinado grupo que já exercia a atividade nas praias naturais – os barraqueiros – os quais comercializam alimentos e bebidas aos demais usuários das praias.

Constatei, a partir da fala dos participantes da pesquisa, o quanto os barraqueiros trabalhadores nas praias localizadas na margem tocantinense do lago da UHE Estreito foram/são dependentes do poder público municipal (prefeitos e vereadores da situação). Compreendi que algumas das associações de barraqueiros necessitam do aval do prefeito local para conseguir melhorias nas praias, outras necessitam da decisão sobre quais barraqueiros terão a concessão para trabalhar na temporada.

As lembranças da praia natural estão presentes nos relatos sobre a paisagem, a areia, a água transparente; nas dificuldades para retirar e transportar palhas e madeiras para a construção dos barracões; no transporte de utensílio, gêneros alimentícios e bebidas, desde a cidade até o local da praia, momentos em que era necessário usar a força de trabalho humano, pois as estradas eram improvisadas e os veículos tinham que ser deixados em determinado ponto do trajeto.

As modificações promovidas pela formação do lago da UHE Estreito foram lembradas nas falas de todos os entrevistados: alterações na água, redução da quantidade de peixes, alterações na forma de descarte dos resíduos gerados, o vandalismo nas instalações físicas das praias próximas aos centros urbanos, a interferência da gestão municipal desde a construção da praia artificial até liberação de barracas aos associados. A facilidade de acesso à praia, devido à proximidade com a área urbana, também foi relatada como fator desfavorável à comercialização de alimentos e bebidas.

A sazonalidade das praias, com eventos turísticos apenas na época de estiagem, dificulta a profissionalização da atividade. Os entrevistados afirmaram que a temporada de praia é um “bico”, pois quase todos os barraqueiros têm outra fonte de renda. Durante a pesquisa de campo, foram identificadas duas barraqueiras que atuam de forma permanente na praia: uma em Palmeirante e outra em Filadélfia.

Uma possibilidade de ampliar a atividade, nas praias, seria a criação de calendário anual de eventos esportivos, artísticos, gastronômicos, náutico (pesca, embarcações, dentre outros).

Com calendário individual para cada uma das praias. Dessa forma, propiciaria o deslocamento de visitantes e turistas, bem como de moradores e barraqueiros dos municípios circunvizinhos. Essas atividades funcionariam como um intercâmbio ou até mesmo, pelo olhar do associativismo, como intercooperação.

Os entrevistados relataram modificações na paisagem das praias, além de modificações na maneira de acampar, ou seja, quem ficava duas semanas na praia, agora fica por período mais curto. A falta de vegetação sob a qual era possível acampar, promoveu modificações nos costumes da população local, que passou a frequentar a praia após o meio dia, ou seja, não adquirem alimentos dos barraqueiros.

O período de incidência da pandemia Covid-19 afetou, de forma generalizada, durante dois anos, as atividades turísticas e as desenvolvidas pelos barraqueiros. Período em que não houve funcionamento das temporadas de praias, portanto a remuneração suplementar, como os próprios barraqueiros afirmam, não foi obtida.

Em se tratando de Governança, foi possível compreender que ela auxilia o gestor municipal e sua equipe a: avaliar, direcionar e monitorar as iniciativas locais. Porém, a participação dos cidadãos é uma forma de parceria. Para tanto deve ter como base a comunicação, sugestões, opiniões e críticas. Essa comunicação foi apresentada por alguns dos participantes da pesquisa quando relataram e mostraram os resultados da parceria com a gestão municipal local.

Durante a pesquisa de campo foi possível coletar dados e imagens sobre as seis praias artificiais, como: localização por coordenadas geográficas; registro de imagens durante a incidência da pandemia; edificações sem revitalização; praias revitalizadas para receber os visitantes; prestação de contas do valor investido na revitalização da praia de Barra do Ouro; ausência de estrutura logística capaz de atender pessoas com dificuldade de mobilidade, em todas as praias, pois apenas o sanitário adaptado não é suficiente. É necessário que haja rampa, na qual seja possível, às pessoas com mobilidade reduzida chegar até a água.

Devido à falta de publicização pela gestão municipal, dos valores recebidos mensalmente do empreendedor da UHE, pela utilização dos recursos hídricos (CFURH), aliado à falta de curiosidade dos barraqueiros; é desconhecido do grupo entrevistado, as responsabilidades do CESTE em relação à manutenção das praias durante as temporadas. Portanto, sem esclarecimentos é difícil que os barraqueiros cobrem direitos inerentes à condição de atingidos pela UHE.

Nem todas as diretorias das associações dos barraqueiros disponibilizaram o Estatuto Social e os livros de Atas para verificação de datas, quadro social, direitos e deveres dos

associados, condições de admissão e demissão. Portanto o quadro que apresenta estas informações relacionadas às seis associações, não está completo.

Esta tese contribui com o preenchimento de uma lacuna relacionada ao turismo presente no estado do Tocantins, no que se refere às praias artificiais, visto que quando busquei informações nos órgãos oficiais governamentais, como: Secretaria do Turismo e sites das prefeituras, foi possível obter apenas informações relacionadas ao nome de cada região turística, nomes de alguns municípios que as compõem e algumas atividades turísticas possíveis de serem realizadas nos municípios arrolados.

Isso significa que se faz necessário que as páginas governamentais busquem disponibilizar um banco de informações com *links* de acesso aos repositórios de instituições de ensino superior, bem como de periódicos nos quais haja publicações sobre a temática sob a responsabilidade da secretaria. Além disso, que também haja meios de comunicação entre o pesquisador ou quaisquer outras pessoas que busquem informações sobre o turismo no estado do Tocantins, e os servidores que atuam tanto na Secretaria estadual de Turismo quanto nos respectivos órgãos municipais.

Durante as visitas de campo, nos anos de 2021 e 2022, registrei imagens interessantes que mostram o percurso nas águas do lago, entre as praias do Pedral e Paraíso Tropical; o amanhecer; praias sem revitalização e sem pessoas; estacionamento repleto de veículos; praias lotadas; pontes, céu e água em continuidade; o capricho e organização de algumas barracas; a hospitalidade presente no ato de ceder o fogão à lenha para que a pesquisadora e seus acompanhantes preparassem o almoço, enfim, imagens que dariam catálogos completos. Porém, devido à limitação orçamentária, rendeu um livro que intitulei “O eu vi e registrei no caminhos das águas: reflexões a partir de imagens”

Pensando em trabalhos futuros é possível identificar trabalhos que possam ser realizados a partir do desdobramento da pesquisa feita na tese. Ao longo do desenvolvimento deste trabalho, puderam ser identificadas algumas possibilidades de melhoria e de continuação a partir de futuras pesquisas, as quais incluem:

- Desenvolvimento de ações, em grupo de trabalho estudo, envolvendo todas as associações dos barraqueiros e demais associações que atuam em prol do turismo nas praias artificiais, para a aplicabilidade do princípio do cooperativismo/associativismo “Educação, Formação e Informação”. Ações que poderão reforçar o que está previsto no Estatuto Social, relacionado à realização das Assembleias; movimentação de membros (admissão e demissão), principalmente a demissão, visto que muitas barracas

estão sem utilização devido o detentor do uso, continuar vinculado à associação e, esta não utilizar sua autonomia para fazer a desvinculação do associado inativo;

- Promover, nas escolas e centro comunitários, de palestras e atividades sobre Educação Ambiental, as quais possam culminar em resultados como: desenhos; fotografias; maquetes; escrita de textos que possam compor uma antologia; exposição de fotografias antigas; rodas de conversa, nas quais as pessoas mais velhas possam relatar fatos considerados importantes;
- Verificação, junto à gestão municipal, sobre a aplicabilidade e publicidade do uso dos recursos provenientes dos *royalties* hidrelétricos da CFURH (Contribuição Financeira sobre o Uso dos Recursos Hídricos) a qual é paga mensalmente a todos os municípios componentes desta pesquisa;
- Uma das questões norteadoras utilizadas da definição dos objetivos específicos, permanece como lacuna para pesquisas futuras, pois deverá ser realizada junto à gestão municipal e órgão promotores de eventos locais, visando responder: quais serão as ações e estratégias capazes de promover atividades turísticas que geradoras de recursos financeiros, causando o menor impacto ambiental local? É possível estabelecer um calendário de eventos que possam ser realizados fora da temporada de praias? Quais atividades podem ser propostas? É possível envolver a população através do chamamento para uma consulta pública;
- Realizar pesquisa junto aos moradores, sobre os impactos causados pelo turismo, visto que cinco das praias estão localizadas na área urbana, ou seja, como os moradores, principalmente os mais idosos, convivem com os eventos nos quais há som alto, multidões, veículos estacionados em locais inadequados, descarte de lixos pelas ruas, dentre outros aspectos;
- Aprofundar a pesquisa sobre a forma de gestão da associação dos barraqueiros da praia de Filadélfia/TO, pois foi constituída uma nova associação no ano de 2021, no estatuto social da qual está previsto que a presidência da associação deverá ser exercida por um não associado nomeada pelo gestor público municipal, dessa forma, tendo um papel de administrador da praia.

REFERÊNCIAS

ABBT - Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins. **Estatuto Social**. Acervo da Associação. 2001.

ALES BELLO, Angela. Fenomenologia e ciências **humanas**: psicologia, história e religião. Organização e tradução Miguel Mahfoud e Marina Massimi. Bauru, SP: EDUESC, 2004.

ALVES, Isa Cristina Pereira; TEIXEIRA, Simone Matos dos Santos; PEREIRA Fransérgio Bucar Afonso. **Associativismo**: abordagem teórica e seus princípios. Jornada de Iniciação Científica e Extensão IFTO. 2017. Disponível em:< <https://propi.ifto.edu.br/index.php/jice/8jice/paper/viewFile/8422/3947>>. Acesso em: 16 set 2022.

Associativismo, in **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**, 2008-2021, Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/associativismo> Acesso em: 25 out. 2022

BABAÇULÂNDIA. **Estatuto Social**. Associação dos Barraqueiros de Babaçulândia/TO. 1998

BALASTRERI RODRIGUES, Adyr. **Turismo e territorialidades plurais**– lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. AmaliaInés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo. 2006. ISBN 978-987-1183-64-7. Disponível em:< <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/coediciones/20100729092010/17rodrigu.pdf>>. Acesso em: 25 jan 2021.

BARBIER, René. A pesquisa-ação. Tradução de Lucie Didio. – Brasília: Liber Livro Editora, 2007. 159 p.

BARRA DO OURO. **Estatuto Social**. Associação dos Barraqueiros de Barra do Ouro/TO, 2006

BARRA DO OURO. **Lei 266, de 19 de abril de 2022**. Autoriza a chefe do poder executivo municipal a firmar Termo de Autorização de Uso da área destinada de praia e ecoturismo com à associação dos barraqueiros da praia de Barra do Ouro atingidos pela barragem de estreito. Disponível em:< <https://www.barradoouro.to.gov.br/norma/938>>. Acesso em: 17 out. 2022.

BATISTA, Eraldo Carlos. MATOS, Luís Alberto Lourenço. NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III 2017. ISSN 1980-7031.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, 219 p.

Botero, C.M., Mercadé, S., Cabrera, J.A., Bombana, B. Análise Geral e Recomendações para enfrentar a crise da COVID-19 no Turismo de Sol e Praia. In: Botero, C.M., Mercadé, S., Cabrera, J.A., Bombana, B. (editores). **O TURISMO DE SOL E PRAIA NO CONTEXTO DA COVID-19. CENÁRIOS E RECOMENDAÇÕES**. Publicação no marco da Rede Iberoamericana de Gestão e Certificação de Praias – PROPLAYAS. 2020. Santa Marta (Colômbia). 120 páginas. Disponível em:< <http://www.geografia.ufrj.br/turismo-de-sol-e-praia-covid-19/>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. O turismo na Contemporaneidade: algumas considerações a partir de uma perspectiva geográfica. **Revista de Geografia**. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009. Disponível em:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228775>>. Acesso em: 02 fev. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**: Texto constitucional de 05 de outubro de 1988. Ed. Atual. 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.342**, de 26 de outubro de 2010a. Diário Oficial da União: República Federativa do Brasil – Seção 1, página 2. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7342.htm>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.203**, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm. Acesso em: 09 nov. 2017.

BRASIL. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública / ministério do Turismo. – Brasília: ministério do Turismo, 2010a. Disponível em:< http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Caderno_MTur_alta_res.pdf >. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989**. Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continentais, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF). Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17990compilado.htm>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Glossário do Turismo**: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos 15 anos – 1ª edição. Brasília, 2018. 44 p. Disponível

em:< http://www.each.usp.br/turismo/livros/glossario_do_turismo_MTUR.pdf>. Acesso em: de abr. 2021.

BRASIL. **Guia da política de governança pública**/Casa Civil da Presidência da República – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018b. 86 p. Disponível em:<<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guia-da-politica-de-governanca-publica>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

BRASIL. **Ministério do Turismo**. Secretaria Nacional de Estruturação do Turismo. Departamento de Ordenamento do Turismo. Coordenação Geral de Mapeamento e Gestão Territorial do Turismo. Brasília, DF. 2019. Disponível em:< http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/LIVRO_Mapas.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Sol e Praia**: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010b. 59 p. Disponível em:< <https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/segmentacao-do-turismo/turismo-de-sol-e-praia-orientacoes-basicas.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2021

BRASIL. **Governança pública municipal**: Transformando sua administração/Instituto Latino-Americano de Governança e Compliance Público, coordenação – 1. ed. – Brasília: NT Editora, 2020. 96 p. Disponível em:< https://portal.tcu.gov.br/data/files/61/A7/41/87/4E9F771072725D77E18818A8/Cartilha%20Governanca_compressed%201.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BUENO, Flávia Thedim Costa; SOUTO, Ester Paiva; MATTA, Gustavo Corrêa. Notas sobre a Trajetória da Covid-19 no Brasil. In: **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil**: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Gustavo Corrêa Matta et. al. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021. pp. 27-39. Disponível em:< <https://portal.fiocruz.br/livro/impactos-sociais-da-covid-19-no-brasil-populacoes-vulnerabilizadas-e-respostas-pandemia-os>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem; tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: Edux, 2004. 270 p.

CAPPELLE, Mônica Carvalho Alves; BORGES, Ceyça Lia Palerosi; MIRANDA, Adílio Rene Almeida. Um Exemplo do Uso da História Oral como Técnica Complementar de Pesquisa em Administração. **VI Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**, Florianópolis/SC, 23 a 25 de maio de 2010. Disponível em:< <https://livrozilla.com/doc/1126097/um-exemplo-do-uso-da-hist%C3%B3ria-oral-como-t%C3%A9cnica>>. Acesso em: 24 ago 2022.

CARVALHO, Rosa; CARVALHO, Zilma. **Pedro Iram - PIPES**: o rei do Rio. Goiânia: Kelps. 2015. 164 p. il

CESTE. **O empreendimento**: compensação financeira. 2017. Disponível em:< <https://www.uhe-estreiro.com.br/o-empreendimento/compensacao-financiera.html>>. Acesso em: 03 de jun. 2021.

CESTE. **PBA - Plano Básico Ambiental**. Meio Ambiente. 2021a. Disponível em:< <https://www.uhe-estreiro.com.br/meio-ambiente/pba-plano-basico-ambiental.html>>. Acesso em: 28 abr. 2021

CESTE. **Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos em R\$**. 2020. Disponível em:< https://www.uhe-estreiro.com.br/images/cf_documentos/out-2020.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021

CESTE. **Compensação Financeira**. 2021. Disponível em:<<https://www.uhe-estreiro.com.br/o-empreendimento/compensacao-financiera.html>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

COELHO, Bruno de Macedo; AQUINO, Vanessa de Almeida; PINTO, André Costa; CEOLIN, Alessandra Carla. Governança no Setor Público: Um Estudo sobre as Atividades da Câmara Municipal de Dormentes/PE. **Id on Line Rev. Psic.** V.16, 60, p. 889-907, Maio/2022 - Multidisciplinar. ISSN 1981-1179 Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: 12 maio 2023.

CONEXÃO TOCANTINS [on-line]. **Babaçulândia abre temporada de praia no sábado**. 2009a. Disponível em:<<https://conexaoto.com.br/2009/07/01/babaculandia-abre-temporada-de-praia-no-sabado>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

CONEXÃO TOCANTINS [on-line]. **Filadélfia recebe obras e micro-ônibus do Consórcio Estreito Energia**. 2009b. Disponível em:< <https://conexaoto.com.br/2009/05/08/filadelfia-recebe-obras-e-micro-onibus-do-consorcio-estreiro-energia>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CONEXÃO TOCANTINS [on-line]. **Estrutura da Praia do Brejão de Darcinópolis tem apoio do Ceste**. 2010. Disponível em:< <https://conexaoto.com.br/2010/08/10/estrutura-da-praia-do-brejao-de-darcinopolis-tem-o-apoio-do-cesto>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. Grupo Focal. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e Técnicas da pesquisa em comunicação**. – São Paulo: Atlas, 2005

COSTA, Maria do Socorro Cândido; OLIVEIRA, Antônio César Silva; FIGUEIREDO, Raimundo José Linhares. **Associativismo**. - Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/ Instituto Centro de Ensino Tecnológico - CENTEC, 2013.

CRUZ, Antonio José Araújo; LIMA, Elinalva Alves; SANTOS, Saulo Ribeiro dos. **Uso do território, turismo e pandemia**: efeitos do novo coronavírus nos circuitos culturais e na economia dos pequenos no centro histórico de São Luís-MA. Revista Eletrônica de Administração e Turismo. Volume 16, Número 1, janeiro – junho/2022, pp. 25-42. Disponível em:< <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/article/view/21548/0>>. Acesso em: 19 abr. 2022.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In: Métodos e técnicas da pesquisa em comunicação*. DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.) – São Paulo: Atlas, 2017.

ERTZOGUE, Marina Haizenreder; ZAGALLO, Ana Daisy Araújo. **No banheiro do lago: uma história sobre barqueiros e usinas hidrelétricas no Tocantins**. Fênix Revista de História e Estudos Culturais. Jul/dez de 2018. vol. 15, ano XV, nº2. ISSN 1808-6971. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/432>. Acesso em: 29 jan. 2021.

ELETRONORTE. Disponível em: < <https://www.eletronorte.gov.br/tucurui/>>. Acesso em: 16 jun. 2021.

ELLER, Carlos; VELOSO, Cleide; ARAÚJO, Wherbert. **Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins completa 17 anos de criação**. 2017. Disponível em: < <https://www.to.gov.br/naturatins/noticias/monumento-natural-das-arvores-fossilizadas-do-tocantins-completa-17-anos-de-criacao/7js04x4qro38>>. Acesso em: 09 jan. 2023.

FALCÃO. Luis Altair Coffi. **Dicionário de Turismo** – Termos Técnicos do meio turístico: conceitos, definições, siglas e tipologias, futurismólogo. São Borja RS, 2019. Disponível em: < https://www.academia.edu/41490653/Dicion%C3%A1rio_de_Turismo_Termos_T%C3%A9cnicos_do_meio_Tur%C3%ADstico_3T_Autor_Luis_Falc%C3%A3o>. Acesso em: 27 abr. 2021.

FERREIRA, G. J. B. de C. 2016. Governança Corporativa aplicada ao Setor Público: O Controle Interno como um dos núcleos de implementação. **Revista Controle: Doutrinas e artigos**, 14(1), 39-73. Disponível em: < <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6167855>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

FERREIRA, Gabriel Murad Velloso; ZALUSKI, Felipe Cavaleiro. **Cooperativismo e Associativismo**. Incubadora Social da UFSM. Santa Maria-RS, 2022. Disponível em: < <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/570/2022/03/07.-COOPERATIVISMO-E-ASSOCIATIVISMO.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FILADÉLFIA. Decreto 014/2022, de 05 de maio de 2022. Dispões sobre a nomeação do presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia Permanene de Filadélfia, Tocantins (ABBPF), e dá outras providências. Disponível em: <https://leis.filadelfia.to.gov.br/norma/223>. Acesso em: 25 maio de 2022.

FOLHA DO BICO. PALMEIRAS: Joelma, Anjo Azul e Tom Cleber estão entre atrações da Praia do Pedral. Disponível em: <https://www.folhadobico.com.br/palmeiras-joelma-anjo-azul-e-tom-cleber-estao-entre-atracoes-da-praia-do-pedral/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

FURNAS. Disponível em: < <https://www.furnas.com.br/subsecao/129/usina-de-serra-da-mesa--1275-mw?culture=pt>>. Acesso em: 17 jun. 2021.

GATTI, B, A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989, 213 p.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 101 p.

GOMES, Edvânia T. A. Natureza e cultura – representações na paisagem. *In*: ROSENDAHL, Zeni, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.) **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. 228. p. p. 49-70.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidade e mediações culturais. Tradução: Adelaide La Guardia Resende et al., Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília; Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

IBAMA. **EIA/RIMA - ITENS 1 A 5**: Introdução, caracterização do empreendimento, legislação ambiental, plano e projetos co-localizados e concepção geral dos trabalhos e definição das áreas de estudo. 2001. Disponível em: <
http://licenciamento.ibama.gov.br/Hidretricas/Estreito%20-%20Rio%20Tocantins/Estreito%20EIA%201/EIA_Estreito/CD-01/CAP%cdTULO%2001%20a%2005/> Acesso em: 12 dez. 2021.

IBGE. Brasil/Tocantins/Babaçulândia. **População**. 2021a. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/babaculandia/panorama>. Acesso em: 08 nov. 2020.

IBGE. Brasil/Tocantins/Barra do Ouro. **Cidades**. 2021b. Disponível em:<
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/barra-do-ouro/panorama>>. Acesso em: 1 de mar 2021.

IBGE. Brasil/Tocantins/Darcinópolis. **Cidades**. 2021c. Disponível em:<
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/darcinopolis/panorama>>. Acesso em: 1 mar 2021.

IBGE. Brasil/Tocantins/Filadélfia. **Cidades**. 2021d. Disponível em:<
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/filadelfia/panorama>>. Acesso em: 1 mar 2021.

IBGE. Brasil/Tocantins/Palmeirante. **Cidades**. 2021e. Disponível em:<
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmeirante/panorama>>. Acesso em: 1 mar 2021.

IBGE. Brasil/Tocantins/Palmeiras do Tocantins. **Cidades**. 2021f. Disponível em:<
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmeiras-do-tocantins/panorama>>. Acesso em: 1 mar 2021.

LEANDRO, José J. **Babaçulândia: dos tempos de Coco aos dias de Agimiro Costa**. Goiânia: Kelps, 2008. 150 p.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. Revisão técnica de Paulo Freire Vieira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIMA, Adila Maria Taveira de. **Hidrelétricas no rio Tocantins e efeitos pós-barragem: compensação, desenvolvimento e governança local**. 2020. 206f. Tese (Doutorado em Ciências

do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1935>>. Acesso em: 12 fev. 2022

LIMA, Adila Maria Taveira de; PINTO, Mac David da Silva; MARQUES, Elineide Eugênio. **Desenvolvimento local em municípios impactados por hidrelétricas**: percepção dos atores sobre o processo de implementação e os efeitos pós-barragem. *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*. V.12, n.1, jan/abr, 2020. ISSN 2176-8366. Disponível em: <<https://www.periodicos.unir.br/index.php/rara/article/view/4912>>. Acesso em: 22 jan 2021.

LOHMANN, Gul, et al. **O futuro do turismo no Brasil a partir da análise do período 2000-2019**. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*. São Paulo, 16, e-2456, 2022. Disponível em: <<https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/2456>>. Acesso em: 26 ago 2022.

LOPES, Bernarda Elane Madureira. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. *Revista Educação e Políticas em Debate* - v. 3, n.2 - ago/dez. 2014. ISSN 2238-8346. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/30290/16545>> Acesso em: 01 jul 2021.

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens. **Definição do conceito de atingido**. Publicado em 2011. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/content/defini-do-conceito-atingido>. Acesso em: 09 nov. 2020.

MACHADO, Helena Cristina F. **A construção social da praia**. *Sociedade e Cultura: Cadernos do Noroeste, Série Antropologia*, v. 13, n. 1, 2000. p. 201-218. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/13550/3/A%20constru%C3%A7%C3%A3o%20social%20da%20praia.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2021.

MAIA, Daniel Medeiros; FREITAS, Bruno de; PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Um estudo diagnóstico sobre os impactos ambientais do turismo sobre a orla fluvial de Cachoeira Dourada de Minas (MG)**. *Caminhos de Geografia – revista on line*. Uberlândia v. 13, n. 41. 2012. p. 212 p. 293–306. ISSN 1678-6343. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16784>. Acesso em: 25 jan 2020.

MEDEIROS, José Marcelo. **Parques lineares ao longo de corpos hídricos urbanos**: conflitos e possibilidades; o caso da orla do lago Paranoá – DF. 2016. 384 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de Brasília, Brasília, DF. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/21465?mode=full>>. Acesso em: 18 de jun. 2021.

MENDES, Estevane de P. P. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiro de entrevistas *In*: RAMIRES, Julio Cesar de Lima. PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Orgs). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. 544 p. p. 509-537.

MEIHY, José C. S. B. **Manual de história oral**. 5. ed. ver. ampli. São Paulo: Edições Loyla, 2005. 291 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOURA, Flávia Almeida; ROCHA, Larissa Leda Fonseca. Memória e história: entrevista como procedimento de pesquisa em Comunicação. **Revista Comunicação Midiática**. ISSN: 2236-8000 v. 12, n. 2, p. 161-176, maio/ago. 2017. Disponível em:< <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/49>>. Acesso em: 15 out. 2021

NOLASCO, Genilson R. S. Identidades culturais em movimento: um olhar sobre as culturas do norte tocantinense e do sudoeste maranhense. In: PEDREIRA, Antonia C. (Org.). **A região de UHE Estreito: investigação e interpretação da sucessão temporal e espacial em que se dá a história humana**. Palmas, TO: UNITINS, 2014. 200 p.

OLIVEIRA, M. de F. Identidade nas margens do rio Tocantins. In: **XIII Encontro de História Anpuh** – Rio Identidades, 2008, Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos. Rio de Janeiro: ANPUH – Associação Nacional de História – Seção Rio de Janeiro. Disponível em:< http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212956085_ARQUIVO_TextoIdentidadenasmargensdoRioTocantinsMariadeFatimaOliveiraXIIIEncontrodeHistoriaANPURJ2008.pdf>. Acesso em: 04 jul 2022.

PALMEIRAS DO TOCANTINS. **Estatuto Social**. Associação dos Barraqueiros de Palmeiras do Tocantins – ABP. 2002. Acervo da Associação dos Barraqueiros.

PLÍNIO, Manoel de Oliveira. **Praia natural de Palmeirante/TO**. 2023. 2 fotografias.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

REIS, Jarlene Rodrigues. **Introdução ao Sistema de Turismo** – SISTUR. [s/d]. Disponível em:< http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/589/Aula_07.pdf?sequence=9&isAllowed=y>. Acesso em: 17 maio 2022.

ROCHA, José da. **Relações de poder na instalação de hidrelétricas**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2013. 348

ROCHA, Marcelo Borges; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Percepção socioambiental: a visão de turistas e gestores de hotéis sobre os impactos da poluição das praias no turismo do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Pesquisa e Turismo. São Paulo, 9(2), pp. 360-377, maio/ago. 2015. Disponível em:< <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/775>>. Acesso em: 01 mar 2021

RODRIGUES, Waldecy; MAGALHÃES FILHO, Luiz Norberto; FIGUEROA, Fernán Vergará. Valoração dos danos ambientais advindos da construção de hidrelétricas: o caso da UHE de Estreito. **Informe Gepec**, Toledo, v. 17, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2013. Disponível em:< <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/5233>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

ROSOCHE, Luiz Fernando; VALLERIUS, Daniel Mallmann. Os impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte nos atrativos turísticos da região do Xingu (Amazônia – Pará –

Brasil. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**. Vol. 5, n. 3, jul/dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/article/view/2905>. Acesso em: 22 jan 2021. pp. 414-430

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de “atingido” por barragens – direitos humanos e cidadania. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 06, N.11, 2015, p. 113-140. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/12698>>. Acesso em: 21 nov. 2022

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções sobre território**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SERPA, Angelo. **Milton Santos e a paisagem**: parâmetros para a construção de uma crítica contemporânea. Paisagem ambiente: Ensaios – nº 27 – São Paulo – p. 131-138, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77376>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SEVERINO, Antônio J. **Metodologia do trabalho científico**. – 23. ed. rev. atual. – São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**. ISSN 1677 4280 Vol.17. No 1. 2015. Disponível em: <<http://www.fei.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/2113-7552-1-PB.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA, Rubens Martins. **Travessia de passageiros em Babaçulândia/TO**. 2022. 1 fotografia.

SILVA, Rubens Martins. **Registro de imagens durante a pesquisa de campo**. 2022. 1 fotografia.

SILVA, Súsie Fernandes Santos. **A reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) atingidos pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA)**. 2017. 196f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Araguaína, 2017. Disponível em: < <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/952>>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SILVA JÚNIOR, Agnello Rufino; GUEDES, Danilo Rodrigues. Governança Pública no Brasil: estado da arte dos estudos publicados entre 2009 e 2019. **Revista Controladoria e Gestão – RCG**, Vol. 2, nº 1, p. 370-387, jan/jun. 2021. Disponível em: < <https://seer.ufs.br/index.php/rcg/article/view/14126>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

SOUZA, Lucas Barbosa e. Percepção Ambiental e a Fenomenologia de Husserl: um exercício de reaproximação. In: **Natureza e representações imaginárias**. CORCINO JUNIOR,

Givaldo Ferreira; SILVA, Valéria Cristina da (organizadores). – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2013. – Coleção Ambientalismo. 178 p.; 21 cm

SOUZA, M. L. **Ambientes e territórios**: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Serviço Público - RSP**, v. 70, n. 4, p. 519-550, 2019. Disponível em:< <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/3089>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

TOCANTINS (estado). Portaria nº 047/2014. Declara de notório conhecimento e de caráter regional o evento Temporada de Praia, no segmento Turismo de Sol e Praia, nos municípios que especifica, e adota outras providências. Diário Oficial nº 4.099, de 02 de abril de 2014a. Disponível em:< <https://doe.to.gov.br/diario/2503/download>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

TOCANTINS (estado). Portaria nº 056/2014. Fixa os valores para participação da ADTUR – Agência de Desenvolvimento Turístico na Temporada de Praia 2014, e adota outras providências. Diário Oficial nº 4.105, de 09 de abril de 2014b. Disponível em:< <https://doe.to.gov.br/diario/2510/download>>. Acesso em: 18 jun. 2023.

TOCANTINS (estado). **As sete regiões turísticas**. 2021. Disponível em:< <https://turismo.to.gov.br/pt>>. Acesso em: 09 jun. 2022

TOCANTINS (estado). **Tocantins registra 1º caso confirmado do Covid-19**. 2020. Disponível em:< <https://www.to.gov.br/noticias/tocantins-registra-1o-caso-confirmado-do-covid-19/6edmfivjmco1>>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

TRIVIÑOS, TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2006

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013. 248 p.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: SP. Difusão Editora S.A – DIFEL, 1980. 288 p.

TURISMO TOCANTINS. **Regiões Turísticas**. Disponível em:< <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/vale-dos-grandes-rios/>>. Acesso em 23 set. 2021

UHLMANN, Günter Wilhelm. **Teoria Geral dos Sistemas Do Atomismo ao Sistemismo** (Uma abordagem sintética das principais vertentes contemporâneas desta roto-Teoria). Versão Pré-Print. 2002.

VAINER, Carlos B. **Conceito de “atingidos”**: uma revisão do debate e diretrizes. Observatório Socioambiental de Barragens. 2008. Disponível em:<

<https://docplayer.com.br/52010953-Conceito-de-atingido-uma-revisao-do-debate-e-diretrizes-1.html>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

WHITAKER, Dulce C. A. et. al. A transcrição da fala do homem do campo: fidelidade ou caricatura. In: Cadernos de Campo. FEERANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (Org.), ano II, nº 3, 1995. Programa de Pós-Graduação em sociologia, F. L. C. UNESP Araraquara/SP. p-p. 65-70. Disponível em:< <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10128>>. Acesso em: 07 dez 2022

ZAGALLO, Ana Daisy Araújo. **No banheiro do lago: a (in) sustentabilidade do turismo na representação dos barqueiros atingidos pela UHE Estreito em Babaçulândia-TO.**2018. 167f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas, 2018. Disponível em:< <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/993?mode=full>>. Acesso em 15 abr. 2021

APÊNDICE

1/2

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CÂMPUS DE PALMAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CIÊNCIAS DO
AMBIENTE - PPGCIAMB

Universidade Federal do Tocantins (UFT) - Campus de Palmas

109 Norte – Quadra 109 Norte. Av. NS 15. ALCNO 14, B1 03, sala 201. CEP 77001-090 |
Palmas/TO. Telefone (63) 3229-4177 | www.uft.edu.br | ppgciamb@uft.edu.br**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convido _____ para participar da pesquisa intitulada “**O Paraíso Tropical entre Ouro, Pedras e Palmeiras (?)**: percepções socioambientais dos barraqueiros das praias artificiais no lago de usina hidrelétrica de Estreito”, sob a responsabilidade da pesquisadora Súsie Fernandes Santos Silva, a qual pretende conhecer e compreender as situações relacionadas às percepções socioambientais, sob a ótica dos barraqueiros, proprietários de barracas nas praias no entorno do lago da UHE Estreito, as quais foram construídas e entregues pelo consórcio construtor da UHE, aos municípios, a título de medida compensatória.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de respostas às perguntas contidas no roteiro de entrevista, que será lido e explicado antes de iniciar a gravação, sendo que algumas informações serão anotadas e outras gravadas em áudio, além do registro fotográfico de alguns aspectos considerados necessários para reforçarem as informações fornecidas. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo.

Aceitando participar, você estará contribuindo para a divulgação de informações sobre a situação vivenciada pelos trabalhadores durante a pandemia Covid-19, situação que impactou a temporada de praia nas praias no entorno do lago. Dessa forma estará beneficiando estudos e diálogos sobre a temática em várias regiões do país e do mundo, principalmente nos aspectos que se referem a grupos organizados em associações ou cooperativas.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa podem acontecer no momento da gravação do áudio, em que o entrevistado poderá se sentir inibido com a gravação; poderá também ficar emocionado ao relembrar fatos bons e/ou ruins vivenciados durante a execução do trabalho de barraqueiro e nos momentos em que necessitou migrar da praia natural para a artificial.

O entrevistado tem o direito de ser mantido informado sobre os resultados parciais da pesquisa e caso seja solicitado, darei todas as informações que solicitar. Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão veiculados por meio de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível a sua identificação.

A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou perda de benefícios. Depois de consentir em sua participação, você pode desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre os seus dados, esclarecimentos, ou críticas, em qualquer fase do estudo, você poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço susiefernandes@uft.edu.br, ou pelo telefone (63) 99203-8520. 109 Norte – Quadra 109 Norte. Av. NS 15. ALCNO 14, Bl 03, sala 201. CEP 77001-090 | Palmas/TO. Telefone (63) 3229-4177 | www.uft.edu.br | ppgciamb@uft.edu.br

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não receberei nenhum tipo de compensação financeira pela minha participação neste estudo e que posso sair quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via com cada um de nós.

_____ / ____ / ____.

ASSINATURAS:

Pesquisadora (PPGCIAMB/UFT)

Súsie Fernandes Santos Silva

RG 014.014 SSP/TO

Entrevistado (a)

Nome:

Telefone:

Apêndice B – Questões norteadoras para entrevista com presidentes das associações

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CÂMPUS DE PALMAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CIÊNCIAS DO
AMBIENTE - PPGCIAMB

Universidade Federal do Tocantins (UFT) - Campus de Palmas

109 Norte – Quadra 109 Norte. Av. NS 15. ALCNO 14, Bl 03, sala 201. CL. 77001-90 |
Palmas/TO. Telefone (63) 3229-4177 | www.uft.edu.br | ppgciamb@uft.edu.br



**ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS (AS) PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES
DE BARRAQUEIROS**

Título da pesquisa: O Paraíso Tropical entre Ouro, Pedras e Palmeiras (?): percepções socioambientais dos barraqueiros das praias artificiais no lago de usina hidrelétrica de Estreito

- 1) Data de registro (constituição) da associação
- 2) Número de membros na data de registro (constituição) da associação
- 3) Qual foi o objetivo da constituição da associação (consta no Estatuto)?
- 4) Quantas barracas existiam na praia antes da formação do lago?
- 5) Descreva como era a praia natural (antes da formação do lago)?
- 6) Quantas barracas foram entregues pelo CESTE?
- 7) Todos os associados que receberam barraca permanecem até a presente data? Se não permanecem, quais são os motivos dos desvínculos? Qual a destinação da barraca (direcionada a outra pessoa, está ociosa, direcionada à outra finalidade...)?
- 8) Junto com a entrega da barraca foram entregues utensílios para o funcionamento (freezer, fogão, armários, botijão de gás, outros)?
- 9) Como foi o funcionamento da praia artificial nas primeiras temporadas após a entrega? Houve algum tipo de apoio por parte do CESTE (contatação de atrações turísticas, etc)
- 10) O CESTE forneceu/fornece algum tipo de ajuda financeira durante as temporadas de praias? Qual o valor? Para qual finalidade?
- 11) Como a associação decide sobre os serviços de manutenção da praia? Ou a prefeitura é a única responsável pela manutenção?
- 12) Como e por quem são feitos os pagamentos de água e energia de cada barraca?
- 13) Durante a temporada de praia, nos anos de 2020 e 2021, houve algum tipo de funcionamento das praias, de forma que possibilitasse a obtenção de rendas financeiras para os barraqueiros?

- 14) Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos barraqueiros durante os dois anos de não funcionamento da praia (2020 e 2021) durante a pandemia Covid-19?
- 15) Qual a expectativa de funcionamento da praia para o ano de 2022?

Apêndice C – Questões norteadoras para entrevista com os barraqueiros

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CÂMPUS DE PALMAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CIÊNCIAS DO
AMBIENTE - PPGCIAMB

Universidade Federal do Tocantins (UFT) - Campus de Palmas

109 Norte – Quadra 109 Norte. Av. NS 15. ALCNO 14, Bl 03, sala 201. CEP 77001-090 |

Palmas/TO. Telefone (63) 3229-4177 | www.uft.edu.br | ppgciamb@uft.edu.br

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA OS/AS BARRAQUEIROS/AS

Título da pesquisa: O Paraíso Tropical entre Ouro, Pedras e Palmeiras (?): percepções socioambientais dos barraqueiros das praias artificiais no lago de usina hidrelétrica de Estreito

- 1) Nome _____
- 2) Idade
 - () até 25 anos
 - () de 26 a 37 anos
 - () de 38 a 49 anos
 - () de 50 a 59 anos
 - () Mais de 60 anos
- 3) () Feminino () Masculino
- 4) Grau de escolaridade
 - () Ensino fundamental incompleto (até 4º ano) () do 5º ao 9º ano
 - () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo
 - () Ensino superior incompleto () Ensino superior completo
 - () Outro _____
- 5) Cidade e estado de nascimento _____
- 6) Quando veio para este município _____
- 7) Principal ocupação atualmente _____
- 8) Já era barraqueiro(a) na praia antes da construção da hidrelétrica?
 - () não () sim. Desde o ano de _____
- 9) Antes da formação do lago: que tipo de atividades você exercia na praia? Descrever _____
- 10) Como era a paisagem da praia natural e no entorno (antes da construção da UHE)? Descreva aspectos relacionados à paisagem (vegetação no entorno, água, areia, como eram as barracas, frequência de pessoas e outros aspectos que considera importante) _____

- 11) Como é a paisagem da praia artificial (depois da formação do lago)? Descreva aspectos relacionados à paisagem (vegetação no entorno, água, areia, como eram as barracas, frequência de pessoas e outros aspectos que considera importante)
- 12) Existe alguma dificuldade para a realização do turismo nas praias artificiais (pós-barragem, como por exemplo, as pessoas não gostarem da cor da água)? Relatar
- 13) De 2012 até 2019, houve movimentação satisfatória na praia, de forma que seu empreendimento obtivesse resultados financeiros (lucro)? Descrever
- 14) Nos anos de 2020 e 2021, época da pandemia Covid-19, houve prejuízos no funcionamento da praia? Descrever
- 15) Durante o período da pandemia Covid-19, os barraqueiros receberam algum tipo de ajuda financeira? De quem? Quanto? Era mensal, anual ou por temporada? A ajuda financeira foi suficiente para as despesas básicas do grupo familiar? Relatar
- 16) Você considera que a praia artificial deveria ser utilizada em outros meses além da temporada de praia (julho)? Que atividades você considera que funcionariam bem em outros meses? Relatar

Apêndice D - Decretos Babaçulândia – AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS

Link: <https://babaculandia.to.gov.br/transparencia/decretos/>

Decreto/data	Medidas/teor
3.237 20/03/2020	Suspensão por tempo indeterminado das atividades com aglomeração de pessoas, sejam em locais públicos ou privados: estádios, praças, academias poliesportivas e estabelecimentos comerciais ou qualquer outro estabelecimento de uso comercial.
3.238 23/03/2020	Fechamento de todos os estabelecimentos comerciais em que possa haver propagação do vírus com facilidade: feiras, igrejas, loja de conveniência, bares, restaurantes, praia do Coco e Orla.
3.243 01/04/2001	Estado de calamidade pública até 31/12/2020; Vedação da realização de eventos e reuniões de qualquer natureza de caráter público ou privado, inclusive excursões, em que ocorra a aglomeração de pessoas; Jornada de trabalho de 6h, nas Unidades da Administração Pública Municipal.
3.248 15/04/2020	Proibição do consumo de bebidas alcoólicas em locais públicos e em bares, restaurantes, lanchonetes, Orla do Rio Tocantins e Praia do Coco e qualquer tipo de estabelecimento comercial; Proibição d comercialização de todo e qualquer produto por ambulantes, trailers, carretas e outros na Orla do Rio Tocantins e Praia do Coco; Suspensão, por prazo indeterminado, o funcionamento de quadras poliesportivas, clubes recreativos, academias ao ar livre, locais de locação para a prática desportiva, casas noturnas e afins; Proibição de atividades religiosas presenciais; Proibição de festas e eventos com mais de 10 (dez) pessoas; Suspensão, por tempo indeterminado, de todos e quaisquer eventos públicos e privados: shows, atividades culturais, festas, confraternizações e correlatos, tanto em áreas públicas quanto privadas;
3.260 29/04/2020	Suspensão das atividades escolares no período de 30/04/2020 a 29/05/2020.
3.261 30/04/2020	Suspensão, por tempo indeterminado, do atendimento presencial ao público no Gabinete do Prefeito, nas Secretarias, Fundos Municipais e extensões da Administração Municipal de Babaçulândia; Obrigatoriedade do uso de máscaras; Proibição do atendimento ao público nas dependências dos bares, restaurantes, conveniências e similares durante o período de 1º a 11 de maio de 2020; Proibição da venda e consumo de bebidas alcoólicas em todo e qualquer lugar público e também em bares, adegas, restaurantes, lanchonetes, Orla do Rio Tocantins e Praia do Coco e qualquer tipo de estabelecimento comercial; Proibição da comercialização de todo e qualquer produto por ambulantes, trailers, carretas e outros no município de Babaçulândia; Suspensão por prazo indeterminado, o funcionamento de Quadras Poliesportivas, Clubes Recreativos, Balneários, Academias de Ginástica, Locais de locação, para prática desportiva, casas noturnas e afins; Proibição das atividades presenciais religiosas;

	<p>Suspensão por tempo indeterminado todos e quaisquer eventos públicos e privados, tais como: shows, atividades culturais, festas, confraternizações e correlatos, tanto em áreas públicas quanto privadas;</p> <p>Proibição por tempo indeterminado o acesso às rampas e demais locais de acesso para o embarque e desembarque de Barcos, Lanchas, JET SKI e assemelhados, cujo objetivo seja de prática desportiva e de lazer.</p>
3.264 12/05/2020	Prorrogação por prazo indeterminado do Decreto nº 3.261.
3.273 05/06/2020	<p>Reitera o estado de calamidade pública no município em razão da pandemia COVID-19;</p> <p>Continuidade da suspensão, por tempo indeterminado, do atendimento presencial no Gabinete do Prefeito, nas Secretarias, Fundos Municipais e suas extensões. Sendo exercido somente expediente interno, com atendimento à população através telefone, e-mails, WhatsApp e outros meios oficiais;</p> <p>Suspensão por tempo indeterminado do funcionamento de quadras poliesportivas, clubes recreativos, balneários, locais de locação de eventos para a prática desportiva, casas noturnas e afins;</p> <p>Suspensão, por tempo indeterminado, de todos e quaisquer eventos públicos e privados: shows, atividades culturais, festas, confraternizações, casamentos e correlatos, tanto em áreas públicas quanto em privadas;</p> <p>Proibição e funcionamento e aglomeração de pessoas na Orla do Rio Tocantins, Praia do Coco e praias particulares;</p> <p>Proibição, por tempo indeterminado, de do acesso às rampas e demais locais de acesso para o embarque e desembarque de barcos, lanchas jet-skis e assemelhados, cujo objetivo seja de prática desportiva e de lazer;</p> <p>Proibição do consumo de bebidas alcoólicas em todo e qualquer lugar público e também em bares, adegas, restaurantes, lanchonetes, Orla do Rio Tocantins e Praia do Coco, e qualquer tipo de estabelecimento comercial.</p>
3.298 13/07/2020	Nomeação da Comissão Gestora do CIVID-19 para deliberar sobre a criação e execução do Plano de Flexibilização e Ação do Comércio.
3.299 13/07/2020	Instituição do novo Plano de flexibilização de Ação do Comércio com medidas temporárias e emergenciais frente a prevenção de contágio pela COVID-19.
3.330 13/07/2020	Proibição do funcionamento e aglomeração de pessoas na Orla do Rio Tocantins e Praia do Coco.
3.341 09/10/2020	<p>Flexibilização do funcionamento das atividades comerciais publicadas no decreto 3.273/2020;</p> <p>Continuação do uso de máscara.</p>
3.414 04/01/2021	Decreta situação de emergência, por 90 dias, podendo ser prorrogada por igual período.
3.440 28/01/2021	<p>Manutenção da obrigatoriedade do uso de máscara;</p> <p>Distanciamento social, no mínimo, 2 metros entre as pessoas;</p> <p>Disponibilização de álcool 70% nos estabelecimentos públicos e privados;</p> <p>Suspensão das aulas presenciais até 30/03/2021;</p> <p>Suspensão das atividades de atendimento ao público, nos órgãos e entidades municipais;</p> <p>Suspensão, por 30 dias da realização de festas;</p> <p>Proibição da realização de festas carnavalescas em 2021</p>
3.460	Manutenção das medidas restritivas previstas no decreto nº 3440/2021;

12/02/2021	Proibição do uso de som automotivo nas margens da Orla e do Lago de Babaçulândia; Realização de blitz preventivas (orientação, prevenção e fiscalização) pela Secretaria Municipal de Saúde.
3.477 05/03/2021	Manutenção da obrigatoriedade do uso de máscara; Manutenção do distanciamento social mínimo de dois metros entre pessoas; Disponibilização de álcool 70% em todos os estabelecimentos públicos e privados, bem como horário de funcionamento entre 06 e 20 horas; Suspensão das aulas presenciais, por mais 30 dias; Proibição, por 30 dias, da realização de confraternizações com aglomeração superior a 8 (oito) pessoas; Estabelecimento da capacidade máxima de passageiros em transporte coletivo em 40%.
3.488 05/04/2021	Prorroga, por 30 dias, todas as medidas estabelecidas no Decreto nº 3.477.
3.525 21/06/2021	Manutenção da obrigatoriedade do uso de máscara; Distanciamento social mínimo de 2 metros entre a pessoas, em qualquer estabelecimento comercial; Disponibilização de álcool 70% em todos os estabelecimentos públicos e privados, bem como horário de funcionamento entre 07 e 22 horas; Suspensão da temporada de praia 2021; Instalação de barreiras sanitárias nos finais de semana, feriados e pontos facultativos; Manutenção da prorrogação dos efeitos do Decreto municipal nº 3.243/2020.

Apêndice E - Decretos Barra do Ouro - AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

Link: <https://www.barradoouro.to.gov.br/diariooficial>

Anos 2020 e 2021

Decreto/data	Medidas/teor
107/2020 DO 147 20/03/2020	Suspensão por tempo indeterminado das atividades em: - Feiras livres; - Academias, bares e congêneres, distribuidoras de bebidas que desempenham atividades de bares e aglomerações, estabelecimentos de eventos fixos e temporários; - Eventos, reuniões e/ou atividades sujeitas a aglomeração de pessoas, sejam elas governamentais, artísticas, esportivas e científicas do setor público, sendo as medidas adotadas recomendadas ao setor privado, somando-se as atividades comerciais e religiosas. Declaração de situação de emergência em saúde pública no município de Barra do Ouro e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo CORONAVÍRUS (COVID-19) Suspensão das aulas nas escolas públicas municipais e centros municipais de educação infantil
108 DOE 147 20/03/2020	Suspensão, a partir do dia 20/03/2020, do atendimento ao público realizado na Prefeitura Municipal do município, permanecendo tão somente os serviços internos.
116/2020 DOE 146 16/03/2020	Suspensão, pelo período de 16 a 20/03/2020, de todas as atividades educacionais nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de ensino do município.
121 DOE 155 29/04/2020	Decreta o uso obrigatório de máscara, a partir do dia 04/05/2020, para todas as pessoas que transitarem em espaços públicos e ainda em estabelecimentos privados no município de Barra do Ouro/TO.
123/2020 DO 157 13/05/2020	- Proibição, a partir de 14/05/2020, do comércio, transporte e consumo de bebidas alcoólicas na circunscrição do município de Barra do Ouro/TO; - Estabelecimento de barreiras sanitárias, a partir do dia 14/05/2020, com auxílio de força policial, caso necessária na circunscrição do município de Barra do Ouro; - O desembarque e/ou acesso de pessoas no território do município, só seria permitido após avaliação da equipe designada pelos órgãos responsáveis pelas Barreiras Sanitárias.
125/2020 DO 165 03/06/2020	Flexibilização da comercialização e do transporte de bebidas alcoólicas na circunscrição do município de Barra do Ouro/TO, imposta pelo Decreto Municipal nº 123, de 13/05/2020.
126/2020 DO 165 04/06/2020	- Cancelamento da Temporada de Praias 2020 no município de Barra do Ouro - TO. - Interdição (fechamento), a partir do dia 04/06/2020, o fechamento de todas as Praias do município de Barra do Ouro – TO, principalmente a praia central da cidade “Praia do Ouro”.
13/2021 07/01/2021 DO 200 20/01/2021	- Decreto de Situação de Emergência no Município de Barra do Ouro/TO, pelo prazo de 90 dias, podendo ser prorrogado por igual período, respeitando tudo o que requer o disposto no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93, e suas

	<p>alterações posteriores, devendo no prazo de lei cumprir o que necessário for para retomada das condições administrativas do município.</p> <p>- Suspensão, a partir de 18/01/2021, de todos os eventos públicos agendados pelos órgãos ou entidades municipais, devendo tais encontros serem remarcados oportunamente após oitiva da Secretaria Municipal de Saúde.</p>
107/2021 DO 228 24/05/2021	Prorrogação da suspensão das aulas presenciais na Rede Pública de Ensino Municipal de Barra do Ouro/TO até a data de 30/06/2021.
109/2021 DO 230 28/05/2021	Prorrogação da suspensão das aulas presenciais na Rede Pública de Ensino Municipal de Barra do Ouro/TO até a data de 30/06/2021
117/2021 DO 233 07/06/2021	Determinação do fechamento de todos os bares e segmentos comerciais similares, do Município de Barra do Ouro/TO, a partir das 23h59min do dia 07/06/2021. No mesmo período ficou proibida a venda e consumo de bebidas alcoólicas em qualquer estabelecimento comercial, praias, balneários localizados no município , seja zona urbana ou rural, bem como em vias e locais públicos.
129/2021 DO 254 03/08/2021	Prorrogação da suspensão das aulas presenciais no Sistema Público e Privado no âmbito do Município de Barra do Ouro/TO, até a data de 31/08/2021.
143/2021 DO 271 30/08/3021	Autorização do retorno das aulas presenciais, na Rede de Ensino Público e Privado, no formato híbrido, com revezamento de alunos e adoção de todos os protocolos de segurança e higiene para a prevenção da COVID-19, a partir do dia 01/09/2021 até o dia 23/12/2021.
Decreto 164/2021 DO 303/2021 16/11/2021	<p>- Permissão da realização de eventos públicos e privados, festas, shows, casamentos, aniversários, campeonatos de futebol, confraternizações e qualquer tipo de evento, no âmbito do Município de Barra do Ouro/TO;</p> <p>- Apresentação de comprovação vacinal, de pelo menos a 1ª dose, pelos participantes de atividades que exijam licença ou não do Poder Público, como: eventos, festas, shows, casamentos, aniversários, confraternizações, cavalgadas e correlatos.</p> <p>- Comprovação vacinal por todos os participantes dos jogos, no ato da inscrição em campeonatos e reuniões esportivas, junto à Vigilância Sanitária.</p>

Apêndice F - Decretos Darcinópolis – AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

Link: https://diariooficial.darcinopolis.to.gov.br/todos_diarios.php?pagina=2

Anos 2020 e 2021

Decreto/data	Medidas/teor
04/2020 DO 46 16/03/2020	Suspensão, pelo período de 16 a 20/03/2020, de todas as atividades educacionais nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino.
06/2020 DO 47 18/03/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Suspensão, por tempo indeterminado, de todos e quaisquer eventos públicos, shows e atividades culturais em áreas públicas que possam ocasionar aglomerações de mais de 100 pessoas, e o cancelamento de competições esportivas (amistosos e campeonatos) que seja fora do município; - Suspensão, por tempo indeterminado, de todas as atividades educacionais nas Redes de Ensino; - Suspensão, provisória, de ambientes fechados como: pubs, boates, cinemas e similares; - Suspensão de eventos, festas, apresentações, confraternizações e outros, em casas de eventos, exceto para aqueles cujo público seja inferior a 100 pessoas, sob pena de esvaziamento do recinto.
08/2020 DO 49 25/03/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Permanência da situação de emergência em saúde pública no município de Darcinópolis em razão de pandemia de doença infecciosa viral respiratória (COVID-19), causada pelo agente novo coronavírus; - Proibição da saída de pessoas da cidade para outros municípios por prazo indeterminado.
09/2020 DO 49 25/03/2020	Declarado estado de calamidade pública (EPC) em todo o território do Município de Darcinópolis, em premente enfrentamento ao COVID-19 (novo Coronavírus), configurando desastre que pode ser classificado e codificado de acordo com a Codificação Brasileira de Desastre – COBRADE – como 1.5.1.1.0, nos termos da IN/MI 02/2016.
11/2020 DO 55 24/04/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Permanência da situação de emergência em saúde pública no município de Darcinópolis em razão de pandemia de doença infecciosa viral respiratória (COVID-19), causada pelo agente novo coronavírus; - Proibição da descida de passageiros em ônibus de turismo no município de Darcinópolis/TO.
12/2020 DO 55 24/04/2020	Obrigatoriedade do uso de máscara, a partir de 30/04/2020, por prazo indeterminado, em todos os locais públicos.
13/2020 DO 55 24/04/2020	Manutenção da suspensão das atividades educacionais em estabelecimentos de ensino com sede no município, públicos ou privados, até 30/04/2020.
14/2020 DO 57 30/04/2020	Manutenção da suspensão das atividades educacionais em estabelecimentos de ensino com sede no município, públicos ou privados, até 30/05/2020.
15/2020 DO 58 09/05/2020	- Obrigatoriedade do uso de máscara, por tempo indeterminado, em todos os ambientes públicos ou de livre acesso, em transportes públicos ou privados, de uso coletivo ou individual, em estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços municipais;

	<ul style="list-style-type: none"> - Proibição da realização de eventos, reuniões, festas ou atividades particulares que ensejem à aglomeração de pessoas; - Proibição da realização de atividades esportivas que provoquem aglomeração de pessoas, a saber, campeonatos de futsal, futebol, vôlei e outros, sejam em espaços públicos ou privados; - Proibição de visitas a cachoeiras ou banhos desta municipalidade que possam resultar em aglomeração; - Suspensão da realização de férias.
16/2020 DO 64 21/05/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Obrigatoriedade do uso de máscara, a partir de 21/05/2020, por tempo indeterminado, por todos os cidadãos, em ambientes públicos ou de livre acesso, em transportes públicos ou privados, de uso coletivo ou individual, em estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços municipais; - Proibição da realização de eventos, reuniões, festas ou atividades particulares que ensejem à aglomeração de pessoas; - Proibição da realização de atividades esportivas que provoquem aglomerações de pessoas, a saber, campeonatos de futsal, futebol, vôlei e outros, seja em espaços públicos ou privados; - Proibição de visitas a cachoeiras ou banhos desta municipalidade que possam resultar em aglomeração. - Suspensão da realização de feiras.
18/2020 DO 66 26/05/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Vedação a qualquer indivíduo a permanência e o trânsito em vias, parques, equipamentos, locais e praças públicas, dentro do Município, a partir de 27/05 a 02/06/2020; - Suspensão, por tempo indeterminado, da realização de eventos e de qualquer atividade com a presença de público, ainda que previamente autorizadas, que envolvam aglomeração de pessoas, tais como evento desportivo, show, salão de festa, casa de festa, feira, evento científico, atividades coletivas de cinema, teatro, passeata e afins; - Suspensão, por tempo indeterminado, do funcionamento de clubes de serviço de lazer, academias de ginástica e estabelecimentos de condicionamento físico, bem como a realização de quaisquer atividades esportivas de caráter coletivo, ainda que sem a presença de público; - Proibição da realização de atividades físicas nas vias públicas municipais, independentemente do número de pessoas.
19/2020 DO 68 02/06/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Obrigatoriedade do uso de máscara por todos os cidadãos, em ambientes públicos ou de livre acesso, em transportes públicos ou privados, de uso coletivo ou individual, em estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços municipais; - Proibição da realização de atividades esportivas que provoquem aglomerações de pessoas, a saber, campeonatos de futsal, futebol, vôlei e outros, seja em espaços públicos ou privados; - Proibição de visitas a cachoeiras ou banhos desta municipalidade que possam resultar em aglomeração; - Proibição do consumo de bebidas alcoólicas em qualquer estabelecimento comercial (bares, boates, clubes, adega, etc); - Determinação do fechamento de boates, casas noturnas, espaços destinados a eventos, clubes recreativos, clubes, quadras, ginásios, campos de futebol.
29/2020 DO 92 09/09/2020	<ul style="list-style-type: none"> - Permanência, por tempo indeterminado, da obrigatoriedade do uso de máscara por todos os cidadãos, em ambientes públicos ou de livre acesso, em

	<p>transportes públicos ou privados, de uso coletivo ou individual, em estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços municipais.</p> <p>- Proibição da realização de eventos na cidade que possuíssem mais de 250 pessoas, para casos ao ar livre, com capacidade para mais de 200 pessoas, em locais fechados.</p>
<p>34/2021 DO 124 05/03/2021</p>	<p>- Permanência, por tempo indeterminado, da obrigatoriedade do uso de máscara por todos os cidadãos, em ambientes públicos ou de livre acesso, em transportes públicos ou privados, de uso coletivo ou individual, em estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços municipais.</p> <p>- Proibição da realização de festas que provoquem aglomerações de pessoas;</p> <p>- Proibição da realização de atividades esportivas que provoquem aglomerações de pessoas a saber, campeonatos de futsal, futebol, vôlei, torneio de sinuca e outros, seja em espaços públicos ou privados, pelo período de 05/03 a 05/04/2021.</p>
<p>43/2021 DO 134 07/04/2021</p>	<p>- Permanência, por tempo indeterminado, da obrigatoriedade do uso de máscara por todos os cidadãos, em ambientes públicos ou de livre acesso, em transportes públicos ou privados, de uso coletivo ou individual, em estabelecimentos comerciais, industriais e de serviços municipais.</p> <p>- Proibição da realização de festas que provoquem aglomerações de pessoas;</p> <p>- Proibição da realização de atividades esportivas que provoquem aglomerações de pessoas a saber, campeonatos de futsal, futebol, vôlei, torneio de sinuca e outros, seja em espaços públicos ou privados, pelo período de 07/04 a 07/05/2021.</p>

Apêndice G - Decretos Filadélfia – AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS

Decretos Filadélfia – AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO

CORONAVIRUS – Link: <https://filadelfia.to.gov.br/portal/categoria/decretos-covid-19/page/2/>

Anos 2020 e 2021

Decreto/data	Medidas/teor
2020	Não há registros disponíveis no site da prefeitura. Conforme informações fornecidas pelo senhor Dalcivan (assessor do prefeito) a gestão anterior (2017-2020) não deixou registro de informações. Enviei e-mail dia 12/04/2021 para prefeiturafiladelfia@gmail.com porém não obtive retorno.
05 26/01/2021	Permanência do uso obrigatório de máscara; Vedada temporariamente a realização de quaisquer eventos, festas, apresentações, confraternizações e outros, em que ocorra a aglomeração de mais de 15 pessoas; Permitido o consumo de bebidas alcoólicas em bares, conveniências, restaurantes, lanchonetes e adegas; Velórios terão duração máxima de 4 horas, limitado a permanecer 10 pessoas por vez, mediante o uso de máscara.
08 26/02/2021	Permanência do uso obrigatório de máscara; Vedada temporariamente a realização de quaisquer eventos, festas, apresentações, confraternizações e outros, em que ocorra a aglomeração de mais de 15 pessoas; Permitido o consumo de bebidas alcoólicas em bares, conveniências, restaurantes, lanchonetes e adegas; Velórios terão duração máxima de 4 horas, limitado a permanecer 10 pessoas por vez, mediante o uso de máscara.
11 16/03/2021	Suspensão, até 23/03/2021 de: - Eventos de qualquer natureza, que exijam licença do Poder Público; - Atividades educacionais presenciais; - Bares, restaurantes, lanchonetes e assemelhados; - Missas e cultos; - Academias de esportes de todas as modalidades; - Clubes recreativos; Proibido o consumo de bebidas alcoólicas em todo e qualquer lugar público e também em bares, adegas, restaurantes, lanchonetes, Orla e Praia e qualquer tipo de estabelecimento comercial; Proibida a prática de música ao vivo e mecânica, ou quaisquer instrumentos ou aparelhos de reprodução sonora em locais públicos.
12 23/03/2021	Continuidade da obrigatoriedade do uso de máscara; Continua suspenso, até 31/03/2021, o atendimento presencial ao público no Gabinete do Prefeito, nas Secretarias, Fundos municipais e suas extensões da Administração Pública municipal, sendo exercido o expediente interno com o atendimento ao público ocorrendo através de telefone, e-mails, WhatsApp e outros meios oficiais; Permitido o funcionamento de aulas de reforço e escolas particulares, limitando a 1 aluno por hora marcada;

	Suspensão, por tempo indeterminado, de todos e quaisquer eventos públicos e privados: shows, atividades culturais, festas, confraternizações, casamentos, cavalgadas, vaquejadas e correlatos, tanto em áreas públicas quanto privadas; Proibida a aglomeração de mais de 15 pessoas, incluindo os residentes em: residências, chácaras ou propriedades privadas, urbanas e rurais.
15 30/03/2021	Prorroga os efeitos do art. 3º do Decreto municipal nº 012/2021. Continua suspenso até dia 07/04/2021 o atendimento presencial ao público no Gabinete do Prefeito, nas Secretarias, Fundos Municipais e suas extensões da Administração Pública Municipal. Sendo exercido somente o expediente interno, com atendimento à população através de telefones, e-mails, WhatsApp e outros meios oficiais. Demandas, requerimentos e solicitações podem ser protocolados pelo e-mail prefeiturafiladelfia@gmail.com e a administração pública tem o prazo de 7 dias para responder a demanda solicitada.
17 07/04/2021	Prorrogação dos efeitos do Decreto nº 12/2021 e do Decreto nº 15/2021 que dispõe sobre as medidas restritivas voltadas à contenção da disseminação da COVID-19 pelo período de 08 a 22/04/2021.
18 23/04/2021	Prorrogação dos efeitos do Decreto nº 017/2021 que dispõe sobre as medidas restritivas voltadas à contenção da disseminação da COVID
21 07/05/2021	Prorrogação dos efeitos do Decreto Municipal nº 018 de 23 de abril de 2021.
37 24/08/2021	Obrigatoriedade vacinal para todos os servidores e empregados públicos municipais, prestadores de serviços contratados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, direta e indireta.
40 31/08/2021	Medidas restritivas voltadas à contenção da disseminação da COVID-19, pelo período de 31/08 a 30/09/2021; Continuidade do uso de máscara; Proibição do acesso às quadras e campos públicos aos esportistas e populares não vacinados; Proibição da utilização de equipamentos de som para a prática de música ao vivo, mecânica, som automotivo em espaços públicos de uso comum (praças, academia ao ar livre e outros, bem como em bares, restaurantes e correlatos; Autorização do funcionamento de feiras livres, com a devida observação dos protocolos de segurança; Suspensão das aulas presenciais na rede pública municipal até dia 12/09/2021; Proibição de aglomeração com mais de 30 pessoas, incluindo os residentes, em locais públicos e privados, rurais e urbanos; Determinou o fechamento da Praia de Filadélfia pelo período de 31/08 a 30/09/2021, não sendo permitido nenhum tipo de comercialização ou aglomeração no local; Proibição da realização de velórios de pessoas vítimas de COVID-19.
42 03/09/2021	Determinação de comprovação vacinal por todos os servidores públicos, até 20/09/2021.
43 15/09/2021	- Flexibilização das medidas restritivas: comercialização de bebidas alcoólicas, porém com a necessidade de manutenção do protocolo de segurança; - Fiscalização, controle de entrada e aferição de temperatura em eventos com mais de 200 pessoas; - Permissão de campeonatos e reuniões esportivas, nas quais todos os participantes dos jogos, tenham apresentado comprovação vacinal de, pelo menos, a 1ª dose da imunização contra a Covid-19.

Apêndice H - Decretos Palmeirante/TO – AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVIRUS

Link: <https://www.palmeirante.to.gov.br/normas/all/-1/34/all/all/2>

Anos 2020 e 2021

Decreto/data	Medidas/teor
17 14/03/2020	Suspensão das atividades educacionais em todas as escolas da rede ensino, pelo período de 5 dias, a partir de 16/03/2020; Recomendação da suspensão dos eventos públicos com mais de 100 pessoas; Organização de espaço mínimo de 2 metros entre as pessoas, em bares e restaurantes.
21 18/03/2020	Criação do Comitê de prevenção e monitoramento dos efeitos da COVID-19 em âmbito municipal. Composto pelas secretarias de Saúde, Educação, Administração e Planejamento.
01 04/01/2021	Decretada situação de emergência no Município pelo prazo de 60 dias;
08 05/01/2021	Nomeação do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao COVID-19;
12 09/02/2021	Manutenção da obrigatoriedade do uso de máscara em todos os locais públicos e privados; Suspensão das aulas presenciais nas escolas municipais por tempo indeterminado; Prorrogação dos efeitos do Decreto 054/2020. (não está disponível no site da prefeitura)
16 10/03/2021	Manutenção do uso de máscara; Proibição da realização de eventos, torneios, festas em geral, atividades esportivas e coletivas.
25 05/05/2021	Manutenção do uso de máscara; Bares e restaurantes poderão funcionar até às 22h, mantendo disponíveis, no máximo, quatro mesas, bem como a distância mínima de dois metros entre as mesas. Transportes coletivos deverão transportar, no máximo, 50% da capacidade do veículo; Permanência da proibição de aglomerações com mais de 8 pessoas em locais privados e públicos.
43 13/07/2021	Decretou que quem se recusasse a vacinar, na época da sua faixa etária, deveria assinar o termo de responsabilidade e ciência, de que só seria vacinado após as demais faixas etárias, ou seja, iria para o final da fila.

Apêndice I - Decretos Palmeiras do Tocantins – AÇÕES PREVENTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

Link:

https://www.palmeirasdotocantins.to.gov.br/pagina_documentos_covid.php?nome_situacao=&descricao_pesquisa=

Anos 2020 e 2021

Decreto/data	Medidas/teor
35 05/02/2021	Permanência do uso de máscara; Cancelamento da festa de comemoração ao aniversário de emancipação político-administrativa do Município, em 10/02/2021. Suspensão, em ambientes públicos e privados, as comemorações do carnaval 2021.
54 16/03/2021	Decretada situação de emergência e, saúde pública no Município em razão da pandemia COVID-19; Suspensão de toda e qualquer atividade esportiva realizada em campos de futebol ou ginásio de esportes. Suspensão por tempo indeterminado, da circulação dos ônibus entre zona rural e sede do município, a partir do dia 17/03/2021
64 30/03/2021	Prorrogação do Decreto nº 54/2021, por mais 5 dias.
68 05/04/2021	Prorrogação do Decreto nº 54/2021, até 30/04/2021.
69 12/04/2021	Nomeação do Comitê Gestor para enfrentamento da COVID-19 no município, para fins de gestão, acompanhamento e planejamento das ações da Secretaria Municipal de Educação.
72 03/05/2021	Prorrogação de parte do decreto 54/2021. Autorização de abertura de estádio e campos de futebol; Retorno da circulação dos ônibus entre zona rural e sede do município; Permanece a suspensão das aulas presenciais;
83 15/06/2021	Cancelamento da temporada de veraneio da Praia do Pedral no ano de 2021; Permanência da suspensão das aulas presenciais; Permissão de funcionamento das academias, seguindo os protocolos previstos no decreto. Determinação para aplicação de sanções prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislações vigentes, para os servidores públicos municipais que forem autuados ou flagrados em festas, aglomerações de pessoas ou descumprimento das medidas de prevenção impostas por este decreto.
85 01/07/2021	Permanência do cancelamento da temporada de praia do Município de Palmeiras, no ano de 2021, que abrange seu território ao longa das margens do Rio Tocantins; Fechamento dos acessos principais concernentes às praias no território do Município de Palmeiras do Tocantins/TO; Suspensão das atividades turísticas e de lazer em todo o território do Município, inclusive nas áreas ribeirinhas do rio Tocantins como: praias, ilhas e bancos de areia;

	Proibição da instalação de acampamento de pessoas em todo o território do município, inclusive nas áreas ribeirinhas do rio Tocantins como: praias, ilhas e bancos de areia.
88 02/08/2021	Permanência da suspensão das atividades de lazer do veraneio da temporada da Praia do Pedral de 2021, tais como a realização de acampamentos, eventos culturais, festivos, artísticos, musicais, esportivos e demais eventos que ensejam aglomeração; Permanência da suspensão das aulas presenciais da educação básica na rede pública de Palmeiras do Tocantins no período de 02/08 a 30/09/2021.

ANEXOS

Anexo A – Parecer Consubstanciado CEP

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PARAÍSO TROPICAL ENTRE OURO, PEDRAS E PALMEIRAS: PERCEPÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DOS USUÁRIOS DAS PRAIAS ARTIFICIAIS NO LAGO DE USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO MARANHÃO

Pesquisador: SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 52889921.1.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.179.097

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa visa apresentar a percepção socioambiental dos usuários das praias artificiais localizadas nos municípios impactados pelo lago da usina hidrelétrica de Estreito (MA) em relação a conservação, acessibilidade, equipamentos de lazer, qualidade da água, convivência entre os usuários, dentre outros fatores. As praias artificiais foram construídas pelo grupo empreendedor da hidrelétrica Consórcio Energia Estreito (CESTE) e entregues a título de medida compensatória a sete municípios impactados, sendo seis à montante e um à jusante. O objetivo geral é analisar a percepção socioambiental nas práticas de utilização e preservação das praias artificiais localizadas no lago da UHE Estreito (MA), nos seis municípios tocantinenses localizados à jusante da hidrelétrica: Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Palmeirante e Palmeiras do Tocantins. Na revisão da literatura serão utilizadas produções científicas que abordem a temática em estudo nesta pesquisa, bem como as características das praias antes da formação do lago, ou seja, praias naturais; o conceito de impactado/atingido hídrico; características do turismo pós-barragem. A delimitação da área de estudo abarca apenas os seis municípios tocantinenses localizados à montante da hidrelétrica, os quais receberam a estrutura de uma praia artificial. Para a busca de informações, serão utilizados questionários, no primeiro momento, em todas as praias, a fim de verificar a percepção socioambiental dos usuários de cada uma delas; no segundo momento, será realizada a coleta de dados com pesquisa de campo utilizando a entrevista

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado

Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090

UF: TO **Município:** PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 5.179.097

semiestruturada e/ou em profundidade. Para as análises serão utilizados documentos e informações obtidas em sites oficiais e acadêmicos; a revisão sistemática no levantamento das produções acadêmicas que abordam a mesma temática; e a análise de conteúdo. A área do recorte da pesquisa está representada na imagem abaixo, mostra a proximidade com o município de Araguaína, por ser ponto de referência na região norte do estado do Tocantins.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a percepção socioambiental nas práticas de utilização das praias artificiais localizadas no lago da UHE Estreito (MA), nos municípios de Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Palmeirante e Palmeiras do Tocantins, sob a ótica dos barraqueiros.

2.2 - Objetivos específicos

Levantamento documental sobre a paisagem das seis praias antes da barragem;
Identificar as mudanças paisagísticas, nas praias, depois da formação do lago;
Descrever as percepções, ações e comportamentos dos usuários das praias quanto aos aspectos socioambientais;
Registrar as estratégias locais, do poder público e de empreendedores, para o desenvolvimento do turismo pós-barragem nas praias artificiais.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Analisar a percepção socioambiental nas práticas de utilização das praias artificiais localizadas no lago da UHE Estreito (MA), nos municípios de Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Palmeirante e Palmeiras do Tocantins, sob a ótica dos barraqueiros.

2.2 - Objetivos específicos

Levantamento documental sobre a paisagem das seis praias antes da barragem;
Identificar as mudanças paisagísticas, nas praias, depois da formação do lago;
Descrever as percepções, ações e comportamentos dos usuários das praias quanto aos aspectos socioambientais;
Registrar as estratégias locais, do poder público e de empreendedores, para o desenvolvimento do turismo pós-barragem nas praias artificiais.

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 **E-mail:** cap_uft@uft.edu.br

Continuação do Parecer: 5.179.097

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos de apresentação obrigatória foram apresentados.

Recomendações:

Retirar cabeçalho do TCLE.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Concluímos que a pesquisa obedece os critérios éticos da pesquisa e que poderá prosseguir.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1828453.pdf	17/10/2021 06:19:22		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_assinada_pelo_reitor.pdf	17/10/2021 06:15:36	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa_para_CEP.docx	17/10/2021 06:14:14	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_de_pesquisa_em_fase_inicial_UFT.pdf	08/10/2021 15:58:03	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_da_orientadora_UFT.pdf	08/10/2021 15:57:41	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Outros	TERMO_DE_FIEL_DEPOSITARIO_Susie.pdf	07/10/2021 20:55:15	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DA_PESQUISA_Susie.pdf	07/10/2021 20:51:51	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento_da_pesquisa_Susie.pdf	07/10/2021 20:50:50	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_doutorado_Susie.pdf	07/10/2021 15:20:13	SUSIE FERNANDES SANTOS SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado
Bairro: Plano Diretor Norte **CEP:** 77.001-090
UF: TO **Município:** PALMAS
Telefone: (63)3232-8023 **E-mail:** cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 5.179.087

Não

PALMAS, 20 de Dezembro de 2021

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: ocp_uft@uft.edu.br

Anexo B – Contrato de Comodato Praia do Pedral – Palmeiras do Tocantins



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DO TOCANTINS
CNPJ: 25.064.056/0001-30
Adm.: 2009/2012 "Governo do Povo"

CONTRATO DE COMODATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMEIRAS DO TOCANTINS E RAIMUNDO RODRIGUES MARINHO NETO.

COMODANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ n.º 25.064.056/0001-30, com endereço na Rua Mariano Araújo Lima, S/N, Centro, neste ato legalmente representada pelo Prefeito Municipal Sr. ANISSÉ ALVES DE SOUSA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Palmeiras do Tocantins, portador do CPF: 198.945.971-49 e RG: 458.434 – SSP/TO.

COMODATÁRIO: Senhor **RAIMUNDO RODRIGUES MARINHO NETO**, Brasileiro, Solteiro, residente e domiciliado na Cidade de Palmeiras do Tocantins, portador do RG: 1.012.307 SSP/TO e CPF: 426.014.871-00.

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Comodato de 01 (uma) Barraca na Praia Permanente do Pedral no Município de Palmeiras do Tocantins, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. O presente contrato tem como OBJETO, a barraca nº 03 construída na Praia Permanente do Pedral, de propriedade do Município de Palmeiras do Tocantins, localizada na margem esquerda do Rio Tocantins há 8 km da sede do Município de Palmeiras do Tocantins-TO.

DO USO DAS BARRACAS

Cláusula 2ª. O COMODANTE cede a barraca nº 03 objeto deste contrato, ao COMODATÁRIO, devendo este utilizar-se da mesma somente para fins de comercialização de bebidas, comidas e/ou similares, não podendo o COMODATÁRIO transferir, vender, trocar, locá-lo ou sublocá-lo.

DOS DEVERES

Cláusula 3ª. O COMODATÁRIO deve manter a barraca no mesmo estado em que a recebeu, sendo vedado a ele realizar qualquer tipo de alteração na estrutura física exterior, mas ficando facultado o uso de madeirite para fazer divisórias na parte interior da barraca.

§ 1º O COMODATÁRIO não poderá alterar a estrutura da barraca, seja a estrutura física ou o tamanho da mesma, tampouco alterar as cores da barraca.

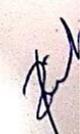
§ 2º O COMODATÁRIO deverá manter a barraca sempre higienizada.

§ 3º O COMODATÁRIO, deverá juntamente com os demais COMODÁRIOS Associados a Associação dos Barraqueiros da Praia Permanente do Pedral, a manter os banheiros coletivos sempre higienizados e toda estrutura física da Praia sempre limpa, ficando o COMODANTE, responsável apenas pela coleta periódica do lixo já devidamente colocados nas lixeiras.

§ 4º O COMODATÁRIO poderá usar tendas de até 5 metros de comprimento na frente da barraca, desde que sejam todas padronizadas.

§ 5º O COMODATÁRIO não poderá afixar nas barracas ou no espaço destinado a Praia Permanente do Pedral, nenhum tipo de cartaz, adesivos, faixas e etc., que tenham conotação política. Salvo apenas com propaganda da Associação dos Barraqueiros, Município, eventos, nomes das barracas e bebidas e comidas e/ou similares.

no Araújo Lima, S/N - Centro - Fone: (63) 3433-1158 - CEP: 77.913-000 - Palmeiras do Tocantins - TO


Anissé Alves de Sousa
 Prefeito Municipal



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DO TOCANTINS
CNPJ: 25.064.056/0001-30
Adm.: 2009/2012 "Governo do Povo"

CONTRATO DE COMODATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMEIRAS DO TOCANTINS E RAIMUNDO RODRIGUES MARINHO NETO.

COMODANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DO TOCANTINS, Estado do Tocantins, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ n.º 25.064.056/0001-30, com endereço na Rua Mariano Araújo Lima, S/N, Centro, neste ato legalmente representada pelo Prefeito Municipal Sr. ANISSÉ ALVES DE SOUSA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Palmeiras do Tocantins, portador do CPF: 198.945.971-49 e RG: 458.434 – SSP/TO.

COMODATÁRIO: Senhor **RAIMUNDO RODRIGUES MARINHO NETO**, Brasileiro, Solteiro, residente e domiciliado na Cidade de Palmeiras do Tocantins, portador do RG: 1.012.307 SSP/TO e CPF: 426.014.871-00.

As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Comodato de 01 (uma) Barraca na Praia Permanente do Pedral no Município de Palmeiras do Tocantins, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. O presente contrato tem como OBJETO, a barraca nº 03 construída na Praia Permanente do Pedral, de propriedade do Município de Palmeiras do Tocantins, localizada na margem esquerda do Rio Tocantins há 8 km da sede do Município de Palmeiras do Tocantins-TO.

DO USO DAS BARRACAS

Cláusula 2ª. O COMODANTE cede a barraca nº 03 objeto deste contrato, ao COMODATÁRIO, devendo este utilizar-se da mesma somente para fins de comercialização de bebidas, comidas e/ou similares, não podendo o COMODATÁRIO transferir, vender, trocar, locá-lo ou sublocá-lo.

DOS DEVERES

Cláusula 3ª. O COMODATÁRIO deve manter a barraca no mesmo estado em que a recebeu, sendo vedado a ele realizar qualquer tipo de alteração na estrutura física exterior, mas ficando facultado o uso de madeirite para fazer divisórias na parte interior da barraca.

§ 1º O COMODATÁRIO não poderá alterar a estrutura da barraca, seja a estrutura física ou o tamanho da mesma, tampouco alterar as cores da barraca.

§ 2º O COMODATÁRIO deverá manter a barraca sempre higienizada.

§ 3º O COMODATÁRIO, deverá juntamente com os demais COMODÁRIOS Associados a Associação dos Barraqueiros da Praia Permanente do Pedral, a manter os banheiros coletivos sempre higienizados e toda estrutura física da Praia sempre limpa, ficando o COMODANTE, responsável apenas pela coleta periódica do lixo já devidamente colocados nas lixeiras.

§ 4º O COMODATÁRIO poderá usar tendas de até 5 metros de comprimento na frente da barraca, desde que sejam todas padronizadas.

§ 5º O COMODATÁRIO não poderá afixar nas barracas ou no espaço destinado a Praia Permanente do Pedral, nenhum tipo de cartaz, adesivos, faixas e etc., que tenham conotação política. Salvo apenas com propaganda da Associação dos Barraqueiros, Município, eventos, nomes das barracas e bebidas e comidas e/ou similares.

no Araújo Lima, S/N - Centro - Fone: (63) 3433-1158 - CEP: 77.913-000 - Palmeiras do Tocantins - TO


ANISSÉ ALVES DE SOUSA
 Prefeito Municipal



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DO TOCANTINS
 CNPJ: 25.064.056/0001-30
 Adm.: 2009/2012 "Governo do Povo"

Cláusula 4ª. O COMODATÁRIO se obrigará a pagar pelas despesas decorrentes do uso da barraca, tais como conta de energia, água, gás, material de limpeza para barraca e banheiros coletivos e outras despesas.

DOS RISCOS

Cláusula 5ª. Havendo risco a barraca objeto do presente instrumento, bem como aos bens pertencentes ao COMODATÁRIO, e este vier a resguardar somente os seus objetos, ficará o COMODATÁRIO responsável pelos possíveis danos ocorridos à COMODANTE, exceto ao fato de ocorrência de força maior ou caso fortuito.

DO PRAZO

Cláusula 6ª. O prazo do presente contrato, será por tempo indeterminado, cabendo ao Município rever o presente contrato a qualquer tempo, tendo em vista o poder de aúto tutela.

DAS PENALIDADES E RESCISÃO DO CONTRATO

Cláusula 7ª O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes, se a rescisão partir do COMODATÁRIO, este deverá notificar o COMODANTE com antecedência mínima de 15 (quinze) e mesma deverá devolver a referida Barraca nas mesmas condições que a recebeu, se a rescisão partir da COMODANTE a mesma deverá dar o prazo máximo de 15 (quinze) para que o COMODATARIO a entregue a referida Barraca em perfeitas condições.

Cláusula 8ª. O COMODATÁRIO, que descumprir qualquer uma das cláusulas deste contrato, terá seu contrato residido, tendo o COMODATÁRIO o prazo de 15 (quinze) dias para entregar o objeto deste contrato em perfeita condições.

FORO

Cláusula 9ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Tocantinópolis - TO.

Por estarem assinados e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Palmeiras do Tocantins, 05 de junho de 2011.



Anissé Alves de Sousa
ANISSÉ ALVES DE SOUSA
 Prefeito Municipal

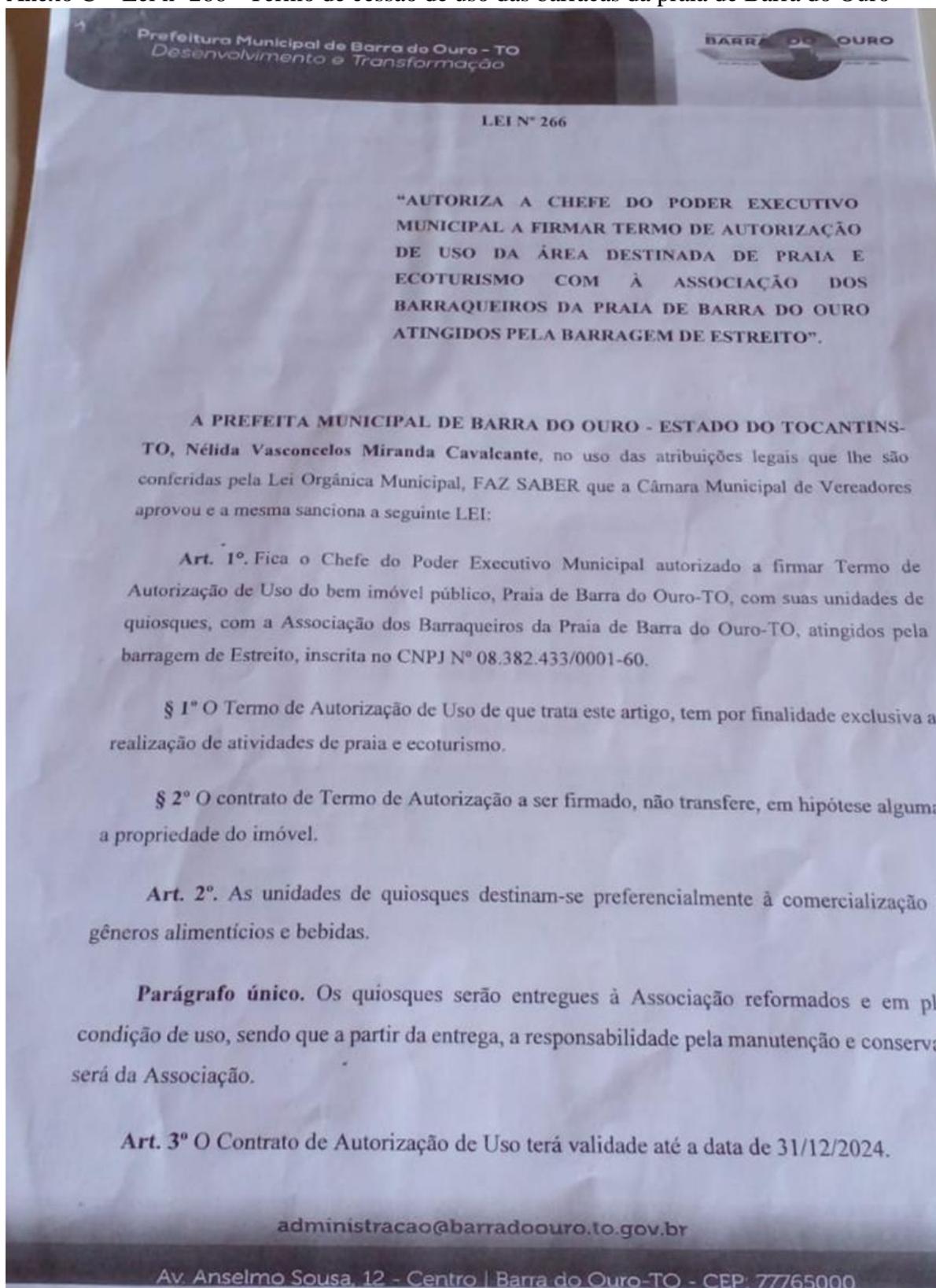
Raimundo Rodrigues Marinho Neto
RAIMUNDO RODRIGUES MARINHO NETO
 Barraqueiro

TESTEMUNHAS:

Raimundo Rodrigues Marinho Neto



Anexo C – Lei nº 266 - Termo de cessão de uso das barracas da praia de Barra do Ouro



Art. 4º Não assistirá à Associação o direito a qualquer indenização pelas benfeitorias realizadas, inclusive as necessárias.

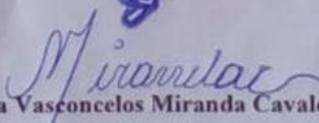
Art. 5º É vedada a transferência da autorização de uso a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, sob pena de rescisão do contrato de cessão de uso.

Art. 6º A Administração Pública ficará responsável pela coleta de lixo, iluminação nas vias públicas, assim como segurança para o bem da coletividade.

Art. 7º O contrato de Autorização de uso poderá ser rescindido, a qualquer momento, pelo Poder Executivo Municipal, em razão de critérios de oportunidade e conveniência ou se descumprida qualquer de suas cláusulas.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrária, e aplicados no que couber, a Lei nº 043/2012.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE BARRA DO OURO – ESTADO DO TOCANTINS, aos 19(dezenove) dias do mês de abril do ano de 2022.


Nélida Vasconcelos Miranda Cavalcante

Prefeita Municipal

CARTÓRIO BARRA DO OURO Único Ofício Av. Engenheiro Antônio Carlos, 12 - Centro - Barra do Ouro - TO - CEP: 77765-000 - Fone: (62) 3446-1121 - e-mail: cartorio@barradoouro.to.gov.br		Lorena Bastos Pires de Sousa Oficial de Tabelião CNB: 13.923.6
Reconheço POR SEMELHANÇA a Firma de NÉLIDA VASCONCELOS MIRANDA CAVALCANTE. Em text. da Verdade. Dou fé. Barra do Ouro-TO, 19/04/2022.		
Aline Ribeiro da Silva Site Digital: 138628AAA032479.FHB emitido em 18/04/2022 Confira o ato em: congedoria/120.jsa.br/index.php/sitedigital (EM 6 82YTF 1 42) (FLU 1 14) (SS 0 17) (TT 8 75) VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE		



administracao@barradoouro.to.gov.br

Av. Anselmo Sousa, 12 - Centro | Barra do Ouro-TO - CEP: 77765000

Anexo D – Decreto de nomeação do Presidente da Assoc. dos Barraqueiros de Filadélfia/TO



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FILADÉLFIA
CNPJ. 00.766.709/0001-00
ADM 2021/2024
Construindo um novo tempo.

DECRETO Nº: 014/2022

Filadélfia/TO, 05 de maio de 2022.

"Dispõe sobre a nomeação do presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia Permanente de Filadélfia, Tocantins (ABBPF), e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE FILADÉLFIA, Estado do Tocantins, Excelentíssimo Senhor **DAVID SOUSA BENTO**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município de Filadélfia – TO.

CONSIDERANDO, o disposto no parágrafo único, do artigo 3º do Estatuto Social da Associação dos Barraqueiros da Praia Permanente de Filadélfia, Tocantins onde dispõe que compete ao prefeito do município de Filadélfia/TO indicar, por meio de decreto, o nome do presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia Permanente de Filadélfia, Tocantins (ABBPF).

CONSIDERANDO, que a temporada de praia do ano de 2022 se aproxima e a lacuna para o cargo de presidente precisa ser preenchida, a fim de que providências sejam tomadas quanto às demandas da Praia de Filadélfia/TO.

CONSIDERANDO, a retomada das atividades dos barraqueiros associados à Praia de Filadélfia, após o período de paralisação em decorrência de medidas ligadas ao enfrentamento da Covid-19.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor **SÁVIO GOMES ESPIRITO SANTO**, portador do Registro Geral nº 463.017 SSP/TO, inscrito no CPF nº 612.595.431-53, para exercer o cargo de presidente da Associação dos Barraqueiros da Praia Permanente de Filadélfia, Tocantins (ABBPF), conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3º do referido estatuto.



ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE FILADÉLFIA
CNPJ. 00.766.709/0001-00
ADM 2021/2024
Construindo um novo tempo.

Art. 2 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FILADÉLFIA, ESTADO DO TOCANTINS, aos dias 05 dias do mês de maio de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

DAVID SOUSA
BENTO:00557
179181

Assinado de forma
digital por DAVID
SOUSA
BENTO:00557179181
Dados: 2022.05.05
11:47:06 -03'00'

DAVID SOUSA BENTO
PREFEITO

Certifico que a presente Portaria foi devidamente publicada no placar oficial do Município.

PEDRO IVO CUNHA FERRAZ
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

ANEXO E – Sentença Associação dos Barraqueiros da Praia de Babaçulândia/TO

:: 3377633 - eproc - ::

Evento 95



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
1ª Escrivania Cível de Filadélfia

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL Nº 5000191-15.2009.8.27.2718/TO

AUTOR: ASSOCIAÇÃO DOS BARRAQUEIROS DA PRAIA DE BABAÇULÂNDIA-TO
ADVOGADO: CÍCERO TENÓRIO CAVALCANTE (OAB TO000811)

RÉU: CONSORCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE (CONSORCIO)
ADVOGADO: ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO (OAB SC012049)
ADVOGADO: ALACIR SILVA BORGES (OAB SC005190)

SENTENÇA

Relatório (art. 489, I do CPC).

A ASSOCIAÇÃO DOS BARRAQUEIROS DA PRAIA DE BABAÇULÂNDIA-TO propôs originalmente na Justiça Federal do Tocantins em 04.03.2009, porém para cá redistribuída em 23/04/2009 o *Procedimento Comum Cível* em face de CONSORCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE (CONSORCIO) pleiteando indenização por danos materiais em R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e mais R\$ 100.000,00 (cem mil reais) como danos morais, em razão de seus associados ocuparem por mais de dez anos as margens do Rio Tocantins, atingido pela formação do lago da Usina Hidroelétrica de Estreito - MA.

Tutela liminar indeferida no evento n. 1, anexo 22, de não os declarar impactados pela desapropriação.

Citada a parte no evento n. 1, anexo 22, apresentou resposta escrita no evento n. 1, anexos 23 e 24, sobre a qual a autora impugnou no evento n. 1, anexo 28.

Decisão de saneamento e organização do processo no evento n. 45, determinando a exclusão da associação autora, por defeito de representação, e inclusão das seguintes 19 pessoas no pólo ativo: ALBERTINA SOARES DA SILVA, ADELSIMON PAZ DE OLIVEIRA, ALDEMAR NERES ARAÚJO, ANTONIO PINTO DE AGUIAR, CLAUDINAN CARVALHO DA LUZ, DINALVA ALVES DA SILVA, ELIZANGELA VIEIRA DE CARVALHO COSTA, EULALIA MEDEIROS COSTA, FRANCIEL DE BRITO GOMES, JONAS ALVES PIMENTEL, LEUZIVAN COSTA DOS REIS, MANOEL DELZENILTON GOMES, MARIA HELENA MOURA DELMOND, MARIA SOARES BRANDÃO, MARIA ZELIA OLIVEIRA LIMA, NAIR PEREIRA MENDONHA, OSMAR ALVES DA SILVA, OTAVIO PEREIRA DA SILVA e VALDEVINO PEREIRA DA SILVA.

Na sequência, e em audiência de instrução no evento n. 75, em data de 20.02.2020, foram ouvidas testemunhas de ambas as partes.

Por fim, apresentaram alegações finais nos eventos ns. 81 e 82.

É o relatório.

Fundamentos (art. 489, II do CPC)

00191-15.2009.8.27.2718 3377633 .V6

[r/eprocV2_prod_1grau/controlador.php?acao=minuta_imprimir&acao_origem=acessar_documento&hash=5f65c25713f194..](http://eprocV2_prod_1grau/controlador.php?acao=minuta_imprimir&acao_origem=acessar_documento&hash=5f65c25713f194..)

08/2021

3377633 - eproc -



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
1ª Escrivania Cível de Filadélfia

De início, observo que da decisão de saneamento e organização do processo não houve interposição de recursos, tendo assim se tornado estável, na forma do §1º do art. 357 do Código de Processo Civil, ficando portanto excluída da lide a mencionada associação, por defeito de representação.

No mérito, a demanda sequer deveria ter sido recebida. É que quando os autores alegaram na inicial que ocupavam as margens do Rio Tocantins havia pelo menos 10 (dez) anos da inicial, e com isso sofreram impacto financeiro com a formação do lago em R\$ 100.000,00 (cem mil reais), deveriam ter sido instados à emendarem à inicial para esclarecerem individualmente quanto a extensão do dano de cada, seja os investimentos, o tamanho da área ocupada, o período do ano que assim faziam, os prejuízos financeiros reais que suportaram, e ainda como chegaram ao valor lá estimado. Ao assim não procederem, assumiram todo o compromisso de durante a instrução juntarem tais documentos, porém limitaram-se a trazer testemunhas para uma audiência de instrução que se realizou mais de 12 anos após o início da lide.

Observo ao contrário que com a inicial trouxeram apenas cópia do estatuto e da ata da assembleia da associação registrada em cartório (evento n. 1, anexos 4 e 5), e documentos pessoais dos dezenove citados (evento n. 1, anexos 5 e 6), sendo que durante toda a instrução processual nenhum outro documento foi juntado por qualquer deles.

Por outro lado, com a defesa, o consórcio demandado informou que após autorizado pelo IBAMA em 29.04.2005 para o início de suas atividades, só foi proceder a formação do lago em 24.11.2010, adotando em seguida medidas compensatórias aos barbaqueiros para que pudessem continuar suas atividades, disponibilização não só de acesso ao rio em dadas épocas do ano, como também oferta de material de trabalho (evento n. 1, anexos 25 e 26).

Deste modo, e como restou sequer individualizados os danos materiais, sejam danos emergentes ou lucros cessantes, para cada suposto atingido, e não podendo ser assim por estimativa, como o feito na inicial, restam improcedentes tais pretensões.

Por fim, e quanto aos danos morais, necessário fossem vinculados a alguma lesão a atributo da personalidade civil da pessoa, na forma do art. 12 e seguintes do Código Civil, nome, imagem, corpo, o que também aqui não se afeiçoa condizente com a realidade vivenciada, posto que sequer assim se individualizou na inicial, não sendo suficiente mero deslocamento de um local para outro com a desapropriação ocorrida na região.

Dispositivo (art. 489, III do CPC)

Ante o exposto, julgo improcedente todas as pretensões.

Ficam por ALBERTINA SOARES DA SILVA, ADELSIMON PAZ DE OLIVEIRA, ALDEMAR NERES ARAÚJO, ANTONIO PINTO DE AGUIAR, CLAUDINAN CARVALHO DA LUZ, DINALVA ALVES DA SILVA, ELIZANGELA VIEIRA DE CARVALHO COSTA, EULALIA MEDEIROS COSTA, FRANCIEL DE BRITO GOMES, JONAS ALVES PIMENTEL, LEUZIVAN COSTA DOS REIS, MANOEL DELZENILTON GOMES, MARIA HELENA MOURA DELMOND, MARIA SOARES BRANDÃO, MARIA ZELIA OLIVEIRA LIMA, NAIR PEREIRA

5000191-15.2009.8.27.2718

3377633.V6



Poder Judiciário
JUSTIÇA ESTADUAL
Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins
1ª Escrivania Cível de Filadélfia

MENDONHA, OSMAR ALVES DA SILVA, OTAVIO PEREIRA DA SILVA e VALDEVINO PEREIRA DA SILVA o pagamento das custas processuais, taxa judiciária e honorários advocatícios sucumbenciais em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa em favor do defensor da parte **CONSORCIO ESTREITO ENERGIA - CESTE (CONSORCIO)**, nos termos do inciso I do §3º do art. 85 do CPC, porém dispensados ante a gratuidade processual antes deferida, na forma do art. 98 do CPC.

Providências para serem cumpridas desde já

Desta sentença, intime-se eletronicamente os defensores das partes com prazo de 15 (quinze) dias úteis, observando a contagem em dobro em favor da Defensoria Pública, Ministério Público e Advocacia Pública, se presentes, na forma dos arts. 180, 183 e 186 do CPC.

O cartório para corrigir a autuação no pólo ativo, na forma determinada na decisão de saneamento.

Providências para serem cumpridas havendo recursos

Havendo interposição de recursos, nos termos do §1º do art. 1003 do Código de Processo Civil, observar os seguintes procedimentos:

1- Interposto *recurso de embargos de declaração* no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, certifique-se a análise do respectivo prazo, fazendo conclusão logo em seguida, não se sujeitando a preparo, nos termos dos arts. 1022 e 1023 do CPC;

2- Caso interposto *recurso de apelação* no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, observando a contagem em dobro arts. 180, 183, 186 e §5º do art. 1.003 do CPC;

3- Comprovado o recolhimento das custas processuais e taxas judiciárias, caso não dispensados, intime-se a parte recorrida para em igual prazo contrarrazoar o recurso interposto (§1º do art. 1010 do CPC);

4- Cumpridos os itens anteriores, remeta-se os autos eletronicamente ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, sem nova conclusão judicial, nos termos do §3º do art. 1010 do CPC.

Providências para serem cumpridas após o trânsito em julgado

Não havendo interposição de recursos, certifique-se o trânsito em julgado, com expressa menção da data de sua ocorrência (art. 1.006 do CPC), e após proceda-se a baixa definitiva.

Filadélfia - TO com data e hora registradas automaticamente abaixo.

LUATOM BEZERRA ADELINO DE LIMA
 juiz de direito